

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**DIEGO BARBOSA CEARÁ**

**MUDANDO A ESTRATÉGIA: A REORGANIZAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NA  
REGIÃO FRONTEIRIÇA COM A COLÔMBIA**

**FRANCA**

**2011**

**DIEGO BARBOSA CEARÁ**

**MUDANDO A ESTRATÉGIA: A REORGANIZAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NA  
REGIÃO FRONTEIRIÇA COM A COLÔMBIA**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura. Linha de Pesquisa: História e Cultura Política.**

**Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre**

**FRANCA**

**2011**

Ceará, Diego Barbosa

Mudando a estratégia : a reorganização militar brasileira na região fronteiriça com a Colômbia / Diego Barbosa Ceará. –Franca : [s.n.], 2011  
166 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Héctor Luis Saint-Pierre

1. Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do povo (FARC-EP). 2. Colômbia – História política. 3. Amazônia – Segurança nacional – Brasil. I. Título

CDD – 320.9861

**DIEGO BARBOSA CEARÁ**

**MUDANDO A ESTRATÉGIA: A REORGANIZAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NA  
REGIÃO FRONTEIRIÇA COM A COLÔMBIA**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura. Linha de Pesquisa: História e Cultura Política.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a toda a minha família que sempre me apoiou nesta dura caminhada para a conclusão desse período de estudos. Em especial, Norma (mãe) e Érica (esposa), por toda a ajuda, apoio, dedicação e amor que me fortalece diariamente.

Agradeço ao meu orientador Héctor Luis Saint-Pierre pelas discussões, incentivo, apoio, críticas e sugestões, sempre muito focais e pertinentes. Sou igualmente grato aos professores Samuel A. Soares, Paulo R. L. Kulhmann e Eduardo Mei pelos comentários sobre meu projeto de pesquisa. Agradeço a todos os integrantes do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), onde foi possível desenvolver grandes discussões e também fazer grandes amigos. Agradeço a um grande amigo, Leonardo Oliveira (igualmente interessado em assuntos militares), pelas conversas que tínhamos durante as viagens para Franca.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo fomento dado à pesquisa, sem o mesmo encontraria muitas dificuldades para realizar a sua finalização. Agradeço aos funcionários do campus de Franca, principalmente da biblioteca, pela atenção, e em especial, à Laura pelas correções dos meus textos. Agradeço aos funcionários da biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e também do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) pela receptividade e gentileza. Agradeço ao coronel Gerson Silva e ao general Luiz Eduardo Rocha Paiva pelas entrevistas concedidas.

CEARÁ, Diego Barbosa. MUDANDO A ESTRATÉGIA: a reorganização militar brasileira na região fronteira com a Colômbia. 2011. 166f. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

## RESUMO

A presente dissertação trata da evolução do conflito interno colombiano durante o processo de elaboração e os desdobramentos do Plano Colômbia e os “efeitos colaterais” gerados na reorganização militar brasileira na linha fronteira entre os dois países. Foram avaliados os acontecimentos políticos, militares e sociais ocorridos na fronteira sul colombiana, em decorrência de um acirramento dos ânimos entre o governo e a guerrilha, que teve como estopim o assalto realizado pelas Forças Armadas colombianas à Casa Verde. Em decorrência desses acontecimentos, procurou-se detectar em documentos brasileiros e no dispositivo militar do Brasil na sua fronteira norte, em que medida o conflito no país vizinho, a idéia contida no Plano Colômbia de internacionalizá-lo e o crescente processo de militarização desenvolvido a partir do governo de Pastrana influenciaram e/ou alteraram o programa de militarização da fronteira norte brasileira (em especial a região cabeça do cachorro), processo este, que já se desenvolvia desde 1984 quando surgiu o primeiro planejamento reestruturador da força, o Sistema de Planejamento do Exército – SIPLEX, e que também constou da Política de Defesa Nacional (1996), que foi apresentada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que tinha como principal objetivo a defesa estratégica da região amazônica. Com o objetivo de contemplar e explicar a busca da adequação da doutrina militar a realidade brasileira e a procura pela tão desejada autonomia por parte do Exército, foi elaborado o histórico de modernização e desenvolvimento enfrentados pelo Exército brasileiro, tendo como ponto de partida a virada para o século XX e as constantes brigas para que fosse possível implantar seriamente um plano de modernização da força terrestre. Esse desenvolvimento sempre esteve atrelado a uma grande dependência para com outros países, por exemplo, Alemanha, França e Estados Unidos. Buscando caminhar de forma independente, em fins dos anos 60 e início dos 70, o Exército brasileiro procurou sua autonomia, rompeu acordos militares com os Estados Unidos e assim buscou a sua própria via para modernizar-se. O fruto deste lento processo de modernização vai se chamar Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) que se efetivou em 1984/85.

Palavras-chave: Defesa. Guerrilha. Amazônia. Exército Brasileiro. Plano Colômbia.

CEARÁ, Diego Barbosa. CHANGING STRATEGY: military reorganization brazilian border region with Colômbia. 2011. 166f. Master's dissertation presented to the Faculty of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2011.

### ABSTRACT

This dissertation deals with the evolution of the Colombian internal conflict during the drafting process and the consequences of Plan Colombia and the "side effects" generated by the Brazilian military reorganization on the borderline between the two countries. We evaluated the political, military and social developments in the southern Colombian border, due to a worsening of mood between the government and the guerrillas, who had sparked the assault as done by the Colombian Armed Forces to Casa Verde. Due to these events, we tried to detect in Brazilian documents and the military of Brazil in its northern border, to what extent the conflict in the neighboring country, the idea contained in Plan Colombia internationalize it and the growing process developed from influenced the Pastrana government and / or amended the program of militarization of the northern border of Brazil (especially the head region of the dog), a process that has unfolded since 1984 when they announced the first force planning Restructuring the System of Planning Army - SIPLEX, which also included the National Defense Policy (1996), which was presented by President Fernando Henrique Cardoso, who had as main objective the strategic defense of the Amazon region. In order to contemplate and explain the pursuit of military doctrine to fit the Brazilian reality and the search for autonomy as desired by the Army, was prepared and the history of modernization development faced by the Brazilian Army, and as a starting point for the twentieth century and the constant fight to make it possible to implement a serious plan for modernization of ground forces. This development has always been tied to a large dependence on other countries, eg Germany, France and the United States. Seeking to walk independently in the late 60th and early 70th, the Brazilian army sought their independence, broke military agreements with the United States and thus sought its own path to modernization. The result of this slow process of modernization will be called the Army Planning System (SIPLEX) which was accomplished in 1984-85.

Keywords: Defense. Guerrilla. Amazon. Brazilian Army. Plan Colombia.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 A MILITARIZAÇÃO VIA PLANO COLÔMBIA E A REAÇÃO ESTRATÉGICA DAS FORÇAS ARMADAS COLOMBIANAS.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Antecedentes.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 O Plano Colômbia.....</b>	<b>23</b>
<b>1.3 O governo de Uribe.....</b>	<b>30</b>
1.3.1 A Política de Defesa e Segurança Democrática (PDSB).....	34
1.3.2 Um balanço da PDSB.....	39
1.3.3 Política de Consolidação da Segurança Democrática (PCSD).....	45
1.3.4 Comandos Conjunto.....	50
1.3.5 Fuerza de Despliegue Rápido (Força de Deslocamento Rápida – FUDRA).....	51
<b>CAPÍTULO 2 DA DEPENDÊNCIA MILITAR À AUTONOMIA: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA DOCTRINA DO EXÉRCITO À REALIDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>53</b>
<b>2.1 Introdução.....</b>	<b>53</b>
<b>2.2 Início do século XX: Tímido processo de modernização.....</b>	<b>54</b>
<b>2.3 Anos 10: Qual a melhor via para a modernização.....</b>	<b>61</b>
<b>2.4 A modernização pela via francesa.....</b>	<b>67</b>
<b>2.5 Da influência ianque à busca da modernização autônoma.....</b>	<b>72</b>
<b>2.6 O Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX).....</b>	<b>81</b>
2.6.1 Missão do Exército – SIPLEX 1.....	84
2.6.2 Avaliação do Exército – SIPLEX 2.....	85
2.6.3 Política Militar Terrestre – SIPLEX 3.....	87
2.6.4 Diretrizes Estratégicas do Exército – SIPLEX 5.....	90
2.6.5 Planos Básicos – SIPLEX 6.....	91



<b>CAPÍTULO 3 MUDANÇAS ESTRATÉGICAS NO ESPAÇO DE SELVA .....</b>	<b>95</b>
<b>3.1 Introdução .....</b>	<b>95</b>
<b>3.2 Políticas de defesa da Amazônia: O Programa Calha Norte (PCN) .....</b>	<b>103</b>
3.2.1 Os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) .....	109
3.2.2 O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).....	110
3.2.3 As Polêmicas envolvendo o Sivam.....	113
<b>3.3 Nova Estratégia: Concepção Estratégica do Exército – SIPLEx 4 .....</b>	<b>118</b>
3.3.1 Doutrina Gama e Estratégia da Presença .....	121
<b>3.4 Cabeça do Cachorro: uma fronteira “quente” .....</b>	<b>125</b>
<b>3.5 Planejando o Futuro: A Estratégia Braço Forte e a Amazônia.....</b>	<b>133</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>138</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICE</b>	
<b>APÊNDICE A</b> - Entrevista (gravada) realizada no dia 09/11/09 junto ao coronel Gerson Silva, chefe do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEE) na Escola de Comando e Estado maior do Exército (ECEME).....	151
<b>APÊNDICE B</b> - Entrevista (gravada) realizada no dia 19/07/10, em Brasília (DF) junto ao general Luiz Eduardo Rocha Paiva, da Sétima Sub-Chefia do Estado-Maior do Exército (EME) .....	157

## INTRODUÇÃO

Assuntos como defesa e segurança fazem parte da agenda de todos os países do mundo, independentemente de seu tamanho e de sua posição geográfica. Provavelmente, esses são temas comuns, nas agendas dos governos, sobre os quais ninguém, que ocupa cargos em qualquer esfera pública, apresenta dúvidas ou questionamentos sobre sua importância. Sendo o único questionamento mais provável, é claro, sobre quais as melhores alternativas que devem ser tomadas.<sup>1</sup>

Nesse contexto, a elaboração do sistema de defesa e a política militar, nas sociedades democráticas, constitui uma prerrogativa própria do poder político. Ao poder militar cabe fornecer recursos, análises e alternativas estratégicas para que o poder político possa definir como o Estado vai empregar ou não sua força militar, e, estabelecidas essas definições, obviamente, é função também das Forças Armadas operacionalizá-las. Devido a isso, há a necessidade de uma relação de confiança e um canal de diálogo entre a sociedade e os organismos militares. A priori, a participação mais atuante da sociedade civil e do parlamento contribui para melhorar a articulação da defesa nacional com os objetivos estratégicos do país.

Por ser uma política pública, a Política de Defesa, em uma sociedade democrática, é alvo de debates no interior da sociedade e do próprio governo. Sendo assim, nas democracias maduras, o peso da sociedade no processo de concepção e implantação desta política não pode ser descartado. Enquanto o Executivo ocupa-se da fiscalização do processo de decisão, a sociedade civil organizada exige condutas transparentes e debate o tema em questão.<sup>2</sup>

Entretanto, no Brasil o tema da defesa é ainda pouco debatido pela sociedade civil, em geral, e pelo poder político, em particular, não sendo frequente no debate parlamentar, até porque não propicia grande retorno eleitoral. De uma forma geral, as Forças Armadas ainda são as responsáveis pela definição, proposição e articulação de políticas de defesa para o país.

O mesmo cenário se desenha quando se avalia o contexto colombiano. O comportamento político das elites civis e em geral da sociedade colombiana, de despreocupação a respeito do tema segurança e defesa (assimilado, tradicionalmente, à

---

<sup>1</sup> MIYAMOTO, S. A política brasileira de defesa e segurança: algumas considerações. In: ALMEIDA PINTO, J. R., ROCHA, A. J. R.; PINHO SILVA, R. D. (Org.). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. p. 179-198.

<sup>2</sup> SAINT-PIERRE, H. L. A política de defesa e política externa: coerência ou desencontros?. In: VARGAS, A. V. (Org.). **Seguridad en Democracia: Un reto a la violencia en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2010. p. 203-226.

expressão “ordem pública”), o deixou nas mãos das Forças Armadas. Trata-se sem dúvida, de uma renúncia do poder civil e da sociedade colombiana em seu conjunto de se ocupar de um problema historicamente fundamental e que adquire cada vez mais importância nas sociedades contemporâneas.<sup>3</sup> Para José Murilo de Carvalho,

o problema do intervencionismo militar só será resolvido se grande parte do que foi posto sob a óptica militar passar a ser também colocado sob a óptica e o controle civil. Melhor dito, o problema só será resolvido se deixar de ser militar ou civil para se tornar nacional. Afirmo que os civis se têm omitido sistematicamente em relação aos problemas de organização das Forças Armadas e de defesa nacional. Cito dois exemplos gritantes de omissão, o da comunidade acadêmica e o dos políticos.<sup>4</sup>

Para se ter uma compreensão mais acertada sobre o assunto, faz-se necessário uma distinção entre os termos “defesa” e “segurança”. De acordo com o professor, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, uma leitura atenta do modo como diferentes governos operacionalizam os conceitos de segurança e defesa revela que há problemas tanto no que concerne à definição de ameaças<sup>5</sup> quanto no que diz respeito à atribuição de competências a órgãos que têm a responsabilidade de produzir ações no âmbito interno e no âmbito internacional. Segundo o professor, segurança “é a condição psicológica e material em que o agente se percebe plenamente capaz de proteger a sua integridade mental e física (inclusive propriedade) no presente e no porvir.”<sup>6</sup> Esse é um conceito amplo, e deve-se observar que os diferentes conceitos de segurança podem variar entre diferentes níveis de abrangência, sendo mais ou menos específicos. O que eles têm em comum é o fato de carregarem consigo certo grau de subjetividade, além de dependerem da percepção das condições externas de quem os define.<sup>7</sup>

Com relação à defesa, o conceito pode ser operacionalizado em função das ameaças que podem ser externas ou internas. As ameaças são identificadas pelos responsáveis pela segurança dos Estados. Normalmente, os conceitos de defesa nacional referem-se a ameaças externas, implicitamente, definidas como provenientes de outros Estados nacionais, e pressupõem o emprego do instrumento militar como principal forma de ação. Contudo, no atual e complexo cenário internacional, outros tipos de ameaças, além daquelas provenientes

<sup>3</sup> VARGAS, A. V. **Las Fuerzas Armadas en el conflicto colombiano**: antecedentes y perspectivas. Bogotá: Intermedio, 2002. p. 175.

<sup>4</sup> CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 140.

<sup>5</sup> Ver: SAINT-PIERRE, H. L. As “novas ameaças” às democracias latino-americanas: uma abordagem teórico conceitual. In: OLIVEIRA, E. R. (Org.). **Segurança e Defesa Nacional**: da competição à comparação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

<sup>6</sup> ROCHA, A. J. R. “Conceitos de segurança e defesa nacional: definições, alcance e operacionalização”, p. 04. Disponível em: <[www.defesa.gov.br/enternet/sitios/internet/ciclododebates/textos.htm](http://www.defesa.gov.br/enternet/sitios/internet/ciclododebates/textos.htm)>. Acesso em: 29 out. 2008. p. 4

<sup>7</sup> Ibid, p. 4.

de Estados nacionais, também podem aparecer, o que constitui um verdadeiro desafio para a produção de definições da defesa nacional. Geralmente, uma concepção de defesa parte da identificação de um conjunto de ameaças tão particular a um Estado nacional específico, que fica difícil utilizá-la para comparar Estados distintos em tempos distintos.<sup>8</sup> No caso do Brasil, é difícil asseverar essas definições, pois as Forças Armadas são utilizadas em associação com a polícia em questões de segurança pública e no combate ao narcotráfico.<sup>9</sup>

A defesa deve ser entendida como uma das políticas públicas tendente a garantir a segurança do Estado, por meio da execução de um conjunto de medidas e ações destinadas a superar as ameaças e riscos que requer o emprego da capacidade militar. A defesa nacional é a capacidade do Estado de proteger, adequadamente, seus interesses nacionais contra as ameaças de origem interna ou externa.<sup>10</sup>

O caso colombiano guarda uma particularidade. A forma como foi organizado a polícia e as Forças Armadas, em especial o Exército, cuja prioridade foi, e ainda é, de combater as ameaças internas. O adestramento e o treinamento, nessa instituição, foram orientados para o controle da ordem pública, efetuar funções de polícia, o que ocasionou uma indefinição funcional entre as duas instituições. Ocorre que, como a polícia também foi remodelada durante o governo e por oficiais militares, incorporou em boa parte uma estrutura tipicamente militar.<sup>11</sup> Diante desse processo de indefinição, na Colômbia, existe um Exército altamente “policivizado” e uma polícia altamente “militarizada”.<sup>12</sup> Isso gera um grave problema, pois, o Exército tem seus efetivos direcionados principalmente, para o combate à guerrilha e ao tráfico de drogas, e a aproximação com essa rede internacional de entorpecentes tem levado a constantes atos de corrupção na força.<sup>13</sup> Por outro lado, essa situação tem

<sup>8</sup> ROCHA, A. J. R. “Conceitos de segurança e defesa nacional: definições, alcance e operacionalização”, p. 4. Disponível em: <[www.defesa.gov.br/enternet/sitios/internet/ciclododebates/textos.htm](http://www.defesa.gov.br/enternet/sitios/internet/ciclododebates/textos.htm)>. Acesso em: 29 out. 2008. p. 7.

<sup>9</sup> Ver: SOARES, S. A. As antinomias das relações civis-militares no Brasil: das novas às velhas ameaças. In: SOARES, S. A.; MATHIAS, S. K. **Novas ameaças: dimensões e perspectivas. Desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina.** São Paulo: Sicurezza, 2003.

<sup>10</sup> BORGÉN, C. A. Conceptos básicos de seguridad y defensa. In: CAJINA, R., FABIÁN, G.; TIBILETTI, L. (Org.). **Control civil de las fuerzas armadas: fortaleciendo el papel de la asesoría parlamentaria.** Buenos Aires: Ser en el 2000, 2009.

<sup>11</sup> Com o acesso ao poder em 1953 do general Pinilla, se reorganizou o Ministério da Guerra, que era integrado pelas três Forças Militares. A partir desta data se incorporou a Polícia Nacional como o quarto componente das Forças Armadas. Essa estrutura com quatro forças perdura até os dias atuais.

<sup>12</sup> AYALA, N. P., PINZÓN, V. G.; VELÁSQUEZ, A. V. Transformaciones de las Fuerzas Armadas colombianas. In: VELÁSQUEZ, A. V. (Org.). **El papel de las Fuerzas Armadas en la política antidrogas colombiana 1985-2006.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008, p. 177-191.

<sup>13</sup> Um dos efeitos perversos mais preocupantes que as FFAA começam a ter é a relação de vinculação de agentes da instituição com o negócio de drogas ilícitas. O narcotráfico e os seus significativos recursos tem permitido aos líderes deste negócio permear as instituições democráticas a favor de seus interesses, principalmente as FFAA.

constituído um grande obstáculo nos esforços para se configurar um corpo policial civilista, que primam pela proteção do cidadão e pelo respeito aos Direitos Humanos.

Uma área comum e fonte das principais preocupações dos dois países é a questão amazônica, essa porção do território nacional há muito esteve relacionada como uma região a ser defendida e mantida. Segundo Shiguenoli Miyamoto, mesmo assim, durante muitas décadas, as políticas efetivas para essa região apresentaram-se aquém daquilo que poderia ser considerado ideal, inclusive porque o país sempre padeceu da falta de um verdadeiro projeto nacional. Porém, deve-se ponderar, por outro lado, que a percepção nacional de defesa territorial daquela parte do país sempre levou, na devida conta, a própria capacidade dos vizinhos, com os quais faz fronteiras, e que demonstram poder ofensivo distante do necessário para alterar o *status quo* há muito tempo estabelecido.<sup>14</sup> Foi por isso que atenção menor foi dedicada, historicamente, à proteção da Amazônia, porque perigos reais se davam de forma reduzida, ao contrário do que ocorria no Cone Sul.

Superada as divergências com a Argentina e com o fim do perigo comunista, as atenções passaram a convergir para a fronteira norte e para os possíveis perigos da devastação ambiental. A ascensão de Desi Bouterse ao governo do Suriname e sua simpatia pelo regime de Fidel Castro, os problemas indígenas com os Yanomamis, corridas armamentistas regionais e ilícitos transnacionais, passaram a justificar a existência das FFAA e o gradativo aumento de preocupação e de homens na região de selva. Para Adriana Aparecida Marques, as Forças Armadas decidiram reavaliar as vulnerabilidades estratégicas do país à luz das mudanças na agenda de segurança e no panorama estratégico sul-americano, pois se nas fronteiras sulinas o cenário era pacífico, o mesmo não se aplicava às fronteiras do norte. Os militares viam, com preocupação, as disputas territoriais entre Peru e Equador, havendo a possibilidade de que a Venezuela e a Guiana quisessem rever suas fronteiras com o Brasil, além disso, houve o aguçamento da situação ao longo da fronteira colombiana. Esses fatores justificam a forte motivação para que a Amazônia passasse a ser mais bem observada.

No processo de reavaliação das vulnerabilidades estratégicas brasileiras, as fronteiras amazônicas, até então colocadas em segundo plano, foram identificadas como o principal foco de problemas em matéria de segurança e defesa, o que acarretou um conjunto de modificações nas concepções doutrinárias e organizacionais das Forças Armadas brasileiras.<sup>15</sup> Algo paralelo se desenvolveu em território colombiano, a partir dos anos de 1980, com as políticas que

---

<sup>14</sup> MIYAMOTO, S. Amazônia política e defesa. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. 1 ed. Belém - Para: NAEA/UFPa, 2008, v. , p. 65-97. p. 70.

<sup>15</sup> MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

visavam a terminar com o conflito interno, houve a fuga de um número elevado de guerrilheiros dos centros urbanos para a sua fronteira sul, a Amazônia colombiana, e passaram a atuar bem próximo das fronteiras com o Brasil, Equador e Peru.

Dessa maneira é facilmente diagnosticada a gradativa importância estratégica conferida à Amazônia ao longo dos anos de 1990. No campo teórico e político, o resultado foi a criação da Política de Defesa Nacional (PDN) em 1996. Para Samuel Alves Soares, a elaboração da PDN não deixou de corresponder a uma característica ainda presente no sistema político brasileiro: a criação de consensos artificiais. Procurou-se a manutenção de visões não antagônicas, mas não necessariamente coincidentes entre diplomatas e militares. Em decorrência, a PDN não estipulava com clareza as atribuições de cada componente de defesa, permitindo inclusive, que as Forças Armadas, mais uma vez, passassem elas mesmas a estabelecer suas prioridades.<sup>16</sup> A preocupação com a região Norte ainda continua latente. Ao verificar o último documento elaborado pelo Ministério da Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008, fica nítido a prioridade dada a Amazônia.

Priorizar a região amazônica. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros - políticos ou econômicos - que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.<sup>17</sup>

Na área operacional, constata-se o início de um gradativo aumento da presença militar na região. Ao longo dos anos de 1990, destaca-se a estrutura que passou a se estabelecer na área: a 16ª Brigada de Infantaria de Selva (16ª Bda Inf. Selva) originária das Missões, que foi deslocada do sul do país para a região amazônica,<sup>18</sup> juntamente com o 17º Batalhão de Infantaria de Selva (17º BIS) que foi de Cruz Alta (RG) para Tefé (AM) e o 61º BIS, de Santo Ângelo (RG) para Cruzeiro do Sul (AC). Em 1993, foi criado o 4º Esquadrão de Aviação do

<sup>16</sup> SOARES, S. A. Um Novo Profissional Militar no Brasil Pós-Autoritário. **Revista Estudos de História**, Franca, v.8, n. 1. 2001 p. 285.

<sup>17</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2008. p.7.

<sup>18</sup> A 16ª Brigada de Infantaria de Selva nasceu em 1971 com a criação, em Cruz Alta (RS), do 1º Grupamento de Fronteira (1º Gpt Fron), transferido mais tarde para Santo Ângelo (RS). Em 1980, com a extinção desse Grupamento, foi criada a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, cujo Comando, em 1º de janeiro de 1993, foi desativado e transferido para Tefé (AM), na condição de Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, subordinada ao Comando Militar da Amazônia. Disponível em: < <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Selva/16bdas/indice.htm> >. Acesso em: 03 jan. 2008.

Exército na cidade de Manaus (AM) que foi deslocado da cidade de Taubaté (SP).<sup>19</sup> Na sequência dessa tentativa de “blindar a fronteira”, foi iniciada a transferência da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada da cidade de Niterói (RJ) para a cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), transformando-se em 2ª Brigada de Infantaria de Selva. No período 1998-2010, o número do contingente do Exército na região passou de 3,3 mil para aproximadamente 25 mil homens.<sup>20</sup>

No caminho do estabelecimento de tropas na Amazônia, que vem sendo traçado pelo Exército, também se encontra a Marinha de Guerra do Brasil. Foi criado, em 1994, o Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO), que perdurou até a criação do Comando do 9º Distrito Naval pelo Decreto nº 5.349 de 20 de janeiro de 2005. Sua ativação, em 03 de maio de 2005, é uma prova da preocupação da Marinha do Brasil com a área da Amazônia Ocidental pelo qual, portanto concede maior importância e autonomia a essa área. Foi criado também o 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, para facilitar as operações através dos meios navais e aeronavais e, em 2002, iniciou a mudança do Grupamento de Fuzileiros Navais em Batalhão de Operações Ribeirinhas. Seguindo o mesmo trajeto das outras duas forças, a Aeronáutica, implantou o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Recentemente, com o objetivo de dar seguimento ao processo de militarização da região,<sup>21</sup> foram criados os seguintes Núcleos de Base Aérea: Ualpés (AM), Eirunepé (AM) e de Vilhena (RO),<sup>22</sup> tendo como principal objetivo interceptar em território nacional os aviões utilizados para o transporte de drogas.

O mesmo aumento de quadros de unidades e homens nas Forças Armadas também ocorreu na Colômbia. A partir do ano de 2000, com a assinatura do Plano Colômbia, essa ação se intensificou. Em função de o conflito interno abranger todas as regiões do país, a

---

<sup>19</sup> Nossa Unidade, localizada em Manaus-AM, foi inicialmente composta por um grupo de militares transferidos da então Brigada de Aviação do Exército, sediada em Taubaté-SP, constituindo o que passou a ser chamado de Destacamento Amazônia. Naquele mesmo ano, recebeu a denominação de 1ª Companhia do 2º Batalhão de Helicópteros. Em 17 de agosto de 1993, foi extinta a denominação anterior e criado o 1º Esquadrão do 2º Grupo de Aviação do Exército, tendo sido ativada como Unidade aérea a partir de 15 de dezembro de 1993. Disponível em: < <http://www.4esqdavex.eb.mil.br/> > Acesso em: 03 jan. 2008.

<sup>20</sup> Disponível em: < <http://www.exercito.gov.br/web/guest/amazonia> >. Acesso em: 10 out. 2010.

<sup>21</sup> [...] no plano das hipóteses de conflito, na década de 90, o desdobramento de duas Unidades Aéreas – munidas com aviões T-27 armados – para as Bases de Rondônia e Bela Vista explicitou o desejo de deslocamento substancial para aplicação cuidadosa de interesses políticos-militares da FAB na região Norte do território brasileiro. FALCONI, P. G. **FAB: modernizando-se pelo SIVAM? (1990-2002)**. Dissertação – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004. p. 59.

<sup>22</sup> No primeiro semestre de 2004 foi aprovada a construção de mais duas bases aéreas na região, em Eirunepé-AM e Vilhena-RO, com a intenção de fechar a fronteira Oeste do país para tentar reduzir invasões do espaço aéreo brasileiro (especialmente por aeronaves utilizadas no tráfico de drogas). Estas novas bases vão complementar o arco de proteção das fronteiras com a Colômbia, Peru e Bolívia, três zonas de preocupação do Ministério da Defesa. “Aeronáutica vai blindar fronteiras da Amazônia”. O Estado de São Paulo 30 maio de 2004.

localização das novas unidades militares não se restringiu apenas a Amazônia colombiana. Esse processo, inicialmente, visou a áreas próximas dos grandes centros urbanos e, posteriormente, regiões em que se concentravam os focos da guerrilha e do paramilitarismo. Ao longo do primeiro capítulo é possível verificar detalhadamente essa afirmação.

Para a melhor compreensão dessa dissertação é necessário um esclarecimento a respeito da constante referência feita entre Brasil e Colômbia. Na elaboração dessa pesquisa, partiu-se inicialmente de um questionamento: até que ponto o conflito interno colombiano influenciou ou têm influenciado o processo de militarização brasileiro na região Cabeça do Cachorro, em especial do Exército? Para tentar responder essa indagação a abordagem temporal foi limitada entre a década de 1980 e o fim do segundo mandato do Presidente Álvaro Uribe Vélez (2010). Mais uma vez se fez necessário um novo questionamento: o por que desse recorte? A escolha se justifica porque, nesse período, teve-se a intensificação e militarização do conflito colombiano. Inicialmente, houve um avanço militar e territorial dos grupos guerrilheiros e, posteriormente, veio a resposta por parte do Estado. Diante desse processo de acirramento dos ânimos é que surgiu a preocupação com o limite fronteiro com o Brasil. Que, a partir de meados dos anos de 1980, mudou sua política estratégica do Sul para o Norte.

Assim, a proposta de pesquisa que parte de indagações tem como base a Nova História ou Escola dos Annales, e dentre tantos pontos levantados pelos historiadores franceses, foi destacada a história-problema. Tal conceito se pauta na substituição de uma história “automática” por uma “problemática”. Em lugar de tomar a pesquisa como sendo a recolha dos fatos num certo recorte cronológico, para os Annales a investigação deve partir de um conjunto de questões. Historiar é responder a indagações previamente formuladas. Pesquisar é formular questões e hipóteses e, por fim, inquirir as fontes. Assim, sendo, o historiador tem um papel de construtor e não é mero coletor de fatos isolados. As questões antecedem a pesquisa historiográfica.

De acordo com Lucien Febvre, “[...] nunca se façam colecionadores de fatos, ao acaso, nos deem uma História não automática, mas sim problemática.”<sup>23</sup> Essa visão de se fazer história quebra o mito metódico de neutralidade do pesquisador em relação às fontes. O historiador, na chamada “escola metódica”, não poderia, portanto, escolher os fatos, pois a escolha seria a própria negação da obra científica. O documento não admitia uma interpretação ou crítica, ele falava por si só. Tal conceito foi amplamente criticado e recusado

---

<sup>23</sup> FEBVRE, L. **Combates pela história**. Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 49.



pelo grupo dos Annales, personificado, sobremaneira, na figura de Lucien Febvre. Para o historiador francês "toda história é escolha", pois o historiador cria os seus materiais, ou se quiser, recria-os; em outras palavras, o historiador parte para o passado com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar. De acordo com Luciano Agra, a história-problema construída pelos Annales é de fato uma "nova história". Houve uma inovação no trabalho do historiador nas condições e concepções, se antes ele escolhia, mas não podia admitir, agora ele escolhe e expõe suas críticas, assim também, suas fontes e técnicas. A história inovada pelos Annales tornou-se racional, abandonando a instituição, elegendo o senso crítico, abrindo espaço para que o leitor tome posição quanto ao assunto, a problemática em questão.<sup>24</sup>

Partindo dessa orientação, o texto se organiza da seguinte forma: o primeiro capítulo trata do conflito interno colombiano, desde o processo de constituição da VII Conferência das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC-EP) até os desdobramentos da Política de Defesa e Segurança Democrática (PDSD) do governo Uribe. Nesse espaço de quase 30 anos, é possível verificar duas situações: primeiro o avanço da guerrilha na frente militar, sendo capaz de infligir ao Estado grandes derrotas. O segundo cenário se desenha a partir da elaboração e desenvolvimento do Plano Colômbia, esse foi o ponto de partida para uma grande militarização e vitórias do Estado sobre os insurgentes e paramilitares. Com a ofensiva militar, aumentaram as tensões nos limites fronteiriços colombianos.

No segundo capítulo, foi analisado o processo que visava à modernização do Exército brasileiro. Desde a influência dos “jovens turcos”, passando pelos franceses até a dependência estadunidense. Após o fim do tratado militar com os Estados Unidos, tentando manter sua autonomia, o Exército buscou traçar as linhas da sua modernização com as cores brasileiras. Para isso foi elaborado o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX). Com esse documento norteador, passou-se a visualizar no horizonte da força, cada vez mais perto, a defesa da Amazônia.

O terceiro capítulo trata da operacionalização das políticas adotadas para a proteção da região norte. Desde o âmbito civil até o militar. Nesse quadro em que a Amazônia passou a ser a protagonista, são listados os incidentes que ocorreram na região de fronteira entre Brasil

---

<sup>24</sup> AGRA, L. *Error! Hyperlink reference not valid.*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/10920/1/A-Circulacao-da-Implantacao-da-Escola-dos-Annales/pagina1.html#ixzz1AwwHNx7V>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

e Colômbia. E por fim, a perspectiva de futuro traçado pelo Exército brasileiro para região de selva com base na Estratégia Braço Forte.

## CAPÍTULO 1 A MILITARIZAÇÃO VIA PLANO COLÔMBIA E A REAÇÃO ESTRATÉGICA DAS FORÇAS ARMADAS COLOMBIANA

### 1.1 Antecedentes

Os acontecimentos que ocorreram, a partir do início da década de 1980, foram transformando, aos poucos o conflito interno colombiano. Esse passou a ter um aumento no número de ações e maior grau de violência em função do gradativo crescimento de poder de fogo da guerrilha e o financiamento vindo do narcotráfico, que passou a corromper os atores políticos.

Esse período marcou a passagem das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC-EP) de um mediano grupo guerrilheiro, entre os vários existentes, para a posição de maior expressão no teatro político colombiano. Nessa época, a revolução nicaraguense (1979) trouxe um impacto positivo para o movimento colombiano, pois revitalizou o mito da ação guerrilheira como instrumento de conquista do poder na América Latina.<sup>25</sup>

As FARC-EP modificaram sua estratégia de luta por meio da sua VII Conferência, realizada entre os dias 4 e 14 de maio de 1982. Essa conferência propiciou ao movimento uma nítida concepção operacional e estratégica como exército revolucionário, caracterizando um reajuste de todos os seus mecanismos de direção e comando. Na ocasião, foram estabelecidos alguns pontos, entre eles:

- Iniciar operações, nas cidades, com o intuito de urbanizar o conflito: a criação do exército revolucionário liga-se ao planejamento estratégico que define o desdobramento da força de combate, o centro do desdobramento estratégico, onde estão se processando as contradições fundamentais, colaterais e acessórias da sociedade e que, nesse momento, situam-se nas grandes cidades do país; nessas condições, o trabalho urbano adquire um caráter estratégico.
- Desdobrar-se até alcançar as cifras de 48 frentes, conferindo especial atenção à criação de um corredor estratégico para ligar o município de La Uribe (sede do Secretariado Central das FARC-EP) à Venezuela.

---

<sup>25</sup> LEONGÓMEZ, E. P. **Uma Democracia Sitiada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p.68.

- Identificou-se a Cordilheira Central como eixo do desdobramento estratégico das FARC-EP, uma vez que essa constitui a barreira natural que separa a Orinoquia e a Amazônia do restante do país e, ademais, porque é possível ameaçar Bogotá a partir desse ponto.
- Por fim, a política de massas implicava a infiltração no movimento sindical, nas universidades e nas juntas de ação comunitária. Tendo como objetivo diversificar a composição social do movimento.<sup>26</sup>

Essas mudanças estratégicas levaram os insurgentes a dominar outras regiões do território colombiano. Até então, a sua fixação se restringia a áreas de colonização em função da precária presença estatal. Com o desdobramento de suas frentes, passam a objetivar o domínio sobre áreas com valor estratégico para a captação de recursos econômicos com o fito de obter o controle direto da exploração de recursos naturais ou de extorquir seus produtores com a cobrança do “imposto revolucionário”.

Em zonas dominadas pela guerrilha, especialmente em regiões cultivadoras de coca onde a autoridade oficial está ausente, os insurgentes exercem funções próprias do Estado como a manutenção da ordem, intermediação de conflitos, construções e reparações de vias, pontes, imposição tributária (ilegal) e regulação do comércio ilegal.<sup>27</sup>

As FARC-EP passaram a se estruturar militarmente da seguinte forma: a esquadra é a unidade básica e consta de 12 homens, duas esquadras formam uma guerrilha, duas guerrilhas formam uma companhia, duas companhias formam uma coluna e duas ou mais colunas formam uma frente. Com o avanço territorial que foi ocorrendo surgiram os Blocos de Frente: um bloco de frente consta de cinco ou mais frentes, é a estrutura militar que está abaixo do Secretariado e do Estado Maior Central. Com essa nova linha de ação buscava-se criar uma correlação de forças para que fosse possível o desenvolvimento de uma ofensiva geral.

Outro ponto que fortaleceu as FARC-EP no processo de expansão é o seu envolvimento com o tráfico de drogas que, gradativamente, passou a fortalecer a economia dos guerrilheiros. No sul do país, nos Departamentos de Guaviare, Caquetá e Putumayo, houve um grande crescimento na produção de coca na década de 1980, em áreas controladas pelas FARC-EP. Esse incremento nas produções é em grande parte resultado do combate

---

<sup>26</sup> LEÓNGOMEZ, E. P. **Uma democracia sitiada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p. 67.

<sup>27</sup> CHERNICK, M. **Acuerdo posible: solución negociada al conflicto armado colombiano**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2008. p. 163.

estadunidense às plantações de coca na Bolívia e Peru, o que os especialistas consideram de “efeito balão”, que consiste em, apertando o cerco de um lado, pode-se até obter alguma diminuição, porém, o balão, a plantação, se expande em outra frente; nesse caso, em território colombiano estabelecendo novas fronteiras agrícolas.

No decorrer dos anos 1980 o presidente, Belisario Betancur, tentando iniciar negociações com o movimento guerrilheiro, ditou a Lei 35, de novembro de 1982, conhecida como “Lei da Anistia”, que permitiu a liberação de centenas de revolucionários presos.<sup>28</sup> O movimento insurgente, diante da aparente boa vontade do governo em estabelecer uma linha de diálogo, assinou em 28 de maio de 1984, os acordos de “*La Uribe*”, que estabeleciam um cessar-fogo bilateral, a não entrega de armas e homens por parte da guerrilha e, por sua vez, o governo se comprometia em impulsionar uma série de reformas políticas, econômicas e sociais que o parlamento deveria aprovar por meio de leis da República.

Em função do acordo estabelecido, foi criada, em 1985, uma organização política denominada União Patriótica (UP). Essa criação obedecia à busca de uma representação política legal por parte dos movimentos de esquerda. Era uma frente ampla na qual se integravam guerrilheiros das FARC-EP, sindicalistas, progressistas, democratas e setores regionais dos partidos liberal e conservador procurando uma expressão partidária legal no quadro eleitoral colombiano.

Esse período foi marcado por uma vitória da UP nas eleições de 1986, conseguindo eleger 350 vereadores, 23 deputados e 6 senadores. Na eleição presidencial, a agrupação política conseguiu 350.000 votos. Diante dessa demonstração de aceite político da nova expressão, o governo (motivo pelo qual esse período passaria a ser conhecido como “a guerra suja”) promoveu perseguições e assassinatos de forma clandestina de membros da UP.<sup>29</sup> Em 1987, vários grupos guerrilheiros existentes na Colômbia se reuniram, organizativamente, para a fundação da Coordenadoria Guerrilheira Simon Bolívar (CGSB). Essas medidas, adotadas por parte dos insurgentes, provocaram o aumento da fúria da repressão estatal, que respondia às manifestações políticas de esquerda com assassinatos e perseguições de seus líderes.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> VÉLEZ, M. M. **Esboço Histórico das FARC-EP**. Colômbia (NOVA), 1998 p. 31.

<sup>29</sup> Fato verificado anteriormente com o M-19, entregaram as armas aproveitando a trégua para passar a militar legalmente em partidos políticos aceitando as regras do jogo eleitoral e foram brutalmente perseguidos e assassinados.

<sup>30</sup> Em 1988 ocorre o assassinato do dirigente e secretário de relações políticas da União Patriótica, José Antequera, no interior no aeroporto de Bogotá. Durante a campanha presidencial são assassinados três candidatos: Luis Carlos Galán, do Partido Liberal, Carlos Pizarro Leongómez, da Aliança Democrática M-19 e Bernardo Jaramillo, da UP. VÉLEZ, M. M. **Esboço Histórico das FARC-EP**. Colômbia (NOVA), 1998. p. 35.

As relações entre o governo e a guerrilha há muito já estavam deterioradas, mas, o estopim da crise ocorreu quando as forças do governo atacaram, em 9 de dezembro de 1990, a “Casa Verde”, sede do secretariado das FARC-EP, no mesmo dia das eleições para a constituinte e sem prévia declaração de guerra. De uma forma equivocada, o governo acreditava ter realmente atingido de forma letal a guerrilha e vislumbrava-se o grande golpe final da guerra de contra-insurgência. No entanto, por desajustes estratégicos bem como pela sua incapacidade bélica, o Estado não chegou a impor perdas consideráveis ao grupo insurgente. Para Carlos Alfonso Velásquez, “o que se pode deduzir é que não houve um objetivo político específico traçado pelo governo”. Segundo o Conselho de Segurança do momento, “a decisão do assalto a Casa Verde não foi presidencial, nem política se não estritamente militar, o mesmo que a seleção dos meios e a data de sua realização.”<sup>31</sup>

No período caracterizado pela reorganização das FARC-EP, em consequência do ataque ao seu secretariado, são constatadas as limitações operacionais das forças governamentais na guerra de contra-insurgência, pois a insurgência não diminuiu e os guerrilheiros intensificaram as suas ações, em função da traição por parte do governo que atacou durante um período de paz. A declaração de “guerra integral” contra os insurgentes farianos fez com que a guerrilha, efetivamente, expandisse os propósitos elaborados na VII Conferência.

Depois do assalto a Casa Verde, especialmente no primeiro trimestre de 1991, o nível de confrontação se elevou. No dia 05 de fevereiro, dia da instalação da Assembléia Constituinte, aconteceram cinquenta atentados dos guerrilheiros. Na mesma semana, ocorreram mais de duzentos ataques em todo o país, provocados pela Coordenadoria Guerrilheira Simón Bolívar (CGSB). Dados do Informe Nacional de Desenvolvimento Humano (INDH) mostram que entre 1990-91 as FARC-EP aumentaram em 140% suas ações violentas.<sup>32</sup>

Em 1993, já se vislumbrava os primeiros ensaios de confrontação direta por parte da guerrilha, exemplo disso foram o ataque a Dabeiba e o bloqueio na região de Urabá onde participaram mais de 500 guerrilheiros do Bloque José Maria Córdoba. Em 1996, estabeleceu-se o ponto de partida de uma série de êxitos militares que revelaram uma maior capacidade ofensiva, derivada do acúmulo de experiências na preparação e na condução tática dos

---

<sup>31</sup> VELÁSQUEZ, C. A. Las políticas de seguridad y defensa en Colombia: una mirada histórica. In: VELÁSQUEZ, A. V. (Org.). **Ensayos sobre seguridad y defensa**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006, p. 145-161.

<sup>32</sup> VELÁSQUEZ, C. A. Las políticas de seguridad y defensa en Colombia: una mirada histórica. In: VELÁSQUEZ, A. V. (Org.). **Ensayos sobre seguridad y defensa**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006, p. 145-161. p.155.

ataques. O início da crise das Forças Armadas da Colômbia (FAC) foi, em 15 de abril de 1996, com o ataque a Puerres, Departamento de Nariño, e continuou com a tomada da base militar de Las Delicias em 30 de agosto. No dia 07 de setembro, foi realizado o ataque à base militar de La Carpa no Departamento de Guaviare; e, no dia 21 de dezembro, ocorreu a ofensiva militar contra a base de Patascoy, localizada no Departamento de Nariño.

Em 1998, os ataques se intensificaram, a partir de março, quando a Brigada Móvel nº3 do Exército foi atacada em El Billar, no Departamento de Caquetá; em 3 de agosto, a guerrilha atacou as instalações da Polícia em Miraflores, Guaviare e Meta, assim como a base militar de Pavarandó em Urabá. Em novembro, momento antes da criação da zona desmilitarizada, local de negociações da administração Pastrana com as FARC-EP, este grupo tomou por assalto a estrutura militar localizada na cidade de Mitú no sul oriente colombiano. Essa ação gerou um incidente diplomático com o Brasil. (ver capítulo 3)

Para Camilo Echandia Castilla e Eduardo Bechara Gómez, entre 1996-1998, na região sul do país, as FARC-EP demonstraram sua elevada capacidade de aprendizagem, colocou a prova sua capacidade de manobra, liberdade e rapidez de ação. Entre as mudanças mais significativas observadas na dinâmica do conflito, destaca-se a prioridade manifesta do grupo armado em atacar e destruir os postos militares e debilitar a presença estatal em regiões onde buscava ampliar sua influência.<sup>33</sup>

Em 30 de agosto de 1996, mais de 2.600 guerrilheiros atacaram a base militar de Las Delicias no Departamento de Putumayo. A ação havia sido cuidadosamente planejada durante seis meses. Tão segura se encontrava as FARC do êxito da operação, que designaram a um membro da sua organização para que registrasse os feitos em vídeo. Na operação morreram 31 soldados e outros 60 ficaram retidos como reféns, no que foi considerada a pior derrota do Estado colombiano nos últimos anos.<sup>34</sup>

Entre 1992 e 1998, em decorrência de sua mudança tática ocorreu a passagem da guerra de guerrilhas para a guerra de movimentos (programa que se denominou “Nova Forma de Operar – NFO”). Naquele momento foi decidido que seria necessário constituir um exército guerrilheiro capaz de infligir as Forças Armadas derrotas com um valor estratégico nítido e contundente. Com esse objetivo, são criados os Comandos Conjuntos em escala regional e o Comando Geral, destinado a coordenar a nova fase de ofensiva militar contra o

<sup>33</sup> CASTILLA, C. E.; BECHARA GÓMEZ, E. Conducta de la guerrilla durante el gobierno Uribe Vélez: de las lógicas de control territorial a las lógicas de control estratégico. In: **Análises Político Nº 57** (Mayo-Agosto), Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006. p. 31-54.

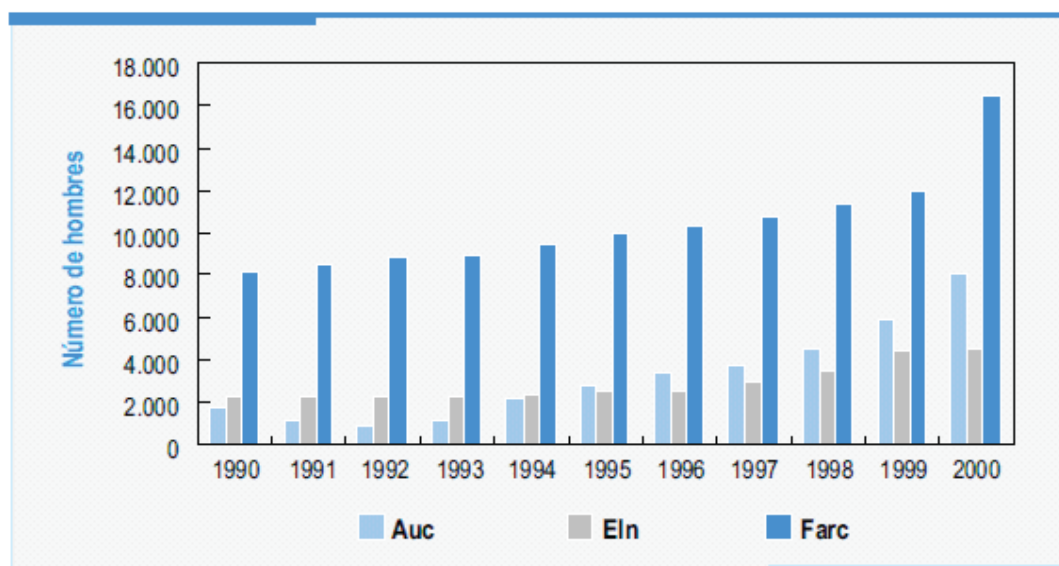
<sup>34</sup> RAMÍREZ, H. V. **El conflicto político armado en Colombia negociación o guerra**. Santiago de Cali: Editorial Universidad Del Valle, 1998. p. 130.

Estado.<sup>35</sup> No final de 1998, havia mais de 500 prisioneiros em mãos da guerrilha, além do domínio de grandes áreas dentro do território colombiano.

Acredita-se que, nesse momento do conflito, as FARC-EP já haviam superado a guerra de posições, que se caracteriza por pequenos grupos que fustigam o inimigo mantendo-se em permanente mobilidade. O que tudo indicava é que começaram a se concentrar na ideia de uma defensiva estratégica, que consistiria em manter o domínio sobre as posições conquistadas, no entanto, sem abandonar por completo a guerra de posições e partindo, posteriormente, para a vitória por meio da ofensiva geral, que seria o golpe final pautado na existência/organização de um exército regular estruturado na NFO.

Nessa época as estimativas apontavam que a insurreição contava entre 15 a 18 mil homens nas fileiras do exército guerrilheiro e estava presente em 622 dos 1099 municípios do país. Nos municípios das regiões sul e sudeste (que limitam com o Brasil na região amazônica), os guerrilheiros eram, praticamente, a única autoridade que administrava justiça, cobrava impostos e dirigia as atividades produtoras de cocaína e de heroína.<sup>36</sup> Entretanto, o governo, a partir da elaboração do Plano Colômbia, passou a contar com pesados investimentos no orçamento militar, o que lhe possibilitou a retomada e o exercício do domínio sobre grande parte do território colombiano e, dessa forma, consegue com que a guerrilha retroceda em suas ações.

**Gráfico 1 Evolução dos Grupos Armados**



Fonte: **Plan Nacional de Desarrollo 2002-2006**. Departamento Nacional de Planeación. Bogotá, 2003. p. 34.

<sup>35</sup> LEÓNGOMEZ, E. P. **Uma democracia sitiada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p. 72.

<sup>36</sup> RODRIGUEZ, R. V. **Da guerra à pacificação: a escolha colombiana**. Campinas: Vide Editorial, 2010. p. 91.



## 1.2 O Plano Colômbia

Simultaneamente à abertura do diálogo com a guerrilha,<sup>37</sup> o presidente Pastrana, procurou criar um plano de desenvolvimento econômico e social com a finalidade de diminuir a dependência de grande parte da população do cultivo de coca. Para a realização do “*Plan de Desarrollo Cambio Para construir La Paz*”, Pastrana buscou apoio econômico nos Estados Unidos. Inicialmente, o programa destinar-se-ia à ajuda financeira para as regiões cultivadoras de coca, e a principal ideia, defendida pelo presidente, era de que os cultivos poderiam ser erradicados e substituídos mediante acordos de cooperação com a guerrilha e que a paz poderia construir uma exitosa política contra as drogas.

Essa proposta foi muito questionada pelos congressistas estadunidenses. O programa aprovado pelo congresso dos Estados Unidos consistia no combate aberto às produções dos cultivos ilícitos, baseado nas fumigações aéreas e na destruição dos laboratórios de cocaína. A ideia inicial de um combate aos ilícitos, baseado num contexto de negociação e ações conjuntas, pautadas num cessar-fogo, permitiria ao Estado uma legítima presença nas zonas produtoras dominadas pela guerrilha. Todavia, a nova orientação vinda de Washington, previa que o tráfico de drogas alimentava a guerra colombiana, então, combater o tráfico, duramente, seria golpear o movimento insurgente, tendo isso acontecido, seria possível a realização de uma paz negociada. A ideia que visava à saída pela paz, ficou, meramente, como uma proposta simbólica.

O fruto dessa negociação seria chamado de “*Plan Colombia*”, que previa um investimento de US\$ 7,5 bilhões. Estados Unidos, União Europeia e as instituições financeiras internacionais investiriam aproximadamente 3,5 bilhões enquanto que a Colômbia deveria contribuir com outros 4 bilhões de dólares. O programa se destacava por sua vertente militar e de combate às plantações de coca, que, de forma surpreendente, foi prontamente reprovado pela União Europeia. Os países europeus não concordavam com sua participação em um programa que tinha como principal objetivo a militarização do combate à droga. Assim, o Parlamento Europeu adotou em 1 de fevereiro de 2002, a seguinte proposta:

---

<sup>37</sup> No dia 9 de julho de 1998 o presidente Pastrana foi até a selva amazônica para se encontrar com o dirigente máximo das FARC-EP, Manuel Marulanda Vélez (“Tirofijo”), para negociar a abertura de um processo de diálogo entre guerrilha e o governo. Paralelamente buscou também rapidamente reatar os laços políticos e econômicos com os Estados Unidos. Como pré-condição dois pontos que foram solicitados pelas FARC-EP para que fosse possível iniciar as negociações, que foram: 1) a criação de uma “*zona de despeje*” que incluía os municípios de La Uribe, Mesetas, Vistahermosa, Macarena e San Vicente del Caguán no departamento de Caquetá, e; 2) um não cessar-fogo. Ambas as propostas foram aceitas sem hesitação por parte do governo.

afirmava que o Plano Colômbia era diretamente oposto a muitos dos objetivos e compromissos da União Europeia e que poderia ameaçar a sua cooperação. Era proposto um programa europeu de apoio socioeconômico e institucional ao processo de paz colombiano ajustado à proteção dos direitos humanos, ao direito internacional humanitário e às liberdades fundamentais, melhorando as condições da população local, fomentando a substituição dos cultivos e a proteção da biodiversidade e ajudando a implementação de reformas estruturais na área em que ocorre o conflito armado.<sup>38</sup>

Diante dessa falta de sincronia diplomática, ficou claro que, na elaboração do programa militar dos Estados Unidos para a Colômbia, as discussões foram restritas a assessores do Pentágono, tendo, assim, excluído os membros da União Europeia de participarem e adicionarem propostas que poderiam ser divergentes. Todavia, no momento de liberar financiamentos, os europeus foram rapidamente lembrados e incluídos no acordo. O fato que mais chama a atenção é o projeto ser apresentado na embaixada colombiana, nos Estados Unidos, e estar redigido em inglês.<sup>39</sup>

Os investimentos estadunidenses fizeram com que as Forças Armadas da Colômbia passassem por uma grande modernização e reaparelhamento.<sup>40</sup> Foram transferidos militares estadunidenses para a Colômbia com o objetivo de dar instrução/treinamento aos soldados colombianos e a batalhões com funções específicas, no caso, os antinarcóticos. Assessores militares e parte de inteligência do Comando Sul (U.S. Southern Command) participaram, ativamente, desse programa. Bill Perry e Edward Luttwak, assessores do Pentágono e importantes consultores em Washington para temas militares, afirmaram que a inteligência estadunidense estava compartilhando informações, imagem via satélite, interceptação de comunicações e que executavam voos noturnos de reconhecimento e captura conjunta.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> Resolução do Parlamento Europeu sobre o Plano Colômbia e o apoio ao processo de paz na Colômbia, adotado em primeiro de fevereiro de 2001.

<sup>39</sup> Mesmo que o documento tenha sido elaborado por uma equipe do governo colombiano, seu conteúdo foi exaustivamente discutido com membros do Departamento de Estado americano, que insistiram sobremaneira no componente antinarcóticos do Plano Colômbia, de modo a “vender” melhor o documento no Congresso norte-americano; para tanto, recomendaram que o nome inicial do projeto (“Plano Marshall para Colômbia”) fosse modificado, para evitar qualquer alusão ao tema de reconstrução econômica e social da Europa após a Segunda Guerra Mundial, pois sabiam que isso seria recebido com resistências tanto pela Câmara quanto pelo Senado em Washington, muito mais interessados na questão da guerra contra drogas do que no auxílio a países em vias de desenvolvimento. LEÓNGOMEZ, E. P. **Uma Democracia Sitiada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p. 211.

<sup>40</sup> Ocorreu a criação de três novos batalhões para operar no sul do país; aquisição de 18 helicópteros Blackhawk e 42 helicópteros UH-1H Huey e melhores instrumentos de combate e comunicação. Ver: TOKATLIAN, J. G. “Colombia, el Plan Colombia y la region andina. Implosión o concertación?” In: **Nueva Sociedad** nº 173 (mayo-junio). Caracas, 2001.

<sup>41</sup> “La situación en Colombia: la Casa Blanca y el combate contra la guerrilla”. **Clarín**, 25 de julho de 1999.

**Tabela 1 Pacote de ajuda dos Estados Unidos**

<b>Destinação</b>	<b>em milhões de dólares</b>
Assistência militar	519.2
Assistência a Polícia	123.1
Desenvolvimento alternativo	68.5
Ajuda para os desabrigados	37.5
Diretos Humanos	51.0
Reforma judicial	13.0
Reforço a lei	45.0
Processo de Paz	3.0
<b>Total</b>	<b>860.3</b>

Fonte: Center of International Policy Washington. Disponível em:  
<<http://www.ciponline.org/colombia/aid/aidsumm.htm>. >. Acesso em: 24 ago. 2008.

O Plano Colômbia forçou a um desenho e a uma implantação de uma estrutura própria para a guerra irregular (que incrivelmente não se havia dado em mais de 30 anos de luta contrainsurgente), cuja característica principal foi a mobilidade e a articulação de unidades das três forças militares. Essa estrutura incorporou tímidos, desarticulados e, relativamente, recentes avanços nesse sentido, que seriam as Brigadas móveis. No entanto, também teve que absorver uma antiga estrutura desenvolvida para a guerra regular: Batalhões e Brigadas convencionais, juntamente com as Divisões, que contavam com um dispositivo muito disperso pelo território o que acabou aumentando os custos do projeto. O Plano Colômbia significou, essencialmente, a preparação das Forças Armadas para a guerra irregular.

Há dois pontos importantes a serem observados sobre o desenvolvimento do Plano Colômbia: o primeiro se refere aos vultosos investimentos realizados pelos Estados Unidos na Colômbia, no entanto, grande parte dessas somas retornariam para a sua economia na forma de aquisição de material bélico por parte do governo colombiano (o que gerou emprego no seu parque industrial), juros, impostos e assessoria, e pode-se afirmar que, apesar do fortalecimento, o atual estágio de dependência das Forças Armadas colombianas não contribuiu, decisivamente, para a aproximação das políticas de defesa regionais, pois não permitiu, ainda, o respaldo necessário à Colômbia para defesa de seus próprios recursos perante outros países sem o apoio dos Estados Unidos. Essa dependência “afasta” a Colômbia da necessidade de alianças na América do Sul. Atualmente, a Colômbia é percebida pelos seus vizinhos não só como uma ameaça à estabilidade regional em decorrência do desdobramento do conflito interno e seus possíveis efeitos na fronteira, senão como um ator

de desequilíbrio regional ao converter-se no aliado privilegiado de Washington o que, para alguns países, seria uma estratégia de dominação regional da grande potência.<sup>42</sup>

O segundo ponto que se destaca é que, na Colômbia, os militares estadunidenses gozam de um foro equivalente ao diplomático, com base no “Acordo entre o governo da República da Colômbia e o governo dos Estados Unidos da América a respeito da entrega de pessoas dos Estados Unidos da América à Corte Penal Internacional”. Assim, procurou-se garantir imunidade frente à jurisdição da Corte Penal Internacional de funcionários, empregados, contratados e membros do serviço militar. Para ratificar essa liberdade em solo colombiano, o “Acordo Complementário para a Cooperação e Assistência em Defesa e Segurança”, entre os governos colombiano e dos EUA, firmado no dia 03 de novembro de 2009, embora cite a necessidade de respeito às leis colombianas, prevê que os estadunidenses, em apoio ao acordo, que venham a praticar algum tipo de crime em território colombiano, sejam julgados pelos EUA, cabendo a este somente informar ao governo colombiano sobre o andamento dos processos. Ao pessoal dos Estados Unidos será permitido o ingresso e saída do país sem passaporte ou visto, permanecendo até 90 dias ou de acordo com outro prazo acordado entre as partes. Todos os bens e materiais importados e exportados para as atividades do acordo não serão objeto de inspeção pelas autoridades colombianas, considerando-se suficiente a declaração das aduanas.

Com os investimentos, via Plano Colômbia, já no ano 2000, as forças militares começaram a retomar a iniciativa na confrontação, graças ao aumento de sua mobilidade, da capacidade do apoio aéreo e de instrumentos para o combate noturno. As Forças Armadas começaram a registrar uma série de operações exitosas: no município de Suratá foram mortos 72 membros das FARC-EP e capturados mais 136 combatentes. Com essa ação, foi possível desarticular uma Coluna que havia partido da zona desmilitarizada com o propósito de recuperar territórios sob o controle dos paramilitares no Departamento de Magdalena Médio. Em fevereiro de 2001, foi desenvolvida a Operação Gato Negro, no departamento de Vichada e, em maio, a Operação Tsunami em Nariño, duas ações que conseguiram interceptar e bloquear as ações por parte da guerrilha. Durante o mês de agosto, as Forças Armadas desencadearam uma grande ofensiva contra as FARC-EP, no sul oriente colombiano, quando foi interceptada no departamento de Guaviare a Coluna Juan José Rondon, integrada por um

---

<sup>42</sup> TECHE, C. H. **As transformações nas Forças Armadas colombianas e os reflexos para os objetivos de Defesa do Brasil na região amazônica**. 2010. Dissertação - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

elevado número de guerrilheiros que havia partido da zona desmilitarizada com o objetivo de tomar de assalto Barrancominas.<sup>43</sup>

No final do governo de Pastrana ficara nítida a vertente do plano que foi elaborado por Washington. Em menos de quatro anos o país triplicou o número de oficiais, de menos de 20.000, em 1998, para, aproximadamente, 60.000 em 2004. O total de combatentes cresceu de 79.000 para 140.000. As Brigadas móveis de 3 para 7 e as fluviais de 4 para 7. Em matéria de helicópteros, passou de 76 para 170, fuzil Galil de 105.000 para 165.000. Hoje é comum falar de visores noturnos e helicópteros de combate capazes de disparar de 12.000 pés de altura com uma margem de erro em centímetros.

Os Estados Unidos, ao longo dos quatro anos, ofereceram apoio em matéria de alta tecnologia em informações de satélite e de aviões de radar. As bases de Três Esquinas, Larandia e Apiay se converteram em centros de inteligência tecnológica que põe as Forças Armadas colombianas entre as mais modernas da América Latina.<sup>44</sup>

Para Camilo Echandia Castilla e Eduardo Bechara Gómez, a zona desmilitarizada criada no governo Pastrana teve um impacto negativo sobre os insurgentes. Isso se deve, primeiro, dada à baixa densidade populacional na área, é improvável que o recrutamento tenha sido significativo. Em segundo lugar, a possibilidade de lançar ataques desde a área desmilitarizada se converteu mais em uma debilidade que em uma fortaleza para as FARC-EP, pois o monitoramento constante da área permitiu às Forças Armadas detectarem os movimentos dos guerrilheiros, interceptar, oportunamente, e causar-lhes grandes derrotas. E em terceiro lugar, foi significativo o esforço militar que realizaram para garantir a segurança dos integrantes do Secretariado, os comandantes de Bloque e os membros da mesa de negociação e da comissão temática.<sup>45</sup>

A radicalização das partes envolvidas no conflito levou o país andino a ter uma das maiores cifras de desabrigados do mundo. O processo que vinha aumentando desde o governo Samper (1994-1998) encontrou, nas políticas militaristas de Pastrana, um terreno fértil para se desenvolver com grande rapidez. As fumigações, e as ações militares e guerrilheiras desalojaram de suas casas milhares de camponeses que, sem ter para onde ir, ficavam

---

<sup>43</sup> CASTILLA, C. E.; BECHARA GÓMEZ, E. Conducta de la guerrilla durante el gobierno Uribe Vélez: de las lógicas de control territorial a las lógicas de control estratégico. In: **Análises Político** N° 57 (Mayo-Agosto), Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006. p. 31-54.

<sup>44</sup> PABÓN, N. A. El papel de las Fuerzas Armadas colombianas en la política antinarcóticos (1998-2006). In: VELÁSQUEZ, A. V. (Org.). **El papel de las Fuerzas Armadas en la política antidrogas colombiana 1985-2006**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008, p. 158.

<sup>45</sup> CASTILLA, C. E.; BECHARA GÓMEZ, E. Conducta de la guerrilla durante el gobierno Uribe Vélez: de las lógicas de control territorial a las lógicas de control estratégico. In: **Análises Político** N° 57 (Mayo-Agosto), Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006. p. 31-54.

vagando pelo interior do país. Eduardo Luna classifica essa situação de “refugiados dentro de su propio país.”<sup>46</sup> Essas migrações forçadas têm causado um desequilíbrio na política regional, pois, muitos colombianos, fugindo da violência e da perseguição têm buscado se refugiar de forma ilegal em outros países. Venezuela, Equador, Peru, Panamá e Brasil passaram a receber essas pessoas.

**Tabela 2 Crise Humanitária**

Ano	Nº de pessoas em situação de deslocamento forçado
1997	257.000
1998	308.000
1999	288.127
2000	317.375
2001	342.243
2002	412.553

Fonte: Observatorio de la Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento (Codhes). Disponível em: <[http://www.codhes.org/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=55&Itemid=51](http://www.codhes.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=55&Itemid=51)>. Acesso em: 09 jan. 2011.

Em decorrência da pressão de países fronteiriços à Colômbia, mudaram a nomenclatura do programa que, passou a se chamar Iniciativa Regional Andina (IRA), porque países como Peru, Equador e Panamá reivindicavam também uma ajuda financeira. Alegavam que o conflito poderia transbordar as fronteiras e adentrar em seus territórios. Assim, visando ao crédito, esses países declaravam-se sem capacidade de efetivar um combate, tanto contra os guerrilheiros colombianos como contra uma possível migração das plantações de coca para os seus domínios. Mesmo com a inclusão desses países, a Colômbia continuava a receber a maior fatia dos investimentos. Com a ajuda financeira direcionada a novos países da região, Washington objetivava regionalizar o conflito, angariando apoio político e militar em uma possível ofensiva contra a guerrilha.

De acordo com Nathalie Pabón Ayala, a IRA pode ser entendida como uma ampliação do Plano Colômbia na medida em que manifesta a persistente preocupação e o claro interesse estadunidense em fortalecer a capacidade militar do Estado colombiano e aprofundar uma política punitiva comum contra as drogas ao redor da Colômbia. Baseado em uma proibição, militarização, fumigação e extradição. Com os objetivos bem estabelecidos: cooptar aliados Panamá, Equador e Bolívia (no momento da sua elaboração) de Washington, convencer o

<sup>46</sup> LUNA, E. U. **Colômbia incógnita siglo XXI**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2005.

ambíguo Peru e pressionar os oponentes Brasil e Venezuela da estratégia frente à insurgência.<sup>47</sup>

**Tabela 3 Recursos da Iniciativa Regional Andina (em dólares)**

País	Ajuda militar e policial	Ajuda econômica e social	Total
Colômbia	275.000.000	164.000.000	439.000.000
Peru	66.000.000	69.000.000	135.000.000
Bolívia	49.000.000	42.000.000	91.000.000
Equador	21.000.000	16.000.000	37.000.000
Brasil	12.000.000		12.000.000
Venezuela	8.000.000		8.000.000
Panamá	9.000.000		9.000.000
Total	440.000.000	291.000.000	731.000.000

Fonte: Center of International Policy Washington. Disponível em:  
<<http://www.ciponline.org/colombia/aid/aidsumm.htm>. >. Acesso em: 24 ago. 2008.

Diante dessa opção de resolver o conflito pela via armada e da fracassada mesa de negociação com a guerrilha, no dia 09 de janeiro de 2002, o governo de Pastrana declarou o fim do processo de paz e estabeleceu 48 horas para que as FARC-EP abandonassem a área desmilitarizada.<sup>48</sup> O enviado especial da ONU, James Lemoyne e o embaixador francês em Bogotá, Daniel Parfait, entrevistaram no assunto, conseguindo que o presidente colombiano voltasse atrás na sua decisão para aceitar negociar com as FARC-EP a sua permanência nessa área.

No entanto, a cartada final veio em 20 de fevereiro quando os insurgentes sequestraram um avião comercial e retiveram como refém o senador colombiano, Jorge Gechem Turbay, que presidia a Comissão de Paz do Senado. Assim, acabava a proposta de paz, deixando a Colômbia num acelerado processo de militarização e desestabilidade social. Isso abriu o caminho para que Álvaro Uribe Vélez conquistasse o pleito nas eleições, tendo como proposta de campanha combater a guerrilha com mão de ferro até o seu aniquilamento, caracterizando a insatisfação da população, que antes desejava a negociação e, diante da situação, votou a favor da eliminação da guerrilha pela força militar.

<sup>47</sup> PABÓN, N. A. El papel de las Fuerzas Armadas colombianas en la política antinarcóticos (1998-2006). In VELÁSQUEZ, A. V. (Org.). **El papel de las Fuerzas Armadas en la política antidrogas colombiana 1985-2006**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008, p. 170.

<sup>48</sup> Um dos poucos acordos efetivados ao longo de três anos e meio, foi a troca humanitária: o governo libertou 15 prisioneiros das FARC-EP e esta em troca libertou 242 soldados e policiais que estavam em suas mãos. CHERNICK, M. **Acuerdo posible: solución negociada al conflicto armado colombiano**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2008. p. 240.

### 1.3 O governo de Uribe

No ano de 2001, em fins do governo de Pastrana, despontou dentro do partido Liberal, a imagem do governador de Antioquia, Álvaro Uribe Vélez, como possível candidato à presidência. Horacio Serpa, o líder do partido, apostou e apoiou a candidatura de Uribe para as próximas eleições. O partido defendia que o processo de paz, iniciado com Pastrana, deveria ser a linha seguida pelo candidato, porém, sofreria uma reorganização para não cair no mesmo erro. No entanto, Uribe discordava dessa proposta, pregava a confrontação aberta com a guerrilha, e a decisão pelo combate: a vitória por meio do embate militar. Diante dessa sua posição radical, foi lhe retirado o apoio partidário e Serpa passou a disputar o pleito contra Uribe. Álvaro Uribe organizou a sua candidatura para as eleições sob o nome de movimento Primeiro Colômbia. Foi com o lema "*mano dura corazón grande*" que o dissidente Uribe ganhou as eleições no primeiro turno com 53,048% dos votos válidos.

Eleito presidente, Álvaro Uribe Vélez assumiu o poder num momento de grande dificuldade internacional. Após os ataques de 11 de setembro de 2001, o governo estadunidense declarou sua guerra global contra o terrorismo. Dentre os vários países alvo dessa nova doutrina, encontrava-se a Colômbia, em decorrência do seu conflito interno.<sup>49</sup> O governo colombiano, de acordo com a nova doutrina dos Estados Unidos de luta contra o terror, classificou as FARC-EP como um grupo terrorista e procurou apoio na comunidade internacional para resolver esse problema, alegando que a luta naquele momento era contra o terror, tratando-se de uma questão mundial.

De acordo com a óptica da diplomacia estadunidense, uma possível internacionalização do conflito<sup>50</sup> garantiria apoios regionais para combater a guerrilha interna. Dessa maneira, o governo colombiano procurava uma possível liberdade de ação sobre o território de vários países fronteiriços com a Colômbia no caso de uma possível invasão de perseguição à guerrilha ou para realizar uma manobra de envolvimento pelos flancos. Brasil e Venezuela, prontamente, mostraram-se contrários a essa perspectiva que passava por cima da soberania dos países da região, o que significava ignorar o princípio basilar de organizações

---

<sup>49</sup> Constava na Lista do Departamento de Estado dos Estados Unidos no dia 30 de janeiro de 2003, FARC-EP, ELN e AUC como sendo Organizações Terroristas.

<sup>50</sup> Cada vez mais, as percepções de ameaça, que antes focavam num genérico risco de intervenção dos países ricos devido a pressão da opinião pública mundial, passaram a se concentrar num cenário e numa situação mais concreta: a política norte-americana de combate ao narcotráfico na Região Andina, cuja maior intensificação foi o Plano Colômbia, que trouxe em seu bojo uma intensificação das pressões dos Estados Unidos no sentido de participação decidida das Forças Armadas brasileiras no combate ao narcotráfico. Ver: MARTINS FILHO, J. R. "As Forças Armadas brasileiras e o Plano Colômbia". In: CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.13.



internacionais como a OEA e a ONU. O governo brasileiro classificou o conflito colombiano como um assunto interno à Colômbia e que, por tanto, era relativo apenas à nação colombiana.<sup>51</sup> Com esse pensamento, manteve-se em respeito do princípio de não intervenção, isento de participar das ações do teatro de guerra desenhado pelos Estados Unidos.

Artigo 19: Nenhum Estado ou grupo de Estados têm o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, em assuntos internos ou externos de qualquer outro. O princípio anterior exclui não somente a Força Armada, senão também qualquer outra forma de ingerência ou de tendência a atentar contra a personalidade do Estado, dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constitui.

Artigo 21: O território de um Estado é inviolável; não pode ser objeto de ocupação militar nem de outras medidas de força tomadas por outro Estado, direta ou indiretamente, qualquer que seja o motivo, ainda que de maneira temporal. Não se reconhecerá as aquisições territoriais ou as vantagens especiais que se obtenha pela força ou por qualquer outro meio de coerção.<sup>52</sup>

Seguindo a linha de sua campanha de combater com mão de ferro os insurgentes, desde o início do seu governo, Uribe declarou o “*estado de comoción interior*”, que é um dos poderes de exceção de que dispõe o presidente da república de acordo com a constituição de 1991.<sup>53</sup> Com base nessa instituição constitucional, o presidente tem a liberdade de outorgar poderes extraordinários às Forças Armadas, entre eles, a permissão para confiscar, fazer detenções e apaziguamento sem autorização e nem supervisão judicial. Essas ações ocorreram nas delegadas “*zonas de rehabilitación y consolidación*”, regiões em que as autoridades civis eleitas, democraticamente, deveriam subordinar-se ao comandante militar local. Foram nove meses em que o poder e as arbitrariedades dos militares estavam acima de qualquer autoridade judicial do Estado. Nessas áreas, o Judiciário cedeu suas funções a tribunais militares, que realizaram processos sumários e acentuaram a prática de tribunais de exceção em nome da luta contra o narcotráfico.<sup>54</sup>

<sup>51</sup> “Amorim não vê como classificar FARC de terrorista”. **O Estado de S. Paulo**, 6 mar.2003.

<sup>52</sup> Carta de Organização dos Estados Americanos.

<sup>53</sup> Artigo 123. Em caso de grave perturbação da ordem pública que atenta de maneira iminente contra a estabilidade institucional, a segurança do Estado, ou a convivência cidadã, e que não possa ser conjurada mediante o uso das atribuições ordinárias das autoridades da Polícia, o Presidente da República, com a firma de todos os ministros, poderá declarar o Estado de Comoção Interior, em toda a República ou parte dela, por término não maior de noventa dias, prorrogável até por dois períodos iguais, o segundo deve requerer a aprovação favorável do Senado da República. Mediante tal declaração, o governo terá as faculdades estritamente necessárias para conjurar as causas da perturbação e impedir a extensão dos seus efeitos. Constituição de 1991. Disponível em: < <http://web.presidencia.gov.co/constitucion/index.swf> >. Acesso em: 8 jul. 2008.

<sup>54</sup> VILLA, R. D.; VIANA, M. T. A ascensão de Uribe na Colômbia: segurança interna e aliança estratégica com os Estados Unidos na construção do Estado-Nação. In: AYERBE, L. F. (Org.) **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo : Ed. da UNESP, 2008. p.153-182.

Para dar sustentação a sua política militarista durante todo o seu governo, Uribe defendeu a ideia de que, na Colômbia, não existia um conflito armado interno e sim uma “guerra contra a sociedade”.<sup>55</sup> Seguindo a proposta da nova política de Washington, o novo presidente adotou a linguagem do terrorismo para caracterizar o movimento insurgente, e negou-se a dialogar com os guerrilheiros, alegando não negociar com terroristas. Essa obstinação levou o presidente a proibir o uso da expressão “conflito armado” na linguagem oficial e proibiu a entrada de ações humanitárias por parte de organismos multilaterais.<sup>56</sup> Essa proposta buscava retirar do movimento insurgente seu caráter político, desqualificar o histórico de reivindicação e participação popular. Esse era o argumento que a elite colombiana necessitava para reprimir a ideia de beligerância do movimento e legitimar a política militarista iniciada com o Plano Colômbia.

Na sua origem histórica, a insurreição era o resultado da reação espontânea a uma situação na qual as autoridades despertavam a indignação das massas. Podia ser condicionada por longos períodos de exploração e de injustiças. Manifestava-se como o estalido de energias sociais historicamente acumuladas.<sup>57</sup>

Na sua teoria política, Max Weber, define o Estado pelo exercício do monopólio legítimo da força e coação física.<sup>58</sup> No entanto, quando se analisa o conflito interno colombiano constata-se precisamente a dificuldade para asseverar este pressuposto, pois as forças insurgentes, além de se contrapor e muitas vezes superar as forças públicas, dominaram uma vasta área do território colombiano. Assim, elas caracterizariam segundo Raymond Aron, uma força beligerante, transformando a situação colombiana em uma guerra civil, cujo fim torna-se a única maneira de estabelecimento de uma força legal.

Se os rebeldes se organizam e passam a exercer autoridade sobre uma parte do território, adquirem certos direitos de beligerância: a situação se transforma em guerra civil e, na prática, tende a desaparecer a distinção entre “autoridade legítima” e os “rebeldes”. Surgem em cena dois governos rivais, e o resultado do conflito decidirá a legalidade ou ilegalidade dos beligerantes.<sup>59</sup>

<sup>55</sup> Esta posição dá menos visibilidade à dimensão política, a qual ocupa uma posição central no conflito colombiano. LEÓNGOMEZ, E. P. **Uma democracia sitiada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p. 50.

<sup>56</sup> RAMÍREZ, S. El gobierno de Uribe y los países vecinos. In: **Análises Político** N° 57 (Mayo-Agosto), Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006. p.65-84.

<sup>57</sup> SAINT-PIERRE, H. L. **A política armada fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2000 p. 122.

<sup>58</sup> ...a noção de estado de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. É, com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou ao indivíduo, o direito de fazer uso da violência. WEBER, M. **Ciência e Política**. São Paulo: Editora Cultrix, 13ª Edição, 2005. p. 56.

<sup>59</sup> ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora da UNB, 1986 a. p. 70.

Ao contrário do que foi proposto pelo presidente Uribe, parece-nos que o conflito colombiano não é tão facilmente caracterizado como simples caso de terrorismo, e se aproxima mais de um complexo conflito interno com amplo envolvimento da sociedade.

Ao considerar que os grupos armados colombianos são iguais a Al Qaeda ou ao afirmar que a razão da guerra na Colômbia é somente o narcotráfico, está ignorando toda uma história de quatro décadas e esquece que existem raízes sociais e políticas que dão conta da atual situação que vive o país.<sup>60</sup>

Desde o início, o presidente buscou não utilizar a denominação “guerra civil” para caracterizar o conflito insurgente, em função do caráter político que automaticamente esse termo carrega. Contudo, o Protocolo II dos Convênios de Genebra não emprega o termo “guerra civil”, adota-se “conflitos armados internos”.<sup>61</sup> A definição desse conceito, conforme o Protocolo II, aponta à existência de dois ou mais grupos armados dentro de um Estado signatário que se enfrentam militarmente, em que um dos envolvidos são as Forças Armadas do Estado, essas são as premissas que vão caracterizar um conflito armado interno. Dessa forma, por mais que o presidente Uribe procurasse empregar novos termos para escapar da realidade que enfrentava, não encontrava meios jurídicos para legitimar as suas afirmações sobre a existência de um grupo terrorista. Neste contexto, três pontos do Protocolo II devem ser destacados, pelo fato de que o movimento insurgente colombiano se enquadra neles e, conseqüentemente, obtendo o status legal de combatente.

- A organização deve estar comandada por uma pessoa, responsável de seus subordinados.
- Os membros da organização devem utilizar um emblema, distinguível à distância.
- Os membros da organização devem estar armados abertamente.

Para Chernick, admitir um conflito armado é reconhecer legitimidade ao adversário, que é com frequência descrito como ilegítimo, terrorista, criminal, narco-guerrilheiro, e a guerra em si mesma é considerada como ato de terrorismo não relacionado com os problemas sociais e políticos.<sup>62</sup>

Em dezembro de 2003, o Congresso colombiano aprovou uma reforma constitucional com as novas medidas que dariam base e legitimidade para a política antiterror de Uribe. As

---

<sup>60</sup> VARGAS, A. V. Seguridad democratica, conflicto interno armado y su regionalizacion. In: VARGAS, A. V. (Org.). **Seguridad en Democracia: un reto a la violencia en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2010. p. 141.

<sup>61</sup> Disponível em: < <http://www2.ohchr.org/spanish/law/protocolo2.htm> >. Acesso em: 20 mai. 2008.

<sup>62</sup> CHERNICK, M. **Acuerdo posible: solución negociada al conflicto armado colombiano**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2008.

medidas aprovadas procuravam dar às Forças Armadas mais liberdade para exercerem funções de polícia judicial. Com as novas atribuições, as FFAA poderiam interceptar comunicações em caso de investigação contra o terrorismo. A Corte Constitucional pressionou e contestou as medidas autoritárias que o presidente tentava aprovar. Diante do impasse, e para não dar sequência no conflito entre os dois poderes, a emenda foi anulada.

No campo interno, o presidente declarou guerra total contra o movimento insurgente e, na esfera internacional, respaldado na política dos Estados Unidos, admitiu que o conflito colombiano era uma ameaça para a segurança regional e, conseqüentemente, à comunidade internacional deveria se mobilizar para salvar a Colômbia.<sup>63</sup> A política externa do governo Uribe procurou internacionalizar o conflito interno colombiano. Nesse sentido, a estratégia diplomática foi consolidar e colocar a política exterior em função do conflito armado e sua resolução.

Quanto a isso, é importante considerar as palavras de Diana Marcela Rojas, professora da Universidade Nacional da Colômbia, que uma diplomacia que coloca todos seus recursos na busca de apoios políticos e econômicos, primeiro para negociar com os grupos armados, como durante o governo Pastrana e depois em uma campanha para condenar a esses mesmos grupos, como o governo Uribe, parece equivocada e contraditória. Estratégias, assim, demonstram que essa diplomacia se move de acordo com a lógica da política doméstica, e como se sabe, dentro de um conjunto de políticas públicas, a política exterior de um país deve ser mais estável, sendo em suas linhas gerais, mais uma “política de Estado” que uma “política de governo”. Essa falta de critério por parte do governo acaba prejudicando e levando a uma diminuição do seu prestígio internacional.<sup>64</sup>

No “*Plan Nacional de Desarrollo 2002-2006*” o presidente Uribe definiu qual seria a vertente do seu governo. Os três pontos expostos foram: “Estado comunitário, revolução na educação e segurança democrática”. O foco deste trabalho será limitado a analisar o projeto de segurança.

### 1.3.1 – A Política de Defesa e Segurança Democrática (PDSD)

---

<sup>63</sup> LEÓNGOMEZ, E. P. **Uma democracia sitiada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

<sup>64</sup> ROJAS, D. M. Balance de la política internacional del gobierno Uribe. In: **Análises Político** Nº 57 (Mayo-Agosto), Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006. p. 85-106.

Desde finais da década de 1960, a questão segurança nos países sul americanos, esteve sempre atrelada à “Doutrina de Segurança Nacional” que foi desenhada pelos políticos de Washington para combater a ameaça comunista. Na Colômbia, mesmo após o fim da Guerra Fria, não foi elaborado um documento autônomo que abrangesse esse tema. Com a chegada de Uribe ao poder, ocorreu a criação de um programa de segurança que especificava os inimigos do Estado e a forma como seriam combatidos.

Em 26 de junho de 2003, o presidente Álvaro Uribe expôs a sua estratégia para recuperar grandes áreas do território, na qual o Estado havia perdido o domínio, assim como a estratégia que utilizaria para derrotar a guerrilha. Consistia no esforço por restabelecer a presença do Estado de direito em todas as localidades do país. O controle territorial representava o monopólio da violência, tributos, poder e significava livre mobilidade para a execução de atividades e de manobras militares. A nova política governamental buscava golpear o movimento insurgente naquilo que, do ponto de vista estratégico, era-lhe mais importante: o controle territorial sobre a parte sul do território colombiano, que se encontrava sob as leis e organização política das FARC-EP há quase 40 anos.

O objetivo geral da Política de Defesa e Segurança Democrática é esforçar e garantir o Estado de Direito em todo o território, mediante o fortalecimento da autoridade democrática; do livre exercício da autoridade das instituições, do império da lei e da participação ativa dos cidadãos nos assuntos de interesse comum.<sup>65</sup> (tradução do autor)

Foi convocada uma reunião que ficou conhecida como "*Tallares del Milenio*", com o objetivo de estabelecer propostas para o novo programa de defesa e segurança, os trabalhos ficaram sob a coordenação do professor Luis Jorge Garay. Participaram da reunião um grupo de ministros, funcionários públicos, acadêmicos, jornalistas, sindicalistas, membros das forças armadas, da igreja além de artistas, todos com o objetivo de apresentar soluções para a reconstrução do país. As propostas foram expostas no documento “Política de Defesa e Segurança Democrática”. Ele definia a Segurança Democrática como “o exercício de uma autoridade efetiva que segue regras, contém e dissuade os violentos e está comprometida com o respeito aos direitos humanos, o pluralismo partidário e a participação cidadã”.<sup>66</sup> Pontos esses, que foram, sistematicamente, desrespeitados durante o governo de Uribe.

O Documento traçava as seguintes ameaças.

- Terrorismo;

<sup>65</sup> MINISTERIO DE DEFENSA. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. Bogotá, 2003. p. 12.

<sup>66</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Plan Nacional de Desarrollo 2002-2006**. Bogotá, 2003. p. 31.

- O negócio das drogas ilícitas;
- As finanças ilícitas;
- O tráfico de armas, munições e explosivos;
- O seqüestro e a extorsão;
- O homicídio.

Um importante pesquisador colombiano, Alejo Vargas Velásquez, comenta que a política pública de segurança e defesa de um Estado democrático é estratégica, porque se ocupa com a segurança das instituições e dos seus cidadãos. É dizer, a proteção frente às ameaças e riscos que coloca em perigo sua vida ou o seu desenvolvimento pessoal e social. Então, quando um governo formula uma política nesse sentido, não deve ser motivo de discussão, o que é objeto duvidoso em uma democracia são os seus conteúdos e os procedimentos adotados. No caso do governo Uribe a militarização e a violência indiscriminada.<sup>67</sup>

Dessa maneira dois pontos referentes à ameaça Terrorismo merecem destaque: em primeiro lugar, a forma como se evita falar de conflito armado interno em função da carga política que o termo carrega e, em segundo lugar, a intenção explícita de colocar essa ameaça no discurso do terrorismo de alcance global, alegando que outros países poderiam sofrer em decorrência do intercâmbio entre os grupos armados. O governo tentou “alertar” os outros países sobre o risco que os grupos colombianos poderiam causar.

As organizações armadas ilegais têm estabelecido redes de colaboração com grupos terroristas internacionais. Seus intercâmbios de tecnologia e conhecimentos representam um grave perigo para Colômbia. No entanto, são também uma ameaça para os países de origem desses grupos, que sem dúvida se fortalecem com os recursos, com que as organizações colombianas atraem e compram seus conhecimentos.<sup>68</sup> (tradução do autor)

Na aplicação da nova política, ficou manifesta a euforia militar do presidente com a criação, até o fim do seu primeiro mandato, de uma divisão de exército, 4 brigadas convencionais, 9 brigadas móveis, 6 batalhões de alta montanha, 31 esquadrões móveis de carabineiros, 10 companhias meteorológico e 13 grupos de forças especiais antiterrorismo urbano. Também foi constatado um aumento considerável nas compras de armamento e de

---

<sup>67</sup> VARGAS, A. V. El gobierno de Álvaro Uribe: proyecto y resultados. In. **Nueva Sociedad**, Nº 192, julio-agosto, Caracas: Editorial Texto, 2004, p. 85-97.

<sup>68</sup> MINISTERIO DE DEFENSA **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. Bogotá, 2003. p. 26.

equipamento militar, como a aquisição de 25 aviões supertucanos, 12 helicópteros Bell 206 Rangers e 8 Black Hawk.<sup>69</sup>

De 2002 a 2006, o número de homens nas Forças Armadas teve um acréscimo de 36,2%. O número total era de 247.042, assim distribuídos: Exército contava com 211.046, na Armada existiam 26.466 e a Força Aérea tinha 9.530. Esse aumento no efetivo levou o governo a destinar 5.3% de seu PIB para as questões militares, juntamente com o “*impuesto al patrimonio*” (recursos obtidos com exclusividade para a Polícia Nacional e as Forças Armadas), levou o país andino a contar com um dos maiores orçamentos para Defesa na América do Sul.<sup>70</sup>

O Decreto 1838 de 2002 criou o imposto especial destinado a atender os gastos do Orçamento Geral da Nação necessários para preservar a segurança democrática, na qual se estabelece que é necessário prover de forma imediata de recursos as Forças Militares, de Polícia e as demais entidades do Estado que deve intervir contra atos que conspirem contra a ordem pública e impedir que se estendam seus feitos. É dever das pessoas naturais ou jurídicas contribuir para o financiamento dos gastos e investimentos que permitam preservar a segurança democrática.<sup>71</sup> (tradução do autor)

Com os investimentos e a modernização das Forças Armadas, foi possível atingir o principal objetivo de seu projeto: o domínio territorial, o que restou mobilidade à guerrilha. A diferença dessa nova estratégia militar foi o emprego do Comando Conjunto nos ataques ao movimento insurgente. Os ataques aéreos, principalmente com helicópteros artilhados e aviões leves que efetuam o bombardeio com míssil ar-terra, foram fundamentais para abrir espaços para a movimentação da infantaria, pois deram à supremacia aérea às Forças Armadas.

A operação de maior envergadura durante o governo de Uribe foi o “Plano Patriota”. Essa operação buscava retomar o controle sobre a região sul do país, local de domínio histórico das FARC-EP. Em dezembro de 2003, desenvolveu-se a ofensiva ao Departamento de Caquetá, que logo foi estendida a Guaviare, Meta e Putumayo. Esse ataque contou com 18.000 soldados, com mais de 800 assessores militares dos Estados Unidos que apoiavam logisticamente e 600 contratados particulares estadunidenses.<sup>72</sup> A ação buscava destruir a

<sup>69</sup> CRUZ ATEHORTÚA, A. L. **Las banderas del presidente Uribe**. Bogotá: La Carreta Editores, 2007. p. 53.

<sup>70</sup> HERRERA, A. M. A. **Análisis de la efectividad de la política de defensa y seguridad democrática del presidente Álvaro Uribe Vélez**. Colombia: Universidad Pontificia Bolivariana, 2006. p. 86.

<sup>71</sup> **Decreto 1838 de 2002**. Bogotá: Diario Oficial No. 44.897, de 11 de agosto de 2002.

<sup>72</sup> O Plano Colômbia estipulava um número máximo de norte-americanos no território colombiano. Era permitida a presença de 400 militares e este mesmo número também se destinava a segurança privada. Uribe ao chegar ao governo, solicita um aumento neste número. Para 800 militares e 600 civis. Essa proposta foi aceita pelo presidente W. Bush.

infraestrutura das FARC-EP nesta região.<sup>73</sup> A ofensiva para combater a guerrilha levou a reativação da Brigada X destinada a fronteira norte com a Venezuela e a criação de novas unidades, como a Brigada XXVIII que substituiu o Comando Específico do Oriente, na fronteira com a Venezuela e Brasil. Em 2005, foram criados, em função de uma mudança estratégica, os Comandos Sul e Caribe.

No desenvolvimento do Plano Patriota, foi possível ver, pela primeira vez, de maneira clara e aberta, a participação dos Estados Unidos na luta contrainsurgente. O Comando Sul desempenhou papel de protagonista. Calcula-se que os recursos estadunidenses para esse plano superou os 300 milhões de dólares. Os recursos foram destinados para treinamento, armas, inteligência, transporte, equipamento de comunicação, entre outros. Dezenas de especialistas militares e contratados cumpriram trabalhos de planejamento e suporte logístico nas operações.

Essa transformação militar trouxe bons resultados para o governo, praticamente foram retomadas todas as localidades que se encontravam nas mãos da guerrilha. Porém, a reinstalação dos poderes centrais nessas localidades levou os grupos insurgentes<sup>74</sup> a se fixarem principalmente na área fronteira (Equador, Peru, Venezuela e Brasil), em consequência da débil presença estatal e da sua “alta porosidade”, facilitando, dessa forma, a manutenção da sua logística. Até fins de 2006, a força pública estava presente nos 1099 municípios do país.

Todavia, essa expansão do Estado de Direito a todo o país foi mais um processo conjuntural do que irreversível. Após as vitórias militares, o Estado não implantou uma política séria de desenvolvimento social da comunidade. Em grande parte das regiões distantes dos maiores centros urbanos, após a conquista militar, foram instaladas bases da força pública, o que era visto como suficiente para comemorar a soma de mais uma cidade nos dados oficiais. Posteriormente, a população foi esquecida e a presença permanente do Estado passou a ser meramente simbólica. Diante desse cenário de um princípio de abandono, em 2007 foi lançada a nova estratégia, a Política de Consolidação da Segurança Democrática (PCSD).

Com essa nova posição no campo estratégico por parte das Forças Armadas, as FARC-EP procurou, por meio de pequenas ações contra membros da força pública, desgastar

---

<sup>73</sup> CHERNICK, M. **Acuerdo posible: solución negociada al conflicto armado colombiano**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2008. p. 235.

<sup>74</sup> As FARC não conseguiram mais levar a cabo com anterior sucesso as operações militares de real valor estratégico e viram-se obrigadas a retornar à guerra de guerrilhas, evitando a concentração de amplas unidades militares frente ao avanço da Força Aérea. LEÓNGOMEZ, E. P. **Uma Democracia Sitiada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p. 75.



a política militar do governo de Uribe. Os insurgentes, em decorrência da diminuição do número de soldados em suas fileiras, evitaram grandes enfrentamentos durante as investidas do Exército; para, dessa forma, poder conservar sua força de combate, fazendo uso em grande escala da retirada estratégica. Ante a ofensiva militar, a guerrilha deixou de lado a lógica estrita de controle territorial, para seguir a lógica mais ampla de controle estratégico o domínio sobre corredores que facilitariam o seu abastecimento.

Em função da maior presença das Forças Armadas nos Departamentos de Cudinamarca, Antioquia e Valle del Cauca, onde concentram atualmente, mais de 45% de toda a força (região onde se encontram as três maiores cidades do país: Bogotá, Cali e Medellin), as FARC-EP decidiram não urbanizar o conflito. Em decorrência da sua precariedade militar, a urbanização do conflito demandaria um grande número de combatentes e ações para que fosse possível enfrentar a evolução e o crescimento das forças do Estado. Dessa forma, foi abandonado o princípio de cerco às cidades, objetivo exposto na VII Conferência. Essa situação poderia colocar em risco sua influência sobre as áreas rurais estratégicas, construídas pelo tempo com grandes esforços. Para o sociólogo Eduardo Pizarro Leongómez, “a hora do guerrilheiro heróico, que há anos passou na América Latina, já havia começado também sua contagem regressiva na Colômbia.”<sup>75</sup>

### 1.3.2 Um balanço da PDS

Os questionamentos direcionados à política de segurança do governo Uribe tem como foco o estabelecimento de um regime de autoridade ligado ao uso da força e no incessante desejo de guerra. Ao longo do seu governo é possível verificar que a presença estatal não foi construída sob o exercício das garantias constitucionais e sob o respeito à prática dos Direitos Humanos.

Os bons resultados militares de Uribe foram, em grande parte, marcados pelo desrespeito ao cidadão. Membros das Forças Armadas foram acusados de cometerem assassinatos de camponeses, arbitrariamente,<sup>76</sup> só por estarem em locais controlados pela

---

<sup>75</sup> LEONGÓMEZ, E. P. El “Plan Colombia”: un intenso debate en EEUU. Disponível em: <[http://www.clas.berkeley.edu/events/conferences/colombia/workingpapers/working\\_paper\\_pizarro.doc](http://www.clas.berkeley.edu/events/conferences/colombia/workingpapers/working_paper_pizarro.doc)> Acesso em: 27 ago. 2010.

<sup>76</sup> A Alta Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, constato em seu informe de 2005 que “teve um aumento de denúncias de atos de violência sexual contra mulheres e crianças por parte de servidores

guerrilha. O emprego generalizado da tortura também foi uma tentativa de conseguir informações pelo poder dos fuzis. Prática de torturas, perseguição, prêmios por indicação ou por morte de pessoas são ações que constam no currículo das Forças Armadas da Colômbia para poder obter informações privilegiadas. A Alta Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, assinalou no seu informe 2005 que,

teve um aumento de denúncias de atos de violência sexual contra mulheres e crianças por parte de funcionários públicos, em particular membros da força pública. Registraram-se casos de violência sexual, incluindo violações, e de torturas contra mulheres, atribuídas a membros da Polícia e Exército, em ocasiões de maneira grupal. Vários desses atos atingiram mulheres indígenas, e muitos nem foram investigados.<sup>77</sup>

A Comissão Colombiana de Juristas<sup>78</sup> organizou um levantamento de dados reveladores sobre o governo de Uribe, a seguir, foram destacados alguns que vão ao encontro do tema proposto neste trabalho.

- Do total de mortes registradas entre julho de 2002 e junho de 2006, 1.319 eram mulheres. Pelo menos 1.342 jovens e 678 crianças perderam a vida pelas mesmas causas nesse período. Atribuídos a agentes estatais.
- Persistem os assassinatos e desaparecimentos forçados contra defensores dos direitos humanos: entre julho de 2002 e junho de 2006, pelo menos 52 foram assassinados ou desapareceram forçadamente.
- Entre agosto de 2002 e junho de 2006 registrou-se que 6.912 pessoas foram presas arbitrariamente na Colômbia. Essas cifras contrastam com o registrado no governo anterior, que foram de 2.869 pessoas privadas, de maneira arbitrária da sua liberdade.
- Entre julho de 2002 e junho de 2006 registraram 823 vítimas de torturas. Delas, 178 foram deixadas com vida e 645 foram assassinadas posteriormente. Em 90,1% dos casos, é atribuída a responsabilidade ao Estado (nesse caso grande parte associa-se as ações dos paramilitares, aproximadamente 58,9%), e 9,9% são ações de grupos guerrilheiros.

---

públicos, em particular membros da força pública. Registraram-se casos de violência sexual, incluindo violações e torturas contra mulheres, atribuídos a membros da Polícia e do Exército, em ocasiões de maneira grupal. Vários destes casos afetaram as mulheres indígenas e muitos nem se investigam”. Alta Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, “Informe da Alta Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre a situação dos Direitos Humanos na Colômbia”, Comissão de Direitos Humanos, 62º período de sessões, doc. E/CN.4/2006/9, 20 de janeiro de 2006.

<sup>77</sup> Alta Comissão das Nações Unidas para Os Direitos Humanos, “Informe da Alta Comissão das Nações Unidas para Os Direitos Humanos sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia”. E/CN.4/2006/9, 20 de janeiro de 2006.

<sup>78</sup> Disponível em: <<http://www.coljuristas.org/inicio.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2007.

O historiador Carlos Medina Gallego, fez um balanço geral da situação de segurança e Direitos Humanos nos primeiros anos da administração Uribe, expõe uma realidade indesejada, que é ocultada pela propaganda de êxito da PDS. Entre janeiro e dezembro de 2003, 3.231 pessoas foram vítimas de homicídios políticos ou execuções extrajudiciais. Das mortes produzida fora de combate, 77,11% se atribuem ao Estado por perpetração direta de seus agentes ou por omissão, tolerância ou apoio às violações cometidas por paramilitares, além do escândalo dos “falsos positivos” (denominação usada para execuções extrajudiciais).<sup>79</sup> Grande parte dessas pessoas que perderam a vida não se relacionava com o conflito armado. Eram líderes sociais, comunitários, sindicais, ativistas políticos de oposição e defensores dos Direitos Humanos. A seguir, há um trecho da carta redigida pelo presidente Álvaro Uribe Vélez, que foi encaminhada em anexo ao documento PDS, no ato da sua publicação, algo que não foi possível constatar ao longo do seu governo.

A Segurança Democrática se diferencia das concepções de segurança professada pelos regimes autoritários, partidários da hegemonia ideológica e da exclusão política. Este governo não faz suas as concepções de outras épocas, como a "Segurança Nacional" na América Latina, que considerava um grupo ideológico ou partido político contrário como inimigo. Nós pregamos que todos são bem vindos na democracia. A oposição, os que são contrários as ideias do governo ou de seu partido, serão protegidos com o mesmo cuidado que os amigos ou partidários do governo.<sup>80</sup> (tradução do autor)

Com a intensificação do conflito, o governo procurou envolver a população cada vez mais na confrontação por meio de distintos mecanismos: a organização de redes de informantes<sup>81</sup> e o recrutamento de soldados camponeses<sup>82</sup> com base no serviço militar obrigatório. O governo passou a estruturar a segurança especialmente no apoio ativo da população civil às atividades das Forças Armadas, em detrimento do princípio segundo o

<sup>79</sup> Em 2007, várias famílias de Soacha, município próximo a Bogotá, denunciaram que 17 pessoas haviam desaparecido (sem nenhuma ligação com o conflito armado). No entanto, esses corpos foram apresentados pelo Exército em Norte de Santander e Urabá (Departamentos distantes de Bogotá) como guerrilheiros mortos em combate. Disponível em: <<http://www.semana.com/noticias-frase-de-la-semana/falsos-positivos-eufemismo-tecnico-para-describir-asesinato-premeditado-sangre-fria-civiles-inocentes/139575.aspx>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

<sup>80</sup> MINISTERIO DE DEFENSA. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. Bogotá, 2003. p. 5.

<sup>81</sup> As denominadas Redes de Informantes das Forças Armadas foi desenvolvida por cidadãos interligados entre si e com as Forças Armadas, através de telefones e rádios em tarefas de vigilância de vias de comunicação aérea, urbanas ou rurais. Busca-se que os cidadãos cumpram com o seu dever de apoiar o esforço estatal de segurança. E deste modo acompanhe o Estado e se sintam respaldados por ele.

<sup>82</sup> A ideia do governo era criar uma espécie de Força territorial de 100 mil homens, integrada por soldados arregimentados entre a população camponesa, que operaria em suas próprias regiões de origem, colaborando com o Exército e a Polícia. Estes soldados receberiam uma instrução básica para desenvolver trabalhos de inteligência e defesa local. Esta proposta se aproxima muito das Convivir que foram desenvolvidas por Álvaro Uribe quando governou o Departamento de Antioquia.

qual, em um Estado de Direito, as autoridades estão instituídas para proteger as pessoas e não as pessoas para proteger o Estado. A população, em seu conjunto, foi convertida em instrumento para ganhar a guerra. Programas como o de informantes e o dos soldados camponeses conduziram a novas formas de paramilitarismo e desconhecaram o princípio fundamental de distinção entre combatentes e não combatentes. Na visão de Alejo Vargas Velásquez, a modalidade de serviço militar obrigatório que permitiu aos jovens permanecerem em seu município (os soldados de meu povo ou soldados camponeses) parecia interessante, porém, deveriam ter prestado atenção aos alertas que previam sobre o risco de que este programa estava sendo usado para legalizar aos membros pertencentes a grupos paramilitares.

Além dos problemas enfrentados pela administração Uribe em relação ao descumprimento dos Direitos Humanos, também foi duramente criticada a sua benevolência com os paramilitares (paras). A flexibilidade em negociar com os “paras” chamou a atenção de toda a sociedade colombiana e internacional. Historicamente, o movimento dos paramilitares teve início como parte de um projeto do governo para realizar as ações sujas em lugar das Forças Armadas. As Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) teve a sua gênese nas políticas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com foco e fonte na National War College, e dentro da estratégia do Conflito de Baixa Intensidade, que foram traçados pelo Pentágono para toda a América Latina.

No caso colombiano, a DSN se implantou em oposição ao recente movimento insurgente (repúblicas independentes),<sup>83</sup> e a “ameaça comunista” em todo o continente americano. Já em fins da década de 1970, a elite colombiana se dispusera a sacrificar o monopólio das armas financiando grupos armados leais ao governo e, aparentemente, sintonizados com os narcotraficantes (fontes desse financiamento) para, dessa forma, contrapor-se com violência armada irregular ao movimento guerrilheiro. Isso se devia ao fato de o Estado se encontrar sem nenhuma possibilidade de efetivar uma ação repreensiva contra os insurgentes e sua rápida expansão pelo território. Começou então, a serem formados diferentes tipos de grupos armados por toda a Colômbia em oposição à guerrilha.

---

<sup>83</sup> Os núcleos da guerrilha comunista se transformaram em grupos de massas, autodefesas, que tinham a tarefa de vigiar e defender suas zonas dos ataques de grupos armados a serviço de latifundiários. Em suas áreas de influência foram repartidas terras entre seus habitantes, criaram-se mecanismos de trabalho coletivo e de ajuda para a exploração individual de parcelas, era aplicada a justiça do movimento por decisão coletiva na assembléia popular. Esta organização social posteriormente é qualificada como “Repúblicas Independentes”. Não confundir este sistema de autodefesa com o que surge futuramente em território colombiano, que seria os grupos armados pagos e comprometidos com a defesa dos interesses dos latifúndios, fazendeiros, industriais, empresários e narcotraficantes também conhecidos como esquadrões da morte ou grupos paramilitares.

No fim de 1982, houve a primeira reunião entre pecuaristas, agricultores e comerciantes da região. “Cerca de 250 empresários organizaram-se para se defender dos ataques da guerrilha, pautando suas ações e tentando legitimar-se por leis que, anteriormente, foram estabelecidas”.<sup>84</sup> Em decorrência da incapacidade das Forças Armadas colombianas para aniquilar o movimento iniciado no Departamento de Marquetalia, o governo emitiu o decreto 3.398 de 1965 e a Lei 48 de 1968 (Estatuto Orgânico da Defesa Nacional), que ofereceu a base legal para a formação de grupos civis armados, isto é, das “autodefesas”, para auxiliar o Exército contra a guerrilha, legitimando, dessa maneira, o poder paramilitar.

Em 1994, em resposta a ação da ofensiva tática das FARC-EP, realiza-se a Primeira Conferência Nacional das Autodefesas, sob a liderança de Carlos Castaño. Três anos mais tarde, consolidou-se a unificação de todos os grupos paramilitares sobre o nome de AUC e foi formulada e aprovada sua constituição. Dos aspectos fundacionais das AUC, podem se destacar os seguintes pontos:

- Não abandonar a luta enquanto a guerrilha permanecer em pé de guerra;
- Compromisso insofismável com a deposição de armas apenas na hipótese de uma negociação trilateral;
- Definir as Autodefesas Unidas da Colômbia como movimento Político-Militar de caráter anti-subversivo, no exercício do direito à legítima defesa, exigindo transformações na esfera estatal, mas sem atentar contra ela.

Todos esses pontos foram, constantemente, negligenciados por parte das AUC. Nesse processo de crescimento das autodefesas, surgiu o primeiro envolvimento do então governador de Antioquia, Álvaro Uribe Vélez, com esse movimento armado. Durante o seu governo, Uribe experimentou o modelo de "Estado Comunitário", como uma estratégia para estimular a participação dos cidadãos na geração de emprego e no modelo paramilitar de segurança pública. Esse projeto serviu para criar as associações comunitárias "CONVIVIR", cujos membros podiam realizar agressões e assassinatos contra a população, enquanto o Estado e as Forças de segurança garantiam o segredo e a cobertura. Essas cooperativas foram utilizadas pelos latifundiários e narcotraficantes, para aplicar a política contra-insurgente de terra arrasada em numerosas áreas rurais e na capital Antioqueña. Foi com as CONVIVIR que os paramilitares conseguiram seu desenvolvimento nacional e se consolidaram em Antioquia e ingressaram no eixo bananero de Urabá.

---

<sup>84</sup> LEÓNGOMEZ, E. P. **Uma democracia sitiada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. p. 90.

Já no contexto de apoio dos Estados Unidos via Plano Colômbia, Uribe passou a ser pressionado a combater os paramilitares, pois este grupo também era considerado terrorista pela Casa Branca. Curiosamente, o presidente Uribe estabeleceu um canal de diálogo com os mandatários de cada frente paramilitar. Em julho de 2004, começou, em Santa Fé de Ralito, o processo de negociação com os paras. Para isso foi criada uma área de 368 km<sup>2</sup> no núcleo da influência paramilitar no norte do país, em Córdoba onde reuniu o chefe de cada grupo para negociar.

Buscando uma sustentação jurídica ao processo de negociação, foram enviados ao Congresso Nacional projetos que visavam a criar leis mais brandas para os desmobilizados. Foram três os projetos: a Lei de Alternatividade Penal, a Lei Verdade, Justiça e Reparação e a que foi aprovada, Lei Justiça e Paz ou Lei 975 de 2005. O The New York Times em seu editorial criticou a lei sancionada, “capitulação colombiana” e salientou que a lei deveria chamar-se “lei de impunidade para assassinos, terroristas e grandes traficantes de cocaína”.<sup>85</sup> Isso obrigou o governo Uribe a desenvolver uma grande ofensiva diplomática para explicar ao seu grande parceiro, os Estados Unidos, a bondade da lei e a não extradição dos chefes paramilitares.

De acordo com León Valencia, o numeroso grupo de parlamentares que chegou ao Congresso<sup>86</sup> com a ajuda dos paramilitares não desapontou as expectativas que tinham as autodefesas e os compromissos de contribuir para uma negociação de paz, tal como haviam estabelecido nas reuniões realizadas. O sonho de Carlos Castaño parecia que ia se realizar. Apostaram tudo para contar com um marco legal generoso para tramitar a reinserção à vida civil os paramilitares e influenciaram também para que o presidente tomasse a decisão de suspender a extradição dos chefes das autodefesas no processo de negociação.

O momento culminante desta relação foi o convite a ir ao Congresso Nacional feito a Salvatore Mancuso, Ramón Isaza e Iván Roberto Duque, para que apresentasse tanto o discurso que justificava sua expansão territorial como suas aspirações políticas. A grande salva de palmas que receberam foi a mostra de seus fortes laço que haviam tecido entre a classe política e os paramilitares.<sup>87</sup>

<sup>85</sup> Apud CUBIDES, F. Proceso inconcluso, verdades a medias: Para un balance de las negociaciones del gobierno Uribe com los paramilitares. In: **Análises Político** N° 57 (Mayo-Agosto), Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006. p. 55-64.

<sup>86</sup> Em 2002 foram eleitos 26 senadores em zonas de influência paramilitar que representavam 1.741.947 votos. Em 2006 foram eleitos 33 senadores e 50 representantes a Câmara em zonas de influencia paramilitar. Os senadores representavam 1.845.773 votos, um terço da votação para o senado. VALENCIA, L. Los caminos de la alianza entre los paramilitares y los políticos. In: **Parapolítica**. La ruta de la expansión paramilitar y los acuerdos políticos. Bogotá: Corporación Nuevo Arco Íris, 2007. p.30.

<sup>87</sup> VALENCIA, L. Los caminos de la alianza entre los paramilitares y los políticos. In: **Parapolítica**. La ruta de la expansión paramilitar y los acuerdos políticos. Bogotá: Corporación Nuevo Arco Íris, 2007. p. 45.

A lei foi sancionada e, de acordo com os dados do governo, terminou o fenômeno paramilitar na Colômbia.<sup>88</sup> No entanto, entre os mais de 10.000 desmobilizados que havia em 18 grupos, cerca de 4.000 não entregaram as armas, o que supõe um aumento desse artefato no mercado negro ou a sua conservação para prosseguir com atividades ilegais.

O Estado ainda encontra grandes dificuldades para a reinserção social desses desmobilizados, muitos ainda dependem das políticas de subsídio do Estado e de programas sociais e de formação, por exemplo, o “desenvolvimento produtivo”, programa que procura capacitar os antigos combatentes e inseri-los na sociedade colombiana.

### 1.3.3 A Política de Consolidação da Segurança Democrática (PCSD)

Buscando continuar a sua política de expansão militar, no início do segundo mandato, o presidente Uribe lançou a Política de Consolidação da Segurança Democrática (PCSD), que foi elaborada pelo Ministério da Defesa colombiano dentro do disposto no Plano Nacional de Desenvolvimento 2006 – 2010 “Estado Comunitário: Desenvolvimento para Todos”. Nesse documento, o Estado buscou traçar objetivos para uma maior ação social nas áreas que ele passou a controlar após expulsar os grupos guerrilheiros ou os paramilitares. “Alcançamos o controle da imensa maioria do território nacional. Agora nos corresponde consolidar esse controle, o que exige mais presença da força Pública, a chegada do Estado em todas suas expressões, por meio de suas diversas entidades e agências”.<sup>89</sup> Trata-se de garantir o retorno da institucionalidade a todos os cidadãos.

Foram então definidos os seguintes princípios de implementação da PCSD:

- Conquista da segurança e da paz;
- Atuação dentro da legalidade;
- Presença permanente;
- Promoção da segurança como garantia do funcionamento da justiça;
- Flexibilidade e a adaptabilidade;

---

<sup>88</sup> A aplicação da lei Justiça e Paz terminou com o fenômeno paramilitar no país. Não obstante, depois da desmobilização de seus líderes e de aproximadamente 32 mil de seus integrantes, surgiu em algumas de suas antigas zonas de influência grupos criminosos ao serviço do narcotráfico, contra os quais requer uma nova estratégia, a PCSD. MINISTERIO DE DEFENSA. **Política de Consolidación de la Seguridad Democrática**. Bogotá, 2007. p. 38.

<sup>89</sup> MINISTERIO DE DEFENSA. **Política de Consolidación de la Seguridad Democrática**. Bogotá, 2007. p. 11.

- Coordenação entre as Forças Militares;
- Coordenação entre demais entidades do Estado.

A estratégia traçada para a consolidação do controle territorial buscava efetivar três objetivos: Controle da Área, Estabilização e Consolidação. Para que fosse possível alcançar esses objetivos foi desenvolvida a “Doutrina de Ação Integral” (DAI), que seria a participação conjunta da comunidade, da Polícia e das Forças Armadas para a garantia da segurança da região conquistada. Nesse sentido, a DAI devia proporcionar aos membros da Força Pública os princípios e protocolos necessários para estabelecer uma adequada coordenação com os representantes das demais instituições do Estado, autoridades locais, agências de cooperação internacional, ONGs e organizações do setor privado. A presença permanente traduziu-se nessa política pela promessa de que a Força Pública não mais abandonaria nenhuma das áreas do país onde estivesse presente, assim como sua permanência nas áreas futuras onde se instalaria para as ações de controle territorial.

Com base nos princípios de implementação, foram elaborados os cinco objetivos estratégicos:

- Consolidar o controle territorial e fortalecer o Estado de Direito em todo o País;
- Proteger a população, mantendo a iniciativa estratégica contra todas as ameaças à segurança dos cidadãos;
- Elevar drasticamente os custos e o desenvolvimento de combate à atividade do narcotráfico na Colômbia;
- Manter uma Força Pública legítima, moderna e eficaz, que tivesse a confiança e o apoio da população;
- Manter a tendência decrescente de todos os indicadores de criminalidade nos centros urbanos do país.

Ao longo do documento, encontra-se uma passagem que contradiz o discurso oficial de não negociar com grupos insurgentes, que são tratados pela administração Uribe de “grupos armados ilegais”. Desde a sua chegada ao poder, o presidente (talvez o ódio para com as FARC-EP residia na acusação de que esse grupo armado tenha assassinado o seu pai), sempre explicitou o seu desejo da vitória militar e sem nenhum canal de diálogo para com os insurgentes, de acordo com o trecho a seguir, Uribe poderia acenar com uma possível abertura, algo que não se concretizou.



Frente à certeza de que será impossível alcançar seus objetivos pela via armada e ante a iminência de uma derrota militar, os grupos armados ilegais terão aberta a possibilidade de buscar uma aproximação com o Governo nacional com objetivo de iniciar um processo sério e comprometido de negociação política, abaixo os termos estabelecido pelo Presidente da República ou por ordem sua à Oficina do Alto Comissionado para a Paz. Esta possibilidade não estará aberta para nenhum dos cartéis de drogas, grupos criminais e organizações de delinquência organizada, nem para os ex-membros das AUC que se desmobilizaram no marco do processo de paz com o Governo nacional e que tenham reincidido em atividades criminais.<sup>90</sup>(tradução do autor)

O fortalecimento da capacidade da Força Pública previa a realização entre os anos 2006-2010 de investimentos que teriam um impacto decisivo na estrutura da força e na forma de operação em médio e longo prazo. Esses investimentos seriam destinados a fortalecer a capacidade da Força Pública nas seguintes áreas:

- Mobilidade: O aumento da mobilidade visava ao aumento da eficiência nas operações de controle territorial, na medida em que a maior mobilidade permitiria cobrir uma maior área em menor tempo.
- Inteligência: O incremento da inteligência objetivava a informação precisa e oportuna sobre um “inimigo que recorre cada vez com mais insistência a ações terroristas e a emboscadas, e que se refugiam e se camuflam entre a população civil”.
- Manutenção de capacidades estratégicas: relacionava-se à extensão da vida útil por meio de processos de repotencialização e re-equipamento, com aquisições menores para complementar o material existente. A PCSD prescreveu o emprego de todo o material estratégico do país (fragatas, submarinos, aviões) para o apoio às operações contra o narcotráfico e terrorismo.
- Aumento de efetivos: era uma exigência a fim de cumprir o objetivo da consolidação do controle territorial, incluindo tanto a Polícia Nacional como as Forças Militares. A premissa era permitir um crescimento que mantivesse um nível adequado de comando e controle.

O que realmente pode-se afirmar sem nenhuma possibilidade de erro, é que durante o período em que o presidente Uribe esteve no poder houve um grande aumento no número de efetivos. Em 2002, as Forças Armadas contavam com 203.283 homens, em 2010, esse número subiu para 276.776. De 2002 a 2007, o gasto passou de 4.7 para 6.3 bilhões de

---

<sup>90</sup> MINISTERIO DE DEFENSA. **Política de Consolidación de la Seguridad Democrática**. Bogotá, 2007. p. 38.

pesos colombianos. Por exemplo, no ano de 2007, a distribuição do Orçamento Geral da Nação, excluindo a dívida pública, concentrava no setor de Proteção Social 27%, seguido por Defesa 18.9% e Educação 18.4% dos investimentos para aquele ano. No ano de 2008, quase 8% do PIB foi destinado para o Ministério da Defesa.<sup>91</sup> Na tabela abaixo listamos as unidades militares que foram criadas.

**Tabela 4 Unidades Militares criadas de 2002-2010**

Ejército	2002-2010
Divisiones	4
Fuerza de Acción Decisiva	1
Fuerza de Tarea	6
Brigadas Territoriales	15
Brigadas Móviles	18
Fuerza de Reacción Divisionaria	7
Agrupaciones de Fuerzas Especiales Antiterroristas Urbanas	11
Agrupaciones de Lanceros	1
Batallones de Combate Terrestre*	66
Batallones de Alta Montaña	6
Batallones de Infantería	6
Batallones de Artillería	9
Batallones de Ingenieros	13
Batallones Especial Energético Vial	3
Batallones de Abastecimiento	1
Batallones de Mantenimiento	1
Batallones de Apoyo y Servicio	15
Batallones de Comunicaciones	1
Batallones de Selva	9
Batallones de Instrucción, Entrenamiento y Reentrenamiento	12
Batallones de Movilidad y Maniobra de Aviación	8
Batallones de Operaciones Especiales	7
Batallones de Atención y Prevención de Desastres	1
Batallones de Desminado	1
Batallones de Explosivos y Demoliciones	1
Batallones de Inteligencia	1
Grupo de Caballería	3
Escuelas	9
Unidades de Inteligencia	2
Regionales de Inteligencia	10
Compañías de Apoyo y Servicio para el Combate	16
Compañías Explosivos y Demoliciones	4
Compañías Móviles de Ingenieros	4
Compañías Plan Meteoro	12
Comandos Operativos	5
Comando Especial	1
Comando de Operaciones Especiales	1

<sup>91</sup> VARGAS, A. V. Seguridad democrática, conflicto interno armado y su regionalización. In: VARGAS, A. V. (Org.). **Seguridad en Democracia: un reto a la violencia en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2010. p. 133-158.

Comando Específico	2
Comando Logístico	3
Comando Conjunto	1
Grupo Marte Divisionario	6
Centros de Instrucción y Entrenamiento	24
Destacamentos de Tiradores de Alta Precisión	43
Distritos Militares	1
Dispensarios Médicos	1
Jefaturas	7
Dirección	24
Oficinas	3
Armada	
Batallones de Infantería de Marina	8
Unidades de Tarea Fluvial	2
Bases Navales	1
Agrupaciones de Fuerzas Especiales Antiterroristas Urbanas	2
Estación Guardacostas	25
Estación Aeronaval	8
Estación Móvil de Apoyo Fluvial	10
Unidad de Ala Fija	9
Unidad de Ala Rotatoria	3
Bote Patrullero	21
Bote Administrativo	5
Bote de Instrucción	1
Comandos de Guardacostas	1
Transportes Blindados de Tropa	9
Patrullera Rápida Fluvial	5
Patrullera de Apoyo Fluvial	4
Patrullera Oceánica	2
Lancha de desembarco	2
Lancha Submarina	5
Embarcación de Transporte General	3
Remolcador de Bahía	1
Velero de Entrenamiento	4
Jefatura	2
Dirección	5
Oficina	1
Fuerza Aérea	
Grupo Aéreo de Yopal (antiguo Grupo de Combate No. 22)	1
Base Aérea de Yopal	1
Base Aérea de Leticia	1

Fonte: MINISTERIO DE DEFENSA. **Planeación Estratégica de Comando General.**

\*Segundo a resolução Ministerial N°5377 de 30 de setembro de 2010 mudou a denominação de Batalhão Contraguerrilha para Batalhão de Combate Terrestre.

As duas políticas elaboradas durante o período Uribe, apesar de declarar-se com uma visão ampla, complexa e extensa sobre segurança e defesa; de uma forma geral, restringiu-se basicamente, ao fortalecimento e modernização militar. O principal objetivo traçado, a busca incessante pelo controle territorial, duramente foi alcançado. Foram conseguidas expressivas

vitórias sobre a guerrilha. Até então nenhum membro do Secretariado das FARC-EP havia sido morto em combate (Raúl Reyes e Mono Jojoy). Também foi possível verificar avanços na economia (pelo Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos),<sup>92</sup> diminuição em alguns indicadores sociais, como: taxa de desemprego (14,7% em 2002, para 10,2% em 2010), inflação (6,71% em 2002, para 2,51% em 2010), homicídios, sequestros, assassinatos etc.<sup>93</sup> Tais avanços propiciaram ao presidente uma grande aprovação popular.

Diante da grande ofensiva militar realizada em todo país, foi possível perceber que o teatro de operações cada vez mais passou a se delimitar sobre a região sul do território colombiano, área de selva próxima às fronteiras com o Equador, Peru e Brasil. Dentre essas, a fronteira com o Brasil é a que tem a menor densidade populacional. Talvez em função desse vazio demográfico essa região passou a contar com um gradativo aumento da presença militar. Na área que abrange a linha fronteira, houve a instalação da VIII Divisão de Exército (reúne cerca de 16 mil militares), 3 Brigadas de Selva, nos departamentos Amazonas, Vaupés e Guainía além dos seus Batalhões de Combate terrestre e das constantes ações contra a guerrilha. Com base na modernização que foi implantada e desenvolvida nas Forças Armadas da Colômbia, destacam-se dois pontos importantes: a constituição dos Comandos Conjuntos e a Força de Deslocamento Rápida (FUDRA).

#### 1.3.4 Comandos Conjunto

Um dos impactos mais importantes no processo de modernização das Forças Armadas colombianas foi a implementação dos Comandos Conjuntos. Para o desenvolvimento do Plano Patriota foi criada uma equipe de trabalho denominada “Força Tarefa Omega”. Entre novembro de 2003 e janeiro de 2004, essa força tarefa colocou em prática o novo modelo de operação de combate das Forças Armadas contra a guerrilha: os comandos de operações conjunto. O grande objetivo a ser alcançado era a mobilidade dentro de um quadro de mudanças estrutural, organizacional, de doutrina militar e na dimensão técnico-operativa.

---

<sup>92</sup> A economia colombiana do final dos anos 90 até 2003 passou por um período muito modesto de crescimento, não superou os 2% anuais. A partir do governo do presidente Uribe, a economia passou a crescer: em 2003, a taxa foi de 3,9%; em 2004, foi de 4,9%; em 2005, foi de 5,2%, em 2006 6,4% e em 2007, foi de 7,5%. Segundo dados da Associação Nacional de Indústrias (ANDI), a pobreza que afetava 60% da população há dez anos, agora atinge 34%. RODRIGUEZ, R. V. **Da guerra à pacificação: a escolha colombiana**. Campinas: Vide Editorial, 2010.

<sup>93</sup> Houve uma queda no número de homicídios em 40%, no de seqüestros extorsivos em 83% e no de atentados terroristas em 61%.

Os Comandos Conjuntos consistem em uma união de homens e recursos do Exército, Marinha e Aeronáutica sob as ordens de um oficial de uma determinada zona. Esse posto pode ser exercido por qualquer Comandante de uma das três forças. Essa proposta rompe uma tradição de várias décadas em que cada uma das Forças Militares elaborava as suas próprias operações, manejava sua própria inteligência e formas de ação. A nova proposta doutrinária divide o país em seis zonas geográficas: Caribe, Pacífico, Sul, Oriente, Centro e Llanos. Após a divisão foram criados os comandos unificados das três forças sob o comando de um oficial.

Armando Borrero Mansilla aponta dois fatores que dificultariam a adaptação dessa nova organização. Primeiro seria a marcada tradição prussiana que implica verticalidade e personalização dos Comandos. Em uma organização conjunta, essa característica é uma fonte de disfuncionalidade de uma força a outra. A operação conjunta necessita do desenvolvimento de costumes, de decisões colegiadas, o qual leva em consideração o papel dos Estados Maiores. O segundo fator está relacionado com a assimetria das Forças, já que o Exército colombiano é predominante em tamanho, de tal maneira que um Comando Conjunto se refere, no fundamental, a manobras terrestres e o componente principal e determinante sempre será dessa Força.<sup>94</sup> Apesar dos problemas que poderiam surgir, os Comandos Conjuntos foram implantados com sucesso.

### 1.3.5 Fuerza de Despliegue Rápido (Força de Deslocamento Rápida – FUDRA)

Em 07 de dezembro de 1999, ainda durante o governo Andrés Pastrana, foi ativada a Força de Deslocamento Rápida do Exército Colombiano, conhecida como FUDRA. Na página oficial do Exército colombiano na internet, a FUDRA tem a seguinte classificação: “la maquina de guerra del Ejército colombiano”. Essa força é considerada o símbolo da modernização do Exército e das Forças Militares, sendo composta de três Brigadas Móveis e uma Brigada de Forças Especiais, é dotada com helicópteros Black Hawk e MI, da aviação do Exército, contando com o apoio permanente da Força Aérea Colombiana com aviões de asa fixa, de transporte e de combate.<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> BORRERO, A. M. Los Comandos Conjuntos. Problemas de Organización, doctrina, educación y operación. In: **Revista CEESDEN**, Estudios en Seguridad y Defensa. Edición n. 4, noviembre de 2007.

<sup>95</sup> Disponível em: < <http://www.ejercito.mil.co/index.php?idcategoria=81>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

A missão da FUDRA é “realizar operações ofensivas de combate contrainsurgente, de forma rápida, em qualquer lugar do território colombiano onde esteja presente uma ação da guerrilha ou de qualquer outro grupo armado ilegal”. Essa força tem conseguido constantes vitórias contra a guerrilha. Os principais combates do Plano Patriota, em grande parte, foram desenvolvidos pela FUDRA. Com essa nova unidade operacional, foi otimizada a capacidade de reação e permitiu-se uma maior eficiência nos resultados operacionais, tornando-se um elemento-chave dentro da política do controle territorial do governo Uribe.

Segundo Armando Borrero Mansilla, em relação às Brigadas Móveis, há de se considerar que “não se trata de unidades com dotação importante de meios de mobilidade modernos (veículos aéreos e terrestres), e sim da ruptura da organização clássica do Exército com sedes fixas e jurisdições territoriais claramente delimitadas”.<sup>96</sup> Para Carlos Henrique Teche, são unidades móveis, portanto, no sentido de serem deslocadas para onde sejam necessárias e colocadas sob a dependência de diferentes divisões ou diretamente sob os comandos do Exército.<sup>97</sup>

---

<sup>96</sup> BORRERO, A. M. La transformación militar: el futuro de las Fuerzas Militares colombianas. In: **Revista Fuerzas Armadas**, Bogotá: ESDEGUE, v. LXXVIII, ed. 208, 2008. p. 18-21.

<sup>97</sup> TECHE, C. H. **As transformações nas Forças Armadas colombianas e os reflexos para os objetivos de Defesa do Brasil na região amazônica**. 2010. Dissertação - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

## CAPÍTULO 2 DA DEPENDÊNCIA MILITAR À AUTONOMIA: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA DOCTRINA DO EXÉRCITO À REALIDADE BRASILEIRA

### 2.1 Introdução

No início do século XX, o Exército brasileiro ainda se ressentia do episódio de Canudos (1896-1897), em que ficou claro o despreparo da força para o cumprimento das suas missões. O envolvimento com as ideias positivistas de Augusto Comte nas Escolas Militares e a prática do Regulamento Benjamim Constant, que priorizava o ensino das ciências exatas, letras e filosofia, em detrimento das instruções militares, levou a força terrestre, a perder, em muito a sua capacidade de combate.<sup>98</sup> A sofrível vitória sobre o arraial baiano demonstrou esse despreparo.<sup>99</sup>

As dificuldades em conter o conflito em Canudos foi um reflexo de falta de investimentos na força terrestre e da estagnação em relação à doutrina de emprego. Tal situação só se modificou com a vinda da Missão Militar Francesa (MMF), em 1920.<sup>100</sup> No cenário político, o governo de Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902) foi responsável pela implantação da política dos governadores (que consistia numa troca de favores entre os governos estaduais e o federal: o presidente da República apoiava os governadores dos estados e estes apoiavam a política do presidente). Nesse governo, procurou-se acabar com a influência política do Exército, buscou alijar o florianismo e combater o militarismo, “[...] os militares deveriam voltar aos seus lugares, nas casernas, sua intromissão na política era um mal terrível.”<sup>101</sup> Sodré caracteriza essa passagem da história do Brasil como a “Ditadura do Latifúndio”, cuja oligarquia desejava desarticular o Exército com a introdução e apoio às

---

<sup>98</sup> Existiam duas correntes de pensamento, no início do século XX, quanto ao ensino militar. Uma delas se apoiava nas idéias positivistas influenciadas por Benjamin Constant, eram chamados, de “Bacharéis”. A outra era representada por aqueles que defendiam o ensino mais voltado para a instrução militar – os “Tarimbeiros”. SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

<sup>99</sup> O Exército, vitorioso, estava em frangalhos. Dos 20.035 praças e 3.082 oficiais, aproximadamente 8.526 praças (42%) e 1.016 oficiais (32%) haviam servido na campanha. Destes, 4.193 foram feridos entre julho e outubro de 1897. O número de soldados mortos é desconhecido. Calcula-se aproximadamente 5.000 mortos durante o combate. MCCANN, F. D. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.100.

<sup>100</sup> BOAVENTURA, M. A. **Evolução da doutrina militar brasileira no século XX**. 2001. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2001. p. 9.

<sup>101</sup> SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.p. 177.

forças regionais, permitindo que as elites locais financiassem o seu próprio exército.<sup>102</sup> Para Sodré, “[...] com essa ditadura, evidentemente, o Exército era incompatível; para instaurá-la, tornava-se necessário destruí-lo.”<sup>103</sup> Surgia, então, a política nacional como simples agrupamentos de feudos, grandes e pequenos.

Campos Sales e seu sucessor, Rodrigo Alves (1902-1906), priorizaram a economia agrária, por isso os grandes proprietários rurais moldavam as políticas fiscais que corroboravam sua visão do Brasil como país agrícola, cujo principal papel era fornecer café, borracha e vários recursos naturais para a Europa e América do Norte. Nesse período, o capital estrangeiro começou a afluir em grande escala para o Brasil. Isso permitiu restabelecer um equilíbrio das contas externas do país, tão gravemente atingidas na crise de anos anteriores. Nessa situação era possível uma ascensão do padrão de vida nacional. As elites locais, buscando seu fortalecimento, passaram a investir nas forças regionais em detrimento da união. A elite paulista (que dominava o cenário político nacional) contratou uma Missão Militar Francesa (MMF) para instruir a sua força pública. Nesse contexto político e econômico, o Exército passou a contar cada vez menos com investimentos federais.

[...] de norte a sul chovem telegramas sobre a situação precária da fôrça, sem cobertores, sem capotes, sem fardamento, sem quartéis, sem viaturas, prés retardados, instrução nula. A cavalaria não tinha cavalos, a artilharia não tinha canhões, a infantaria não tinha fuzis: a norma fora liquidar a instituição: ela estava praticamente liquidada.<sup>104</sup>

Esse quadro precário ao qual o Exército foi submetido, mesmo contra a vontade da cúpula política, sofreu alguns avanços ao longo da primeira década do século XX. Entretanto, de uma forma geral, permaneceu quase que inalterada até o início da I Guerra Mundial, quando foi possível verificar a necessidade de investimentos e aparelhamento da força.

## 2.2 Início do século XX: Tímido processo de modernização

---

<sup>102</sup> São Paulo, por exemplo, contou com uma missão militar francesa durante a maior parte do período de 1906-1924 e, no fim da década de 1920, estava organizando uma poderosa força aérea. No período clássico da “República Velha”, entre 1894-1930, os efetivos de sua polícia estadual excediam, normalmente, as tropas federais aquarteladas no Estado, na proporção de dez para um. STEPAN, A. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 18.

<sup>103</sup> Ibid., p.182.

<sup>104</sup> SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 1965. p. 195.



Com João Nepomuceno de Medeiros Mallet como Ministro da Guerra (1898-1902), teve início a busca por uma modernização do Exército brasileiro. Mallet encontrou, aproximadamente, 30.000 homens assim distribuídos:

- Infantaria – 40 batalhões a 04 companhias armadas com o fuzil Mauser modelo 1891;
- Cavalaria – 14 regimentos a 02 esquadrões de lanceiros e 02 esquadrões de clavineiros;
- Artilharia – 06 regimentos de artilharia de campanha a 04 baterias de peças (Krupp 7 ½ tiro lento); 06 batalhões de artilharia de posição a 04 baterias cada um, guarnecendo as fortificações;
- Engenharia – 03 batalhões a 02 companhias de sapadores e mineiros, 01 de pontoneiros e 01 de telegrafistas e ferroviários.

Existiam 7 distritos militares: 1º - Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí; 2º - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; 3º - Bahia, Sergipe e Alagoas; 4º - São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal; 5º - Paraná e Santa Catarina; 6º Rio Grande do Sul; 7º - Mato Grosso.

O ministro Mallet deixou claro seu descontentamento em relação à situação em que se encontravam as unidades militares, isoladas e espalhadas por todo o território. Mallet acreditava que se as conseguisse reunir reduziria o custo de treinamento, assistência médica, rações e suprimentos, racionalizando a intendência e a logística. Uma vez concentrado, o Exército poderia ser melhor reorganizado e realmente poderia contribuir, de forma eficaz, para a defesa nacional. O “Projeto Mallet”, como ficou conhecida a planificação, previa:

- Mudar a composição das unidades;
- Centralizar as nomeações;
- Reorganizar a educação militar;
- Enfatizar a importância do treinamento de tiro ao alvo;
- Executar manobras rotineiras;
- Regularizar o planejamento;
- Melhorar os critérios de promoção;
- Elevar o nível intelectual do corpo de oficiais.

O ministro, no intento de fazer prosperar o projeto, nomeou para a chefia do Estado-Maior do Exército o general João Thomaz Cantuária, e o incumbiu, juntamente com seu subchefe, o general Luís Mendes Moraes, de dar prosseguimento às suas propostas. Os pontos mais criticados pelo ministro foram a fraca formação intelectual dos oficiais e a falta de instrução nas unidades militares.<sup>105</sup> Ele afirmava que a instrução teórica era insuficiente e acentuou a necessidade da experiência prática em campo, que dava aos seus oficiais e soldados oportunidades de cometer e corrigir erros. O progresso só seria possível se as unidades, extremamente dispersas, fossem concentradas, a fim de permitir o treinamento a um baixo custo.<sup>106</sup> Para o ministro Mallet, o resultado da reforma deveria ser, basicamente, devido às más condições financeiras, a formação de um exército pequeno, capaz de ser, facilmente, mobilizado e posto em ação. No seu relatório de 1901, o ministro defendia que as armas e os serviços de combate (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia) fossem organizados seguindo o padrão de três escalões, conforme utilizado pelos Exércitos alemão, francês, português, italiano e argentino, em oposição ao modelo de quatro escalões que era defendido por grande parte do oficialato brasileiro. Os três escalões seriam: três pelotões por companhia, três companhias por batalhão, três batalhões por regimento, três regimentos por brigadas e três brigadas por divisão. Taticamente, a operação se daria da seguinte forma: uma unidade na frente, outra no flanco e uma na reserva. No entanto, devido à restrição de verbas, a organização se limitaria ao número de dois escalões.

O ministério de Mallet ficou marcado por propostas que visavam à modernização do Exército, no entanto, em função das políticas monetárias do governo Campos Sales, foi impossível implantar as medidas do seu projeto. Na prática, o que se efetivou foi uma melhora nas instruções em algumas unidades e a germinação da ideia que previa melhorar o nível intelectual do corpo de oficiais que a partir do ministério de Argollo, começou a se concretizar.

A situação do Exército brasileiro em relação aos seus quadros demonstrava uma urgência em reformas. Os praças mal conheciam o manejo regulamentar de armas e os rudimentos dos exercícios de ordem unida. O dever na guarnição consistia, sobretudo, em montar guarda diante de edifícios públicos ou participar de paradas e funerais. Se de um lado faltava uma organização por parte do comando para estabelecer uma doutrina de preparo e emprego, do outro a organização só era conseguida por meio da prática de castigos corporais.

---

<sup>105</sup> Enquanto um certo número de oficiais, sargentos e outras praças se esbafavam, a escrever, na secretaria, na casa das ordens, na arrecadação (hoje denominada almoxarifado) ou nas dependências do rancho, a maioria dos capitães e tenentes matava o tempo numa sala do Estado Maior, trepando, isto é, falando da vida alheia, jogando gamão ou dominó. SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 199.

<sup>106</sup> MCCANN, F. D. **Soldados da pátria**: história do exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 107.

Em pleno regime republicano, o Exército ainda guardava as mesmas características do período colonial. A população recusava-se a prestar o serviço militar, devido a isso passou-se a praticar o recrutamento forçado ou recrutamento “a laço”. As fileiras do Exército constituíam-se de camponeses sem sorte ou de marginais urbanos transferidos das cadeias para os quartéis, e a disciplina era mantida pelos mais violentos castigos corporais.

Do outro lado, aqueles que davam as ordens, os oficiais, por terem um número baixíssimo de instrução nos quartéis, tinham um dia-a-dia bem diferente dos praças.<sup>107</sup> A elite brasileira via com bons olhos quando se tratava da participação dos seus filhos no oficialato. Os políticos apreciavam as patentes honorárias que concedia o Exército. No entanto, os ensinamentos, nas academias militares, pouco se relacionavam à arte da guerra. Para Mallet, essas instituições de ensino só formavam “doutores tenentes” e “doutores coronéis” e a reforma deveria vir para acabar com o bacharelismo militar.<sup>108</sup>

O ministro Francisco de P. Argollo (1902-1906) priorizou a reforma no sistema educacional e na estrutura do Exército. Argollo, assim como Mallet, entendia ser conveniente separar o ensino militar das armas, do ensino científico de engenharia e estado-maior. Em 1905, foram separados os cursos de infantaria e de cavalaria dos de artilharia e de engenharia. O marco dessa reforma, no ensino, foi a criação da Escola de Estado-Maior, com um curso cuja duração era de dois anos. Seu maior interesse estava na instrução dos quadros e na preparação para a guerra. Recomendava que se realizassem, sistematicamente, manobras anuais, pois entendia que nelas podia-se treinar o emprego combinado das unidades táticas, além de constituir a oportunidade para que os oficiais e sargentos completassem sua instrução. Em 1905 e 1906, houve as grandes manobras nos campos de Santa Cruz e da Vila Militar, sob a orientação do EME e conduzidas pelo marechal Hermes da Fonseca.<sup>109</sup> Outra medida realizada nesse ministério que, posteriormente influenciou positivamente a vida e a mudança doutrinária do Exército brasileiro, foi a viagem de oficiais de baixa patente para servir, arregimentados no Exército Imperial alemão.<sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> Não havia programas de treinamento para as tropas. Nem manobras, nem exercícios. As raras tentativas nesse sentido não passavam de espetáculos montados para levantar os aplausos dos observadores civis acotovelados nas ruas do Rio de Janeiro. DOMINGOS NETO, M. *Influência estrangeira e luta interna no Exército, 1889-1930*. In: ROUQUIÉ, A. (Org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 46.

<sup>108</sup> MCCANN, F. D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 107.

<sup>109</sup> Hermes Rodrigues da Fonseca, dando impulso à reforma militar organizou grandes manobras militares, na região de Santa Cruz, levando a tropa para as realidades da ação em campanha. **HISTÓRIA do exército brasileiro**: perfil militar de um povo. Estado Maior do Exército, Brasília, DF: 1972. p. 802.

<sup>110</sup> Em 1906 foram enviados seis oficiais para servir no Exército alemão.

Em relação à estrutura, o ministro Argollo afirmava que o serviço militar obrigatório era indispensável com base na Lei de Sorteio Militar de 1874 e na Constituição de 1891, cujo artigo 86 previa que “[...] todo brasileiro é obrigado ao serviço militar, em defesa da pátria e da Constituição.” Buscou-se implantar tal política de conscrição, todavia, a mesma só prosperou a partir do ministério de Hermes da Fonseca, quando a classe média passou a apoiar essa ideia. Esse intento de transformar todo cidadão em soldado ganhou força na cúpula militar após a vitória do Japão na guerra contra a Rússia. A Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) trouxe profundas modificações na Doutrina Militar até então vigente. Um importante ensinamento desse conflito foi a necessidade de se possuir um eficiente sistema de mobilização, já que os efetivos envolvidos na guerra sofreram um aumento considerável. Os japoneses mobilizavam suas divisões de tempo de paz, como estavam constituídas, apenas aumentando seus efetivos. Os russos, ao contrário, mandavam unidades inteiramente novas para o Teatro de Operações, constituídas de recrutas pouco treinados e instruídos, comandados por quadros inexperientes. O sucesso da organização japonesa causou influência na futura organização militar brasileira.

O marechal Hermes R. da Fonseca, ao assumir a pasta da Guerra (1906-1909), contava com grande apoio e prestígio perante a sociedade. As manobras que havia realizado em 1905, em Santa Cruz, despertaram, na sociedade, um sentimento de nacionalismo. A instrução foi amplamente divulgada pela imprensa. As “exibições militares” empolgaram os civis, houve a fundação dos tiros-de-guerra, alistamentos voluntários para as manobras anuais e, no Congresso, apoiaram a lei do serviço militar obrigatório, que seria aprovada em 1908.<sup>111</sup>

Procurando intensificar o processo de modernização, a sua administração traçou como metas: aquisição de armamento e a reativação da indústria bélica nacional, a reforma da administração do Exército, as diretorias de artilharia, engenharia, saúde e contabilidade deveriam ser reduzidas e anexadas ao secretariado da guerra, e este deveria assumir grande parte das atividades burocráticas que paralisavam o Estado-Maior. Para o ministro Hermes, o EME deveria se preocupar em supervisionar o treinamento de tropas e se ater à defesa do país.

Os avanços foram sentidos naqueles que eram considerados pelo marechal como pontos fundamentais, como a organização do exército em grandes unidades, a Vila Militar que foi construída próxima à cidade do Rio de Janeiro são exemplos que deveriam ser seguidos por todos os outros Estados da federação, como concentrar várias unidades em um mesmo

---

<sup>111</sup> Realizadas as manobras gerais de 1905, foi contestada a reduzida operacionalidade da força terrestre, como tropa permanentemente pronta para o combate, tornando urgente a sua modernização não só através da aquisição de material bélico e de equipamento, como também construindo aquartelamento dignos para abrigar a tropa e atualizando a mentalidade dos quadros. SENA, D. R. **Exército brasileiro: ontem, hoje, sempre.** exército brasileiro, 2000. p. 111.

local para que as instruções fossem realizadas em conjunto pelas diferentes armas.<sup>112</sup> Nesse contexto, foi organizado um projeto de criação das Grandes Unidades, então representadas pelas Brigadas Estratégicas. O decreto nº 6.971, de 04 de junho de 1908, tratava assim a matéria:

- Art. 1º - As grandes unidades do Exército ativo são: Brigada Estratégica ou simplesmente Brigada, Brigada de Cavalaria, Divisão de Exército e Exército.
- Art. 2º - A brigada é a base da formação do Exército e, como tal, a maior unidade que pode permanecer constituída.

A divisão territorial existente (07 distritos militares) foi modificada com a criação das Inspeções Permanentes em 1908, ficando o território dividido em 13 regiões. Cabia a esse novo órgão coordenar, dentro de sua área, os assuntos relativos à instrução e mobilização. Outro ponto que também foi considerado fundamental foi a aquisição de novos armamentos em cuja corrida as fábricas alemãs saíram na frente e fecharam acordos com o Brasil.

Para Mccann, talvez a mudança mais importante conseguida por Hermes tenha sido no Estado-Maior do Exército. Criado em 1899 para substituir a repartição do ajudante-geral, então o centro administrativo do Exército, o EME veio a herdar as suas funções. Atividades burocráticas impactavam as ações do EME no campo das instruções e da estratégia. Tarefas como codificar a legislação militar, supervisionar as transferências, as reformas e a justiça militar e registro do estado civil dos oficiais foram retiradas das atribuições do Estado-Maior.<sup>113</sup> O modelo a ser seguido seria o Estado-Maior prussiano. O serviço de Estado-Maior ganhara destaque na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), com o Maj-Gen Helmuth von Moltke à frente do Estado-Maior prussiano. Esse novo órgão deveria estudar todos os pormenores de uma preparação militar para a guerra. O planejamento envolveria as atividades de mobilização, concentração, transporte e plano de operações.

Em 1908 o exclusivo corpo do Estado-Maior foi abolido, e as tarefas administrativas foram abertas a oficiais de qualquer ramo. O modelo foi o sistema alemão, no qual os oficiais de Estado-Maior deviam ter conhecimento em primeira mão das condições nas unidades de linha. Hermes esperava que o

---

<sup>112</sup> Foi nomeada uma comissão para incumbir-se da construção da Vila Militar de Sapopemba. Em 23 de março de 1908, foram iniciados os trabalhos. Era a concretização das aspirações do exército brasileiro, que procurava escapar da quase estagnação do final do século XIX e ingressar, resolutamente, em nova fase de progresso. SENA, D. R. **Exército brasileiro: ontem, hoje, sempre.** exército brasileiro, 2000. p. 112.

<sup>113</sup> MCCANN, F. D. **Soldados da pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937).** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 143.

Estado-Maior brasileiro, como na Alemanha e no Japão, se tornasse o próprio cérebro do Exército, o organizador da vitória.<sup>114</sup>

Durante o ministério do marechal Hermes da Fonseca, as relações com a Alemanha se estreitaram. O ministro das Relações exteriores, Rio Branco, conseguiu que o Kaiser, Guilherme II, convidasse o ministro Hermes para assistir a manobras do Exército alemão em 1908.<sup>115</sup> Nesse período, era incontestável a influência dos germânicos sobre o Exército brasileiro. Nunca um oficial brasileiro recebera tantas considerações da parte de uma grande potência. Segundo Bertold Klinger, um dos oficiais admiradores do Exército alemão, depois da viagem, o marechal teria assumido o compromisso de contratar uma missão alemã para instruir o Exército brasileiro. Em 1909, um segundo grupo, com seis oficiais, serviram por dois anos em regimentos alemães, e a Krupp havia se consolidado como a fornecedora de artilharia. Em 1910, embarcou o terceiro grupo, com 24 oficiais. Era dada como certa uma Missão Militar Alemã para instruir o Exército brasileiro. Os alemães já haviam selecionado os membros da missão para vir ao Brasil e sabiam que poderiam trabalhar com um dedicado núcleo de oficiais treinados na Alemanha. No entanto, o projeto nunca se consolidou e a elite “afrancesada” brasileira influenciaria fortemente, na escolha depois da primeira Guerra Mundial a favor da Missão Militar Francesa (MMF).

Ao término da primeira década do século XX, o Exército brasileiro caminhava a passos lentos no caminho da modernização. Para a realização das propostas feitas pelos ministros ao longo dessa década, havia a necessidade de investimentos para que as ideias fossem concretizadas. Entretanto, o congresso não olhava com bons olhos o aumento dos gastos militares, assim, grande parte do que o ministro Hermes da Fonseca buscou realizar não saiu do papel. A grande contradição que começou a se estabelecer foi: como possuir um exército organizado, eficiente, moderno, compatível com as novas exigências da sociedade brasileira tendo no cenário político a velha estrutura latifundiária no poder? Existia uma incompatibilidade nesse processo, pois um exército moderno cobraria mudanças no arcaico

---

<sup>114</sup> BOAVENTURA, M. A. **Evolução da doutrina militar brasileira no século XX**. 2001. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2001. p. 11.

<sup>115</sup> A convite de Guilherme II, a comitiva brasileira, composta pelo ministro Hermes da Fonseca, pelo general Mendes de Moraes, pelo major Tasso Fragoso, pelo capitão Deschamps Cavalcanti e pelo correspondente do *Jornal do Comércio*, assistiu às manobras de guerra do exército germânico, realizadas em diferentes locais da Alemanha. Em Berlim, Hermes da Fonseca foi convidado a montar o cavalo pessoal do Imperador para passar em revista tropas reunidas em sua homenagem. LUNA, C. M. A. Os ‘jovens turcos’ na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 1., 2007, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Ed. UFSCar, 2007. p. 2. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/CristinaLuna.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

cenário político do país. Essa impossibilidade geraria, no futuro próximo, manifestações por parte dos militares.<sup>116</sup>

### 2.3 Anos 10: Qual a melhor via para a modernização?

Uma parte do Exército brasileiro iniciava a nova década com a ideia de que a vinda de oficiais estrangeiros para instruir/modernizar a força seria a melhor opção. Dentre as potências europeias, os alemães eram os preferidos. Naquele momento, pesava, a favor dos germânicos, a visita de Hermes da Fonseca a seu país, a participação de oficiais brasileiros no Exército alemão e o papel desempenhado por eles durante a Missão Militar na Turquia, por isso a crença de que poderiam exercer o mesmo papel na força terrestre brasileira. Além do mais, os vizinhos Chile e Argentina já haviam passado por esse processo de instrução militar por parte de uma força estrangeira.<sup>117</sup>

Diante da grande possibilidade de escolha dos alemães, a diplomacia francesa começou a orquestrar em favor de seu país. O pleito que elegeria marechal Hermes da Fonseca à presidência foi marcado por uma dissidência entre São Paulo e Minas Gerais. As oligarquias paulistas e mineiras não chegaram a um acordo com relação à escolha de um candidato para sucessão do presidente Nilo Peçanha. Então, São Paulo aliou-se à Bahia, apoiando a candidatura de Rui Barbosa, enquanto Minas Gerais aliou-se ao Rio Grande do Sul, apoiando a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, que venceu a disputa eleitoral.

Eleito presidente em 1910, o marechal encontrou-se com uma considerável agitação política, e desistir dos acordos firmados com as empresas alemãs poderia dar-lhe muito capital

---

<sup>116</sup> Destacamos a Revolta dos Sargentos, O Tenentismo e a participação dos militares na Revolução de 1930. Não serão analisados esses movimentos porque fugiria dos objetivos deste trabalho.

<sup>117</sup> O Chile, durante a presidência de Domingo Santa María (1881-1886), contratou o capitão alemão Emilio Körner Henze, que empreendeu uma reforma no exército chileno a partir da criação da Academia de Guerra e do Colégio Militar, da formação de um eficiente Estado-Maior e da organização de zonas militares, que transformadas em divisões, permitiram também um adequado apoio logístico. Todas essas ações foram completadas pela aquisição de um moderno equipamento militar, pelo envio de oficiais chilenos à Alemanha e pela contratação de uma equipe de assessores militares alemães capazes de auxiliarem Körner no processo de transformação do exército daquele país. Na Argentina, a reformulação do Exército ocorreu, em grande parte, sob a influência da Alemanha. Durante a década de 1890, várias comissões de compra de armamentos chefiadas, principalmente, pelo tenente-coronel Pablo Riccheri, foram enviadas à Alemanha. Em 1899, durante a presidência de Julio Roca, chegou à Argentina uma missão militar alemã, que contou com uma equipe de militares comandada pelo coronel alemão Alfred Arent. PICCIUOLO, J. L. Los Institutos militares superiores en Europa, Chile y la Argentina. Antecedentes de la creación de la Escuela Superior de Guerra y de la influencia alemana (1895-1898). In: CONGRESO NACIONAL DE HISTORIA MILITAR, 1., 1996, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: Instituto de Historia Militar Argentina, 1996. v. 2. p. 903-923.

político em São Paulo, centro econômico do país, cujos líderes, em sua maioria, haviam apoiado a candidatura de Rui Barbosa, e, desde 1906, estavam diretamente ligados aos franceses. A elite paulista, jogando com sua grande influência política, passou a defender, abertamente, a vinda dos franceses em oposição aos alemães. O contrato dos franceses com São Paulo venceria em 1910 e existia a preocupação de que o novo presidente, que já havia demonstrado sua simpatia pelos germânicos, não fosse permitir a sua renovação.

Entrou em cena a diplomacia francesa, o presidente foi convidado para ir à França para ver pessoalmente o Exército francês operando em suas manobras em terreno. Além de visitas a unidades militares, escolas e fábricas de armas, ele foi apresentado a eminentes intelectuais como madame Curie e Anatole France, homenageado com uma recepção na Sorbonne e recebido pelo presidente da França. Antes de seu retorno, o presidente Hermes da Fonseca declarou:

Longe de ser um cego admirador da Alemanha, minha formação pessoal é francesa, li seus autores militares e foi neles que busquei ensinamentos quando, como Ministro da Guerra, comecei a reorganizar o Exército brasileiro. O caráter do povo brasileiro e do soldado brasileiro assemelha-se mais ao do povo e do soldado francês do que ao de qualquer outro povo e qualquer outro soldado.<sup>118</sup>

A propaganda da diplomacia francesa fez com que a balança pendesse para o seu lado. A aliança com a França já era dada como certa, e o senador mato-grossense Antônio Azeredo esteve em conversação com oficiais franceses. Em um desses encontros, o ministro da Guerra, M. Messimy, ofereceu, formalmente, o envio da missão. Nesse jogo de influências, a decisão caberia ao Congresso nacional, que deliberou contra a vinda de qualquer missão estrangeira em outubro de 1911.

Quando parecia que a peleja tinha terminado, percebeu-se, porém, que, muito pelo contrário, a disputa das potências europeias em instruir o Exército brasileiro estava apenas começando. Além de instruir, o objetivo principal era firmar acordos comerciais colocando o Brasil sob sua órbita militar e dependente do seu parque industrial bélico. De acordo com Manuel Domingos Neto, a prática de convidar oficiais para fazer estágios de maior ou menor duração no corpo de tropa ou cursos de especialização inseria-se no conjunto de iniciativas sistemáticas e de longo curso dos países desenvolvidos que visavam à conquista de posições

---

<sup>118</sup> FONSECA FILHO, H. **Marechal Hermes**: dados para uma biografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1961.



privilegiadas na venda de armas e equipamentos, no estabelecimento de eventuais alianças militares estratégicas e na disputa por mercados.<sup>119</sup>

Os militares que voltaram da missão no Exército alemão procuraram implantar, no arcaico exército nacional, o que haviam aprendido fora do país. Esses oficiais fundaram e passaram a publicar a revista *A Defesa Nacional*, veículo utilizado para expor os seus pensamentos reformistas. A reforma seria de baixo para cima.<sup>120</sup> Esses militares foram apelidados de “jovens turcos”, denominação inspirada nos oficiais turcos que haviam passado por instrução militar germânica e posteriormente remodelaram o Império Otomano.<sup>121</sup> Vale notar que o afã modernizador dos denominados jovens turcos não se limitou à defesa da vinda de uma missão militar alemã ao Brasil, pois o grupo também se engajou na defesa da ampliação do ensino militar nos estabelecimentos escolares de nível secundário e superior e na luta para pôr em prática o serviço militar obrigatório.<sup>122</sup> Em fins de 1914, esse grupo de oficiais encaminhou ao ministro da Guerra, general José Caetano de Faria, um programa de reformas, a seguir, foram destacados alguns itens:

- 1- Os voluntários deveriam apresentar-se em massa nos quartéis em data determinada, e não individualmente no decorrer de todo o ano, para que se pudesse organizar eficazmente a instrução.
- 2- Os exames de saúde dos recrutas deveriam ser mais rigorosos
- 3- Só homens moralmente sãos deveriam ser alistados
- 4- O serviço militar obrigatório deveria ser posto em funcionamento para tornar o Exército parte da nação, substituindo, assim a classe militar pela nação armada.
- 5- O tempo de serviço para os instruídos deveria ser reduzido para acelerar seu ingresso na reserva.

<sup>119</sup> DOMINGOS NETO, M. Influência estrangeira e luta interna no Exército, 1889-1930. In: ROUQUIÉ, A. (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 50.

<sup>120</sup> A pregação deles, logo apelidados de jovens turcos, em torno de novas idéias e de novas técnicas e táticas militares, serviu para combater a rotina, entrave da modernização do Exército brasileiro. HISTÓRIA do exército brasileiro: perfil militar de um povo. Brasília, DF: Estado Maior do Exército, 1972. p. 804.

<sup>121</sup> Em alusão aos jovens oficiais turcos que estagiaram no Exército germânico e que, ao retornarem ao seu país, lançaram uma revista intitulada *A Defesa Nacional* e promoveram profundas modificações no Exército e no Império Otomano, sob a liderança de Mustafá Kemal. LUNA, C. M. A. Os ‘jovens turcos’ na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 1., 2007, São Carlos. **Anais....** São Carlos: Ed. UFSCar, 2007. p. 6. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/CristinaLuna.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

<sup>122</sup> LUNA, C. M. A. Os ‘jovens turcos’ na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 1., 2007, São Carlos. **Anais....** São Carlos: Ed. UFSCar, 2007. p. 5. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/CristinaLuna.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

- 6- O número de unidades deveria ser diminuído para permitir a cada uma um efetivo que possibilitasse a instrução adequada dos soldados e preparasse os oficiais para o comando em tempo de guerra.
- 7- A organização do Exército em tempo de paz deveria ser igual à sua ordem de batalha na guerra para que as reservas mobilizadas pudessem ser incorporadas com facilidade.
- 8- Os serviços administrativos deveriam ser descentralizados de modo que o aprovisionamento pudesse ser feito em âmbito local, para que fosse possível economizar mais e melhorar a qualidade dos calçados e fardas.
- 9- Áreas de instrução deveriam ser criadas em cada guarnição para treinar os recrutas sob condições de combate realista.

Segundo Mccann, o grupo de *A Defesa Nacional* queria que o Exército se modernizasse segundo o modelo alemão, com o corpo de oficiais permanentemente treinando recrutas trazidos pelo alistamento compulsório e, depois, dispensados para integrar uma força reservista sempre crescente.<sup>123</sup>

Foi com o general José Caetano de Faria, primeiro no Estado-Maior (1910-1914) e depois no ministério da Guerra (1914-1918) que os oficiais, treinados na Alemanha, obtiveram espaço para colocar em prática algumas ideias, pois o general tinha uma certa simpatia pelos ensinamentos dos germânicos. O ministro Faria buscou organizar os seguintes pontos: que o Exército tivesse uma estrutura que possibilitasse a incorporação de reservistas sem destruir a coesão das unidades; que o Exército, em tempo de paz fosse capaz de pôr-se de prontidão para a guerra sem criar novas unidades (ainda permanecia no imaginário a organização japonesa durante a guerra com a Rússia). Mudou a organização da força terrestre, as Inspeções Permanentes transformaram-se em Regiões Militares. Com isso passaram a existir cinco brigadas e sete regiões militares. As Brigadas Estratégicas deixaram de existir e adotou-se uma organização divisionária quaternária. Foram organizadas as Divisões de Infantaria (DI). Essas, comparadas às anteriores, tinham um efetivo maior e teve aumentado o seu poder de fogo, conforme se vê a seguir:

- Divisão, segundo a lei de 1908 – 14.249 homens, 42 canhões e 15 metralhadoras;

---

<sup>123</sup> MCCANN, F. D. **Soldados da pátria**: História do Exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 225.

- Divisão, segundo a lei de 1915 – 16.876 homens, 58 canhões e 16 metralhadoras.<sup>124</sup>

Essa reorganização só foi possível porque o Congresso, em decorrência da I Guerra Mundial, quando a distância entre o Exército brasileiro e os dos países industriais tornou-se demasiado evidente, aprovou, em 1915, um aumento no orçamento que permitiu algumas mudanças.

A disputa se acirrou ainda mais com a utilização da imprensa, opondo os dois principais grupos que esgrimiam suas opiniões, pró-França ou pró-Alemanha. Os jovens turcos usando do seu principal veículo, *A Defesa Nacional*, criticavam abertamente o Exército francês e a sua adoção da tática de artilharia germânica. Reiteravam a necessidade de o Exército brasileiro passar pela instrução de uma Missão Militar Alemã. Mesmo após a declaração de guerra do Brasil à Alemanha,<sup>125</sup> foi possível constatar a influência da doutrina militar deste país sobre a tropa brasileira. Com a participação dos jovens turcos, boa parte do regulamento sobre armas de combate foi reformulada com base no modelo alemão. As páginas da revista, muitas vezes, serviram como panfleto de propaganda pró-Alemanha, uma vez que os jovens turcos costumavam publicar manuais, trechos de livros e relatórios militares traduzidos do alemão; escreviam artigos sobre armas, canhões e sobre a munição alemã, bem como analisavam a organização do exército germânico e sua participação em guerras e batalhas. Por isso, a revista *A Defesa Nacional* era chamada de jornal prussiano, e os jovens turcos, de germanófilos.<sup>126</sup>

No ministério Faria, talvez o passo mais importante, influenciado pela disposição dos jovens turcos, foi o desenvolvimento e a passagem do controle da Escola Militar do Ministério da Guerra para a direção do Estado-Maior. Nesse contexto, Faria defendia que a Escola Militar deveria formar oficiais que, ao receberem sua primeira atribuição, pudessem imediatamente transmitir aos seus subordinados. Houve uma reformulação no currículo e o EME elaborou um exame, com o qual procurou acabar com as nomeações. Os futuros instrutores agora teriam a responsabilidade de passar as novas instruções aos cadetes que

<sup>124</sup> BOAVENTURA, M. A. **Evolução da doutrina militar brasileira no século XX**. 2001. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2001. p. 13

<sup>125</sup> Com o torpedeamento de cinco navios brasileiros por embarcações da esquadra alemã, a neutralidade do Brasil frente à Guerra foi suspensa e a partir de outubro de 1917, o país entrou no conflito, ao lado da França, Inglaterra, dos Estados Unidos e de outras nações aliadas.

<sup>126</sup> LUNA, C. M. A. Os ‘jovens turcos’ na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 1., 2007, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Ed. UFSCar, 2007. p. 6. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/CristinaLuna.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

adentraram na escola em 1918.<sup>127</sup> Essa foi apelidada de “Missão Indígena”. Na impossibilidade de se trazer os alemães, em função da declaração de guerra, os jovens turcos ficaram incumbidos de preparar esses novos instrutores de acordo com a experiência adquirida quando da passagem no Exército germânico, e esses, de darem sequência ao processo de reformulação do ensino.

Paralelo a esse contexto pró-Alemanha, caminhavam os setores da sociedade pró-França. É verdade que britânicos e estadunidenses procuraram vender armamentos para o Brasil, mas não obtiveram êxito junto à força terrestre.<sup>128</sup> Os francófilos, principalmente a elite paulista, argumentavam que os brasileiros se sentiam mais a vontade com os franceses. E com o início da guerra, praticamente, no horizonte, só se vislumbrava a França como a nação a vir prestar os seus serviços ao Exército brasileiro. No Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior elaborado em 1917, o general Bento Ribeiro, deixa claro a necessidade de uma Missão Militar para instruir o Exército.

Como complemento às idéias que vêm de ser expostas, como remete indispensável á reforma do ensino militar e do Estado Maior do Exercito, dever-se-ia aplicar em toda sua extensão a idéia corrente, dominante e vencedora de uma Grande Missão que venha integrar os Altos estudos militares professados no nosso primeiro estabelecimento de ensino como nos iniciar nos segredos dos serviços do Estado Maior.<sup>129</sup>

A França, nesse momento, encontrava-se bem posicionada, praticamente sozinha na empreitada. O comandante da missão francesa em São Paulo, Fanneau de la Horie, com prudência, resumiria os passos a serem dados para que o objetivo fosse alcançado:

Se quisermos uma Missão no Brasil, e devemos querer porque, bem orientada, será um poderoso elemento de influencia, é necessário trabalhar pacientemente, com esforços contínuos e perseverantes; As etapas sucessivas que eu indico são as seguintes: a retomada da Missão de São Paulo; o envio de uma Missão brasileira a França; a venda de material de artilharia e aviação; a vinda (atendendo a solicitação do Brasil) de um chefe francês com prestígio e gosto pela organização, como conselheiro e, em seguida, convocado para reorganizar o Exército brasileiro,

<sup>127</sup> Os dirigentes do Exército, 1917, adotaram duas providencias efetivas para a modernização da instrução militar: criaram o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria que serviu, inicialmente, para a formação dos sargentos instrutores dos Tiros de Guerra e estabeleceram pela primeira vez um concurso para seleção de um quadro de instrutores para a Escola Militar do Realengo, dentro de moldes práticos, diretamente relacionados com a instrução militar dos oficiais e da tropa. **HISTÓRIA do exército brasileiro: perfil militar de um povo.** Brasília, DF: Estado Maior do Exército, 1972. p. 809.

<sup>128</sup> Neste período, a Inglaterra preparava uma missão militar para a Marinha de Guerra do Brasil.

<sup>129</sup> ESTEVES, D. **Documentos históricos do Estado-Maior do exército.** Brasília, DF: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996. p. 69.

contando com a ajuda de colaboradores. Entre estas diferentes etapas, nunca perder a ocasião para introduzir oficiais franceses onde for possível.<sup>130</sup>

Em seu relatório, Bento Ribeiro procurou salientar não haver preferência por uma nacionalidade da missão, entretanto, talvez não houvesse necessidade de tal afirmação, pois o debate flutuava entre duas possibilidades antes da guerra: a via francesa ou a via alemã. Com a guerra, a via alemã havia sido descartada, só restava na disputa a via francesa para a busca da modernização do Exército brasileiro. Em 10 de outubro de 1918, foi firmado um pequeno contrato que propiciou a vinda para o Brasil de um grupo de instrutores franceses, que foi denominado “Missão Militar Francesa de Aviação”.

No jogo político das oligarquias, o sucessor de Wenceslau Braz na presidência da República foi o ex-presidente Rodrigues Alves. Ele foi eleito com o apoio dos estados de São Paulo e Minas Gerais, porém faleceu antes de tomar posse. Nesse caso, a Constituição previa que fossem realizadas novas eleições. A convocação de novas eleições gerou uma crise política em torno da sucessão presidencial. A eleição ficou polarizada pelas candidaturas de Rui Barbosa e do paraibano Epiácio Pessoa, representante dos cafeicultores. O resultado eleitoral foi favorável à elite paulista. Com a vitória de Epiácio Pessoa, surgiu, inicialmente, a indicação do general Alberto Cardoso de Aguiar, e, posteriormente, Pandiá Calógeras para a pasta da Guerra. O ministro Calógeras prestou, durante seu ministério, franca colaboração às atividades dos franceses no Brasil.<sup>131</sup> Foi nesse governo pró-São Paulo que, em fins de 1919, efetivou-se o desejo da elite paulista, quando foi firmado o acordo para a vinda da “desejada” MMF.

## 2.4 A modernização pela via francesa

O processo de escolha da Missão Francesa ocorreu entre 30 de novembro de 1918, quando foi apresentado o projeto, e em 03 de janeiro de 1919, quando o projeto foi aprovado.

---

<sup>130</sup> HORIE, 1918, télégrammes n. 135, 136, 137 apud DOMINGOS NETO, M. A disputa pela missão que mudou o exército. **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 1, p. 210, 2001.

<sup>131</sup> Os franceses por duas vezes tentaram antever os acontecimentos, com o objetivo de sempre estar um passo à frente do seu concorrente. Primeiro conquistaram o Gen. Luiz Mendes de Moraes, que era cotado para substituir Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra em 1909, nesta ocasião o resultado não foi como o esperado, pois o mesmo não foi indicado a pasta. A segunda vez foi com então deputado Pandiá Calógeras, que demonstrava grande interesse nos assuntos militares. Neste caso o sucesso foi alcançado. DOMINGOS NETO, M. A disputa pela missão que mudou o exército. **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 1, p. 197-215, 2001.

Tal processo guarda certa curiosidade. O projeto de lei foi modificado, retiraram do texto original a menção à nacionalidade, de acordo com Mccann, para abrandar a oposição que, na esperança de repetir o impasse que impedira a contratação de uma missão antes da guerra, mencionara a possibilidade de uma missão americana.<sup>132</sup> Foi durante a década de 1930 que o flerte com os Estados Unidos se intensificou.

No entanto, mesmo durante o processo de tramitação no Congresso Nacional, em 04 de dezembro, o ministro da Guerra, Cardoso de Aguiar, apressou-se e telegrafou ao adido militar brasileiro na França, major Alfredo Malan d'Angrogne, solicitando um general para a missão.

Confio vossa competência fino tato e conhecimento homens, indicação nome general capaz chefiar missão será contratada para Exército. Desejando colaboração esse general a fim preliminarmente resolver assunto confiado missão e querendo que este chegando encontre tudo pronto início trabalho, tenho intensão de posse vossa indicação pedir, intermédio M. R. Exteriores, vinda imediata indicado general conta nosso Governo e precedendo a missão a fim conhecer nossas condições, visitar pontos essenciais nosso país, assentar comigo programa e providências sua execução. Esse general poderá regressar França, a fim de constituir definitivamente missão, chefiará ou virá preparado poder organizá-la daqui. Certo tereis apreendido meu pensamento, espero agireis sem demora discreto e refletidamente para que primeiro passo solução importante assunto seja dado firmeza e acerto governo deseja. Tendo bem presente não quero apenas indiscutível competência técnica quero também general moço sadio grande descortino com equilíbrio qualidades necessárias delicada incumbência será confiada. Antes envieis indicação nenhuma outra providencia será posta em prática.<sup>133</sup>

Diante de tal tarefa, Malan passou a pesquisar e selecionar nomes de generais franceses. O adido militar acabou pedindo conselho ao marechal Joseph Jacques Césaire Joffre, o herói da campanha do Marne. O marechal, na ocasião, indicou o general-de-brigada Maurice Gustave Gamelin seu ex-chefe de gabinete. Após o primeiro contato com Gamelin, Malan, informou o ministro que havia encontrado o militar certo para a missão no Brasil.<sup>134</sup>

Chegando ao Brasil, Gamelin procurou deixar claro que não pretendia destituir o Exército de seu caráter brasileiro. A missão se ocuparia, especialmente, da direção das Escolas de Estado-Maior, de Aperfeiçoamento, de Intendência e Veterinária, além da

<sup>132</sup> BRASIL. Projeto nº 425, ano 1918. No dia 3 de dezembro de 1918 foram apresentadas duas emendas. A emenda nº 2 em seu artigo 1º dizia: O governo contratará na França..., acrescente-se: ou nos Estados Unidos da América do Norte. **Anais da Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 1918, v. 12, p. 191.

<sup>133</sup> Reprodução do telegrama enviado pelo Ministro da Guerra, General Cardoso de Aguiar.

<sup>134</sup> Colho dia a dia melhores referências sobre Gamelin: capacidade de trabalho, competência e seriedade. Tenho, portanto, a impressão de que nos desobrigamos bem da primeira parte da tarefa. E quem começa bem, diz o rifão, tem meio caminho andado. MALAN, A. S. **Uma escolha um destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. p. 184.

instrução. Os pontos sensíveis às mudanças seriam: a organização das escolas para treinamento dos oficiais, o melhoramento da capacidade do Estado-Maior para dirigir o Exército por meio da reformulação dos regulamentos sobre treinamentos e táticas, a elaboração de um sistema de promoção que assegurasse a ascensão dos oficiais mais capazes aos postos de liderança e, finalmente, a criação de verdadeiras unidades táticas. Com os franceses, houve a criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), fomentaram a criação do Grupamento de Unidades Escola (GUEs) para dar suporte aos cursos de aperfeiçoamento e melhorar o curso da Escola de Comando e Estado-Maior. Os cursos, nessas unidades, tiveram o seu início em 1920, juntamente com uma comissão mista franco-brasileira que ficou incumbida de reorganizar os regulamentos e a doutrina militar básica para treinamentos e operações. Nesse processo, houve a assimilação da doutrina francesa por parte do Exército brasileiro. Até os oficiais superiores tiveram que fazer os cursos de “revisão”.

Isso serviu para que as críticas surgissem. Quando as transformações se colocaram na ordem do dia com cursos técnicos e com uma proposta de promoção por mérito, essa política foi de encontro com a forma de ascensão dos oficiais de alta patente. Os altos oficiais, nesse período, basicamente, dividiam-se em dois grupos: aqueles chamados de “tarimbeiros”, que haviam frequentado muito pouco a Escola Militar e os “doutores” que haviam passado pela Escola Militar, no entanto, aprenderam muito pouco sobre a arte da guerra. Muitos deles haviam chegado ao alto escalão por indicação de seus “padrinhos”. Nomeados para os principais postos de comando devido às boas relações com os civis no poder, esses oficiais não admitiam ser preteridos por portadores de diplomas técnicos. Outro problema que se desenhava era que os altos oficiais carregavam a legenda de experimentados combatentes nos sangrentos conflitos internos, como a revolta da Marinha, a Guerra de Canudos e Contestado. Para Manoel Domingos Neto, eles temiam que o ensino de novas técnicas de combate tornasse suas gloriosas experiências algo ultrapassado e sem valor. O método crítico empregado pelos europeus, no ensino de estratégia de combate, era-lhes, particularmente, insuportável, já que deixava evidentes os erros grosseiros que cometeram em suas campanhas.<sup>135</sup>

Outros questionamentos levantados por parte dos oficiais brasileiros diziam respeito ao armamento e a sua utilização. Os franceses estabeleceram no contrato em seu artigo II,

---

<sup>135</sup> DOMINGOS NETO, M. Influência estrangeira e luta interna no Exército, 1889-1930. In: ROUQUIÉ, A. (Org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 55.

[...] o governo brasileiro dará preferência a indústria francesa nas suas encomendas de material bélico, desde que, nas mesmas condições técnicas, o material possa ser entregue a preços iguais aos propostos por outras potências, e nos mesmos prazos.<sup>136</sup>

Entretanto, foram vendidos ao Brasil os excedentes de guerra, e os oficiais brasileiros afirmavam que a metralhadora alemã era superior a francesa, que as novas armas automáticas francesas eram menos eficientes que os fuzis Mauser alemão e os canhões Saint-Chamont nem se comparavam aos velhos Krupps existentes no Exército brasileiro. Os aviões franceses também eram muito criticados, devido ao número de acidentes e mortes de pilotos brasileiros. E a proposta de se organizar a Artilharia brasileira nos moldes da francesa se mostrava inadequado. A França contava com uma rede de estradas e ferrovias capaz de poder transportar os pesados equipamentos com rapidez, já o Brasil contava com estradas de terra, trilhas e com uma pequena extensão ferroviária. Carregar todo esse equipamento em mulas ou em carros-de-boi seria totalmente inviável. Dessa forma, colocava-se o Exército brasileiro estruturado para uma guerra estática e isso seria um suicídio para a força. A força terrestre trabalhava com a hipótese de um conflito com os vizinhos, e o mais iminente seria com a Argentina.<sup>137</sup> E se, contando com a dificuldade imposta pelo tamanho do país, arregimentação e deslocamento da tropa e da necessidade de manobras nos pampas, a melhor solução seria uma guerra de mobilidade, muito ao contrário do que os franceses estavam instruindo o Exército brasileiro.

Apesar das críticas, não há como questionar que os franceses foram fundamentais para modernização da força terrestre. Inegavelmente, a maior influência se fez sentir na Escola de Estado-Maior. Os estudos de tática e de estratégia passaram a ser conduzidos com manobras na carta e no terreno. Quanto à instrução militar, trouxe grande impulso a MMF. Já em 1922, realizou-se uma grande manobra militar em Saicã (RS), com a mobilização de reservistas.<sup>138</sup> Com a influência francesa, ano após ano, as manobras se sucediam, porém, em 1926, uma delas se destacou por ter sido planejada e dirigida, exclusivamente, por oficiais brasileiros.

Para que fosse possível a realização do proposto pelo general Gamelin, havia a necessidade de adoção de uma doutrina básica de combate. Para isso, foram elaborados por franceses e oficiais brasileiros novos regulamentos. Esses regulamentos seriam a codificação

---

<sup>136</sup> ESTEVES, D. **Documentos históricos do Estado-Maior do exército**. Brasília, DF: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996. p. 87.

<sup>137</sup> Logo que chegou ao Brasil, Gamelin fez sua primeira viagem de inspeção no Rio Grande do Sul, objetivando conhecer a região que poderia ser o teatro de uma possível operação.

<sup>138</sup> Essas manobras caracterizavam o esforço da Missão Militar Francesa na sistematização da doutrina do nosso Exército. Com um ano e meio de atuação, partiram, o Gen Gamelin e os demais instrutores, para uma realização prática do que vinham ministrando. MALAN, A. S. **Uma escolha um destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. p. 204.



e a aplicação uniforme, dentro da força terrestre, de uma nova doutrina de guerra. Inúmeros regulamentos foram adotados.<sup>139</sup>

Alguns dados, levantados por Manoel Domingos Neto<sup>140</sup>, corroboram para completar a importância da MMF e o quanto a influência dos franceses acelerou o processo de modernização do Exército, os quais mostram, de forma clara e sintetizada os avanços:

- *A adoção e a aplicação da lei do serviço militar obrigatório*: a alteração no sistema de recrutamento da tropa constituiu um dos mais importantes sucessos obtidos pelos reformadores do Exército. Isto possibilitou uma ampliação dos efetivos.
- *A renovação do armamento e melhoria das instalações*: Neste domínio os progressos foram excepcionais. Apesar das dificuldades orçamentárias do país, as aquisições de armas foram importantes. Pode-se assinalar, sobretudo, a adoção da aviação militar, da artilharia de tiro rápido e de instrumentos modernos de comunicação. Com o ministro Calógeras, construíram-se quartéis, escolas, stand de tiros. Foi possível reduzir a enorme distância do Exército brasileiro às máquinas de guerras da Europa.<sup>141</sup>
- *A implantação de uma nova estrutura organizacional*: grandes unidades, capazes de efetuar rapidamente importantes manobras substituíram os pequenos e frágeis destacamentos. A distribuição geográfica da tropa passou a obedecer a um planejamento nacional, sem interferência das oligarquias locais. Reestruturou-se o Estado-Maior enquanto organismo de coordenação e comando das atividades militares. Em 1922 ocorreu uma nova organização do Exército:
  - Divisões de Infantaria;
  - Divisões de Cavalaria;
  - Brigadas Mistas (número variável);
  - Unidades Independentes;
  - Unidades de Aviação;

<sup>139</sup> Regulamento de Instrução dos Quadros e das Tropas; Regulamento de Equitação do Exército; Regulamento de Organização do Terreno; Regulamento de Emprego de Artilharia; Regulamento do Serviço de Estado-Maior; Regulamento para a conduta das grandes unidades; Regulamentos para os exercícios e o combate da Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

<sup>140</sup> DOMINGOS NETO, M. "Influência estrangeira e luta interna no Exército, 1889-1930". In: ROUQUIÉ, A. (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980. p. 48-49.

<sup>141</sup> Na gestão do ministro, Pandiá Calógeras, multiplicaram-se recursos de toda ordem, de forma que o Exército passasse a dispor de uma infra-estrutura e meios modernos que se compatibilizassem com suas novas características operacionais sugeridas pelos franceses. BASTOS FILHO, J. A. **A missão militar francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p. 117.

- Companhia de Carros de Assalto.
- *Adoção de novas regras de promoção hierárquica*: as novas regras do avanço na hierarquia passaram a levar em conta a formação profissional recebida por cada oficial. A influência do apadrinhamento nas nomeações para os postos de comando foi substancialmente reduzida.

A MMF, durante os anos 30, foi perdendo espaço no seio da força terrestre. Nesse período, começou a se desenhar, de forma mais contundente, a presença dos Estados Unidos, que buscavam contraporem-se à influência alemã, que novamente se fazia sentir no Exército brasileiro. Contudo, os gauleses permaneceriam em solo brasileiro até o início da II Guerra Mundial, quando tiveram que retornar para a sua pátria, deixando o espaço aberto para as ambições dos estadunidenses.

## 2.5 Da influência ianque à busca da modernização autônoma

No decorrer dos anos de 1930, gradativamente, a influência militar dos Estados Unidos foi crescendo dentro da América Latina e, conseqüentemente, no Exército brasileiro. Os ianques desejavam acabar com a influência europeia no continente e diminuir qualquer possibilidade de alinhamento com os países do Eixo. Paralelo ao aumento dessa influência, os franceses ainda permaneciam em solo brasileiro com a sua missão<sup>142</sup> e a negociação comercial com a Alemanha caminhava a passos largos.<sup>143</sup> A diplomacia brasileira procurava explorar essa rivalidade para melhor atender às novas demandas em favor da fundação das bases para a industrialização, da projeção política regional do Brasil e do rearmamento das Forças Armadas.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> A missão durou até 1940, mesmo que nos últimos anos sua presença tenha se tornado secundária, sendo paulatinamente substituída pela doutrina militar americana, a partir de 1938 pelo menos. Ela foi pensada, sobretudo, em um momento após a I Guerra Mundial, quando o Brasil repensa seu exército e se dispõe a transformá-lo. NASCIMENTO, F. S. A contratação de Missões Militares Estrangeiras no Brasil e na Argentina no início do século XX: um estudo comparativo. **História e História**, Campinas, 13 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&ID=255>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

<sup>143</sup> Para as inclinações pró-Eixo na política externa brasileira desse período, ver: SVARTMAN, E. Presença fascista e política externa na Argentina e no Brasil (1930-1945). **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 3, n. 1, p. 55-61, jul. 2002.

<sup>144</sup> Neste período o Brasil adquiriu a artilharia da Alemanha, armamento de infantaria da Tchecoslováquia, belonaves da Inglaterra e Itália. Dos Estados Unidos encomendou somente algumas aeronaves e material para

Em 1934 chegou ao Brasil a Missão Militar Americana (MMA), e, aos poucos, foi substituindo o pensamento doutrinário prussiano e o francês, até sua consolidação com o final da Segunda Guerra Mundial. A MMA era composta por três oficiais, chefiada por um oficial especializado em Artilharia de Costa. Sua atuação se deu junto ao Centro de Instrução de Artilharia de Costa (CIAC) e a Escola Técnica do Exército (ETE). Os estadunidenses foram contratados para, praticamente, dar vida à artilharia de costa nacional. No Nordeste, as tropas guarneciam fortes da era colonial, mas não dispunham de nenhuma artilharia de longo alcance para repelir invasores. No litoral sul e no distrito federal, a situação era precária,

no Rio de Janeiro a “bateria de primeira classe” que lá existia estava obsoleta, batia um alcance de escassos 23 quilômetros e não dispunha de pólvora. As duas outras baterias de tiro de calibre maior eram do mesmo modo antiquadas e supridas de pólvora prismática marrom de uma safra anterior a 1900. As defesas anti-submarinas nada tinham de melhor; todas as minas tinham mais de 20 anos de idade e sua capacidade de funcionar era no mínimo duvidosa. Uma belonave moderna poderia ter irrompido a Baía de Guanabara adentro, arrasando os fortes do Rio e destruído com facilidade a velha e heterogênea coleção de navios da Marinha. De ações conjuntas Exército-Marinha nunca se tinha ouvido falar e, à exceção de algumas metralhadoras, não havia defesa antiaérea em todo o território brasileiro.<sup>145</sup>

A MMA procurou atualizar a defesa de costa do Brasil, o contrato com os estadunidenses foi renovado, em 12 de novembro de 1936. O objetivo era cooperar com o Estado-Maior, com a Inspetoria de Defesa de Costa e com Oficiais do Exército brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, superintender os cursos e auxiliar a instrução. Buscando a modernização, o Brasil tentou estabelecer um acordo com os Estados Unidos sobre a compra de armamento. No entanto, o suprimento de armas, pelos Estados Unidos, possuía vários obstáculos para a sua realização, tais como: legislação restritiva, incapacidade das indústrias bélicas norte-americanas de produzirem em preços e condições de pagamento competitivos com relação às propostas alemãs, o desejo do governo brasileiro de conseguir o máximo em quantidade de armas pelo preço mínimo, e a oposição à Argentina.

O Exército brasileiro, apesar de contratar uma missão americana, fechou um acordo com os alemães para a aquisição de uma grande quantidade de material de artilharia. No dia 25 de março de 1938, a Comissão Militar Brasileira firmou um contrato com a Alemanha no valor de 8.281.383 libras esterlinas. O contrato fora assinado com autorização do presidente

---

construir contratorpedeiros no Brasil. MCCANN, F. D. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. p. 94.

<sup>145</sup> BRASIL. Ministério da Guerra. Inspetoria Geral do Ensino do Exército. Centro de Instrução de Artilharia de Costa. **Missão Militar Americana**. Rio de Janeiro, 1936.

Getúlio Vargas, entre o Ministério da Guerra e da Fazenda e a fábrica alemã Krupp, e fora classificado como “Absolutamente Secreto”, sendo que uma das cláusulas proibia a divulgação do conteúdo do contrato para outras potências. Com o desenrolar da guerra, grande parte das encomendas acabaram não sendo entregues ao Exército brasileiro.

A aproximação entre a potência do Norte e o Brasil, a partir de 1939, passou a se intensificar. Em 25 de maio de 1939, quando o USS Nashville chegou ao Rio de Janeiro trazendo George C. Marshall, chefe do Estado-Maior, houve uma exposição na qual Marshall deixou claro às autoridades militares brasileiras a intenção de um acordo de cooperação militar. Explicou aos oficiais brasileiros que os Estados Unidos desejavam construir bases aéreas completas, com munição e depósitos de suprimentos, no Nordeste. Seria parte da defesa do Canal do Panamá e capacitariam os Estados Unidos a protegerem o Brasil e o continente da invasão do Eixo. Em retribuição à visita e para detalhar as negociações, Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, seguiu para os Estados Unidos a convite daquele país, lá permanecendo por mais de dois meses. Góes Monteiro retornou ao Brasil com uma minuta de um acordo de cooperação militar, no entanto, o mesmo só se efetivou em 1942. Nesse ambiente diplomático, no período de 14 a 23 de novembro de 1939, o general Delos C. Emmons trouxe consigo 07 Fortalezas Voadoras (Bombardeiros B-17), representando o governo e o Exército estadunidense nas festas comemorativas do cinquentenário da Proclamação da República. A oportunidade de sobrevoar o território brasileiro possibilitou uma sondagem aérea de rotas até o Nordeste brasileiro e também examinar a área de Natal como possível localização de uma base aérea.

No ano de 1940, começou o intercâmbio entre oficiais brasileiros e estadunidenses. Os brasileiros passaram a frequentar unidades do Exército dos Estados Unidos, como também foram realizadas visitas de oficiais do Alto Escalão nacional para conhecer a organização da força terrestre norte-americana.<sup>146</sup> De acordo com Motta, a ida desses oficiais, com o decorrer do tempo, aumentou o entrosamento entre os dois Exércitos, pois, no retorno, esses oficiais traziam novas ideias sobre a organização, armamento, currículos; mas principalmente, padrões e estilos de trabalhos e de convivência militar.<sup>147</sup>

Essa experiência, em solo estadunidense, fora fundamental para que o Exército brasileiro superasse a doutrina francesa. Os franceses trabalhavam com a ideia das

---

<sup>146</sup> BRASIL. Decreto-lei 1.776, de 17 de novembro de 1939. Autoriza o Ministério da Guerra a enviar aos Estados Unidos da América do Norte oficiais do Exército, técnicos militares, para aperfeiçoarem os seus conhecimentos profissionais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1939. Seção 1. p. 26775.

<sup>147</sup> MOTTA, J. **Formação do Oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 299.

fortificações estáticas e de grande porte para a defesa e grandes divisões de infantaria como elementos básicos das manobras ofensivas. A guerra estática com grandes trincheiras ainda permeava o imaginário francês e, conseqüentemente, o Exército brasileiro que, desde início da década de 1920, estava sobre influência direta da França. O estágio, e depois a participação no conflito junto ao Exército dos Estados Unidos possibilitou aos brasileiros o contato com a visão de uma guerra de movimentos, tendo a utilização conjunta dos blindados, aviões, comunicações radiofônicas e telefônicas para que fosse possível um rápido desfecho do combate.<sup>148</sup>

Antecipando o acordo militar de 1942, em 1941, procurando fechar as portas para um possível avanço do Eixo, houve a conclusão de um convênio com o Brasil, relativo ao fornecimento de informações e artigos de defesa por parte de qualquer dos dois países, dos quais se destacam:

▪ **Artigo I**

- a) Ficam criadas duas comissões técnico-militares mistas brasileiro-americanas: uma no Brasil e outra nos Estados Unidos da América. Estas comissões seriam compostas do pessoal do Exército, da Marinha e das Forças Aéreas de ambos os países.
- b) Estas comissões ficariam encarregadas da elaboração de planos minuciosos e de estabelecer acordos entre os Estados Maiores, necessários à defesa mútua. Esses planos abrangeriam, entre outros assuntos e medidas, os acordos sobre comando nas zonas de operações que pudessem ser previstos.

▪ **Artigo II** – O emprego das forças brasileiras seria dentro de seu território; entretanto, em casos especiais, mediante decisão do Governo do Brasil, poderiam ser destacadas para outros pontos do continente, de cuja segurança e defesa tivessem que participar.

▪ **Artigo III** – No caso de ataque ao território nacional por forças extracontinentais, os Estados Unidos da América dariam auxílio imediato de suas forças para a defesa do Brasil. No caso de ameaça de ataque, os Governos deveriam decidir sobre as medidas preventivas que deveriam ser adotadas, baseadas nos planos preparados pelas comissões mistas. Em todos os casos, as Forças Armadas norte-americanas só poderiam ficar estacionadas em território nacional do Brasil a pedido especial do Governo brasileiro.

---

<sup>148</sup> A partir de meados de 1943 inicia-se o fluxo de mais de duas centenas de oficiais brasileiros para realizar cursos de estado-maior em Fort Lavenworth e estágios em diferentes unidades do Exército norte-americano. O objetivo era converter a sua formação francesa calcada na guerra de trincheiras para a guerra de movimento e familiariza-los com os regulamentos, equipamentos e armamentos empregados pelo exército daquele país. SVARTMAN, E. M. A americanização do exército brasileiro (1935-1964). In: ENCONTRO DA ABCP, 5., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2006. p. 6.

- **Artigo IV** – As bases navais e aéreas no território poderiam ser guarnecidas por forças dos Estados Unidos da América, a pedido do Governo brasileiro, ficando as condições de comando e responsabilidade nas zonas de operações a serem reguladas pelas comissões mistas.
- **Artigo VI** – O Governo brasileiro facultaria ao Governo norte-americano a construção de depósitos e instalações, inclusive para o pessoal, assim como a organização de que careciam em território nacional, para o reaproveitamento e auxílio de suas formações militares.

Nesse jogo político, a posição de Getúlio Vargas flutuava e impossibilitava a efetivação da política dos Estados Unidos para a América do Sul. Getúlio desejava colocar em prática o seu plano desenvolvimentista do país e de modernização das forças armadas<sup>149</sup> e, para isso, necessitava de capitais americanos, e, por outro lado, os ianques desejavam instalar-se no Nordeste brasileiro para assim manter um ambiente continental favorável à sua atuação no teatro de operações europeu, facilitando suas atividades militares. Entretanto, não se efetivava a promessa do envio de armas para o Brasil, motivo que fazia o presidente Vargas demorar em relação à tomada de posição frente ao conflito mundial. Para o historiador Silva Rodrigues, essa indefinição ocorreu por causa das promessas do governo norte-americano, de auxiliar o Brasil com material, para dar maior eficácia ao concurso que o país tivesse de prestar. Do lado brasileiro, fosse porque não quisesse o Estado entrar, prematuramente, por um caminho que conduziria ao abandono da neutralidade; fosse porque julgasse remota a ameaça ao território nacional; ou porque considerasse a defesa da região mais de interesse para os norte-americanos do que para os brasileiros, não foram estabelecidas as bases do acordo, durante aqueles entendimentos. Nem mesmo a presença, no Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1941, de uma Comissão Militar Americana, incumbida de estudar, com o Estado-Maior brasileiro, a organização da defesa do território ameaçado, conseguiu resolver a questão pendente.<sup>150</sup>

Nesse contexto, em 23 de maio de 1942, para regularizar os problemas de defesa, formou-se um Convênio político-militar que previa a constituição de duas comissões mista,

---

<sup>149</sup> Para Vargas era necessário preservar o apoio das Forças Armadas e, para isso, responder ao apelo da cúpula superior do Exército, a força mais expressiva. O projeto de modernização das Forças Armadas vinculou-se intimamente ao processo de modernização do Estado. MCCANN, F. D. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

<sup>150</sup> RODRIGUES, F. S. **As relações político-militares entre Brasil e Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: <[http://www.uss.br/web/arquivos/arquivos\\_professores/fernando-hist1.pdf](http://www.uss.br/web/arquivos/arquivos_professores/fernando-hist1.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2010.

compostas por militares dos dois países, uma com sede no Rio de Janeiro, e outra com sede em Washington.<sup>151</sup> Em agosto, o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália. Para Svartman, a partir desse momento, processou-se a “americanização” no Exército brasileiro, quando foi criada a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (CMMBEU), que funcionara tanto no Rio de Janeiro quanto em Washington.<sup>152</sup> No Brasil, o representante do Exército Brasileiro era o general Cristóvão Barcelos, e, nos Estados Unidos, a mesma função era exercida por Leitão de Carvalho. Inicialmente, a Comissão tratou de colocar em vigor o sistema de *lend-lease* (Lei de Empréstimos e Arrendamentos de material bélico) que deveria acelerar as tão esperadas remessas de armas e equipamentos para o militares brasileiros.

Após a conclusão dos acordos, os brasileiros foram enviados para o teatro de operações europeu. Nesse momento, verificou-se que, realmente, o processo de “americanização” (utilizando o termo empregado por Svartman) estava avançado, pois os brasileiros tiveram de valer de embarcações, com armas e, como aconteceu, até com botinas norte-americanas. Com o término do grande conflito mundial, para os oficiais do EME, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado do Exército norte-americano, como não poderia de ser, mostrou a necessidade de uma profunda reorganização e modernização da força terrestre. As considerações finais do Relatório Anual do Estado-Maior, de 1945, enfatizaram a necessidade de se adotar a organização e a doutrina militar americana, mas, para isso, esperava-se o auxílio deste país.

Os novos meios postos, na guerra mundial, ora finda, e na qual, a F.E.B. tomou parte saliente, empregando-os com maestria, levam-nos a apresentar a V. Excia. Algumas considerações.

O Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, que reiniciará seus trabalhos, no próximo mês, vai instruir seus alunos com armamento, organização e emprego tático americanos, isto é, doutrina americana.

É necessário, então, que se providencie, com urgência precisa o emprego, pelo nosso Exército, do material americano, o que acarretará à adoção de sua organização e de sua doutrina.

A organização americana, porém, é toda feita à base de motorização. A passagem de nossa organização hipo, atual, para a motorização vae nos obrigar a uma série de providências indispensáveis, que só poderão ser levadas a efeito, si contarmos com o auxílio dos EE.UU.<sup>153</sup>

<sup>151</sup> Ibid., p. 9. O ataque japonês a “Pearl Harbor” em 7 de dezembro de 1941 acelera os esforços do governo norte-americano de unificação das nações americanas, que convoca a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>152</sup> SVARTMAN, E. M. A americanização do exército brasileiro (1935-1964). In: ENCONTRO DA ABCP, 5., 2006, Belo Horizonte. **Anais....** Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2006. p. 5.

<sup>153</sup> ESTEVES, D. **Documentos históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília, DF: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996.p. 287.

Para a implantação, assimilação e difusão dos ensinamentos colhidos na guerra e da nova doutrina adotada pelo Exército – a Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) e a Escola Superior de Guerra (ESG, criada em 1949, sob a orientação de veteranos da FEB e de assessores americanos) tiveram papel fundamental. O principal objetivo era formular uma política de segurança nacional, ajustada ao desenvolvimento do país. Sob forte influência ianque, foi criada a Doutrina da Segurança Nacional, que vai existir até o fim do regime ditatorial (1985). Outra criação com base na forma de atuação dos Estados Unidos (durante a guerra, os estadunidenses usaram largamente as Operações Combinadas), foi o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), passo importante no desenvolvimento de uma doutrina de emprego conjunto das forças singulares. Entretanto, até hoje, pouco se avançou na confecção dessa doutrina.

Para o major Boaventura, o processo de modernização pós II Guerra Mundial tendia para à uniformização da estrutura militar, do equipamento e da instrução pelos padrões do Exército americano, em virtude da participação brasileira nos mecanismos de defesa conjunta do hemisfério. As dificuldades eram muito grandes, praticamente, existiam dois exércitos no país. O primeiro usando material europeu e instruído à francesa. O outro, que lutara na guerra, com equipamento e organização norte-americana.<sup>154</sup>

Em 1952, foi firmado o *Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América*. O Acordo Militar foi assinado, em 15 de março de 1952, por João Neves da Fontoura e Herschel W. Johnson, e enviado por Vargas ao Congresso Nacional, em 15 de abril, acompanhado de uma exposição de motivos redigida por João Neves. O acordo estabelecia, basicamente, a venda e emprego de armamentos e consultores norte-americanos para o Brasil e parâmetros para a venda privilegiada de matérias-primas estratégicas (areias monazíticas, manganês e urânio) aos Estados Unidos. O acordo objetivava mais um passo no sentido de estreitar os laços entre oficiais brasileiros e estadunidenses. Em setembro de 1952, representantes do Brasil e dos Estados Unidos reuniram-se no Rio de Janeiro para reativar a Comissão Militar Conjunta e incrementar a cooperação militar, criando a Junta Permanente de Defesa Brasil-Estados Unidos. Paralelamente, ampliaram-se os programas de treinamento de oficiais brasileiros naquele país.

O Exército, buscando uma melhor reorganização pelo território nacional, com base no modelo do exército estadunidense, criou no ano de 1956 os I, II, III e IV Exércitos e o Comando Militar da Amazônia (Mapa 1). Cabia a esses Grandes Comandos exercer, não só a

---

<sup>154</sup> BOAVENTURA, M. A. **Evolução da doutrina militar brasileira no século XX**. 2001. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2001. p. 33.



administração territorial, como também o comando de todas as forças estacionadas em sua área de jurisdição. Para o cientista político, Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, a constituição inicial de Exércitos visava a conseguir estrutura de exércitos em campanha em cada uma das divisões territoriais, idealização de crescimento que não ocorreu e que demonstrou, com o passar do tempo, ou ser demasiado pretensiosa (considerando-se as possibilidades reais do País), ou que não houve condições de sustentabilidade dessa estrutura no meio político, que não criou possibilidades orçamentárias e estruturais para ela.<sup>155</sup>



**Mapa 1 - Divisão do Exército brasileiro em 1956**

Fonte: KUHLMANN, P. R. L. **Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1985-2007)**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Um novo desafio se fazia presente ao Exército em fins da década de 1950 e início de 1960 era a guerra revolucionária. Novamente voltava à cena a doutrina e os ensinamentos franceses. Os franceses contavam com uma larga experiência em virtude dos conflitos na Indochina (1946-1954) e na Argélia (1954 a 1962). Logo também veio a doutrina americana, em 1962, por meio do Memorando de Ação de Segurança Nacional 124 (NSAM-124). Essa doutrina ianque foi mais um produto de exportação do que de uso próprio, no entanto, o Exército já trabalhava no desenvolvimento de uma doutrina própria<sup>156</sup> – é verdade que sob

<sup>155</sup> KUHLMANN, P. R. L. **Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1985-2007)**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 110.

<sup>156</sup> O sistema de repressão que assombrou o Brasil durante o regime militar (particularmente 1964-1977) não emergiu num momento de violência. Foi, ao contrário, criado lenta e cuidadosamente por oficiais e com alto

forte influência francesa – e que seria colocada em prática em fins dos anos 1960 e início da década de 1970.<sup>157</sup> Para isso foram criadas as Brigadas de Infantaria de Selva e surgiram os órgãos de informações voltados para o combate às células terroristas urbanas e rurais – os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações e Informações (DOI).

Procurando avançar no caminho de uma futura autonomia, no início dos anos 1970, foram lançadas as bases para a reformulação da Doutrina Militar Brasileira. Foi introduzida nova metodologia de planejamento, e criadas as divisões de Exército, constituídas por um número variável de brigadas em substituição às antigas divisões de Infantaria. Também foram criados diferentes tipos de brigada e batalhão, com destaque para as brigadas blindadas e os batalhões logísticos.<sup>158</sup>

Em vários momentos, o Exército buscou afirmar que a elaboração de uma nova doutrina militar iniciou antes do rompimento do acordo militar com os Estados Unidos. Esse rompimento ocorreu em 1977, em oposição ao acordo energético nuclear assinado com a Alemanha Ocidental e também porque o governo do presidente Jimmy Carter pressionou o governo brasileiro em relação ao desrespeito aos direitos humanos. Os Estados Unidos ameaçaram cortar o crédito pretendido pelo governo brasileiro, no valor de 50 milhões de dólares para fins militares. O presidente Geisel, não aceitando tal ameaça, adiantou-se, rompendo o acordo militar com os Estados Unidos. Em 11 de março de 1977, por meio do Decreto nº 79.376, o governo brasileiro denunciou o Acordo Militar de 1952. A denúncia foi feita nos termos do inciso I do artigo 12, segundo o qual, uma vez denunciado por uma das partes contratantes, o acordo ainda continuaria em vigor pelo prazo de um ano a contar da data da denúncia. A denúncia do Acordo Militar não implicou o rompimento das relações militares entre Brasil e Estados Unidos. De acordo com Maria Celina D’Araújo, mesmo após a exclusão do Brasil do programa de assistência militar norte-americana, foram mantidos os programas especiais dos Exércitos dos dois países, como os de intercâmbio de alunos de escolas militares e de adestramento de oficiais, bem como as atividades da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos.<sup>159</sup>

---

nível de instrução. SMALLMAN, S. C. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64). In: CASTRO, C., IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Org.). **Nova história militar brasileira**. São Paulo: Ed. FGV, 2004. p. 390.

<sup>157</sup> MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, 2008.

<sup>158</sup> CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO. **Evolução da estrutura organizacional**. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Artigos/0021405.htm>>. Acesso em: 3 maio 2010.

<sup>159</sup> D’ARAÚJO, M. C. **Acordo militar Brasil-EUA (1952)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

Tentando caminhar com as próprias pernas e buscando a criação de uma doutrina militar autônoma e enquadrada à realidade brasileira, diante da derrota do Exército argentino na guerra das Malvinas, e do abandono da hipótese de guerra com a Argentina, que até meados dos anos 1980 era percebida pelo Exército brasileiro como principal ameaça para a nação, as Forças Armadas voltaram o seu olhar para a proteção da Amazônia e de suas frágeis fronteiras, momento este em que se cogitava uma possível internacionalização da floresta. Ficou claro que o impacto negativo de derrota argentina serviu de reflexão aos militares brasileiros, e, no transcurso do ano de 1984, o Exército, após realizar uma avaliação estratégico-militar terrestre da conjuntura, iniciou a implantação do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx) que perdura, com adaptações, até os dias atuais.<sup>160</sup>

## 2.6 O Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx)

No contexto de meados dos anos 1980, quando grande parte das empresas e instituições brasileiras procuravam se adaptar às drásticas mudanças sociais e econômicas surgidas em função do processo de “globalização”, o Exército brasileiro elaborou um documento que previa o seu planejamento em curto, médio e longo prazo.<sup>161</sup> Era uma mudança em níveis de gestão, estratégia, administração, doutrina, etc. A evolução acentuada, pela qual passava a moderna administração gerencial ou gestão, impulsionou uma série de estudos, voltadas para a inserção das organizações no planeta globalizado. As Forças Armadas, procurando se atentar ao acelerado ritmo das mudanças que estava se impondo e pela necessidade de não ficarem ultrapassadas, ou pelo temor de desperdiçarem oportunidades, buscaram manter o passo, cada uma a seu jeito, com as modernas tendências administrativas.

Por sua própria definição, “sistemas de planejamento estratégico” são ferramentas indispensáveis para toda e qualquer organização que deseje progredir de forma contínua e ordenada. Essas ferramentas, porém, devem estar ligadas a ações efetivas, sem as quais

---

<sup>160</sup> KUHLMANN, P. R. L. **Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1985-2007)**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>161</sup> Esse primeiro planejamento previa uma reestruturação de curto prazo (5 anos) denominada FT 90, no período de 1986 a 1990, outra de médio prazo (15 anos) até o ano de 2000, denominada FT 2000, finalizando uma de longo prazo (30 anos) até 2015, denominada FT 21. Hoje em dia o curto prazo coincide com o plano de governo, o médio prazo com o ciclo de vida do material e evolução da doutrina de emprego e o de longo prazo, à carreira do oficial.

perdem grande parte de sua utilidade. A formulação de estratégias consistentes e duradouras, baseadas na realidade e com verdadeira possibilidade de implementação, está entre os principais fatores que asseguram a continuidade, no tempo e no espaço, de uma instituição em qualquer setor da sociedade. Então, fazia-se necessário ao Exército brasileiro esse olhar para o futuro. Forças Armadas, independentemente do país a que pertençam, não podem prescindir de um cuidadoso planejamento que balize a todos os seus integrantes e à sociedade da qual fazem parte, seus rumos e aspirações. Contudo, para que ocorra a implantação das propostas, precisa haver a ligação entre planejamento e orçamento.

Em 04 de dezembro de 1985, sob a responsabilidade do Estado-Maior do Exército, foi criado, por meio da Portaria nº 077-EME, o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), que seria o método de planejamento estratégico que o Exército brasileiro utilizaria para estabelecer, de forma organizada, qual a direção a seguir, considerando as grandes questões relativas às dimensões, metas, articulação, modernização, enfim, todas as que têm relação ao seu preparo e emprego, tanto em tempo de paz como na guerra.

Em 1984, o EME publicou um opúsculo para servir de orientação para comandantes, chefes e diretores em todos os níveis, apresentando uma metodologia completa de planejamento objetivos, concepções estratégicas e diretrizes, até planos de execução dos diferentes sistemas.<sup>162</sup>

Os objetivos iniciais buscavam diminuir o hiato tecnológico por meio da implantação da aviação do Exército, da Guerra Eletrônica, criar novas brigadas na Amazônia, em conexão com o Projeto Calha Norte e desconcentrar as organizações militares da 1ª Região Militar (Rio de Janeiro), redistribuindo-as estrategicamente.<sup>163</sup> Além disso, dar atenção às organizações militares prioritárias, profissionalizando-as progressivamente, buscando a capacitação operacional permanente. Compreendia oito programas básicos:

- Estruturação da Força Terrestre;
- Complemento do pessoal e do equipamento;
- Aquisição de blindados;
- Centro de Instrução de Guerra Eletrônica;
- Pesquisa e Desenvolvimento;
- Formação de Pessoal;

---

<sup>162</sup> ESTEVES, D. **Documentos históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília, DF: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996. p. 537.

<sup>163</sup> KUHLMANN, P. R. L. **Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1985-2007)**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

- Aviação do Exército;
- Informatização do Exército.

Nesse ímpeto por modernização e evolução da força terrestre, em 21 de agosto de 1985, foi elaborado o Plano de Estruturação do Exército (PEEx). Em 1985, o Exército havia conseguido recursos na ordem de 500 milhões de dólares para realizar uma estruturação no biênio seguinte. A tabela abaixo indica as prioridades de materiais para pesquisa.

**Tabela 5 Prioridades FT 90**

Prioridade na Ordem	Projetos	Material	Prazo Limite
1	FT 90	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Missil AC Portátil</li> <li>▪ Material de Art AAe AP (turbo)</li> <li>▪ Material de Art AAe (20 a 30 mm) para lançamento Aet</li> <li>▪ Material de Eng para Op Anfíbias</li> <li>▪ Material para Cia Eng Bld ou Mec</li> <li>▪ Material de Art 155 Ap</li> </ul>	Até 1988
2	FT 90 FT 2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipamento de Vigilância terrestre (radar) e de visão noturna (infra-vermelho, imagem termal e intensificador de luz)</li> <li>▪ Equipamento de comunicação e de guerra eletrônica</li> <li>▪ Viatura Blindada de transporte de pessoal (VBTP)</li> <li>▪ Viatura de combate de Infantaria (VCI)</li> <li>▪ Material de Art AAe (míssil)</li> </ul>	Até 1989

Fonte: ESTEVES, D. **Documentos históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília, DF: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996. p 545.

O ciclo do planejamento deveria permitir um constante processo de aperfeiçoamento e atualização durante a sua evolução e obedecer a ele. Para isso seriam criados os Livros e, durante todas as etapas da evolução, deveria existir uma realimentação constante, para permitir a adoção de medidas e decisões oportunas, fosse ao longo da elaboração do planejamento, fosse na execução das ações (é possível verificar uma certa falta de conexão

entre os livros). Desde a sua formulação, o sistema previa a revisão sempre que mudanças relevantes acontecessem, e se tornasse recomendável modificá-lo. Nas palavras do coronel Gerson Silva, “[...] o interessante é dizer que o Sistema de Planejamento do Exército ele não é parado no tempo e no espaço, ele sofre modificação de acordo com as modificações da conjuntura nacional e internacional.”<sup>164</sup> Na sequência há uma exposição de forma sucinta, dos livros 1, 2, 3, 5 e 6, juntamente, com os seus respectivos objetivos. Por acreditar que o Livro 7 (Planos Operacionais) é apenas uma complementação do Livro 4, eles serão analisados juntos no próximo capítulo.

### 2.6.1 Missão do Exército – SIPLEx 1

A missão do Exército é orientar permanentemente todas as fases do SIPLEx, e está baseada nos documentos maiores como: a Constituição, leis complementares, diretrizes do Comandante Supremo, do Ministério da Defesa e do Comandante do Exército, que regulam e justificam sua existência. Inicialmente, é declarado que, como princípio, "uma instituição pública e permanente só pode realizar aquilo que estiver na lei" e "a missão do Exército é institucional, tem caráter permanente, norteia as suas ações e sempre será orientada pelos fundamentos legais".<sup>165</sup> Buscando proporcionar um melhor entendimento para a missão, o enunciado, que deve refletir a razão de ser da organização, foi dividido em duas partes:

- A primeira deve ser sintética e exprimir a missão do Exército de forma que todos os seus integrantes tenham conhecimento pleno e, ao mesmo tempo, ao compreendê-la, possam comprometer-se e trabalhar proficuamente para cooperar com a consecução da finalidade maior da Instituição.
- A segunda, dirigida principalmente à alta direção e aos oficiais encarregados dos planejamentos, deve apresentar as servidões impostas pelo marco legal. Sejam elas atribuições essenciais definidas pela destinação constitucional consubstanciada no Art 142 da Constituição Federal, ou atribuições subsidiárias gerais e particulares, consubstanciadas nas Leis Complementares nº 97 e 117. É possível, ainda, obter outras servidões oriundas tanto da Constituição como da Política de Defesa

---

<sup>164</sup> Ver apêndice. Entrevista realizada no dia 09/11/09 junto ao Cel. Cav. Gerson Silva, chefe do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEE), na Escola de Comando e Estado maior do Exército (ECEME).

<sup>165</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. **Sistema de Planejamento do Exército (Siplex-1)**: Extrato. Brasília, DF: 2002.

Nacional. A leitura atenta e detalhada dos documentos do marco legal deve resultar na definição completa dessas servidões.

E o Livro estabelece como missão:

- Defender a Pátria;
- Garantir os poderes constitucionais;
- Garantir a lei;
- Garantir a ordem;
- Cooperar com o desenvolvimento nacional;
- Cooperar com a defesa civil;
- Participar de operações internacionais.

O SIPLEx 1 se caracteriza por ser um documento introdutório que tem por objetivo tornar fácil, a todos integrantes do Exército a compreensão do papel que lhe é reservado. De acordo com Vasconcelos Pereira, “[...] o SIPLEx 1 não deixa dúvidas, a quem o examina, sobre o que há para fazer. Serve para orientar o planejamento, auxiliar a manter o foco dos integrantes e consiste em uma mensagem de fácil incorporação ao dia-a-dia da instituição.”<sup>166</sup>

## 2.6.2 Avaliação do Exército – SIPLEx 2

O livro “Avaliação” compreende três capítulos: diagnóstico da situação atual (ambiente externo e interno), cenários prospectivos (elaborados pelo MD e EB) e indicações para políticas e estratégias do Exército. Pode ser considerado como a fase que realmente se procurou produzir conhecimentos novos já que o livro “Missão” se refere aos dados extraídos da legislação. Para Viegas da Silva, isso parece ser bastante coerente com as metodologias que visam à melhoria contínua das organizações, cujo paradigma é o ciclo P-D-C-A (Plan, Do, Check, Act) inicialmente utilizado pelo parque industrial japonês, nos seus sistemas de gerenciamentos da qualidade. Esses modelos iniciam o ciclo das ações voltadas à melhoria organizacional, principalmente no atributo da qualidade, por um diagnóstico (ou avaliação) da

---

<sup>166</sup> PEREIRA, F. V. **O sistema de planejamento do exército: uma análise crítica.** 2003. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2003. p. 39.

situação da organização, ou de seus produtos e serviços; e com base naquilo que for encontrado é que se pode desenhar um plano para a melhoria organizacional.<sup>167</sup>

Entretanto, o documento, em sua maior parte, foi elaborado no formato de tópicos, sem nenhum tipo de análise mais aprofundada, o que dificultaria esse processo que visa a um avanço organizacional. Por exemplo:

Situação Internacional:

- Fim da bipolaridade;
- Incremento de conflitos localizados;
- Maior influência dos organismos internacionais;
- Blocos regionais se contrapondo à globalização da economia;
- Narcoterrorismo.<sup>168</sup>

Esse agrupamento de ideias, na maioria das vezes elaboradas em apenas uma linha, tem o propósito de demonstrar que elas servem ao objetivo de expressar um juízo analítico sobre a conjuntura política mundial. Ainda que cada citação contenha sua veracidade, elas não podem, com essa brevidade, dar conta da complexidade do objeto a respeito do qual se espera que forneçam algum conhecimento.<sup>169</sup> Diante desse cenário, acreditamos que a melhor forma de exposição do conteúdo do documento é por meio de um panorama geral que busca expor a sua estruturação textual.

Inicialmente, o livro procura apresentar a estrutura militar atual, prossegue com o Sistema Exército e sua organização básica, os possíveis cenários que possibilitariam a atuação do EB e classificação e exame das opções estratégicas decorrentes da Política de Defesa Nacional.

Já na Metodologia do Sistema de Planejamento do Exército (que é a versão mais recente que trata do SIPLEx), pois, de acordo com esse documento, a dinâmica dos acontecimentos exige permanente acompanhamento das alterações ambientais, o que implica a necessidade de constante atualização da “Avaliação” afim de determinar se as mudanças ambientais requerem a implementação de novo planejamento estratégico da organização ou

---

<sup>167</sup> SILVA, C. E. M. V. **O sistema de planejamento estratégico do Exército brasileiro (SIPLEx):** uma análise da doutrina militar terrestre do Exército brasileiro e do seu planejamento (2002-2007). 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. p. 84.

<sup>168</sup> Buscamos ilustrar o assunto citando brevemente alguns tópicos. As citações no documento vão se estender por mais cinco páginas.

<sup>169</sup> SILVA, C. E. M. V. **O sistema de planejamento estratégico do Exército brasileiro (SIPLEx):** uma análise da doutrina militar terrestre do Exército brasileiro e do seu planejamento (2002-2007). 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. p. 86.



apenas de pequenos ajustes pontuais. Encontram-se novamente, citações um tanto quanto vagas sobre a organização da força terrestre em relação aos aspectos levantados no diagnóstico da situação atual e nos cenários prospectivos, que poderiam determinar as consequências ou influências para o EB. Essas consequências:

- Referem-se a, no mínimo, um dos seguintes fatores: atividade-fim, atividade de apoio, atividade de direção, ações subsidiárias e gerenciamento organizacional;
- Estão conectadas a temas fundamentais para o EB, tais como: orçamento, planejamento, execução e controle, destinação, estrutura, dimensão, liderança, capacitação, carreira, preparo, doutrina, emprego da F Ter, imagem da organização, cultura etc;

O livro “Avaliação”, apesar da sua superficialidade em relação aos temas, tem por objetivo destacar as possíveis tendências de evolução da arte da guerra, as prováveis consequências das inovações tecnológicas, as ameaças, e a correlação desses fatores com as necessidades futuras, em termos de emprego, adequação, organização, preparo e evolução da força terrestre, com vista a capacitar o Exército para o cumprimento de sua missão.

A inadequação, a obsolescência, a precariedade, a dependência externa ou a falta de quaisquer daqueles aspectos têm de ser evidenciadas como grave desafio organizacional a ser superado, visto que é a condição de força de combate que justifica a existência do EB. A fraqueza na eficiência operacional compromete o sentido de força combatente, pois passa a exercer mero papel de corpo de cerimoniais.<sup>170</sup>

### 2.6.3 Política Militar Terrestre – SIPLEx 3

O livro “Política Militar Terrestre” (PMT) procura materializar os objetivos a serem alcançados nos curto, médio e longo prazo. Os objetivos devem ser respostas para solucionar as questões de defesa afetas ao Exército para cumprir a sua missão (expressa no Livro 1 do SIPLEx). Também indicam “o que fazer” para atender às necessidades e aos problemas verificados por meio das indicações no processo da avaliação (expressas no Livro 2 do SIPLEx). De acordo com o documento Metodologia do SIPLEx, inicialmente, deverá ser

---

<sup>170</sup> Portaria nº 19 – Estado Maior do Exército, de 22 de Março de 2007. **Metodologia do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx)**. Brasília, DF: 2007. p. 17.

elaborada uma apreciação e uma depuração das indicações para as políticas levantadas na fase da avaliação. Nesse processo, deverão ser consideradas as indicações mais abrangentes para as políticas e que estejam no nível estratégico do Exército. As indicações para as políticas poderão ser divididas em subgrupos relacionados a parâmetros que delimitam o perfil geral do Exército.

As premissas básicas são valores, experiências, tradições históricas, fatores geográficos determinantes e todos os demais conceitos que orientam e limitam a escolha das Opções Políticas para se obter o perfil do Exército. Serão listadas antes da adoção das opções políticas.<sup>171</sup>

Antes de serem estabelecidos os objetivos da PMT, existe a necessidade de ser definida qual a feição ou perfil geral idealizado para o Exército. Essa é uma etapa do processo que será realizada com base em parâmetros abrangentes, demarcadores da força terrestre. Não se trata de estabelecer uma concepção (“como fazer”), essa será elaborada na fase da estratégia, e sim de fixar limites e concepções gerais definidoras das feições do Exército.

O processo consiste em analisar os parâmetros “Dimensão do Exército”, “Estrutura Organizacional”, “Articulação” e “Eficácia dos Sistemas” e estabelecer, através de opções políticas, quais são as grandes linhas definidoras desses marcos. Caso sejam observadas a conveniência e a pertinência, outros parâmetros poderão ser estabelecidos.<sup>172</sup>

Na sequência a Metodologia preconiza como devem ser elaborados os objetivos que tornam possíveis a PMT:

As indicações, agrupadas por parâmetros, serão transformadas em Objetivos como uma resposta àquelas indicações. Assim, para cada indicação, deverá haver uma resposta. Esta resposta é materializada pelo Objetivo, expresso em uma frase sintética com o verbo no infinitivo.<sup>173</sup>

“O que fazer” divide-se em três partes: a primeira é a Concepção Política Básica, que é o emprego, a organização, a articulação, o preparo e a evolução do Exército. Juntamente com a Doutrina Militar Terrestre, deve resultar a modernização do Exército e a capacitação operacional da força terrestre. Para Vasconcelos Pereira, quando se refere à organização, a

---

<sup>171</sup> Portaria nº 19 – Estado Maior do Exército, de 22 de Março de 2007. **Metodologia do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx)**. Brasília, DF: 2007. p. 25.

<sup>172</sup> Ibid., p. 26.

<sup>173</sup> Ibid., p. 28.

Concepção Política Básica define uma estrutura que evolua, com um mínimo de adaptações – de modo racional, gradual e sem solução de continuidade – para a Estrutura Militar de Guerra. A força terrestre idealizada deve ter alta mobilidade, elevado poder de combate e avançada tecnologia. Em relação ao preparo, cita adequação às exigências da guerra moderna e de cenários prospectivos, e sua aptidão para o emprego em operações combinadas. Verifica-se que, ao titular a Concepção Política Básica, o SIPLEx 3 não a estabelece, restringindo-se apenas em conceituá-las.<sup>174</sup>

A segunda são “Os Objetivos do Exército”, que procuram atender a destinação constitucional e são, suficientemente, genéricos:

- Preservar as tradições, a memória e os valores morais, culturais e históricos;
- Integrar-se permanentemente à Nação;
- Colaborar com o desenvolvimento nacional e a Defesa Civil;
- Reduzir o hiato tecnológico em relação aos exércitos mais modernos e a dependência bélica do exterior;
- Capacitar a Força Terrestre para atuar como eficaz instrumento de combate;
- Preservar a imagem junto à opinião pública e sensibilizar a sociedade quanto à importância da instituição para o país;
- Aumentar a projeção do Exército no concerto internacional e a sua aproximação os demais exércitos.

Após uma leitura um pouco mais atenta, é possível verificar que os pontos citados, em função da sua generalidade, praticamente se enquadram a quase todos os exércitos atualmente (talvez a exceção seja o dos Estados Unidos, em que não existe um hiato tecnológico). Corroborar para este trabalho a afirmação do cientista político, Carlos Eduardo de Melo Viegas da Silva, de que os objetivos expostos no SIPLEx 3 não definem nenhuma meta concreta a ser atingida, mas sim têm um efeito paralisador sobre a dinâmica do SIPLEx, uma vez que cada gestor do EB pode interpretá-los como quiser e orientar seus esforços conforme o seu entendimento; comprometendo a eficácia do sistema de planejamento.<sup>175</sup>

A terceira parte do “O que fazer” se refere às “Políticas Específicas”. Não existe uma grande diferença em relação ao segundo ponto descrito acima. A exposição é feita de uma

---

<sup>174</sup> ROCHA, N. C.; UBIRATAN, A. M.; ALVES, J. C. **Políticas básicas do exército**. 1993. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1993. p. 8.

<sup>175</sup> SILVA, C. E. M. V. **O sistema de planejamento estratégico do Exército brasileiro (SIPLEx): uma análise da doutrina militar terrestre do Exército brasileiro e do seu planejamento (2002-2007)**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. p. 95.

forma muito sucinta sem desdobrar, minimamente, o que sejam essas políticas: estruturação, doutrina militar, instrução militar, economia e finanças, informação, gestão ambiental do EB, ciência e tecnologia, logística, ensino, cultura e pessoal. Esses pontos caracterizam as Políticas Específicas – novamente o documento se encontra de forma muito superficial.

De uma forma geral, é possível perceber o descompasso entre a mensagem e a realidade. Não existe uma conexão entre o desejável e o possível, entre o planejado e o orçamento disponível para o Exército. Metas formuladas não passam, em muitos casos, de aspirações, sem nenhuma possibilidade real de serem atingidas.

#### 2.6.4 Diretrizes Estratégicas do Exército – SIPLEx 5

De acordo com o livro 5, as “Diretrizes Estratégicas” têm o objetivo de transformar a orientação estabelecida na Política Militar Terrestre e na Concepção Estratégica do Exército em ações estratégicas de curto, médio e longo prazos e condicionar o planejamento estratégico subsequente. Já a Coletânea Doutrina Militar Terrestre, de 1992, previa que, em princípio, cada Diretriz Estratégica, seria indispensáveis para a orientação dos trabalhos de formulação dos Planos Básicos de Preparo do Exército e dos Planos Operacionais da Força Terrestre.<sup>176</sup> Contrariando esse documento, na Metodologia do Siplex, as diretrizes são expostas de forma bastante sintéticas. Isso pode ocorrer pela necessidade de manter em sigilo os assuntos pertinentes às diretrizes e aos planos. Na Metodologia, é possível encontrar essa hipótese,

As Diretrizes constituem a parte do Livro IV do SIPLEx em que as idéias, análises e concepções até aqui deduzidas e elaboradas se transformam em ações concretas. Indicam o “como fazer” para alcançar os Objetivos da PMT e a Concepção Estratégica do Exército. As Diretrizes são a essência das Estratégias.<sup>177</sup>

As Diretrizes Estratégicas são divididas em três tipos:

Diretrizes Estratégicas que Orientam os Processos de Mudanças (Executivas): é um conjunto de instruções determinativas, em que são propostas ações concretas, definidas responsabilidades e estabelecidas metas de curto, médio e longo prazos por meio de ações com um encadeamento lógico, no tempo, para permitir a evolução da Força Terrestre e

---

<sup>176</sup> Portaria no 110-EME, de 10 de novembro de 1992. **Coletânea Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, DF: 1992.

<sup>177</sup> Portaria nº 19 – Estado Maior do Exército, de 22 de Março de 2007. **Metodologia do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx)**. Brasília, DF: 2007.

conformar, aos poucos, o “Exército do Futuro”. As Diretrizes Estratégicas orientadoras dos processos de mudanças serão, inicialmente, as seguintes:

- Diretriz Estratégica de Reestruturação do Exército;
- Diretriz Estratégica de Ciência e Tecnologia;
- Diretriz Estratégica de Reparcelamento do Exército.

Diretrizes Estratégicas Normativas: consolidam o embasamento legal e estabelecem os procedimentos e a orientação do Comandante da Força Terrestre para o emprego do Exército em situações específicas como as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e certas operações de atribuições subsidiárias. Não estabelecem ações estratégicas e, tampouco, metas a serem cumpridas. São exemplos de Diretrizes Estratégicas normativas:

- Diretriz Estratégica de Apoio à Defesa Civil;
- Diretriz Estratégica de Garantia da Lei e da Ordem;
- Diretriz Estratégica para Atuação na Faixa de Fronteira Contra Delitos Transfronteiriços e Ambientais.

Diretrizes Estratégicas Organizadoras dos Sistemas: têm por finalidade estabelecer e regular, se for necessário, os sistemas de atividades e os sistemas de informações gerenciais e de apoio à decisão, descritos na Concepção Estratégica da Organização do Exército.

Por fim, é dada ênfase especial a “Diretriz de Estruturação” por ser considerada a mais importante. Essa diretriz orienta a organização da força terrestre, define as ações estratégicas para diversos órgãos e a estrutura para Força de Paz, além de estabelecer metas estratégicas nos diversos horizontes de tempo.<sup>178</sup>

#### 2.6.5 Planos Básicos – SIPLEX 6

De acordo com a metodologia prescrita pela Portaria nº 110, os “Planos Básicos” são voltados para o preparo, e devem ser elaborados pelo EME com o intuito de detalhar as ações estratégicas contidas nas Diretrizes Estratégicas. Servem para assinalar as ações de preparo, marcar os prazos para sua efetivação, fixar objetivos e metas, além de definirem indicadores

---

<sup>178</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. **Sistema de Planejamento do Exército (Siplex-5)**: Extrato. Brasília, DF: 2002.

de desempenho e recursos a serem alocados. Os Planos Básicos são importantes para a validação do SIPLEx como ferramenta de planejamento estratégico.

O Plano de Estruturação do Exército (PEEx), desdobrado em dois Tomos – Estruturação e Organização Básica – foi fundamental porque passou a orientar e influir em todos os demais planos.

[...] em face de ameaças existentes ou potenciais, será possível configurar os sucessivos patamares a serem alcançados pelo preparo do Exército, sempre visando o cumprimento de sua MISSÃO.

O primeiro Plano Básico a ser elaborado é o Plano de Estruturação do Exército, que trata de todos os aspectos relativos à organização e à articulação, em especial da F Ter, para o preparo de curto prazo e para as projeções desse preparo a médio e longo prazos, abrangendo um período total em torno de trinta anos. Considera, também, os objetivos estratégicos e as ações estratégicas, prazos e estimativas de recursos necessários e as metas físicas para os diferentes programas de preparo.

[...] É a partir dele que se poderá visualizar todas as necessidades atuais e projetadas para o preparo nas áreas de pessoal, logística, pesquisa, comunicações e eletrônica, informações, informática, financeira, etc.<sup>179</sup>

No ano 2000, foi emitida uma Diretriz que previa a Revisão das Políticas Específicas, Diretrizes Estratégicas e Planos Básicos, mudando alguns conceitos existentes.<sup>180</sup> Prescrevia que as Políticas Específicas fossem gerais, precisas e concisas, e que objetivassem um período de governo, e que o detalhamento fosse dado pelas Diretrizes Estratégicas, com maior profundidade e duração compatível, “enquanto os Planos Básicos seriam bem mais específicos e elaborados para interregnos menores, permitindo os ajustes necessários”. A partir de setembro de 2002, com a expedição das Normas para Elaboração e Avaliação dos Planos Básicos, pelo EME, e com a determinação do Comandante do Exército a todos os Órgãos da Alta Administração para confeccionarem e apresentarem os seus, no ano de 2003, o SIPLEx entrou em uma nova fase. Essas Normas, elaboradas dentro da sistemática de gestão do Governo Federal, compõem um perfil para os Planos Básicos. Mais restritas e muito mais detalhadas, preveem metas, prazos, ações a realizar, prioridades, indicadores de desempenho, cronograma de atividades, recursos necessários. São taxativas no que tange às atribuições e responsabilidade do gerente responsável pelo acompanhamento. Os Planos Básicos estão orientados, fundamentalmente, para o efetivo controle dos resultados.

A grande dificuldade encontrada para que fosse possível realizar uma análise mais detalhada desse processo de criação dos planos e os seus resultados se resume à medida que o

<sup>179</sup> Portaria nº 110-Estado Maior do Exército, de 10 de novembro de 1992. **Coletânea Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, DF: 1992.

<sup>180</sup> Portaria nº 001-Estado Maior do Exército, de 13 de janeiro de 2000. **Diretriz para Revisão de Políticas Específicas, Diretrizes Estratégicas e Planos Básicos do SIPLEx**. Brasília, DF: 2000.

Sistema de Planejamento do Exército vai se aproximando do nível em que o planejamento passa a dar lugar aos planos de ação mais detalhados a informação disponibilizada vai se transformando em apenas uma alusão à existência desses documentos, sem revelar, praticamente, nada de substancial sobre eles. Até mesmo para alguns setores militares a dificuldade é a mesma, “[...] o grau de sigilo atribuído a certos livros dificulta seu manuseio e a conseqüente troca de experiências”.<sup>181</sup>

Depois de uma breve exposição de alguns livros do SIPLEEx, achamos necessário um questionamento a respeito da sua efetividade. É interessante a discussão em torno da dicotomia levantada pelo coronel Fernando Vasconcellos Pereira<sup>182</sup> a respeito do SIPLEEx, a partir da seguinte indagação: é o SIPLEEx um modelo eficiente de planejamento estratégico para o Exército, ou serve apenas como uma ferramenta de motivação e homogeneização de pensamento doutrinário?

O SIPLEEx pode abranger os dois pontos levantados, tanto na área estratégica como na de pensamento doutrinário. Para Viegas da Silva, a resposta poderia estar a partir do momento em que se analisa sob o ângulo da eficiência. “Se o SIPLEEx falha em ser eficiente como sistema de planejamento, ainda poderá ser usado como artifício motivacional; mas a falha, admitida a hipótese de não estar atendendo à sua metodologia, representaria um comprometimento do sistema de planejamento”. Já que de acordo com a ideia inicial, o sistema visava a modernizar o sistema de planejamento estratégico.<sup>183</sup>

Acrescenta-se à discussão a persistente afirmação, por parte dos militares, da constante falta de recursos para a aplicação do que foi planejado. Seria uma causa explicativa para os insucessos do SIPLEEx? Ou seria uma desculpa utilizada para tentar camuflar erros de gestão e planejamento? É notória a falta de recursos para as Forças Armadas no Brasil, no entanto, a partir do momento em que se busca elaborar um planejamento visando a estabelecer os caminhos para os futuros passos, como não se atentar para o fato dos investimentos, do quanto terá disponível para ser empregado? A possível falta de atenção a um ponto básico leva a pensar em uma possível negligência no ato de planejar, o que prejudicaria todo o sistema.

Ao concluir a análise do SIPLEEx, depois de estudados os documentos disponíveis, percebe-se que este atende, com pesos diferentes, às duas vertentes. No que tange às dificuldades de atender integralmente a primeira, isso se deve, basicamente, a razões

---

<sup>181</sup> ROCHA, N. C.; UBIRATAN, A. M.; ALVES, J. C. **Políticas básicas do exército**. 1993. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1993. p. 1.

<sup>182</sup> Ibid., p. 22.

<sup>183</sup> Ibid., p. 112.

alheias ao Exército e insuperáveis no curto prazo; à segunda, a uma adequada revisão das idéias dos seus primeiros formuladores, evolução racional da abrangência inicial pretendida. Pode-se dizer que a versão integral do SIPLEEx, orientando os altos escalões do Exército para o futuro, está voltada para objetivos e metas tangíveis. Seu extrato, o “Siplequinho”, de ampla difusão, se destina a alcançar unidade de pensamento e ação.<sup>184</sup>

Ao término de seu texto, o coronel chega à seguinte conclusão a respeito de sua indagação sobre o SIPLEEx: o SIPLEEx teria, por prioridade, ser um efetivo instrumento de gestão que buscaria o atendimento às metas e aos objetivos como seu fim específico. No caso de não ocorrer esse atendimento às metas e aos objetivos planejados, ainda restaria a possibilidade de ser aproveitado para a difusão do pensamento da instituição, obtendo a coesão organizacional de pensamento e ação. Parece que, com o passar do tempo, foi realmente isso que aconteceu. O planejamento se restringiu às discussões intramuros do Estado-Maior, enquanto que o SIPLEEx-extrato, conhecido com “siplequinho”, fez as vezes dentro da instituição como ferramenta para garantir unidade de pensamento, doutrina e ação.

---

<sup>184</sup> PEREIRA, F. V. **O sistema de planejamento do exército**: uma análise crítica. 2003. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2003.p. 57.



## CAPÍTULO 3 MUDANÇAS ESTRATÉGICAS NO ESPAÇO DE SELVA

### 3.1 Introdução

A presença militar na fronteira amazônica remonta à colonização do Brasil. Nesse período o Império Português temia o avanço de tropas francesas, inglesas e holandesas ávidas por esta região. Ante a iminência desse perigo, os portugueses iniciaram a construção de uma linha formada por vários fortins (pequenos fortes) em áreas de adensamento de população indígena<sup>185</sup> caracterizando desta forma sua ocupação da floresta amazônica principalmente pela presença militar. A preocupação continuou presente, já que, em meados do século XVIII, o marquês de Pombal ordenou a construção de outras fortificações que considerava necessárias para a preservação dessa parte do território luso-brasileiro. Esse foi um período de grande importância para o traçado do mapa político dessa região, pois a maior parte das fronteiras da Amazônia estabeleceu-se durante a colônia.

Após esse conturbado período colonial e com alguns litígios fronteiriços durante a primeira república, em decorrência do aumento da importância econômica da região com o ciclo da borracha e pelos problemas enfrentados com a Bolívia em relação ao futuro Estado do Acre, a região amazônica voltou a se tornar prioridade nacional em meados do século XX, agora já dentro das relações de forças internacionais caracterizadas pela divisão bipolar estabelecida pela Guerra Fria. O regime político exercido pelos militares pós-64 direcionou boa parte de suas ações políticas para esta parte do território. Para isso, elaboraram vários projetos para incorporar realmente a região norte ao restante do país. O principal objetivo era a colonização da fronteira, para que ocorresse o adensamento populacional daquele que era considerado um grande “espaço vazio”.<sup>186</sup> Assim iniciou-se a campanha com o slogan de “integrar para não entregar”, pois o imaginário militar se encontrava perturbado com o fantasma da internacionalização da floresta.<sup>187</sup> Esse problema tem sua origem no alegado

---

<sup>185</sup> COELHO, M. CÉLIA N. **Ocupação da Amazônia e a presença militar**. São Paulo: Atual, 1998 p. 10.

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>187</sup> O fantasma que, na percepção militar, assombra hoje em dia a Amazônia é originário das áreas mais avançadas e poderosas do planeta. Trata-se das ações de governos e organizações não-governamentais do Hemisfério Norte que procuram transformar a região amazônica em foco de preocupações transnacionais e supranacionais, com destaque para a proteção da floresta diante de um desastre ambiental e para a defesa dos direitos ameaçados das nações indígenas. A isso se chamou de “internacionalização da Amazônia”. Ver: MARTINS FILHO, J. R. e ZIRKER, D. “Forças Armadas, Soberania Nacional e defesa as Amazônia”. **Revista Estudos de História**, Franca, v.8, n.1, 2001 p. 253-274.

interesse de outras nações na riqueza existente na Amazônia brasileira, algo em alguma medida constatado desde os primórdios da colonização. Reforça essa ideia a penetração dos Estados Unidos na região no período da 2ª Guerra Mundial pela necessidade dos Aliados de contar com um suprimento seguro de borracha.<sup>188</sup>

O governo militar elevou a Floresta Equatorial à categoria de maior preocupação do país. Para isso criaram projetos que ficaram conhecidos como “grandes projetos governamentais para Amazônia”, com destaque para:

- O Projeto Radar da Amazônia (RADAM), cuja finalidade era fazer um levantamento do potencial mineral, energético e da fertilidade do solo.
- A Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada por meio da Lei 5.173 de 27/10/1966, com o objetivo de estimular o povoamento e o desenvolvimento econômico da região.
- A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), criado por decreto Lei nº 288, de 28/02/1967, com o objetivo de desenvolvimento regional por meio de incentivos fiscais.
- O Banco da Amazônia (BASA), instrumento de apoio ao crédito na região.
- Também foi elaborado um grande projeto rodoviário, que teve como grande destaque a criação da Rodovia Transamazônica, formalizada pelo Decreto Lei 1.106, de 16 de julho de 1970, visando facilitar a integração e migração para a região norte do país.

Os órgãos e projetos mencionados foram planejados em ordenamento com o binômio segurança e desenvolvimento, oriundos da Doutrina de Segurança Nacional. Em função das suas riquezas naturais, o discurso sobre a cobiça internacional ganhou destaque, e, gradativamente, passou a desempenhar um papel vital na construção do imaginário militar sobre a região, influenciando decisivamente no sentido que seus oficiais atribuem à missão na região. Segundo Shiguenoli Miyamoto, tais medidas, entre outras, tinham como finalidade mostrar que, apesar dos baixos indicadores sociais e econômicos, o território não se encontrava abandonado à sua própria sorte, e que o governo brasileiro para lá dirigia seus olhares, ainda que longe de suprir as necessidades locais.<sup>189</sup>

---

<sup>188</sup> Foi durante a Segunda Guerra Mundial que os norte-americanos, pretextando a necessidade de suprir a logística dos aliados, da matéria-prima borracha, obtiveram do governo brasileiro a concessão para exploração das margens do Rio Tapajós, fazendo plantio de grandes áreas de seringueiras. PEREIRA DE SOUZA, A. **Fronteiras da Amazônia: uma guerra silenciosa**. Rio de Janeiro: Editora Razão Cultural, 2000 p. 213.

<sup>189</sup> MIYAMOTO, S. Amazônia política e defesa. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. 1 ed. Belém - Para: NAEA/UFPa, 2008, v. , p. 65-97.

O Exército brasileiro procurou estabelecer uma linha histórica de presença militar e defesa daquela área do país, através da linearidade presente no discurso militar – que vê sua atuação na Amazônia como continuação do papel desempenhado pelos colonizadores portugueses na região – mostrar que os militares brasileiros não identificam o colonizador português como seu antípoda, um sentimento comum a forças militares criadas a partir de um processo de independência, mas reverenciam-no como seu antecessor.<sup>190</sup> A admiração dos militares brasileiros pelos feitos de Portugal na América não se limita à extensão de terras conquistadas pelos lusitanos. No cerne do ideário militar sobre a defesa da Amazônia, reside a crença de que a soberania brasileira sobre a região pode ser garantida somente através de sua colonização. Essa crença assenta-se na estratégia adotada pela Coroa Portuguesa, e, posteriormente, pelo Império para expandir e manter o território que hoje pertence ao Brasil.

Ao guardar a mais cobiçada porção de nosso território e contribuir para o seu desenvolvimento, o Comando Militar da Amazônia atua para impedir que a soberania brasileira na região seja maculada por objetivos escusos, volta e meia propalados no seio da opinião pública internacional. No cumprimento de tão nobres missões, a cada dia faz soar a quantos possam ouvir que "A selva nos une; a Amazônia nos pertence".<sup>191</sup>

Paralelo ao desenvolvimento no seio militar de um sentimento de “legado histórico” em defender a região amazônica, o governo brasileiro procurando responder aos rumores de uma possível internacionalização/ingerência da floresta por parte de Organizações Não-Governamentais (ONG’s) ou até mesmo por uma coalizão de vários países, procurou estabelecer com os países vizinhos uma relação de cooperação.

Em 1966 foi lançada a Operação Amazônia. Nesse mesmo ano, segundo comunicado oficial, a chancelaria brasileira cogitava: [...] a realização de uma reunião preliminar dos embaixadores do Brasil nos países condôminos da região para a preparação de uma conferência internacional a ser proposta aos chanceleres desses países. Em novembro de 1967, no governo de Costa e Silva, o chanceler brasileiro, Magalhães Pinto, em viagem ao Equador, Peru e Bolívia, propôs a colaboração recíproca no desenvolvimento da Amazônia, por meio da realização de uma conferência da qual participariam os chanceleres de todos os países integrantes da Bacia. Em meados da década de 1970, o Brasil reuniu os países vizinhos e juntos lançaram a Iniciativa Amazônica, estabelecendo uma estratégia comum para a

---

<sup>190</sup> MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>191</sup> VERDE OLIVA. Nossa Força na Amazônia. Brasília, DF, ano XXX, n. 176, out./nov./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/VO/176/am.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

exploração e segurança da região e reafirmação das soberanias nacionais dos países membros sobre ela. No entanto, apesar de algumas reuniões, a relação entre os países neste período não foi além de uma pretendida integração física que tinha por objetivo facilitar o desenvolvimento econômico da região.

Em 03 de julho de 1978, foi firmado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), tendo como signatários: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Esse tratado foi uma iniciativa de cooperação regional de grande importância para fortalecer os laços diplomáticos entre o Brasil e seus vizinhos amazônicos. A Pan Amazônia finalmente foi contemplada com um instrumento jurídico internacional que visava o seu desenvolvimento sustentável. A cooperação regional foi reconhecida como a melhor maneira de superar as dificuldades existentes e promover o desenvolvimento da região, uma vez que grande parte de seus problemas era transnacional. O TCA também reafirmava a soberania nacional de cada país na utilização e preservação dos recursos naturais. Iniciativas que procuravam responder aos anseios das grandes potências.<sup>192</sup> Pelo Artigo IV, estipulava-se:

[...] as partes contratantes proclamam que o uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus respectivos territórios é direito inerente à soberania do Estado e seu exercício não terá outras restrições senão as que resultem do Direito Internacional.<sup>193</sup>

Com o fim do regime militar houve um processo de instabilidade dentro das Forças Armadas brasileiras. Naquele momento a sociedade questionava-se sobre a real necessidade de uma força militar, pois existia um sentimento de desprestígio e rejeição social para com os militares. Até mesmo dentro da caserna, não havia respostas concretas para qual seria realmente a missão a ser cumprida pela força. Paralelo a estes acontecimentos, se intensificava a dita “preocupação” das grandes potências sobre as questões ambientais. Diante deste processo que se avolumava, os militares tornaram a Amazônia um símbolo de nacionalidade, de territorialidade e do preparo militar. Em outras palavras, símbolo da soberania e da missão militar no momento em que as ameaças soviéticas e argentinas deixam de existir no plano de defesa externa e o comunismo não configuravam mais uma referência para a defesa interna. De acordo com Eliézer Rizzo de Oliveira, a Amazônia torna-se um símbolo da necessidade renovada das Forças Armadas, dado que o país encontrava-se

---

<sup>192</sup> Disponível em: < <http://www.otca.org.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

<sup>193</sup> **Tratado de Cooperação Amazônica**. Brasília, DF: 1978.

vulnerável por força das pressões dos grandes e pela ação da própria crise nacional, as Forças Armadas se preservaram como baluartes da nacionalidade.<sup>194</sup>

No início da década de 1990, foi levantada a hipótese por parte dos Estados Unidos, de que os exércitos sul-americanos assumissem uma maior participação no combate ao narcotráfico.<sup>195</sup> Nesse período de mudanças após o fim da Guerra Fria, ocorreu à ascensão das chamadas “novas ameaças” à segurança internacional. Dentre elas destaca-se: o tráfico de drogas, a guerrilha, o crime organizado, o terrorismo e em especial na Amazônia, os grandes alvos foram o garimpo, a defesa da biodiversidade, o movimento populacional de desabrigados, as delimitações de áreas indígenas e etc. Apesar da falta de orientação político-estratégica, por parte da elite política do país, em estabelecer qual o papel dos militares, as Forças Armadas brasileiras demonstraram-se extremamente contrárias à execução dessas ações policiais por parte do seu efetivo, foi amplamente rechaçado pelos militares o envolvimento nessas questões policiais.

Uma mudança de rumos pode ser constatada a partir de pressões externas, como é o caso do governo norte-americano e sua Estratégia Nacional para o Controle das Drogas, referendada no governo do presidente George Bush, na qual eram vislumbrados os perigos crescentes para a sociedade norte-americana da ampliação do tráfico, gerando pressões mais ou menos veladas para que as Forças Armadas dos países latino-americanos se lançassem no combate ao narcotráfico. No caso brasileiro, as reações mais fortes a essas posições partiram exatamente das Forças Armadas, que negavam incisivamente que tivessem por dever a missão de combater o tráfico de drogas, por julgá-la atribuição de outras instituições do Estado, e que esta estratégia encobriria a tentativa de enfraquecer o poder militar dos países latino-americanos.<sup>196</sup>

Entretanto, quando é analisado o cenário amazônico, destaca-se a ideia do professor, João Roberto Martins Filho, que ao invés de falar de *novas ameaças*, no sentido do surgimento de outras preocupações estratégico-militares com respeito à Amazônia, talvez fosse mais correto falar de um *novo quadro* de percepções de ameaças antigas. Assim, temas clássicos como a vulnerabilidade das fronteiras, as campanhas internacionais sobre temas sensíveis, o narcotráfico e as guerrilhas reapareceriam nos anos 90 articulados numa visão

<sup>194</sup> OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. São Paulo: Papirus, 1994.

<sup>195</sup> Cada vez mais, as percepções de ameaça, que antes focavam num genérico risco de intervenção dos países ricos devido a pressão da opinião pública mundial, passaram a se concentrar num cenário e numa situação mais concreta: a política norte-americana de combate ao narcotráfico na Região Andina, cuja maior intensificação foi o Plano Colômbia, que trouxe em seu bojo uma intensificação das pressões dos Estados Unidos no sentido de participação decidida das Forças Armadas brasileiras no combate ao narcotráfico. Ver: MARTINS FILHO, J. R. “As Forças Armadas brasileiras e o Plano Colômbia”. In: CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.13.

<sup>196</sup> SOARES, S. A. Um Novo Profissional Militar no Brasil Pós-Autoritário. **Revista Estudos de História**, Franca, v.8, n.1, 2001. p. 283-284.

mais radicalizada da ameaça de internacionalização da Amazônia, agora inserida nos quadros do conflito Norte/Sul. É possível verificar a tendência à rearticulação de temas antigos e novos enfoques na constante alteração da visão de ameaças no cenário amazônico, dentro de uma mesma temática geral da cobiça internacional pela Amazônia.<sup>197</sup>

No processo crescente em estabelecer novas formas de defesa mais adequadas às ameaças que poderiam surgir contra o país, foi publicado em 07 de novembro de 1996, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o documento de “Política de Defesa Nacional” (PDN). No pronunciamento que fez naquela ocasião, o presidente citou a região amazônica como a maior prioridade estratégica do governo<sup>198</sup>, referindo-se claramente à ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, perigosamente perto dos lindes da Amazônia brasileira.

Caminhando na direção de fortalecer a presença do Estado brasileiro na região Amazônica, em dezembro de 2002, o TCA foi convertido em secretaria permanente e passou a ser denominado Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Nesse ato, o tema defesa da Amazônia foi incorporado ao Tratado.

Ao assumir o governo em 2003, o presidente Luis Inácio Lula da Silva, adotou uma estratégia de política externa voltada principalmente para a integração da América do Sul, buscando novas alianças e procurando consolidar o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Com os países da bacia amazônica, o governo Lula, buscou a consolidação da OTCA, fixando em Brasília a sua secretaria geral, com o objetivo de constituir um foro privilegiado e útil para o desenvolvimento econômico e social desses países. Em setembro de 2004, durante a VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, defendeu a partilha das experiências obtidas através do Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM), enfatizando a segurança da Amazônia como sendo uma prioridade. Na ocasião, dentre outras áreas de interesse comum, foi decidido que o tema “Defesa e Segurança Integral da Amazônia” faria parte de futuras reuniões ministeriais da OTCA. Esse novo enfoque revelou uma mudança paradigmática no

---

<sup>197</sup> MARTINS FILHO, J. R. “A visão militar sobre as “novas ameaças” no cenário da Amazônia brasileira”. In: MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A. (Org.) **Novas Ameaças: Dimensões e Perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, 2003. p. 245-279.

<sup>198</sup> j) Proteger a Amazônia brasileira, com o apoio da sociedade e com a valorização da presença militar; l) Priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões norte e centro-oeste; h) intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas. Presidência da República. Política de Defesa Nacional, Diretrizes, itens j, l, h. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/enternet/sitios/internet/pdn/pdn.php>>. Acesso em: 13 set. 2008.

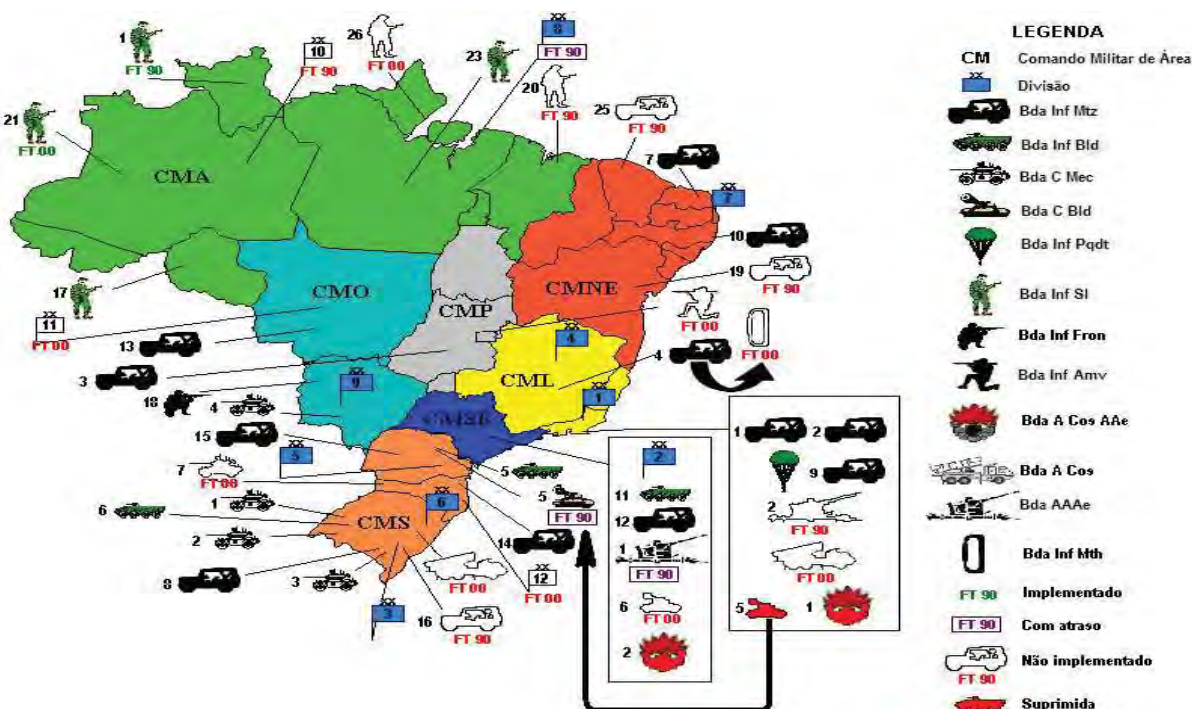
âmbito da OTCA, pois desde o seu nascedouro, em julho de 1978, havia sido omitida a temática sobre a cooperação de defesa.

Desde a segunda metade do século XX gradativamente a região amazônica tornou-se a principal área a ser defendida pelos militares brasileiros. Em certo momento esta mudança estratégica surgiu para suprir a necessidade de uma utilização e permanência das Forças Armadas. Diante da pressão internacional sobre questões ambientais, os militares se apropriaram do discurso de uma possível intervenção estrangeira para poder legitimar a sua existência e a importância em se fazer presente naquela região. A mudança estratégica, no caso do Exército, se dá a partir da elaboração do SIPLEx, que dentre uma gama de objetivos, estabelecia uma melhor distribuição e reorganização da tropa pelo território nacional, porque as regiões sudeste e sul contavam com o maior número de unidades. De acordo com o cientista político, Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, em fins da década de 1980, ficou patente a desconexão das necessidades de defesa e a desproporção na distribuição das unidades pelo território: a concentração de unidades no Rio de Janeiro não se justificava nem mesmo no período da Guerra Fria, provavelmente permaneceu até aquela data dessa maneira por ter estrutura semelhante à época em que a capital do Brasil era no Rio de Janeiro. Além da concentração exagerada de unidades no Rio de Janeiro; é nítida a falta de unidades militares na região da Amazônia, onde o Brasil faz fronteira com a maior parte dos países, onde se encontram os vazios populacionais e uma grande quantidade de problemas, principalmente, oriundos do tráfico de drogas e contrabando (Ver Mapa 2 e 3).



**Mapa 2 Distribuição das unidades até 1985**

**Fonte:** MONTEIRO FILHO, E. G. *O Exército Brasileiro para o Sec. XXI e a profissionalização de parte de suas OM: uma proposta*. Monografia apresentada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: ECEME, 1992, Anexos A e B. Elaborado pelo autor. apud KUHLMANN, P. R. L. *Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1985-2007)*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.



**Mapa 3 FT 90 e 2000 - Planejado e Executado**

**Fonte:** MONTEIRO FILHO, E. G. *O Exército Brasileiro para o Sec. XXI e a profissionalização de parte de suas OM: uma proposta*. Monografia apresentada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: ECEME, 1992, Anexos A e B. Elaborado pelo autor. apud KUHLMANN, P. R. L. *Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1985-2007)*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.



Em 1985, refletindo a preocupação com a região, foi criado um comando próprio para a mesma. Assim surgiu o “Comando Militar da Amazônia” (CMA)<sup>199</sup> com sede em Manaus, atualmente organizado com cinco brigadas de selva, seis comandos de fronteira, com seus batalhões de infantaria de selva e cerca de vinte e cinco postos de pelotões de fronteira estabelecidos em áreas remotas. Os estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e partes do Tocantins e Maranhão estão sobre sua responsabilidade.<sup>200</sup>

A partir da elaboração do SIPLEx, estabeleceu-se a transferência e criação de novas unidades militares na região amazônica. O objetivo era aumentar o efetivo na área e, por meio dos núcleos militares no meio da selva, vivificar e desenvolver as regiões de fronteira. Atualmente, diante de um número muito grande de problemas enfrentados pelo poder público (garimpo, desmatamento, tráfico de drogas e armas, questões indígenas e etc) na Amazônia, procura-se, neste trabalho, delimitar o objeto de estudo na região fronteira entre Brasil e Colômbia, que é conhecida como Cabeça do Cachorro. Em decorrência do conflito interno colombiano esta linha fronteira tem gerado (em decorrência da possibilidade de trasborde dos problemas internos colombianos) uma grande preocupação nas Forças Armadas brasileiras. De acordo com coronel William W. Mendel, do Exército dos EUA, aquela é uma região crítica, uma "zona de efervescência" — não por estar próxima da linha do equador — mas pelos problemas que o Brasil tem enfrentado.<sup>201</sup>

### **3.2 Políticas de defesa da Amazônia: O Programa Calha Norte (PCN)**

No cenário político-militar que o país passava em meados dos anos 1980, no qual se visava aumentar a presença do Estado na região Norte, foi elaborado o PCN em 1985, por meio da Exposição de Motivos nº 18/85, elaborada pela Secretaria-Geral do extinto Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República, durante o mandato do Presidente José Sarney. Inicialmente, o projeto tinha como objetivos contribuir com a manutenção da soberania na Amazônia e com a promoção do seu desenvolvimento ordenado. A Exposição de

---

<sup>199</sup> Em 1985 o Exército reformou suas estruturas de comando, substituindo a estrutura de quatro exércitos (Sul, Sudeste, Leste e Nordeste) passaram a ser denominados comandos militares, elevando o status do antigo comando da Amazônia. Ver: Estado-maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra.

<sup>200</sup> Disponível em: < <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Comandos/CMA/indice.htm> >. Acesso em: 29 out. 2007.

<sup>201</sup> MENDEL, W. W. *A Amazônia Brasileira: Controlando a Hidra*. Military Review, Kansas, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.oocities.com/toamazon/toamilrevbrasileira.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

Motivos analisava que algumas peculiaridades da região agravavam sua vulnerabilidade político-estratégica: área de mais de 1,2 milhões de km<sup>2</sup> contrastada com uma população de apenas 2,3 milhões de habitantes, concentrados, em sua maioria, nas cidades de Manaus, Boa Vista e Macapá, correspondente a apenas 1,5% da população brasileira; presença de índios, em diversos graus de aculturação, representando 0,04% da população nacional e 22,7% de toda a população indígena do país; falta de integração ao território nacional, com reduzida presença de brasileiros, ainda mais crítica ao longo das áreas próximas aos mais de seis mil Km de extensão de linha de fronteira. Inicialmente os objetivos traçados foram:

- Incremento das relações bilaterais;
- Aumento da presença militar na área;
- Intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes;
- Definição de uma política indigenista apropriada à região;
- Ampliação da infra-estrutura viária;
- Aceleração da produção de energia hidrelétrica;
- Interiorização dos pólos de desenvolvimento econômico;
- Ampliação da oferta de recursos sociais básicos.<sup>202</sup>

Sua área de atuação era delimitada principalmente pelas fronteiras. Abrangia ao sul a calha do Rio Solimões/Amazônia e seus afluentes Iça, Japurá, Branco, Uatumã, Jatapu, Nhamundá, Trombetas, Maicuru, Paru e Jari e, ao norte, pela fronteira com os países vizinhos: Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela e Colômbia, perfazendo um total de linha fronteira de 7.413 km. Incluía na sua cobertura os Estados Amapá, Amazonas, Roraima e Pará. Ao longo dos anos o projeto teve várias denominações. Inicialmente, recebeu o nome de “Desenvolvimento e segurança na região norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas”, depois passou a ser chamado de “Projeto Calha Norte” e no final da década de 1990, quando houve um processo de ampliação e revitalização e concitou os olhares dos poderes Executivo e Legislativo passou-se a chamar “Programa Calha Norte”.<sup>203</sup>

Hoje o Programa abrange 194 municípios em seis Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), dos quais 95 são ao longo dos 10.938 Km da Faixa de Fronteira. O PCN tem uma área de atuação que corresponde a 32% do território

<sup>202</sup> Brasil, Governo Federal. Segurança e desenvolvimento na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. **Projeto Calha Norte**. Brasília, DF: SG/CSN, 1985.

<sup>203</sup> SILVA, M. I. C. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. 2004. Dissertação – Programa San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP), Campinas, 2004.

nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, dentre as quais inclui-se 30% da população indígena do Brasil.<sup>204</sup>

A natureza e os objetivos do Calha Norte mobilizaram e dividiram os analistas. Os movimentos ambientalistas, os antropólogos e a Igreja Católica, através do seu Conselho Indigenista Missionário, viram o Calha Norte na época de sua implantação como uma tentativa de militarizar a Amazônia.<sup>205</sup> Shiguenoli Miyamoto voltou suas críticas ao autoritarismo do Estado, responsável pela doutrina de ocupação do território, que estaria na região privilegiando apenas a ótica da segurança.<sup>206</sup> João Roberto Martins Filho se preocupava com a autonomia com que o Calha Norte foi implementado pelos militares.<sup>207</sup>

O discurso político tentava salientar que o projeto não era estritamente militar, que o mesmo tinha o envolvimento multiministerial, entretanto, na prática a realidade foi outra. De acordo com Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, desde o início, só os então ministérios militares realizaram a sua parte — se não a concluíram, foi por falta de recursos. O empenho desses ministérios — e, em parte, por ter sido uma iniciativa da extinta Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional — serviu de pretexto para a denúncia de pretensa militarização do Calha Norte. Até recentemente, consideravam-no um “projeto de guerra” falido.<sup>208</sup>

Coube ao Exército implantar e colocar em prática o programa e o Estado, representado pelos poderes Federal, Estadual e Municipal, teve uma participação muito pequena. Clóvis Brigagão afirma que pela análise da alocação de recursos destinados aos órgãos executores do PCN, constata-se que 79% das verbas serviram a objetivos militares: 46% das verbas foram dirigidas ao Ministério do Exército, para a ampliação e melhoria dos quartéis, aquisições de armamento e embarcações; 22% das verbas foram destinadas ao Ministério da Marinha, para construção de navios-patrolha, de uma base naval no Pará e da estação naval do Rio Negro; 10,5% ficaram com o Ministério da Aeronáutica, para a manutenção, melhoria, construção e ampliação de aeroportos e pistas de pouso.<sup>209</sup>

Na verdade, até meados da década de 1990 só as Forças Armadas efetivamente participaram das ações elaboradas para o PCN. Grande parte de toda a infraestrutura

<sup>204</sup> Disponível em: < [https://www.defesa.gov.br/programa\\_calha\\_norte/index.php?page=area\\_atuacao](https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page=area_atuacao)>. Acesso em: 05 jan. 2008.

<sup>205</sup> OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. São Paulo: Papyrus, 1994.

<sup>206</sup> MIYAMOTO, S. Diplomacia e militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico, **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 1, v. 1 p.145-163, mar. 1989.

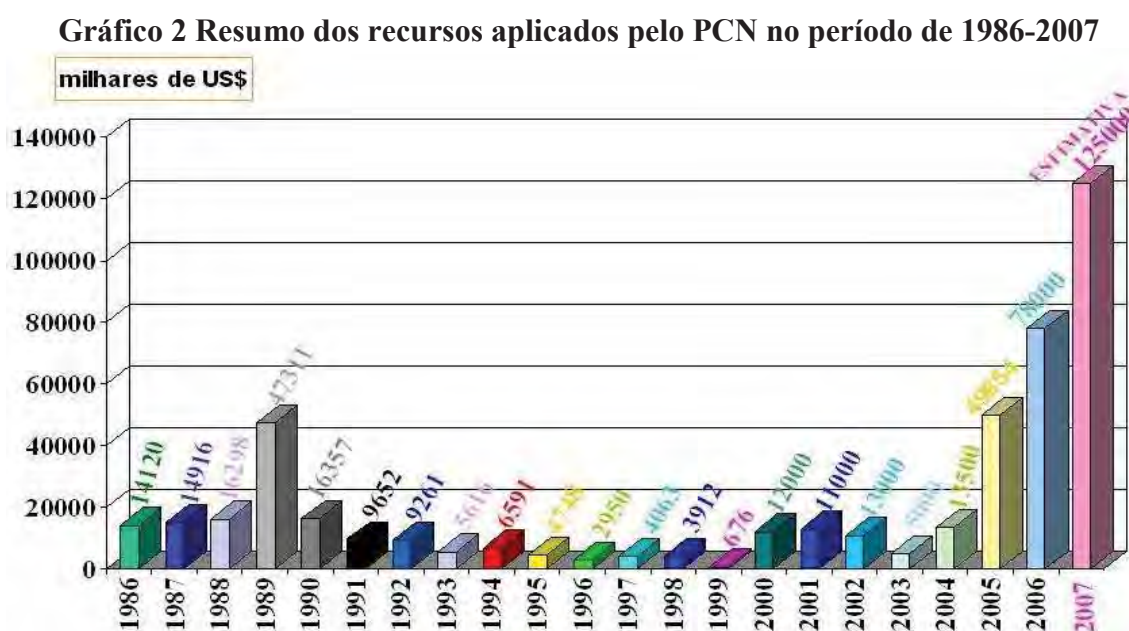
<sup>207</sup> MARTINS FILHO, J. R. “A visão militar sobre as “novas ameaças” no cenário da Amazônia brasileira”. In: MATHIAS, S. K e SOARES, S. A. (org.) **Novas Ameaças: Dimensões e Perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, 2003. p. 245-279.

<sup>208</sup> CAVAGNARI FILHO, G. L. Introdução à Defesa da Amazônia. In: **Carta Internacional**, Funag-USP, ano X, nº 107/108, jan./fev. 2002, p.19-21.

<sup>209</sup> BRIGAGÃO, C. **Inteligência e Marketing: o caso Sivam**. Rio de Janeiro: Record, 1996.p. 20.

construída pelo programa teve a participação direta dos engenheiros do Exército. Também nesse mesmo período, de transição econômica do país, houve uma diminuição das verbas, o Governo passou a destinar a maior parte dos recursos para o desenvolvimento do Sivam.

Em 1997, em decorrência dos trabalhos efetuados por uma Comissão Especial Mista do Congresso Nacional, que avaliou e relatou a real situação do PCN, foi iniciada a sua revitalização para posteriormente, receber o seu enquadramento no Plano Plurianual (PPA) no período dos anos de 2000 a 2003 e no de 2004 a 2007, permitindo desta forma a continuidade do programa e o aumento de repasse de verba. Isto em consequência da luta exercida pela bancada da região Norte no congresso, com destaque para os Senadores Ernades Amorim, Marluce Pinto e Bernardo Cabral, aonde se destacaram por verdadeiras batalhas em prol do aumento e manutenção de investimentos públicos para a região.<sup>210</sup> O crescente atendimento orçamentário ao PCN pode ser observado no gráfico abaixo:



Fonte: Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/programa\\_calha\\_norte/index.php?page=recursos](https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page=recursos)>  
Acesso: 12/01/2008.

Em relação à fronteira Norte, o Estado brasileiro visou propiciar uma ocupação baseada na presença militar e no desenvolvimento local, em consequência da revitalização ocorrida em fins da década de 1990 do PCN, houve a realização de alguns convênios, principalmente com instituições públicas como o Comando da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, todos os Estados da Federação que compõe o projeto, vários Ministérios,

<sup>210</sup> MARQUES, A. A. Presença militar na Amazônia: a visão do poder Legislativo. In: CASTRO, C.(org.) **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 p. 89.

Universidades Federais e Estaduais entre outros. Desta forma, foram desenvolvidos projetos que possibilitaram um maior desenvolvimento social, através de obras em prol da população. Contudo, ainda é possível detectar a grande importância do Exército no funcionamento do PCN, pois é a instituição que na maioria das vezes está encarregada de administrar e apoiar logisticamente as obras, como: a construção e manutenção de hospitais, escolas, quartéis e Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), além de estradas e aeroportos. Também há outras atividades de auxílio às populações locais como a construção de poços tubulares para o consumo de água potável, entrega de material escolar e diversos equipamentos, além da demarcação de reservas indígenas e instalação e recuperação de marcos limítrofes de fronteira,<sup>211</sup> dando destaque para os Batalhões de Engenharia de Construção do Exército que realizam grande parte dos projetos.

Destacadamente, é possível constatar a importância estratégica do programa, que inicialmente visava uma colonização da área em consequência da vulnerabilidade nacional em função da baixa densidade populacional na linha fronteira. O desenvolvimento do PCN ocasionou a criação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Esta proteção foi extremamente necessária por dois motivos reais, o primeiro, é pelas riquezas existentes na região, tais como; a biodiversidade da floresta, o ouro, as jazidas de urânio, cassiterita e diversos outros minerais. O segundo é para a vigilância eficaz das fronteiras, principalmente, com a Colômbia, em decorrência do tráfico de drogas e de armas e, fundamentalmente, pelo estado de conflito interno que o governo desse país mantém. Essas considerações podem ser encontradas no PPA 2004-2007 na seção Projetos: Ação 1213-Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte.<sup>212</sup> Houve nesse mesmo plano um redirecionamento dos objetivos, em relação ao que foi proposto em 1985, que visava à colonização da área. Atualmente procura-se aumentar a presença do poder público nas suas áreas de atuação específicas mostrando uma crescente preocupação com a integridade e soberania territorial em consequências de ações envolvendo o tráfico de drogas e o contrabando.

A página oficial do PCN publicada na internet descrevia da seguinte forma o programa: “o Programa Calha Norte vai muito além do aspecto de vigilância daquela região de importante interesse político-estratégico. Mostra-se como um programa governamental arrojado e multidisciplinar, de considerável alcance social para os brasileiros”. Nos últimos

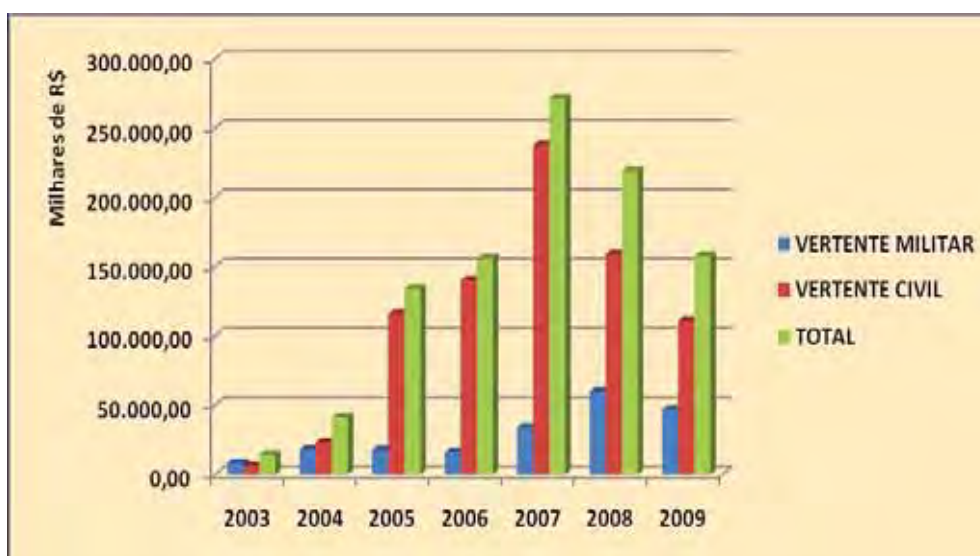
---

<sup>211</sup> SILVA, M. I. C. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. 2004. Dissertação – Programa San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP), Campinas, 2004.

<sup>212</sup> Visa aumentar o poder estatal brasileiro na região e atuar de forma direta na manutenção da soberania nacional. Pretende inibir a proliferação de ações ilícitas e servir de núcleo de colonização e apoio às comunidades carentes da área. Disponível em: < [http://www.defesa.gov.br/programa\\_calha\\_norte/index.php](http://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php) >. Acesso em: 10 jan. 2008.

anos houve uma maior preocupação por parte do Governo em diminuir o estigma de o PCN ser um programa militar. Refletindo as mudanças engendradas em sua natureza e seus objetivos, o PCN teve seu slogan atualizado. O antigo lema Segurança e Desenvolvimento foi substituído por Soberania e Desenvolvimento.<sup>213</sup> A última apresentação realizada pelo Ministério da Defesa aponta a destinação dos recursos:

**Gráfico 3 Resumo dos Recursos Aplicados pelo PCN no período de 2003 a 2009 (Milhares de R\$):**



Fonte: Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/programas-e-projetos/programa-calha-norte.html>>. Acesso em: 08 jan. 2011.

Não questiona-se que realmente o programa é de extrema importância para o desenvolvimento social e econômico da região, entretanto, discordamos da ideia exposta, que busca tentar diminuir ou até de se equiparar à participação/envolvimento do Estado a dos militares no desenvolvimento do projeto. Apesar dos últimos dados expostos e do alegado envolvimento de todos os órgãos públicos na sua execução, o Estado praticamente se manteve ao longo de duas décadas a margem do que era desenvolvido na área. Sua participação debilmente saiu do papel. Por isso, é facilmente constatado que além de cumprir com seu papel de defesa estratégica da região, o Exército também teve que fazer às vezes do Estado no desenvolvimento social e de infraestrutura, prerrogativas que tinham ficado a cargo dos governos. O médico, Drauzio Varella, que esteve na região Cabeça do Cachorro descreveu desta forma a situação das comunidades em torno de um PEF:

<sup>213</sup> MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 159.

Cada pelotão é chefiado por um tenente com menos de 30 anos, obrigado a exercer o papel de comandante militar, prefeito, juiz de paz, delegado, gestor de assistência médico-odontológica, administrador do programa de inclusão digital e o que mais for necessário assumir nas comunidades das imediações, esquecidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Tais serviços, de responsabilidade de ministérios e secretarias locais, são prestados pelas Forças Armadas sem qualquer dotação orçamentária suplementar.<sup>214</sup>

Por meio do relato de Varella, é possível perceber que muitas instituições governamentais ainda não se encontram instaladas na área de abrangência do PCN.

### 3.2.1 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF)

Considerando a vulnerabilidade geopolítica da região Amazônica, o Programa Calha Norte previa a instalação de pequenas unidades militares, que contribuíssem com o aumento da densidade populacional, por meio do estabelecimento de vilas e povoados, como historicamente tem ocorrido na Amazônia brasileira. A partir do PCN intensificou-se a criação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), que tinha como missão vigiar a fronteira e cooperar com a vivificação da área.

De acordo com o general Luiz Gonzaga Lessa, um PEF é uma clareira na selva, relativamente pequena, com uma pista de pouso que é a sua comunicação com o restante do país. As funções dos PEF não se limitam à atividade militar, estende-se também às atividades complementares como a produção, em pequena escala, de gêneros alimentícios de origem vegetal e animal e à prestação de serviços para si próprio e para a comunidade civil existente ao redor do aquartelamento. A sede do próprio pelotão presta apoio de saúde que atende a toda à comunidade em torno. Dessa forma, essa estrutura militar se transforma no pólo irradiador da presença do Estado brasileiro na fronteira.<sup>215</sup>

Nos PEF fica evidente o que o Exército define como a tríade da soberania: vida, combate e trabalho. A localização dos PEF procurou responder a possíveis penetrantes (rios) em território nacional. Dessa forma, constata-se que a aplicação dos PEF para a manutenção da integridade territorial do Brasil é realizada com a sua localização estratégica. De acordo com o Chefe do Centro de Estudos Estratégicos, o coronel Gerson Silva, a criação e localização dos PEF

---

<sup>214</sup> VARELLA, D. Militares na Cabeça do Cachorro. **Folha de S. Paulo**, Caderno Ilustrada, 05/06/08.

<sup>215</sup> Palestra realizada no Clube Militar – Rio de Janeiro, 1999.

[...] procurou barrar todos os acessos, todas as penetrantes, todas as vias de acesso do território internacional para o nosso através dos Pelotões Especiais de Fronteira. Eles servem como uma campainha. Eles são os alertas antecipados para que as Forças de Ação Rápida Regionais e as Forças de Ação Estratégicas se voltem para o local para combater essa ameaça que esta voltada contra o Brasil.<sup>216</sup>

O efetivo de militares previstos para os PEF está definido nos Quadro de Cargos Previstos (QCP) das OM de fronteira. Atualmente o número de militares é de sessenta e seis, de acordo com o seguinte resumo do QCP.

- 02 - 1º Tenentes de Infantaria
- 03 - 1º ou 2º Tenentes de saúde (médico, dentista e farmacêutico)
- 06 - Sargentos
- 55 - Cabos e Soldados

Em função dessa pequena estrutura, é nítido que o efeito dissuasório dos PEF seja pouco expressivo, mesmo assim, os pelotões representam a primeira unidade militar responsável por manter a integridade territorial nas áreas fronteiriças.

[...] a existência do pelotão não da segurança nenhuma, o pelotão não da segurança, é uma situação em que o Estado brasileiro se faz presente e onde você passa a mensagem que ali é o Brasil, que aquilo ali não é terra de ninguém, ali é o Brasil! A importância do PEF é essa. Esses nossos pelotões servem para isso.<sup>217</sup>

De acordo com major Ubirajara Brandt Rodrigues, integrar um PEF é uma missão com características bastante peculiares. O isolamento e a distância em relação aos comandos superiores implica num alto grau de iniciativa e responsabilidade por parte de todos os integrantes dos PEF.<sup>218</sup>

### 3.2.2 O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)

Dentro da linha do pensamento político-estratégico de integração da Amazônia, desenvolvido em fins da década de 1980, foi elaborado um sistema que visava integrar,

<sup>216</sup> Ver apêndice: Entrevista realizada no dia 09/11/09 junto ao cel. Gerson Silva, chefe do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEE) na Escola de Comando e Estado maior do Exército (ECEME).

<sup>217</sup> Ver apêndice: Entrevista realizada no dia 19/07/10, em Brasília (DF) junto ao General Luiz Eduardo Rocha Paiva, da Sétima Sub-Chefia do Estado-Maior do Exército.

<sup>218</sup> BRANDT, U. R. **Pelotões Especiais de Fronteira**: sua importância para a vivificação das áreas fronteiriças e manutenção da integridade territorial. 2004. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004.



avaliar e difundir informações vitais para o desenvolvimento regional entre os órgãos públicos (Funai, Ibama, Polícia Federal, Inpe etc.). Com o objetivo de aumentar a frágil presença do Estado na região, por meio da ampliação de sua participação em quantidade, qualidade e integração das informações fornecidas e ações desenvolvidas na floresta. Nessa linha de raciocínio surgiu o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), projeto que baseia-se na existência de um grande banco de dados sobre a região e na montagem de um sistema de comunicações eficaz, que poderia ser utilizado por todos os órgãos e instituições que dele fazem parte, e que permitiria a troca de informações entre todos os elos que compõem o Sistema, bem como os países vizinhos à Amazônia Legal Brasileira<sup>219</sup>, que ficou a cargo da Comissão de Implantação do Sistema de Proteção da Amazônia (CISIPAM).

O SIPAM compreende uma malha de processamento de dados e de gestão de informações, ligada a centros de coordenação para distribuição de conhecimentos aos diversos órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), aos demais segmentos da sociedade e a novos participantes, que busquem convergência de interesses na atuação sobre a região amazônica.

O SIPAM destaca-se por instituir um novo modelo na administração pública nacional, pois o sistema buscou uma organização articulada entre as instituições governamentais de diferentes níveis propiciando desta forma a realização de políticas integradas para solucionar os problemas da região. Esse conjunto integrado de políticas regionais de defesa para a Amazônia tinha como principal objetivo combater ilícitos, buscar a preservação racional da floresta juntamente com o desenvolvimento sustentável da região.

Para que de fato ocorresse à integração entre os órgãos governamentais, deveria existir uma infra-estrutura de monitoramento da região a fim de prover as ferramentas para o funcionamento do SIPAM. Foi então criado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e pelos Ministérios da Aeronáutica e da Justiça, após um estudo e levantamento das necessidades da região o Sivam, nada mais do que o braço operacional do SIPAM. O SIPAM/SIVAM foi gestado com a finalidade de resolver de forma mais apropriada o que o PCN não havia conseguido até então, de proteger adequadamente a Amazônia brasileira.<sup>220</sup> O SIVAM,

---

<sup>219</sup> ZANETTI, M. J. **Forças Armadas brasileiras: fator de integração, desenvolvimento e segurança no contexto regional**. 2006. Monografia (Curso Superior de Defesa e Segurança Hemisférica), Colégio Interamericano de Defesa, Washington, 2006. p. 36.

<sup>220</sup> MIYAMOTO, S. O Brasil e a fronteira Norte: política e estratégia. **Revista Estudios Avanzados**, Santiago, ano 8, n. 12, 2009. p. 75-103.

[...] constitui-se na infra-estrutura de meios técnicos que viabilizará a aquisição, tratamento, armazenamento e a difusão de dados, através de sensores e redes de telecomunicações, visando proporcionar aos participantes do SIPAM, o conhecimento a respeito de assuntos pertinentes à proteção da Amazônia Legal Brasileira”.<sup>221</sup>

Foi apresentado inicialmente ao presidente Fernando Collor de Mello, em setembro de 1990, tendo sido inaugurado e colocado em prática no ano de 2002. A Exposição de Motivos nº 194, de 21 de setembro de 1990, fixava os seguintes objetivos: 1) estabelecer uma vigilância sistematizada na região, com o acréscimo da segurança do tráfego aéreo; e, 2) constituir um sistema eficiente de produção e processamento de informações qualificadas sobre e para a região Amazônica, com a função de subsidiar ações governamentais coordenadas.

O governo Federal investiu no SIVAM aproximadamente US\$ 1,4 bilhões de dólares, para a aquisição e instalação de radares de elevado porte, estações meteorológicas, aeronaves de vigilância, monitoração de comunicações e sensoriamento remoto, apoiados por uma rede de rádios e telefonia por satélite. Em sua concepção, o SIVAM possibilitou que a defesa da Amazônia fosse viabilizada por equipamentos tecnológicos, substituindo, parcialmente, a presença humana como meio de manter a segurança e subsidiar o desenvolvimento da região.<sup>222</sup>

Quanto à sua infraestrutura técnica, o SIVAM é um programa multidisciplinar que integra meios destinados à aquisição, à visualização, ao processamento, ao armazenamento e à difusão de dados e imagens, sob a forma de produtos temáticos e personalizados, para utilização pelos órgãos da região. Essa estrutura abrange sensoriamento remoto por satélite, sensoriamento aéreo, vigilância e controle do tráfego aéreo e de superfície, auxílio à navegação aérea, monitoração ambiental e meteorológica, exploração e monitoração de comunicações, redes de telecomunicações, tratamento e visualização de dados e energia elétrica.<sup>223</sup>

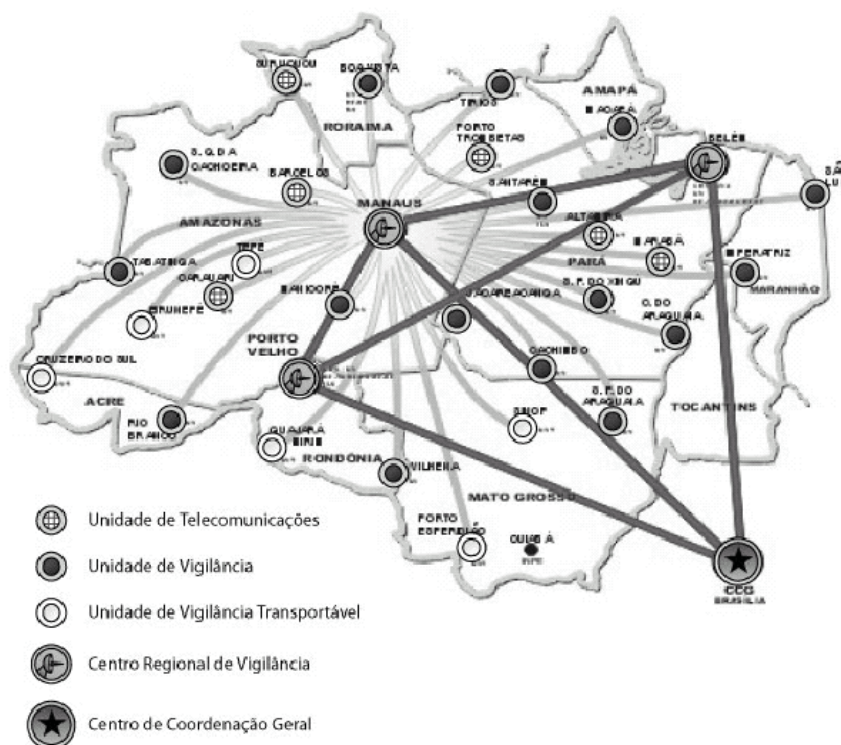
Essa base tecnológica estrutura-se da seguinte forma: um Centro de Coordenação Geral em Brasília (CCG); três Centros Regionais de Vigilância (CRV) localizados em Manaus, Porto Velho e Belém; que estão integrados a 860 localidades, que são os Órgãos Remotos e sensores espalhados pela Amazônia. Os dados gerados nessas unidades menores

<sup>221</sup> Disponível em: < <http://www.sipam.gov.br> > Acesso em: 22 out. 2007.

<sup>222</sup> LOURENÇÃO, H. J. **Forças Armadas e Amazônia (1985 a 2006)**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. p. 92.

<sup>223</sup> LOURENÇÃO, H. J. O sistema de vigilância da Amazônia (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios. In: CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 p. 121.

são reunidos e processados nos Centros Regionais. Os Centros Regionais por sua vez são ligados ao Centro de Coordenação Geral, desta forma possibilita que as informações possam ser acessadas por qualquer instituição conveniada ao sistema. Essa integração é de extrema importância para a elaboração de ações estratégicas de defesa e também em casos emergenciais como o combate a queimadas, desmatamentos entre outros, ocasionando assim uma rápida ação por parte das autoridades para solucionar os problemas.



**Mapa 4 Área de cobertura do SIVAM**

Fonte: Disponível em: <<http://www.sivam.gov.br/PROJETO/intro3.htm>>. Acesso em: 14 set. 2008.

O SIVAM teve sua formulação, desenvolvimento e instalação prolongados durante a década de 1990, no dia 25 de julho de 1997 o contrato do SIVAM entrou em vigor e efetivamente começou a funcionar em 2002 a partir da inauguração do Centro Regional do SIPAM, localizado em Manaus.

### 3.2.3. As Polêmicas envolvendo o SIVAM

Desde o início o SIVAM foi um projeto polêmico, tratado como um assunto sigiloso foi elaborado por um reduzido grupo de militares da aeronáutica e civis ligados à SAE/PR. No

Brasil, qualquer compra efetuada por um órgão governamental, por lei, deve-se abrir um processo de licitação, que visa estimular uma disputa entre as empresas para a apresentação de propostas com melhores preços e produtos. No entanto, na aquisição dos equipamentos para a instalação do SIVAM, o presidente da República decidiu que não haveria necessidade de licitação. Essa decisão foi tomada depois de ouvir o Conselho de Defesa Nacional (CDN), segundo o qual, a divulgação dos requisitos técnicos, fundamentais para a compra, comprometeria a segurança da Nação.

Essa justificativa não foi muito bem aceita no período, pois cientistas, acadêmicos e políticos do legislativo questionavam, se o conteúdo específico dessa licitação estava sendo escondido da população leiga sobre esta temática ou da população científica do país. O curioso é que o edital secreto para a sociedade brasileira foi enviado para 16 embaixadas estrangeiras.<sup>224</sup> De fato, essa opção revelou-se bastante incoerente: o edital disponibilizou informações críticas à embaixadas e empresas estrangeiras, enquanto as manteve ocultas para a comunidade científica nacional, o que fazia cair por terra a justificativa governamental da necessidade de sigilo para a dispensa de licitação.<sup>225</sup>

Após esta falta de disputa, a empresa “escolhida” foi a estadunidense Raytheon, alegando que para a decisão final pesou a maior segurança que a Raytheon daria ao governo. A proposta da Thomson (francesa) exigia a emissão de títulos pelo Governo, o que poderia comprometer a execução do projeto, pois o Governo, em determinadas circunstâncias, poderia não ter condições ou não querer emitir esses títulos. A Raytheon, por sua vez, garantia todos os recursos necessários, independente da situação econômico-financeira do Brasil naquele momento.<sup>226</sup> Esse período de escolha ficou marcado pela falta de transparência e lisura, no qual foram levantadas desconfianças em decorrência de um processo muito nebuloso.<sup>227</sup> O resultado desse cenário de desconfiança foi primeiramente o afastamento, e a posterior

---

<sup>224</sup> Em setembro de 1993, foi desencadeado o processo de seleção das empresas. O edital, contendo as regras do processo de seleção, foi distribuído para diversas embaixadas, através das quais foram consultadas organizações empresariais estrangeiras interessadas na participação do empreendimento. Nestas "Cartas às Embaixadas", foram pedidas propostas técnico-comerciais e de financiamento. Disponível em: <<http://www.sivam.gov.br>> . Acesso em: 09 jan. 2008.

<sup>225</sup> LOURENÇÃO, H. J. **A Defesa Nacional e a Amazônia: o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)**. 2003. Dissertação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

<sup>226</sup> Justificativa pela escolha da empresa norte-americana Raytheon contida na página oficial do Sivam na internet. Ver: <<http://www.sivam.gov.br>> acessado em: 11 de janeiro de 2008.

<sup>227</sup> A Agência Central de Inteligência do Governo americano, mudando seu foco de espionagem para a área econômico-comercial, infiltrara-se junto às fontes francesas e teria descoberto que a Thomson oferecera “grandes propinas a funcionários brasileiros com influência sobre a decisão”. As informações privilegiadas obtidas pela CIA levaram o governo americano a melhorar consideravelmente os termos do financiamento oficial da oferta da Raytheon, para vencer a licitação. No dia 20 de fevereiro, o jornal O Estado de S. Paulo afirmou que o fato de os franceses terem subornado funcionários brasileiros para vencer a concorrência fez com que o governo americano pressionasse o Brasil a favor da Raytheon.

exoneração do embaixador Júlio César Gomes dos Santos, porque cometeu tráfico de influência, suspeito de espionagem (aliado aos Estados Unidos) e falsificações. Também foi substituído o ministro da Aeronáutica, Mauro Granda.<sup>228</sup>

Quando foram descobertas suas ligações com a Agência Central de Inteligência (CIA)<sup>229</sup>, a Raytheon provocou nova desconfiança, pois levantou-se a hipótese do interesse estadunidense em gerenciar a Amazônia, algo que agora poderia ficar mais fácil. Com efeito, essa empresa controlaria os softwares e as informações disponíveis pelo monitoramento da região. Isso acabou gerando receio, porque tais informações sigilosas (localização de grandes jazidas de minerais) poderiam ser repassadas a terceiros, no caso, aos interesses velados dos Estados Unidos para a região. Para o pesquisador Luís Miranda, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Brasil poderia estar comprando “um sistema grampeado”. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), também adotou uma posição de endosso à tese de que o Sivam significaria aumento da vulnerabilidade estratégica da Amazônia em relação aos Estados Unidos.

Para contra-restar as críticas levantadas, a Comissão Coordenadora do Projeto Sivam (CCSivam), alegou que, apesar de ter sido escolhida uma empresa estrangeira, toda a tecnologia envolvendo os softwares seria entregue ao Brasil após sua instalação, e só o país poderia ter acesso as informações do sistema, pois a empresa Esca e posteriormente a Atech, ambas brasileiras (que faziam parte do consórcio junto com a Raytheon), assumiriam a função de gerenciadoras e integradoras dos softwares.<sup>230</sup>

Da parceria Raytheon-Esca surgiu um novo complicador. Nos EUA a Raytheon foi processada na década de 1980, pelo Departamento de Justiça, por causa da omissão de informações para obter o contrato de construção de radares para a Força Aérea. No Brasil, a Esca, teria fraudado a Previdência Social. A empresa chegou a admitir irregularidades nas

<sup>228</sup> Vinte e dois dias de escutas telefônicas, com 13 gravações feitas pela Polícia Federal, revelaram tráfico de influência envolvendo o embaixador Júlio César Gomes dos Santos, ex-chefe da Coordenadoria de Apoio e Cerimonial do Palácio do Planalto, no caso Sivam. O vazamento da gravação leva à crise no Governo: ocorrem as demissões do embaixador e a do ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, igualmente citado nas gravações.

<sup>229</sup> [...] suspeitava-se que o Sivam não passasse de um instrumento de interesse norte-americano. Segundo essa hipótese, através da Raytheon – que tem como subcontratada a E-System, organismo da CIA -, o Sivam propiciaria o monitoramento da Amazônia pelos EUA, tornando-a vulnerável aos interesses desse país. LOURENÇÃO, H. J. O sistema de vigilância da Amazônia (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios. In: CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 p. 134.

<sup>230</sup> Pelo contrato firmado com o governo brasileiro, a Raytheon seria responsável pela instalação, pelo teste dos equipamentos e pela garantia de dois anos – período em que seria feita uma operação assistida, sendo que a empresa norte-americana jamais operaria o sistema. Da mesma forma, o conhecimento adquirido pelo sistema pertenceria, por direito, ao governo brasileiro. (...) por fim, a Raytheon estaria proibida, contratualmente, de passar a terceiros aspectos técnicos e sigilosos do sistema. LOURENÇÃO, H. J. O sistema de vigilância da Amazônia (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios. In: CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 p. 138.

guias de recolhimento, porém, contestou a qualificação de fraude. Outro fato ocorrido que chamou atenção, de acordo com registros da reunião da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA) e da Comissão de Coordenação do Sivam (CCSIVAM), da Aeronáutica, todos os participantes decidiram favoravelmente pela escolha da Esca para gerenciar o Sivam. No entanto, dos nove membros da CISCEA, seis mantinham, à época, vínculos com a Esca na condição de funcionários ou de prestadores de serviços autônomos, recebendo daquela empresa remuneração pecuniária mensal por conta da execução, em regime de administração contratada. O Deputado Arlindo Chinaglia requereu ação popular na Justiça, com pedido de suspensão do contrato com a Raytheon, com base em documentos que revelavam que a empresa já tinha informações sobre o projeto antes da reunião do Conselho de Defesa Nacional (11/08/1993), que dispensou a licitação pública. De acordo com os documentos, dois meses antes uma comitiva de deputados brasileiros haviam visitado a Raytheon nos EUA. A eles foram apresentados equipamentos como radares, sensores e sistemas de comunicação, integrantes do Sivam. Isso ocorreu, portanto, antes da concorrência para a execução do projeto, o que levou o deputado a considerar haver um jogo de cartas marcadas.<sup>231</sup>

Após um longo processo de debates no parlamento e de pressões internas e externas, o presidente Fernando Henrique Cardoso, com base na reunião do Conselho de Defesa Nacional, afastou definitivamente a Esca da função de gerenciadora do projeto. O Ministério da Aeronáutica assumiu o gerenciamento e aproveitou ex-funcionários da Esca, com seus conhecimentos técnicos, visando dar continuidade ao programa.

Uma dúvida que foi levantada pela sociedade brasileira durante o processo de escolha e de difícil resolução, está em torno da opção da CCSIVAM em recorrer a um consórcio estrangeiro e não a um corpo de cientistas e empresários nacionais. A escolha nacionalista poderia fortalecer o desenvolvimento tecnológico-industrial e a afirmação da comunidade científica brasileira. Isso acarretaria um grande desenvolvimento do parque industrial nacional gerando empregos (nos Estados Unidos, a raiz da encomenda brasileira, criaram-se aproximadamente 20 mil postos de trabalhos<sup>232</sup>) e a utilização de uma tecnologia genuína. O uso de equipamentos importados também gerou questionamentos em relação ao valor pago e a SBPC alegou que o país tinha capacidade de desenvolver um projeto nacional tão bom quanto ao que foi comprado. Para esta associação, a compra de um “pacote tecnológico fechado” era extremamente prejudicial para a autonomia do país. De acordo com os pesquisadores Luiz

---

<sup>231</sup> BRIGAGÃO, C. **Inteligência e Marketing**: o caso Sivam. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 81.

<sup>232</sup> “A César o que é de César”. **Folha de S. Paulo**, 05 de setembro de 2005.

Carlos Moura Miranda e Rogério Cerqueira Leite, o Brasil já dispunha de um alto grau de tecnologia de sensoriamento remoto, rede de comunicações de dados, banco de dados ambientais e fabricação de satélites.<sup>233</sup> Tecnologia utilizada pelo INPE a mais de 25 anos, demonstrando muito bem que o projeto poderia ser desenvolvido pelos nossos pesquisadores.

Outro tema também muito discutido na época foi em relação à efetividade do SIVAM. Duvidava-se sobre a capacidade do Estado em responder ao elevado número de informações que o sistema prometia detectar. Antes da implantação já era possível constatar, por exemplo, um número excessivo de aviões clandestinos que ultrapassavam nossa fronteira, e a FAB não tinha capacidade de interceptar as aeronaves. Segundo o questionamento feito por Hector L. Saint-Pierre, “mas de que serve saber quantos aviões ingressam ilegalmente no país se não temos condições de interceptá-los?”<sup>234</sup> Com a maior sofisticação dos novos radares esse número provavelmente iria aumentar deixando claro a impotência do sistema de defesa aéreo nacional.

Tentando diminuir essa vulnerabilidade estratégica, o Poder Executivo promoveu, por meio de remessas de verbas diretamente orientadas, uma modernização/instrumentalização da FAB, para que fosse possível uma melhor resposta em relação às informações passadas pelo Sivam.<sup>235</sup> Como uma maior quantidade de aeronaves não bastava para diminuir o tráfico irregular de aviões sobre o território nacional, teve que mudar a legislação vigente na época, que impedia o emprego da força quando o pedido de identificação era ignorado por algum avião intruso no espaço aéreo brasileiro.

Para dar maior credibilidade ao trabalho de controle aéreo da Força Aérea brasileira, que permitisse uma maior repressão às aeronaves suspeitas, foi regulamentado pelo presidente Lula a Lei de Tiro de Destruição. A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 foi modificada pela Lei nº 9.614, de 5 de março de 1998, que ficou conhecida como “Lei do Abate.” A nova lei dava a abertura para FAB interceptar as aeronaves que não têm plano de vôo aprovado e que são oriundas de regiões reconhecidas fontes de produção e distribuição de drogas ilícitas, como os vizinhos Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia e abrir fogo sobre o invasor se for desobedecido.<sup>236</sup> À esses invasores do espaço aéreo nacional, a FAB inicialmente faria

<sup>233</sup> “Sivam, sombra e água fresca”. **Folha de S. Paulo**, 22 de dezembro de 1995 e “A tecnologia nacional e o Sivam”. **Folha de S. Paulo**, 27 de março de 1996.

<sup>234</sup> Essa é a questão que formula Héctor Saint-Pierre no seu artigo “Sivam: vigiar não é punir”. **Folha de S. Paulo**, 28 de dezembro de 1996.

<sup>235</sup> Para maiores detalhes verificar o trabalho de: Paulo Gustavo Falconi, **FAB: Modernizando-se pelo SIVAM?** (1990-2002). Dissertação de mestrado em História, UNESP-Franca.

<sup>236</sup> “Lei do Abate muda rota do tráfico de armas”. **Folha de S. Paulo**, 05 de junho de 2005.

uma abordagem solicitando informações, se houvesse a insistência em manter o sigilo do seu plano de vôo os caças da Força Aérea brasileira estavam autorizados a abater o avião invasor. Com o objetivo de cumprir a foi preciso armar adequadamente à FAB, para o qual foram adquiridos aviões ALX (aeronaves leve de ataque), capacitados para executar essa missão.

Grande parte das questões levantadas em função do conturbado projeto governamental, não foram respondidas, nem mesmo uma CPI instalada no congresso nacional conseguiu esclarecer definitivamente os questionamentos. No entanto, a CCSIVAM continuou o seu cronograma de instalação de uma forma arbitrária. Hoje o SIPAM/SIVAM constitui-se num dos maiores programas do Estado brasileiro para proteger a sua extensa região de floresta, a Amazônia.

### **3.3 Concepção Estratégica do Exército – SIPLEx 4**

Iniciando a fase estratégica do método, que pode ser resumida em “como fazer”, o livro SIPLEx 4 apresenta a metodologia para o emprego, a organização e articulação, o preparo e evolução da força terrestre, com vistas a atingir a capacitação do Exército para bem cumprir sua missão. Sua finalidade era o estabelecimento de ações estratégicas, e incluía a visualização de sua evolução a curto, médio e longo prazo. É possível perceber que ocorreu a substituição da variável “ameaça” (muito utilizada durante o conflito ideológico da Guerra Fria) como definidora do preparo, emprego estratégico e dimensionamento das Forças Armadas, para centrar-se na estrutura político-estratégica do país.

O SIPLEx 4 foi o documento que demonstrava a preocupação do Exército com a região amazônica, primeiro quando estabeleceu a área como a primeira Hipótese de Emprego (HE- A) e segundo, quando demonstrava que a região teria a utilização de uma Doutrina de Emprego específica, a Doutrina Gama.<sup>237</sup>

Seguindo a linha dos outros livros, este documento também apresentava algumas brechas, o Livro 4 afirma que a Força Terrestre deveria estar em condições de atender a todas as Hipóteses de Emprego (HE) e, com presteza e eficácia, cumprir qualquer missão. O preparo deveria visar a uma Força baseada em capacidades, sendo destas a primeira atender a todas as HE, para isso mantendo-se em um alto nível de eficiência operacional. Em certo

---

<sup>237</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. **Sistema de Planejamento do Exército (Siplex-4)**: Extrato. Brasília, DF: 2002.



momento da leitura parece falar de uma Força Armada que nem se aproxima da capacidade e estrutura do Exército brasileiro. Prevê qualidade e mobilidade ao invés de quantidade; eficiência operacional, forças completas com suficiente poder de combate para assegurar o desequilíbrio a favor do Brasil; forças que, mesmo não sendo prioritárias, poderiam assegurar atitude ofensiva ou defensiva. Atualmente diante das dificuldades orçamentárias é difícil prever um exército conforme citado no SIPLEx 4.

No entanto, acreditamos que o livro 4 cumpre o importante papel de disseminar aquele mínimo de informações necessárias para se obter a unidade de pensamento organizacional. De acordo com a metodologia, o SIPLEx 4 deve ser dividido da seguinte forma:

- A primeira contera as concepções estratégicas de emprego, de organização e articulação e de preparo e evolução do Exército. É uma parte conceitual que indica como serão alcançados os objetivos da Política Militar Terrestre. As concepções serão formuladas para as situações de guerra e de não-guerra;
- A segunda parte contém as Diretrizes Estratégicas que Orientam os Processos de Mudança (executivas), as Diretrizes Normativas e as Diretrizes Estratégicas Organizadoras dos Sistemas do Exército. As diretrizes transformam as idéias da parte conceitual em ações concretas e materializam a Concepção Estratégica do Exército.

No texto da Metodologia do SIPLEx, a produção das concepções estratégicas devem ser divididas em 2 categorias: 1- Concepção para as Operações Militares de Não-Guerra, que tem como exemplo às operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que não supõe uma situação de conflito armado entre dois Estados soberanos; e 2- Concepção para as Operações Militares de Guerra, que representam as concepções de emprego da Força terrestre em um conflito armado. Para isso foram elaboradas as Hipóteses de Emprego (para as quais a força deve se preparar) e os Planos Operacionais da Força Terrestre (que devem abarcar os campos da Defesa Interna, Externa e Territorial).<sup>238</sup> As HE decorrem dos cenários admitidos e das orientações político-estratégicas da nação, que não elegem ou caracterizam qualquer país como potencial inimigo, e representam as grandes opções estratégicas da Defesa Nacional.

- Hipótese de Emprego “A” – Amazônia
- Hipótese de Emprego “B” – Oceano Atlântico
- Hipótese de Emprego “C” – Âmbito regional, exceto Amazônia.

---

<sup>238</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. **Sistema de Planejamento do Exército (SiplEx-7)**: Extrato. Brasília, DF: 2002.

- Hipótese de Emprego “D” – Conflito entre países da América do Sul, afetando os interesses nacionais.
- Hipótese de Emprego “E” – Atendimento a compromissos internacionais
- Hipótese de Emprego “F” – Defesa dos interesses nacionais e na salvaguarda de pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros fora do território nacional.<sup>239</sup>

Consideradas as HE vinculadas às operações de guerra, separam-se as áreas estratégicas que possam constituir-se em prováveis teatros de operações, estabelecendo uma ordem de prioridade, de acordo com o risco/probabilidade representado por cada hipótese. Deve ser avaliado o grau de segurança necessário por área estratégica. Esta avaliação consiste em calcular o número e o tipo de brigadas requeridas para permitir uma cobertura estratégica nas áreas de maior risco ou uma vigilância nas de menor risco e, ao mesmo tempo, causar o efeito dissuasório desejado. Após a mudança estratégica do sul para o norte, é possível verificar um constante aumento no número de militares e unidades na região amazônica refletindo o pensamento do livro 4.

As áreas estratégicas compreendem locais do território nacional ou partes do território estrangeiro que venham a ter envolvimento em possíveis operações, conforme as Hipóteses de Emprego. De acordo com o documento, as Áreas Estratégicas relevantes para as operações militares no território nacional são: Amazônia/Guianense, Centro-Oeste, Bacia do Prata, Nordeste e Núcleo Central.

Preconizando a proteção dessas regiões, o Exército procura manter forças capazes de assegurarem o equilíbrio estratégico e a capacidade imediata de defesa do território. Tais forças compreendem: as Forças de Segurança Estratégica (F Seg Estrt), ao longo da faixa de fronteira (englobam as Forças de Cobertura Estratégica (F Cob Estrt) e Forças de Vigilância Estratégica (F Vig Estrt)), e as Forças de Emprego Local (F Emp Loc), mais em profundidade, no interior da área estratégica. No Núcleo Central e Nordeste, Forças de Emprego Estratégico (F Emp Estrt), com poder de combate e mobilidade estratégica e também as Forças de Emprego Geral (F Emp G), compostas pelos Grandes Comandos (G Cmdo), Grandes Unidades (GU) e Unidades (U), existentes desde o tempo de paz ou ativadas por mobilização, disponíveis para atuar, no todo ou em parte, em qualquer área estratégica compatível com sua base doutrinária, tanto para a complementação de outras forças como

---

<sup>239</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. **Sistema de Planejamento do Exército (Siplex-4)**: Extrato. Brasília, DF: 2002.

para o emprego operacional; a elas são atribuídas, também, missões de GLO e Ações Subsidiárias.<sup>240</sup>

Essas são as antevisões que o EME elaborou como hipóteses na qual a Força pode vir a ser empregada, ainda restam saber quais são as maneiras como a tropa poderá responder a cada um desses eventuais problemas. Para isso são expostas as Estratégias de Emprego: Dissuasão, Presença, Ofensiva e Projeção de Poder. Para dar sustentação a essa visão estratégica são adotadas três doutrinas para orientar o emprego: 1 - Doutrina Delta: refere-se ao combate convencional, no quadro de um conflito externo limitado, em Área Operacional do Continente (AOC) – excluída a área estratégica da Amazônia. 2 - Doutrina Alfa: que dá suporte às ações de Garantia da Lei e da Ordem; e por fim, 3 - Doutrina Gama, que vamos detalhar a seguir, por se referir exclusivamente ao cenário amazônico.

### 3.3.1 Doutrina Gama e Estratégia da Presença

Na visão do Exército brasileiro, atualmente, para a região amazônica existem dois pilares que servem de sustentação para sua atuação naquela área do país. O primeiro é a doutrina que foi pensada exclusivamente para a região. Como já foi dito anteriormente, o Exército, desde o final da década de 1970, dedica-se à elaboração de uma doutrina militar genuinamente brasileira. As mudanças percebidas na ordem internacional durante este período histórico explicam, em parte, esta decisão doutrinária. O abrandamento das tensões leste-oeste, o rompimento do acordo militar com os Estados Unidos e a postura do mesmo durante a Guerra das Malvinas, contribuíram para mudar a percepção das Forças Armadas acerca da dependência doutrinária e tecnológica do Brasil em relação aos estadunidenses.

Em conseqüência da mudança estratégica que está em andamento por parte das Forças Armadas brasileira, principalmente o Exército, por tratar-se da defesa do território por terra, elaborou e vêm se especializando em uma nova doutrina para a região. Esta consiste no emprego da Estratégia da Resistência, típica da “guerra de guerrilha”,<sup>241</sup> por se tratar de um

---

<sup>240</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. **Sistema de Planejamento do Exército (Siplex-4)**: Extrato. Brasília, DF: 2002. p. 39.

<sup>241</sup> Desde o começo da história da guerra, a formação das guerrilhas se caracterizou por ser constituída por tropas de grande mobilidade tática. Diferentemente do exército regular, que deve considerar cada um dos seus passos em razão da capacidade da linha de abastecimento e das facilidades do terreno para dispor a tropa, o guerrilheiro se caracteriza pelo mínimo de apetrechos bélicos, o que lhe permite uma grande mobilidade. Ele pode, quando menos se espera, irromper abruptamente no meio das fileiras inimigas, provocar o caos pela sua

possível ou de um confronto claramente assimétrico, contra um inimigo muito superior em poder de fogo, nesta hipótese o inimigo seria enfrentado sem a ativação da Estrutura Militar de Guerra, configurando uma situação típica de não-guerra.<sup>242</sup>

No caso de ter que recorrer ao emprego da tática da guerra de guerrilhas por parte do exército nacional, seria utilizado todo o conhecimento do território e as especificidades do clima para obter uma superioridade durante o combate, com o objetivo de ocasionar grandes baixas ao inimigo, propiciando dessa forma uma vitória militar. Esse treinamento já vem sendo desenvolvido principalmente pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), que busca a capacitação do soldado no ambiente hostil da floresta. De acordo com Héctor L. Saint-Pierre, “o grande objetivo dessa estratégia é demonstrar ao invasor que o preço a pagar para manter o domínio sobre determinada região não compensa os benefícios decorrentes”.

O Exército busca legitimar sua nova Doutrina para região Amazônica, na história militar brasileira, com a apropriação de elementos que pudessem auxiliar para a criação de uma doutrina militar genuinamente nacional. Através de uma relação pautada na criação de uma simbologia, a ideia de um passado comum, com a revitalização da “Batalha de Guararapes”,<sup>243</sup> aonde foram utilizadas táticas de guerrilhas para a expulsão dos holandeses. Tentando fazer uma ligação com a resistência ocorrida no Nordeste, a instituição militar tem como objetivo afirmar essa prática como genuína do povo brasileiro e, em qualquer momento de ameaça, por parte de uma nação mais desenvolvida e com maiores apetrechos bélicos, o Exército também empregará essa tática de resistência, para tentar diminuir a possibilidade de que o inimigo consolide sua vitória militar impedindo efetivamente o êxito na sua empreitada. Dessa maneira, costuram sua concepção estratégica atual com a história da construção do Brasil, por meio de uma alusão às derrotas infligida às forças superiores holandesas por um exército menor, mas determinado tentando assim construir um imaginário nas tropas de uma

---

ferocidade e surpresa e novamente sumir, acobertado pelo nevoeiro bélico, sem deixar rastros atrás de si. SAINT-PIERRE, H. L. **A política armada fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2000 p.191.

<sup>242</sup> Segundo a definição do EMFA, a situação de antiguerra inclui “confinamento do conflito a uma área estratégica determinada, emprego limitado de meios, preocupação de evitar expansão do conflito, participação ativa da diplomacia, realização de operações de paz. Citação utilizada por MARTINS FILHO, J. R. e ZIRKER, D. “Forças Armadas, Soberania Nacional e defesa as Amazônia”. **Revista Estudos de História**, Franca, v.8, n.1, 2001. p. 269.

<sup>243</sup> A Batalha de Guararapes foi um evento muito importante no processo de expulsão das tropas holandesas que ocuparam a região de Pernambuco entre 1630-1654: mesmo inferiorizada numericamente, as tropas locais, compostas por unidades de brancos, negros e índios, e recorrendo a táticas de guerra irregular (ou de guerrilhas), derrotaram um inimigo superior em número e mais bem equipado. Ver: CASTRO, C. e BARRETO DE SOUZA, A. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 63.

correta escolha para o emprego de suas forças.<sup>244</sup> É uma moral de combate que procura-se estabelecer em todos os soldados da região Norte, pois na entrada do CMA existe a seguinte frase: “Fizemos ontem...Faremos sempre. Guararapes...E surgiu o Exército... Uma eficiente luta de emboscadas foi o expediente usado pelo povo em armas para derrotar o poderio invasor. Exemplo e tradição que serão mantidos na defesa da Amazônia.”

Destacamos outra passagem utilizada pela força terrestre para justificar a adoção da guerra de guerrilhas. Pedro Teixeira, o “Conquistador da Amazônia” na mitologia militar, é o precursor do uso de “técnicas de guerra de guerrilhas” no Brasil colonial. De acordo com o discurso oficial do Exército, Teixeira foi o primeiro “chefe militar” a utilizar “táticas de guerrilha” para derrotar os inimigos. O ponto em destaque dessa narrativa é a forma como as forças luso-brasileiras aprenderam essas táticas: com um dos inimigos, os índios tupinambás. No imaginário do Exército, os tupinambás ameaçavam a conquista portuguesa de Belém e de outras localidades litorâneas entre esta cidade e São Luís, com suas “técnicas de guerra de guerrilha”. Para combatê-los, Pedro Teixeira instruiu suas tropas a utilizar os mesmos métodos dos inimigos, conseguindo desta forma derrotá-los.

[...] no campo do emprego podemos concluir que atingimos a maioria. Nossas atuais concepções de emprego não ficam nada a dever ao que existe de mais moderno no mundo. De tradutores ou copistas de manuais estrangeiros, alcançamos o estágio de formuladores de um corpo de doutrina genuinamente nacional, adotando soluções originais para nossos problemas militares. Aliás, a criatividade é uma característica marcante de nosso povo. Por meio dela resolvemos todos os conflitos internos e externos de nossa história. Foi assim em Guararapes (1648-1649), no Rio Grande do Sul (1762-1775), nas campanhas da Bacia do Prata, no século XIX, etc. A história militar nos parece ditar o futuro de nossa doutrina. A forma como combatemos um inimigo muito mais forte, seja em Guararapes, seja na guerra de guerrilha, na Campanha Gaúcha, é uma indicação do que devemos fazer no ambiente amazônico. Por isto, a “Resistência” preconizada na Doutrina GAMA, que admite o enfrentamento de um inimigo de incontestável superioridade militar, parece-nos a melhor e mais criativa solução estratégica para enfrentar esta situação.<sup>245</sup>

Nas experiências citadas como fontes de inspiração para o combate de resistência na Amazônia, um aspecto que não é citado pelo Exército chama a atenção. Nem Pedro Teixeira e muito menos Dias Cardoso em Guararapes comandaram exércitos regulares lutando de forma irregular. A expedição de Pedro Teixeira era composta por portugueses, franceses, homens

<sup>244</sup> O “Davi caboclo” abate o “Golias estrangeiro” após uma longa guerra de “resistência”, baseada principalmente em táticas de “guerrilha”. É fácil associar essa representação à luta contra a cobiça internacional sobre a Amazônia e à recente “doutrina de resistência” desenvolvida pelo Exército. Ver: CASTRO, C. e BARRETO DE SOUZA, A. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 64.

<sup>245</sup> BOAVENTURA, M. A. **Evolução da doutrina militar brasileira no século XX**. 2001. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2001. p. 55.

nascidos na América e índios, que não constituíam um Exército. Em Pernambuco, foram os colonos que organizaram a resistência aos holandeses. Nem mesmo na única vez que o Exército utilizou a guerra de guerrilhas, no combate aos insurgentes no Araguaia, as técnicas utilizadas eram exclusivamente brasileiras, tinha como fonte de inspiração o manual francês de guerra revolucionária.<sup>246</sup>

Para o sucesso da tática da resistência é fundamental a participação e apoio da população civil. Acreditamos que as chamadas ações cívico-militares realizada pelas Forças Armadas na região buscam essa aproximação entre os militares e a população local. Busca-se a efetivação de uma cumplicidade entre os militares e os civis.

O outro pilar que sustenta o discurso do Exército sobre a Amazônia, e que é amplamente citado no SIPLEx 4, e, no último documento referente a defesa nacional, a Estratégia Nacional de Defesa (END), é a Estratégia da Presença. No livro 4, a estratégia é caracterizada pela presença do Exército no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional.<sup>247</sup> A END prioriza:

[...] a estratégia da presença, em especial na região amazônica, em face dos obstáculos ao deslocamento e à concentração de forças. Em todas as circunstâncias, as unidades militares situadas nas fronteiras funcionarão como destacamentos avançados de vigilância e de dissuasão.<sup>248</sup>

De acordo com o general Rocha Paiva, não existe uma conceituação formal da Estratégia da Presença nos manuais doutrinários da Força Terrestre. Entretanto, a crença de que foi a presença militar em todo território nacional, que dissuadiu a incursão de corsários estrangeiros durante a Colônia e o fracionamento do Império territorial português, após o processo de independência, além de contribuir para pacificação das revoltas internas no período Regencial e para a “garantia da lei e da ordem”, na atualidade é um dos traços mais perenes da cultura estratégica do Exército.<sup>249</sup> Mais uma vez se tem a “criação”, a busca em um passado histórico para justificar o discurso.

<sup>246</sup> MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, 2008.

<sup>247</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. **Sistema de Planejamento do Exército (Siplex-4)**: Extrato. Brasília, DF: 2002. p. 31.

<sup>248</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: 2008. p. 16.

<sup>249</sup> PAIVA, L. E. R. **Dissuasão e Presença**: reflexões para a Força Terrestre o próximo quarto de século. 2000. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2000.

De acordo com a cientista política, Adriana Aparecida Marques, do “sentido militar” da colonização deriva a ideia de que a ação de presença por si só é uma estratégia militar. No que concerne à Amazônia, a presença militar é tida como uma estratégia eficaz para induzir o povoamento, inibir a ação de atores transnacionais não públicos e garantir a ordem pública na região. O Exército vê na estratégia de ocupação territorial portuguesa a gênese da estratégia da presença brasileira. O fato é que a crença dos militares brasileiros neste “mito” explica em parte a longevidade da estratégia da presença.<sup>250</sup>

### 3.4 Cabeça do Cachorro: uma fronteira “quente”

A região de fronteira entre Brasil e Colômbia não foge à caracterização existente de todo o território da Amazônia brasileira, que é a baixa densidade demográfica, apresentando um espaço fracamente protegido. A preocupação com a localidade passou a se intensificar a partir do momento que teve início em território colombiano, o período que ficou conhecido como “guerra suja” (1985-1990), que foi a perseguição e assassinato de vários membros da União Patriótica. Com o acirramento dos ânimos nas principais cidades colombianas, ocorreu a fuga de grande parte dos membros da guerrilha do Movimento 19 de Abril (M-19) (lembramos que a região da Amazônia colombiana é o reduto histórico das FARC-EP), para a região de selva, a fronteira sul do seu território, conseqüentemente, limite com a fronteira norte brasileira. Essa fuga para a região se deu em função do garimpo existente e da necessidade de manutenção da logística dos insurgentes, por meio do que poderia ser arrecadado com exploração mineral na região.<sup>251</sup>

A partir deste momento começou a surgir às primeiras preocupações no Exército brasileiro. Através de documentos do Centro de Informação do Exército (CIE) é possível verificar a movimentação dos insurgentes próximos à fronteira com o Brasil.

Em 09 de setembro de 1985, o CIE procurou aprofundar os informes referentes a presença de guerrilheiros em nosso território ou muito próximo de nossa fronteira e, em

---

<sup>250</sup> MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>251</sup> A existência de ouro na região do Alto Traíra atraiu a presença de elementos estranhos a área, inclusive guerrilheiros do M-19, os quais procuravam aliciar garimpeiros brasileiros para explorar o ouro em território colombiano, visando a obter recursos para aquele movimento guerrilheiro.

conseqüência, o CMA desencadeou uma “operação presença” na região de Trairá, contando com o apoio da FAB.<sup>252</sup>

Durante o mês de novembro de 1985, o chefe da Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga (DPF-2), o comandante do Comando de Fronteira do Solimões (CFSol), no Brasil, o comandante do Comando Unificado Del Sur (CUS), na Colômbia, receberam cartas que alertavam os seus destinatários quanto a possíveis atentados que seriam praticados por guerrilheiros colombianos do M-19, em conjunto com guerrilheiros peruanos do Sendero Luminoso, contra autoridades brasileiras e colombianas residentes na área de Tabatinga e Leticia. Abaixo trechos da carta:

Apreciado señor, la siguiente para darle una información que considero de suma importancia, yo soy Leticiano pero me encuentro, haciendo unas diligencias aquí en Villavicencio Colombia, resulta que en Leticia, hay una célula guerrillera del los Grupos Sendero Luminoso del Perú y M-19 de Colombia.

Dichos guerrilleros tienen como finalidad Asesinar al Comandante del Batallón Solimões y a unos dos oficiales superiores de dicho batallón, de igual forma quieren atentar contra la vida del General Comandante del Comando Unificado del Sur, con sede en Leticia - lo mismo quieren asesinar al Comandante del batallón Mixto, con sede en Leticia y a dos Coroneles mas.

Tiene guardado una cantidad de armamento, en la isla de Mocagua, frente al caserío de Mocagua, por el rio Amazonas, y viven mas adelante doy la dirección.

Bueno los guerrilleros son: xxxxx: vive en Leticia – calle 12 Nr 7-37 es blanco pelo liso, ojos verdes, de uns 26 años de edad tiene como un brazo defectuoso, de 1-70 de estatura. El otro se llama xxxxx vive al lado de la iglesia adventista de Leticia y diagonal al granero de los vallejo, tiene de edad unos 27 años, es moreno claro, pelo medio crespo, cara con algunos barros, mide como 1-70.

Mucha suerte y dios nos salve de las manos de los terroristas y guerrilleros comunistas.<sup>253</sup>

Logo após o recebimento dessa correspondência, no período de 16 de dezembro de 1985 a 13 de janeiro de 1986, foi realizada uma operação conjunta entre o CMA e o Departamento de Polícia Federal, no município de São Gabriel da Cachoeira, na fronteira Brasil/Colômbia, onde estariam ocorrendo infiltrações de guerrilheiros oriundos do território colombiano. Nada foi encontrado. O que ficou caracterizado após um levantamento feito no CIE e no Serviço Nacional de Informação (SNI), é que a segunda metade da década de 1980 foi marcada por uma grande movimentação dos serviços de inteligência nacionais naquela área de fronteira. Tendo como principal objetivo detectar a presença de guerrilheiros em território brasileiro.

<sup>252</sup> Situação na Fronteira Brasil-Colômbia, 1986. Centro de Informação do Exército, **Arquivo Nacional**. 0030/CIE/86.

<sup>253</sup> Presença de guerrilheiros peruanos e colombianos em Tabatinga (AM), 1985. Serviço Nacional de Informações (SNI), **Arquivo Nacional**. TX 482/120/AC/85.



Buscando o fortalecimento na área foram instalados nesta região no ano de 1988 três Pelotões Especiais de Fronteira (PEF): Pelotões Yauaretê, Querari e São Joaquim. A criação desses pelotões nos faz crer ser uma iniciativa em relação a possíveis problemas que poderiam vir do território colombiano. No dia 15 de julho de 1987, houve o deslocamento de um helicóptero da FAB, da cidade de Iauretê para São Gabriel da Cachoeira e, desta cidade para São Joaquim, por solicitação do Comandante da 5ª Cia Especial de Fronteira, com o objetivo de transportar dois oficiais, dezessete praças, armamentos e munição para reforçar aquela localidade fronteiriça. O deslocamento foi motivado pela observação de índios, em território colombiano, próximo à fronteira com o Brasil, de cerca de 300 homens armados e sobre a existência de um grande contingente de guerrilheiros na divisa colombiana com a Serra do Caparro. Tal fato levantou o receio de um possível ataque do M-19 ao destacamento de São Joaquim, a fim de conseguirem viveres, armas de fogo e munição daquela unidade militar. Diante da movimentação dos militares brasileiros os guerrilheiros retrocederam em seus planos.<sup>254</sup>

Esse foi o prenúncio do que futuramente viria acontecer, no dia 26 de fevereiro de 1991, guerrilheiros das FARC-EP - Comando Simón Bolívar - Facção Força e Paz, realizaram uma incursão em território nacional e atacaram um destacamento do Exército brasileiro, estacionado em instalações semi-permanentes, às margens do rio Traíra, fronteira entre o Brasil e a Colômbia.<sup>255</sup> Em resposta a tal agressão, foi planejado a execução de uma operação, denominada "Operação Tacano" (a maior operação de selva depois do Araguaia), que de acordo com o Exército brasileiro teve o êxito de recuperar os armamentos que haviam sido roubados no ataque ao destacamento no Traíra e foram mortos 7 guerrilheiros e aprisionados outros 4.<sup>256</sup>

Após o avanço (militar e territorial) iniciado pela guerrilha no decorrer da década de 1990, este conturbado cenário interno colombiano trazia preocupação para o lado brasileiro. Em setembro de 1996, o Comando de Fronteira Solimões (CFSol/8º BIS) entrou em alerta geral após receber a informação de que elementos das FARC-EP haviam sido vistos na cidade de Leticia, e teriam cruzado a fronteira do Brasil, próximo a Tabatinga. O CFSol/8º BIS foi desdobrado na região de Tabatinga, cerca de 1.000 soldados foram deslocados para guarnecer posições na fronteira, instalações militares e o aeroporto. O Comando Sul do Exército

---

<sup>254</sup> Movimentos de Grupos Armados na Colômbia próximo à área fronteiriça com o Brasil, 1987. Centro de Informação do Exército, **Arquivo Nacional**. RR1/00034/420/B5M/87.

<sup>255</sup> Do ataque, resultaram 3 soldados mortos, 9 feridos e a morte de 2 garimpeiros colombianos que estavam detidos aguardando evacuação para Vila Bittencourt.

<sup>256</sup> Exposição do Ministro de Estado do Exército, General Carlos Tinoco, sobre os incidentes que ocorreram na fronteira do Brasil com a Colômbia. **Senado Federal**. Diário do Congresso Nacional (Seção II), 04/04/1991.

colombiano tomou medidas similares nas imediações de Letícia.<sup>257</sup> Tal movimentação levou o grupo insurgente a abortar um possível ataque as unidades militares em território brasileiro.

Durante o governo FHC, ocorreu um mal-entendido diplomático em 1998, quando militares do país vizinho usaram uma pista de pouso de Querari, na região da Cabeça do Cachorro, sem a permissão brasileira. Com o ataque desferido pelas FARC-EP a cidade de Mitú, capital do Departamento colombiano de Vaupés. Na ofensiva contra os guerrilheiros, com o objetivo de retomar o controle sobre a cidade, as Forças Armadas da Colômbia desembarcaram na pista de pouso de Querari. Em Brasília e Bogotá ninguém conseguiu explicar como se deu o uso de Querari, como base de tropas estrangeiras. Ela foi usada para livre trânsito de soldados colombianos e armamentos transportados por helicópteros Black Hawk, aviões caça-bombardeiros e C-130.<sup>258</sup> Em nota à imprensa, o governo brasileiro assim se manifestou:

Na tarde de domingo, dia 1º do corrente, o governo colombiano informou a Embaixada do Brasil em Bogotá que forças guerrilheiras estariam atacando a base de polícia colombiana na cidade de Mitú, departamente de Vaupés, próximo à fronteira com o Brasil. O governo colombiano solicitou ao governo brasileiro autorização para que sua Força Aérea pudesse utilizar a base brasileira de Iauaretê para reabastecer helicópteros e um avião de transporte. A partir do recebimento deste pedido, o governo brasileiro, por meio de suas autoridades competentes, começou a examinar a questão e concluiu não ser possível considerar tal solicitação com rapidez, já que a mesma envolveria, nos termos da legislação vigente, permissão do Presidente da República e, dependendo de como se caracterizasse a operação, até mesmo autorização do Congresso Nacional.

Cerca de quatro horas do pedido inicial, formulado pelo chanceler colombiano ao embaixador brasileiro em Bogotá, e antes de uma resposta brasileira ao mesmo, começaram a pousar na pista brasileira de Querari aeronaves militares colombianas, que passaram a utilizar aquela pista como base de apoio a suas operações militares em território colombiano.

Em razão da gravidade do ocorrido, o Presidente da República examinou o assunto na manhã de hoje com os ministros da Marinha, do Exército, das Relações Exteriores, da Aeronáutica, e os ministros-chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, do Gabinete Militar da Presidência e da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Por instrução do Presidente da República, o ministro Luiz Felipe Lampreia convocou o embaixador da Colômbia em Brasília para transmitir o veemente protesto do governo brasileiro. Comunicou-lhe a decisão do governo brasileiro de, por razões humanitárias, permitir que operações em Querari para retirada de mortos e feridos prossigam somente até as 18 horas de hoje (hora local), momento a partir do qual deve cessar toda presença militar colombiana em território brasileiro.

O embaixador do Brasil em Bogotá está sendo chamado a Brasília para consultas.

<sup>257</sup> RODRIGUES, U. B. **Pelotões Especiais de Fronteira: sua importância para a vivificação das áreas fronteiriças e manutenção da integridade territorial.** Monografia (Curso de Altos Estudos Militares), ECEME, 2004. p. 55.

<sup>258</sup> **Revista Época.** Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1998.

De acordo com Edgar C. Otálvora, do Instituto Latinoamericano de Investigações Sociais (Ildis), nessas circunstâncias o Brasil se envolveu diretamente no conflito colombiano, prestando apoio logístico e dando acesso a seu território as tropas colombianas. Desde então, os Pelotões Especiais de Fronteira começaram a ser reforçados. No ano seguinte a este incidente foi criado o Pelotão Pari-Cachoeira, novamente uma resposta às ameaças vindas do país andino.<sup>259</sup>

A intensificação do conflito entre as Forças Armadas da Colômbia e as FARC-EP mobilizou senadores brasileiros a partir de 1998, motivando inclusive duas audiências públicas com o chanceler Luiz Felipe Lampréia em 25 de agosto de 1999, e com o ministro da Defesa Geraldo Quintão em 22 de novembro de 2000. O Legislativo solicitava informações a respeito da situação e de possíveis perigos ao Brasil.

Novamente em 1999, a inteligência brasileira obteve informações de que a pista do Exército em Querari era um objetivo das FARC-EP. Informações davam conta de que os guerrilheiros pretendiam dificultar o acesso das Forças Armadas da Colômbia a pista durante um novo ataque contra Mitú. Em uma manobra preventiva contra os insurgentes, em fins de outubro, uma unidade de 249 homens das Forças Especiais do Exército brasileiro efetuou uma ofensiva para proteger a pista em Querari, e para reforçar a área Cabeça do Cachorro foram deslocados 5.000 homens do CMA.<sup>260</sup>

Com o Plano Colômbia, houve um grande investimento econômico por parte do governo colombiano na aquisição de armamentos, algo que fez aumentar a preocupação brasileira com aquela região. Seguindo a linha de fortalecer a presença militar na área de selva, na faixa de fronteira com a Colômbia, verificamos novamente a criação de mais um PEF na região de Tunuí (2003), e em 2004 foi criada a 2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf SI), em São Gabriel da Cachoeira tendo a sua atenção voltada para a fronteira com a Colômbia. Inicialmente o projeto previa a instalação dessa brigada na cidade de Macapá, demonstrando a mudança de prioridades na região, já que a brigada de Macapá teria a sua área de atuação voltada para a Guiana Francesa. Aqui se verifica a mudança de prioridades por causa da problemática na Colômbia, tanto com relação às FARC-EP como com relação ao Plano Colômbia.<sup>261</sup> No mesmo ano da criação da 2ª Bda Inf SI, o CMA foi informado pelo CIE de que as FARC-EP planejavam atacar o pelotão de fronteira sediado em Querari para

---

<sup>259</sup> OTÁLVORA, E. C. Aproximación a la agenda de seguridad de Venezuela con Brasil. **Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales**, 2005.

<sup>260</sup> MENDEL, W. W. Colombia y las Amenazas a la Seguridad Regional. *Collection Military Review*, Kansas, v. 81, nº 4, p. 02-18, jul/ago. 2001.

<sup>261</sup> KUHLMANN, P. R. L. **Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1985-2007)**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo - São Paulo.

roubar as armas ali depositadas, tal como já haviam feito em 1991, no assalto à guarnição do rio Traíra. Imediatamente, o Comando enviou àquela unidade um reforço de 40 homens especializados em guerra na selva, diante do que a coluna guerrilheira retrocedeu à sua origem, desistindo da ação.<sup>262</sup>

No ano de 2003, refletindo a preocupação existente, os países assinaram um importante documento referente a cooperação em relação a matéria de defesa, o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa do Brasil e o Ministério da Defesa da Colômbia.

Serão estabelecidos canais institucionais de comunicação permanente entre os setores de inteligência dos dois Ministérios da Defesa, com vistas ao intercâmbio periódico de informações operacionais e de Inteligência nesse setor.<sup>263</sup>

Um ponto de destaque a ser considerado como decorrência da PDN foi a integração operacional entre as três forças,<sup>264</sup> algo antes muito difícil de imaginar pela falta de sincronismo entre os Ministros militares e de interesses orçamentários divergentes. Essa integração resultou na execução de vários exercícios combinados na região amazônica. Destacamos uma ação militar de vulto no mês de novembro de 1999, na Amazônia. Os propósitos eram mais do que o controle da fronteira, já que se constituíam em uma demonstração de força para as FARC-EP, como também para os membros do Sendero Luminoso, os quais, segundo o presidente peruano Alberto Fujimori, teriam bases em território brasileiro. A região de Querari foi o palco da operação que contou com tropas especiais da elite do Exército e mais um contingente de 25 mil soldados do Comando Militar da Amazônia.<sup>265</sup>

Dando sequência a essa política, o primeiro exercício combinado realizado sob a coordenação do Ministério da Defesa (MD), Operação Tapuru, foi desenvolvido no período de 20 a 25 de maio de 2002, na fronteira com a Colômbia. O objetivo era garantir a integridade fronteiriça na região conhecida como Cabeça de Cachorro.<sup>266</sup> As operações Timbó

<sup>262</sup> **Estado de S. Paulo**, 27 de junho de 2004, p. A-10: “Guerrilha colombiana planeja ataques na fronteira”.

<sup>263</sup> **Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República da Colômbia sobre cooperação em relação a matérias de defesa**. Bogotá, 2003.

<sup>264</sup> É interessante ressaltar também que a consolidação da Amazônia como prioridade estratégica para a defesa nacional influenciou no processo de aceitação da necessidade de integração operacional por parte das três forças. SILVA, M. I. C. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. 2004. Dissertação – Programa San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP), Campinas, 2004. p. 88.

<sup>265</sup> SOARES, S. A. **Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 185.

<sup>266</sup> Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2010.

I (2003), II (2004) e III (2005) tiveram por objetivo proteger a região de fronteira entre Brasil e Colômbia. O que chamou a atenção é que em uma audiência pública do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, no dia 18/11/2008 na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), durante sua exposição informou que um dos objetivos das operações Timbó era “impedir a entrada, no território brasileiro, de nacionais de países limítrofes, em situação de conflito interno... FARC”.<sup>267</sup>

Em audiência pública no dia 02 de outubro de 2003 na CREDN, o comandante militar da Amazônia, o general-de-exército Cláudio Barbosa de Figueiredo, esclareceu como foi desenvolvida a Operação Timbó I.

A hipótese que o Ministério da Defesa sugeriu para que fosse planejada a Operação Timbó é que o Peru seria o país amarelo, o país vermelho, a Colômbia. As Forças Armadas colombianas, contando com apoio externo, passaram a pressionar a FARC, os elementos que estavam contra o regime colombiano. Pressionados, esses elementos foram penetrando no Brasil através do Peru e do rio Javari, indiretamente na fronteira Brasil-Colômbia. Essa é uma situação hipotética, criada pelo Ministério da Defesa para o planejamento das operações.<sup>268</sup>

Fica claro nessa hipótese levantada, que o MD trabalhava com uma grande possibilidade de um possível transbordamento do conflito interno colombiano para o território nacional. O teatro de operações já estava desenhado, e o apoio externo facilmente identificado: os Estados Unidos via Plano Colômbia. Durante a exposição destacamos esta frase do comandante do CMA: “Essa foi uma missão hipotética, como disse, *mas bem dentro da realidade das ações ilegais que já estão acontecendo ao longo dessa fronteira*”. (grifo do autor)

Pode parecer uma simples coincidência, entretanto, as ações conjuntas de treinamento ocorreram no período de ascensão do governo Uribe e de sua política de combate à guerrilha com base no seu plano militar, o Plano Patriota (de 2003 a 2005). O desenvolvimento dessa ofensiva no sul do território colombiano esteve bem próximo do limite com o Brasil. A criação de unidades militares e as ações desenvolvidas naquela faixa do território nacional, que tinham por objetivos demonstrar a disposição nacional de defender suas fronteiras, treinar tropas terrestres para a guerra irregular, aperfeiçoar o patrulhamento aéreo fronteiro juntamente com a exposição do ministro Jobim, deixavam claro a preocupação existente nas Forças Armadas brasileiras para com aquela região. De acordo com o coronel Gerson Silva,

<sup>267</sup> Disponível em: < [http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/cre/ap/AP20081118\\_CrepaAudPub96a.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/cre/ap/AP20081118_CrepaAudPub96a.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2011.

<sup>268</sup> Audiência Pública. **Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**. Nº 1619/03. 02/10/03

o Exército se preocupa muito com aquela área, até porque tem lá uma Brigada, que foi colocada em São Gabriel da Cachoeira voltada para atender os interesses de Defesa daquela área. Por ser uma região muito problemática em termos de permeabilidade. A Brigada, ela tem Batalhões e esses Batalhões têm Companhias que são destacados. E essas Companhias ainda destacam os Pelotões de fronteira, justamente para barrar o acesso e a entrada de possíveis problemas provenientes de outros países.<sup>269</sup>

Para Alcides Costa Vaz, o conflito interno colombiano proporciona aos militares brasileiros importante argumento em favor do reaparelhamento e modernização do aparato militar e de seu reposicionamento, processo em curso desde o início dos anos 90, para fazer face ao desafio do adensamento da presença do Estado nas fronteiras norte do país.<sup>270</sup> Segundo Tokatlian, o Brasil ampliou seus dispositivos militares fronteiriços de maneira notável. Uma fronteira porosa serve a guerrilheiros e narcotraficantes igualmente, enquanto uma crescente presença de assessores norte-americanos na Colômbia põe o país sob alerta. De acordo com o autor, metaforicamente podemos dizer: traficantes e boinas verdes são igualmente percebidos como ameaças a um país que historicamente vem tendo suas fronteiras delimitadas sem dificuldades e sem perigos iminentes.<sup>271</sup> Com a tabela abaixo (Tabela 6) procuramos demonstrar através da localização das unidades dos PEF a gradativa importância que a fronteira com a Colômbia (atualmente é a região que conta com o maior número de unidades) passou a ter na reorganização do Exército brasileiro naquela área.

---

<sup>269</sup> Entrevista realizada no dia 09/11/09 junto ao cel. Gerson Silva, chefe do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEE) na Escola de Comando e Estado maior do Exército (ECEME).

<sup>270</sup> VAZ, A. C. **Percepções no Brasil sobre o conflito colombiano e de seus reflexos regionais e nas relações bilaterais: uma visão preliminar.** Texto apresentado no seminário “Construindo Comunidad en las Américas”, Universidad de los Andes, Bogotá, 21 out. 2004.

<sup>271</sup> TOKATLIAN, J. G. Colômbia: Mais Insegurança Humana, Menos Segurança Regional. **Contexto Internacional.** Rio de Janeiro, vol. 24, nº 1, jan./jun. 2002. p. 129-166.

**Tabela 6 Localização dos PEF**

Colômbia	Venezuela	Peru	Bolívia	Guiana	Suriname	Guiana Francesa
Ipiranga	Auaris	Palmeiras do Javari	Brasiléia	Bonfim	Tiriós	Clevelândia
Vila Bittencourt	Surucucu	Estirão do Equador	P. de Castro	Normandia		
Yauaretê	Maturacá	Sta Rosa do Purus	Assis Brasil	Uiramutã		
Querari	Pacaraima	Marechal Taumaturgo	Costa Marques			
S. Joaquim						
Pari-Cachoeira						
Tunuí						
Cucuí						

Fontes: KUHLMANN, P. R. L. **Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1985-2007)**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.  
Ministério da Defesa. Disponível em:  
[http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/cre/ap/AP20081118\\_CrepaAudPub96a.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/cre/ap/AP20081118_CrepaAudPub96a.pdf). Acesso em: 04 jan. 2011.

### 3.5 Planejando o Futuro: A Estratégia Braço Forte e a Amazônia

A Estratégia Nacional de Defesa, aprovada por meio do Decreto Nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, dentre outros objetivos, estabeleceu que cada Força elaborasse planos de estruturação e de equipamento, a serem apresentados num prazo de seis meses. Em consequência, no mês de junho de 2009, o Comandante do Exército entregou a Estratégia Braço Forte ao Ministério da Defesa, que atualmente trabalha na integração com os planos correspondentes da Marinha (Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha do Brasil) e da Força Aérea (Plano Estratégico Militar da Aeronáutica). A estratégia é composta por dois planos, quatro programas e oitocentos e vinte e quatro projetos distribuídos por cento e vinte e nove ações estratégicas, a serem desdobrados em curto, médio e longo prazo (2014 – 2022–2030).



De acordo com os objetivos deste trabalho, analisaremos o Programa Amazônia Protegida, que inserido no Plano de Articulação, abrange um conjunto de projetos voltados para o fortalecimento da presença militar terrestre na região amazônica, tendo como um dos aspectos mais importantes o aumento da vigilância/monitoramento sobre as fronteiras.

A Amazônia terá sua prioridade caracterizada pelo Programa Amazônia Protegida, por meio do qual haverá a implantação de novos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), além da modernização dos já existentes. Essas vertentes principais do programa trarão consigo ações com vistas à melhoria qualitativa da Estratégia da Presença, do suporte logístico e do bem-estar da família militar.<sup>272</sup>

O Programa Amazônia Protegida abrange três projetos principais. O primeiro, os Pelotões Especiais de Fronteira, denominado Fase 1: Especificamente determinada pelo Decreto nº 6.513, de 22 de julho de 2008, refere-se à implantação de 28 novos Pelotões Especiais de Fronteira na região Amazônica, à adequação da infraestrutura e à modernização operacional dos 21 PEF já existentes; além de incluir a condução de projetos transversais que, em sua vertente tecnológica, visam a desenvolver equipamentos de emprego militar de fabricação nacional, voltados basicamente para o comando e controle, a vigilância e o monitoramento, inclusive eletrônico, na área de fronteira. Localização dos novos Pelotões Especiais de Fronteira:

- Estado do Amapá: Vila Brasil, Queriniutu, Jari e Amapari
- Estado do Pará: Curiaú, Cafuni e Trombetas
- Estado de Roraima: Entre Rios, Jacamim, Vila Contão, Serra do Sol, Ericó e Uaiacás

<sup>272</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Braço Forte**. Brasília, DF: 2003. p. 24.



- Estado do Amazonas: Demini, Jurupari, Marauaiá, Traíra, Puruê e Bom Jesus
- Estado do Acre: São Salvador, Jordão e Iaco
- Estado de Rondônia: Surpresa, Rolim de Moura e Pimenteiras do Oeste

Atualmente, já foram instalados 4 PEF dos 28 sugeridos no plano inicial. Encontram-se nas seguintes localidades: Tunuí-Cachoeira/AM (fronteira com a Colômbia); Uiramutã/RR (fronteira com a Guiana); Tiriós/PA (fronteira com o Suriname); e Marechal Taumaturgo/AC (fronteira com o Peru). De acordo com a localização das próximas unidades, para o limite com a Venezuela (previsão de receber o maior número de unidades) está programado um total de 6 novos PEF. Desta forma, a fronteira com a Venezuela se igualará em número com a da Colômbia, contando com um total de 10 unidades. Localidades de fronteiras a serem instaladas:

- Venezuela: 6;
- Peru: 4;
- Guiana: 4;
- Guiana Francesa: 4;
- Bolívia: 3;
- Colômbia: 2;
- Suriname: 1.

O segundo projeto é a Reestruturação das Brigadas de Selva, o objetivo é completar e modernizar seus sistemas operacionais. Já no escopo da END, compreende projetos elaborados para reorganizar, reforçar e completar as estruturas operacional e logística do Comando Militar da Amazônia (CMA). De acordo com o Exército, a insuficiência dos meios dispostos na Amazônia, principalmente para a obtenção do efeito dissuasório, tanto regional como no entorno estratégico, constitui a justificativa básica para as ações desta fase. O objetivo é em curto prazo implantar uma Brigada de Infantaria de Selva em Manaus. Para o longo prazo, estão projetadas duas novas Brigadas de Infantaria de Selva na Amazônia, em áreas de crescente importância estratégica, como o Acre e a foz do Rio Amazonas/Amapá.

E o último projeto a ser desenvolvido para a região amazônica, e já utilizando-se da estrutura constituída por meio dos projetos integrantes do Programa Amazônia Protegida, é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Com esse sistema, o Exército pretende aumentar sua capacidade de monitoramento dos cerca de 14.000 Km de fronteira da

Amazônia e do Centro-Oeste, por intermédio da utilização de meios eletrônicos e radares como o SABER M 60, interligados a sistemas militares e civis, como o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA) e o Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM).<sup>273</sup>

O SISFRON ampliará a capacidade de controle das fronteiras terrestres, atualizando e integrando todos os subsistemas de monitoramento existentes: sensores (sensoriamento; comunicações; segurança das informações e comunicações; apoio à decisão; capacitação; simulação; logístico e gestão), agregando outros meios modernos de sensoriamento (equipamentos de comando e controle; sistema de apoio à decisão; sensores de HF, VHF, satelitais, meteorológicos, óticos e térmicos; radares de rastreamento aéreo, hidroviários e terrestres; centros de operações; centros de simulação; veículos aéreos não tripulados; satélites de comunicações e satélites de observações) que estarão em contato direto com os atuadores (tropa, Instituições e Órgãos do poder público) mais próximos ao ilícito que, após a tomada de decisão, responderão com o emprego de pessoal e meios adequados à situação.<sup>274</sup>

Os meios de monitoramento estão previstos para serem instalados nas diversas Organizações Militares do Exército existentes na Amazônia, e naquelas previstas para serem implantadas no Programa Amazônia Protegida. O prazo de execução do SISFRON é de 10 anos, mediante a implantação de cinco módulos e aporte de recursos na ordem de R\$ 4 Bilhões.

Para completar o processo de proteção da região amazônica, depois de implementados todos os projetos incluídos na Estratégia Braço Forte, existe a perspectiva de um aumento de efetivo no Exército de aproximadamente 59.000 homens, dos quais cerca de 22.000 em organizações militares implantadas ou reorganizadas na Amazônia. Se for confirmada essa projeção, o número de homens na Amazônia praticamente irá dobrar. A tabela abaixo permite verificar a distribuição dos efetivos, acrescidos em decorrência da Estratégia Braço Forte.

---

<sup>273</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Braço Forte**. Brasília, DF: 2003. p. 22.

<sup>274</sup> Processo de Transformação do Exército. Estado-Maior do Exército. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/transformacao-do-exercito>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

**Tabela 7 Proposta de distribuição dos efetivos do Exército**

<b>Cmdo Mil A/ O DS</b>	<b>Oficiais</b>	<b>ST/Sgt</b>	<b>Cb/Sd</b>	<b>Total</b>	<b>% de Aumento</b>
CMA	2.786	4.660	14.145	21.591	82
CMO	1.172	1.978	5.244	8.394	86
CMS	1.218	2.494	7.752	11.464	25
CMSE	445	757	2.035	3.237	21
CML	665	1.103	3.433	5.201	12
CMNE	550	582	1.531	2.663	12
CMP	361	635	1.536	2.532	13
DCT	123	252	157	532	0
DECEX	592	338	1.345	2.275	0
COLOG	64	199	824	1.087	0
COTER	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>7.976</b>	<b>12.998</b>	<b>38.002</b>	<b>58.976</b>	<b>32</b>

Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Braço Forte**. Brasília, DF: 2003. p. 32.

De acordo com o documento oficial, será necessário R\$ 149.141.652.437,46 de investimentos para a implementação da Estratégia Braço Forte. Os recursos necessários são expressivos (sem contar os planos das outras duas forças: Marinha e Aeronáutica), agora só resta saber até que ponto a sociedade e os poderes, Legislativo e Executivo, estarão dispostos ou interessados a sacrificar recursos de outras áreas debilitadas (saúde, educação, infraestrutura, transporte, habitação e etc.) para dar seqüência nesta reestruturação militar, cuja concretização é um anseio de longa data existente no Exército Brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o levantamento realizado, é possível perceber que o processo de reestruturação desenvolvido pelo Exército brasileiro a partir de meados da década de 1980, visava um distanciamento do conflito ideológico-político que permeou todo o ambiente político do país durante o regime militar, para uma aproximação com vista a sua modernização. O Exército modificou sua divisão territorial, em 1986, aprimorou sua estrutura de direção geral, com um EME modernizado e organizado, e criou em 1990 um órgão de gerenciamento das operações militares, o Comando de Operações Terrestres (COTER) que, junto ao EME, procurou aumentar o nível de operacionalidade da força terrestre.<sup>275</sup>

Nesse cenário de mudanças, as atenções passaram a ser direcionadas para a presença e vivificação das fronteiras da região norte. Inicialmente, o grande problema a ser combatido era a preocupação internacional para com a região. Surgiu nesse momento a possibilidade de uma possível intervenção ou de uma internacionalização da floresta em decorrência de uma má gerência dos recursos naturais por parte do Brasil. Procurando responder aos questionamentos internacionais, o Exército criou e transferiu unidades para a região do Comando Militar da Amazônia. Se a idéia de soberania é a da presença, vivificação de fronteiras e fornecimento de serviços básicos, ela passou a se efetivar na região Amazônica, tendo como seu braço operacional o Programa Calha Norte.

A transferência de unidades militares das regiões sul-sudeste para a região amazônica foi uma resposta do Estado brasileiro às ameaças externas percebidas à região e também refletiu as mudanças operadas na identidade institucional das Forças Armadas. Depois de passar mais de vinte anos atuando prioritariamente na defesa da ordem política instituída pelo golpe de 1964, os militares brasileiros estão cada vez mais voltados para uma missão militar clássica: garantir a soberania brasileira sobre todo o território nacional.

Essas ações da força terrestre, foram estratégicas por abranger dois pontos importantes: primeiro, demonstrava a presença do Estado brasileiro a possíveis interessados em realizar alguma manobra de ingerência na região. Segundo, essa aproximação com a população da área, a construção de um sentimento de cumplicidade, a relação com base na troca de experiências, pois, somente com a ajuda dos ribeirinhos, caso necessite, será possível

---

<sup>275</sup> KUHLMANN, P. R. L. **Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1985-2007)**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

colocar em execução a Estratégia da Resistência desenvolvida e aprimorada pelo Exército naquela região do país.

Com o fim da Guerra-Fria, surgiu um novo contexto geopolítico, agora desenhado pela única potência, os Estados Unidos. Com a introdução do conceito de “novas ameaças”, os estadunidenses buscavam que os Exércitos sul-americanos direcionassem suas ações para o combate ao tráfico de drogas, o crime organizado, questões ambientais e etc. E desta forma, mais uma vez a região amazônica encontrava-se no centro da questão. A preocupação que vinha desenvolvendo-se no seio das Forças Armadas brasileiras passou a ganhar cores diferentes, quando em território colombiano, às ações militares contra o movimento insurgente se intensificou, e assim, começou a trazer perigo ao território brasileiro.

Em decorrência da perseguição aos grupos armados, ocorreram inúmeras vezes manobras militares próximas ao território nacional e, a partir do ano 2000, com a implantação do Plano Colômbia, esta área fronteiriça passou a ser vista com especial atenção, em função, de um possível incidente em solo colombiano que poderia estender-se ao território brasileiro. O Plano Colômbia foi, certamente, o principal fator propulsor da internacionalização do processo colombiano. Tanto o governo colombiano como o seu principal parceiro, os Estados Unidos, desejavam regionalizar o conflito. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, a intervenção estadunidense priorizou nitidamente a resolução do conflito por meio do combate às guerrilhas, que neste caso já não eram mais tratados como insurgentes, mas como grupos terroristas. Corroborou a posição da grande potência, a política de segurança do presidente Uribe, bem como sua negação em incorporar elementos sociais, econômicos e políticos à sua leitura do conflito interno.

Ao longo do governo Uribe, ficou claro a vertente militar adotada por esta administração. Intensificou-se o processo de securitização do conflito, neste momento se faz necessária a análise que Buzan, Waeber e Wilde fizeram da relação entre securitização e politização. Esta última implicaria em fazer com que determinado tema pareça aberto a opções; ao passo que a securitização em nível internacional implica apresentar um tema como ameaça existencial, o qual, dada a sua urgência, exige meios excepcionais, que escapam ao debate político normal. Com a implantação das suas políticas de exceções, as denúncias dos falsos positivos e a ligação para com os grupos paramilitares demonstraram que a opção de Uribe foi de se afastar definitivamente do debate político.

A segurança nacional não deve ser idealizada. Ela opera no sentido do silenciamento da oposição e atribui aos detentores do poder muitas oportunidades de explorar

ameaças para fins domésticos, reivindicar o direito de tratar algo com menos controle democrático e constrangimento.<sup>276</sup>

Diante desse cenário de conflito no país vizinho e, procurando efetivamente se tornar presente na região hostil de selva, o recém criado Ministério da Defesa, passou a executar anualmente manobras conjuntas próximas as áreas em que se desenvolvia o conflito colombiano. O objetivo era adestrar a tropa para um possível enfrentamento, pois, verificava-se que após a implantação da Política de Segurança Democrática, do presidente Uribe, progressivamente, o limite fronteiro entre os dois países se tornou mais propício a algum tipo de incidente armado.

Enfim, constata-se que dentro do objetivo de aumentar a presença militar e efetivar a vivificação da região norte, gradativamente, à região conhecido como Cabeça de Cachorro, passou a ter um destaque especial na estratégia militar brasileira na região norte, por ser um local que nas últimas décadas tem sido palco de conflitos entre as Forças Armadas colombianas e os guerrilheiros das FARC-EP. Apesar do recrudescimento do conflito colombiano, em função, das vitórias das forças regulares e da visível perda de poder dos grupos guerrilheiros, é possível verificar após uma análise dos planos desenhados na Estratégia Braço Forte, do Exército brasileiro, que apesar de um novo direcionamento de atenção da força terrestre na área (fronteira com a Venezuela), ainda permanece a preocupação no espaço limítrofe com a Colômbia, em função do seu histórico conflito interno.

---

<sup>276</sup> BUZAN, B; WAEVER, O.; WILDE, J. **Security**: a new framework for analysis. Londres: Lynne Rienner, 1998. p. 29.

## REFERÊNCIAS

ARENAS, J. **Diario de la resistencia de Marquetalia**. Bogotá: Abejón Mono, 1972.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora da UNB, 1986 a.

AYALA, N. P., PINZÓN, V. G.; VELÁSQUEZ, A. V. Transformaciones de las Fuerzas Armadas colombianas. In: VELÁSQUEZ, A. V. (Org.). **El papel de las Fuerzas Armadas en la política antidrogas colombiana 1985-2006**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

BASTOS FILHO, J. A. **A missão militar francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: a guerra na floresta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

BLOCH, M. **A Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOAVENTURA, M. A. **Evolução da doutrina militar brasileira no século XX**. 2001. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2001.

BORRERO, A. M. Los Comandos Conjuntos. Problemas de Organización, doctrina, educación y operación. In: **Revista CEESEDEN, Estudios en Seguridad y Defensa**. Edición n. 4, noviembre de 2007.

BRANDT, U. R. **Pelotões Especiais de Fronteira: sua importância para a vivificação das áreas fronteiriças e manutenção da integridade territorial**. 2004. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004.

BRIGAGÃO, C. **Inteligência e Marketing: o caso Sivam**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTILLA, C. E.; BECHARA GÓMEZ, E. Conducta de la guerrilla durante el gobierno Uribe Vélez: de las lógicas de control territorial a las lógicas de control estratégico. In: **Análisis Político** N° 57 (Mayo-Agosto), Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

CASTRO, C., IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Org.). **Nova história militar brasileira**. São Paulo: Ed. FGV, 2004.

CAVAGNARI FILHO, G. L. Introdução à Defesa da Amazônia. In: **Carta Internacional**, Funag-USP, ano X, nº 107/108, p. 19-21, jan./fev. 2002.

CHERNICK, M. **Acuerdo posible: solución negociada al conflicto armado colombiano**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2008.

COELHO, E. C. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COELHO, M. C. N. **Ocupação da Amazônia e a presença militar**. São Paulo: Atual, 1998.

CRUZ ATEHORTÚA, A. L. **Las banderas del presidente Uribe**. Bogotá: La Carreta Editores, 2007.

D'ARAÚJO, M. C. **Acordo militar Brasil-EUA (1952)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

DOMINGOS NETO, M. Influência estrangeira e luta interna no Exército, 1889-1930. In: ROUQUIÉ, A. (Org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

\_\_\_\_\_. A disputa pela missão que mudou o exército. **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 1, p. 197-215, 2001.

ESTEVES, D. **Documentos históricos do Estado-Maior do exército**. Brasília, DF: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996.

ESTRELLA, C. V. C. **Securitización y construcción de percepciones: el Plan Colombia y la seguridad humana**. 2006. Dissertação – Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales, Quito, 2006.

FALCONI, P. G. **FAB: modernizando-se pelo SIVAM? (1990-2002)**. Dissertação – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERRO, J. G. e URIBE, G. **El orden de la guerra. Las FARC-EP: entre la organización y la política**. Bogotá: Centro Editorial Javeriano, 2002.

FLORES, M. C. **Bases para uma política militar**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

FONSECA FILHO, H. **Marechal Hermes: dados para uma biografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1961.

GALLEGO, C. M. **FARC-EP: temas y problemas nacionales 1958-2008**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.



\_\_\_\_\_. **Conflicto armado y proceso de paz en Colombia: memoria casos FARC-EP y ELN.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009.

\_\_\_\_\_. **FARC-EP. Notas para una historia política 1958-2006.** 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2008.

**HISTÓRIA do exército brasileiro:** perfil militar de um povo. Brasília, DF: Estado Maior do Exército, 1972.

HERRERA, A. M. A. **Análises de la efectividad de la política de defensa y seguridad democrática del presidente Álvaro Uribe Vélez.** Colombia: Universidad Pontificia Bolivariana, 2006.

KUHLMANN, P. R. L. **Exército brasileiro:** estrutura militar e ordenamento político (1985-2007). 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

JIMÉNEZ, W. O. **Los Paraestados en Colombia.** 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidad de Granada, Granada, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEONGÓMEZ, E. P. **Uma Democracia Sitiada.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

\_\_\_\_\_. **El “Plan Colombia”: un intenso debate en EEUU.** Disponível em: <[http://www.clas.berkeley.edu/events/conferences/colombia/workingpapers/working\\_paper\\_pizarro.doc](http://www.clas.berkeley.edu/events/conferences/colombia/workingpapers/working_paper_pizarro.doc)> Acesso em: 27 ago. 2010.

LOURENÇÃO, H. J. **Forças Armadas e Amazônia (1985 a 2006).** 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_. O sistema de vigilância da Amazônia (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios. In: CASTRO, C. (Org.) **Amazônia e Defesa Nacional.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LUNA, C. M. A. Os ‘jovens turcos’ na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 1., 2007, São Carlos. **Anais....** São Carlos: Ed. UFSCar, 2007. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/CristinaLuna.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

LUNA, E. U. **Colombia incógnita siglo XXI.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2005.

MALAN, A. S. **Uma escolha um destino.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, 2008.

\_\_\_\_\_. A visão militar sobre as “novas ameaças” no cenário da Amazônia brasileira. In: MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A. (Org.) **Novas ameaças: dimensões e perspectivas. Desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina**. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MCCANN, F. D. **Soldados da pátria: história do exército brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MENDEL, W. W. Colombia y las Amenazas a la Seguridad Regional. **Collection Military Review**, Kansas, v. 81, nº 4, p. 02-18, jul/ago. 2001.

\_\_\_\_\_. A Amazônia Brasileira: Controlando a Hidra. **Military Review**, Kansas, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.oocities.com/toamazon/toamilrevbrasileira.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

MIYAMOTO, S. A política brasileira de defesa e segurança: algumas considerações. In: ALMEIDA PINTO, J. R., ROCHA, A. J. R.; PINHO SILVA, R. D. (Org.). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

\_\_\_\_\_. Diplomacia e militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico, **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 1, v. 1 p.145-163, mar. 1989.

\_\_\_\_\_. O Brasil e a fronteira Norte: política e estratégia. **Revista Estudios Avanzados**, Santiago, ano 8, n. 12, p. 75-103, 2009.

\_\_\_\_\_. Amazônia política e defesa. In: NASCIMENTO, D. M. (org.). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. 1 ed. Belém - Para: NAEA/UFPa, 2008, v. , p. 65-97.

MOTTA, J. **Formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

NASCIMENTO, F. S. A contratação de Missões Militares Estrangeiras no Brasil e na Argentina no início do século XX: um estudo comparativo. **História e História**, Campinas, 13 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&ID=255>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia.** São Paulo: Papyrus, 1994.

OTÁLVORA, E. C. **Aproximación a la agenda de seguridad de Venezuela con Brasil.** Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2005.

PABÓN, N. A. El papel de las Fuerzas Armadas colombianas en la política antinarcóticos (1998-2006). In VELÁSQUEZ, A. V. (Org.). **El papel de las Fuerzas Armadas en la política antidrogas colombiana 1985-2006.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

PAIVA, L. E. R. **Dissuasão e Presença: reflexões para a Força Terrestre o próximo quarto de século.** 2000. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2000.

PEREIRA, F. V. **O sistema de planejamento do exército: uma análise crítica.** 2003. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2003.

PEREIRA DE SOUZA, A. **Fronteiras da Amazônia: uma guerra silenciosa.** Rio de Janeiro: Editora Razão Cultural, 2000.

PICCIUOLO, J. L. Los Institutos militares superiores en Europa, Chile y la Argentina. Antecedentes de la creación de la Escuela Superior de Guerra y de la influencia alemana (1895-1898). In: CONGRESO NACIONAL DE HISTORIA MILITAR, 1., 1996, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Instituto de Historia Militar Argentina, 1996. v. 2. p. 903-923.

RAMÍREZ, H. V. **El conflicto político armado en Colombia negociación o guerra.** Santiago de Cali: Editorial Universidad Del Valle, 1998.

RAMÍREZ, S. **El gobierno de Uribe y los países vecinos.** In: Análises Político N° 57 (Mayo-Agosto), Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

RANGEL, A. **Colombia: Guerra en el fin de siglo.** Bogotá: Tercer Mundo/Uniandes, 1999.

ROCHA, N. C.; UBIRATAN, A. M.; ALVES, J. C. **Políticas básicas do exército.** 1993. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1993.

RODRIGUES, F. S. **As relações político-militares entre Brasil e Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial.** Disponível em: <[http://www.uss.br/web/arquivos/arquivos\\_professores/fernando-hist1.pdf](http://www.uss.br/web/arquivos/arquivos_professores/fernando-hist1.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2010

RODRIGUEZ, R. V. **Da guerra à pacificação: a escolha colombiana.** Campinas: Vide Editorial, 2010.

ROJAS, D. M. Balance de la política internacional del gobierno Uribe. In: **Análises Político** Nº 57 (Mayo-Agosto), Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

ROMERO, M. (Org.) **Parapolítica. La ruta de la expansión paramilitar y los acuerdos políticos**. Bogotá: Corporación Nuevo Arco Íris, 2007.

SAINT-PIERRE, H. L. A política de defesa e política externa: coerência ou desencontros?. In: VARGAS, A. V. (Org.). **Seguridad en Democracia: un reto a la violencia en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2010. p. 203-226.

\_\_\_\_\_. **A política armada fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SENA, D. R. **Exército brasileiro: ontem, hoje, sempre**. Brasília, DF: EGGCF, 2000.

SIAINES DE CASTRO, A. D. M. **A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil**. 2003. Dissertação – Instituto Rio Branco, Brasília, DF, 2003.

SILVA, C. E. M. V. **O sistema de planejamento estratégico do Exército brasileiro (SIPLEx): uma análise da doutrina militar terrestre do Exército brasileiro e do seu planejamento (2002-2007)**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SILVA, M. I. C. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. 2004. Dissertação – Programa San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP), Campinas, 2004.

SMALLMAN, S. C. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64). In: CASTRO, C., IZECKSOHN, V. e KRAAY, H. (Org.). **Nova história militar brasileira**. São Paulo: Ed. FGV, 2004.

SOARES, S. A. **Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 185.

\_\_\_\_\_. As antinomias das relações civis-militares no Brasil: das novas às velhas ameaças. In: SOARES, S. A.; MATHIAS, S. K. **Novas ameaças: dimensões e perspectivas. Desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina**. São Paulo: Sicurezza, 2003.

\_\_\_\_\_. Um Novo Profissional Militar no Brasil Pós-Autoritário. **Revista Estudos de História**, Franca, v.8, n.1, p. 275-300. 2001.

SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

STEPAN, A. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SUÁREZ, A. R. **Colômbia: guerra en el fin de siglo**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1998.

SVARTMAN, E. M. A americanização do exército brasileiro (1935-1964). In: ENCONTRO DA ABCP, 5., 2006, Belo Horizonte. **Anais....** Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2006.

\_\_\_\_\_. Presença fascista e política externa na Argentina e no Brasil (1930-1945). **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 3, n. 1, p. 55-61, jul. 2002.

TECHE, C. H. **As transformações nas Forças Armadas colombianas e os reflexos para os objetivos de Defesa do Brasil na região amazônica**. 2010. Dissertação - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

TOKATLIAN, J. G. “Colombia, el Plan Colombia y la region andina. Implosión o concertación? In: **Nueva Sociedad** n° 173 (mayo-junio). Caracas, 2001.

\_\_\_\_\_. Colômbia: Mais Insegurança Humana, Menos Segurança Regional. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 24, n° 1, p. 129-166, jan./jun. 2002.

VALENCIA, L. Los caminos de la alianza entre los paramilitares y los políticos. In: **Parapolítica. La ruta de la expansión paramilitar y los acuerdos políticos**. Bogotá: Corporación Nuevo Arco Íris, 2007.

VARGAS, A. V. **Las Fuerzas Armadas en el conflicto colombiano: antecedentes y perspectivas**. Bogotá: Intermedio, 2002.

\_\_\_\_\_. Seguridad democratica, conflicto interno armado y su regionalizacion. In: VARGAS, A. V. (Org.). **Seguridad en Democracia. Un reto a la violencia en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2010.

\_\_\_\_\_. **Inseguridad en la Región Amazónica: contexto, amenazas y perspectivas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

\_\_\_\_\_. El gobierno de Álvaro Uribe: proyecto y resultados. In. **Nueva Sociedad**, N° 192, julio-agosto, Caracas: Editorial Texto, 2004.

VAZ, A. C. **Percepções no Brasil sobre o conflito colombiano e de seus reflexos regionais e nas relações bilaterais: uma visão preliminar**. Texto apresentado no seminário “Construindo Comunidad en las Américas”, Universidad de los Andes, Bogotá, 21 de outubro de 2004.

VÉLEZ, M. M. **Esboço Histórico das FARC-EP**. Colômbia (NOVA), 1998.

VILLA, R. D.; VIANA, M. T. A ascensão de Uribe na Colômbia: segurança interna e aliança estratégica com os Estados Unidos na construção do Estado-Nação. In: AYERBE, L. F. (Org.) **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo : Ed. da UNESP, 2008.

WEBER, M. **Ciência e Política**. São Paulo: Editora Cultrix, 13ª Edição, 2005.

ZANETTI, M. J. **Forças Armadas brasileiras: fator de integração, desenvolvimento e segurança no contexto regional**. 2006. Monografia (Curso Superior de Defesa e Segurança Hemisférica), Colégio Interamericano de Defesa, Washington, 2006.

## FONTES

Audiência Pública. **Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**. Nº 1619/03. 02/10/03.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. **Sistema de Planejamento do Exército (Siplex-1)**: Extrato. Brasília, DF: 2002.

BRASIL. Ministério da Guerra. Inspeção Geral do Ensino do Exército. Centro de Instrução de Artilharia de Costa. **Missão Militar Americana**. Rio de Janeiro, 1936.

BRASIL. Decreto-lei 1.776, de 17 de novembro de 1939. Autoriza o Ministério da Guerra a enviar aos Estados Unidos da América do Norte oficiais do Exército, técnicos militares, para aperfeiçoarem os seus conhecimentos profissionais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1939. Seção 1. p. 26775

**Decreto 1838 de 2002**. Bogotá: Diario Oficial No. 44.897, de 11 de agosto de 2002.

**Estratégia Braço Forte**. Ministério da Defesa, Brasília, DF: 2003.

Exposição do Ministro de Estado do Exército, General Carlos Tinoco, sobre os incidentes que ocorreram na fronteira do Brasil com a Colômbia. **Senado Federal. Diário do Congresso Nacional (Seção II), 04/04/1991**.

**Gasto en Defensa y Seguridad 1998-2011**. Ministerio de Defensa. Bogotá, 2009.

Impacto de la Política de Seguridad Democrática sobre la confrontación armada, el narcotráfico y los derechos humanos. **Vicepresidencia de la República**. Bogotá, 2008.

**Logros de la Política Integral de Defensa y Seguridad para la Prosperidad**. Dirección de Estudios Sectoriales. Ministerio de Defensa. Bogotá, 2010.

**Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República da Colômbia sobre cooperação em relação a matérias de defesa**. Bogotá, 2003.

**Movimentos de Grupos Armados na Colômbia próximo à área fronteira com o Brasil, 1987**. Centro de Informação do Exército, Arquivo Nacional. RR1/00034/420/B5M/87.

**Plan Nacional de Desarrollo 2002-2006.** Departamento Nacional de Planeación. Bogotá, 2003.

**Política de Defensa y Seguridad Democrática.** Bogotá: Ministerio de Defensa, 2003.

**Política de Consolidación de la Seguridad Democrática.** Bogotá: Ministerio de Defensa, 2007.

**Presença de guerrilheiros peruanos e colombianos em Tabatinga (AM), 1985.** Serviço Nacional de Informações (SNI), Arquivo Nacional. TX 482/120/AC/85.

**Processo de Transformação do Exército.** Estado-Maior do Exército. Brasília, DF: 2010.

Projeto nº 425, ano 1918. **Anais da Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 1918, v. 12.

Portaria nº 001-Estado Maior do Exército, de 13 de janeiro de 2000. **Diretriz para Revisão de Políticas Específicas, Diretrizes Estratégicas e Planos Básicos do SIPLEx.** Brasília, DF: 2000.

Portaria nº 019 – Estado Maior do Exército, de 22 de Março de 2007. **Metodologia do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx).** Brasília, DF: 2007.

Portaria nº 110-Estado Maior do Exército, de 10 de novembro de 1992. **Coletânea Doutrina Militar Terrestre**, Brasília, DF: 1992.

**Situação na Fronteira Brasil-Colômbia, 1986.** Centro de Informação do Exército, Arquivo Nacional. 0030/CIE/86.

**APÊNDICE**



## APÊNDICE A

Entrevista (gravada) realizada no dia 09/11/09 junto ao coronel Gerson Silva, chefe do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEE) na Escola de Comando e Estado maior do Exército (ECEME).

### **1 – Qual foi e ainda é a importância do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx)?**

**Resposta:** Este seu primeiro questionamento trata sobre o Sistema de Planejamento do Exército. O sistema de planejamento, ele é muito importante. Porque num país, nenhuma instituição sobrevive sem um planejamento de curto, médio e longo prazo. O sistema de planejamento do Exército, ele abrange essas três... esses três espaços né. E por que ele é importante? Porque ao longo de 30 anos, ele vai capacitar à força não só estrategicamente e taticamente aos diversos desafios e ameaças que possam surgir durante esse período. O interessante é dizer que o Sistema de Planejamento do Exército ele não é parado no tempo e no espaço, ele sofre modificação de acordo com as modificações da conjuntura nacional e internacional, nós estamos vendo aqui vários acontecimentos na América do Sul e com isso é claro que motiva modificações no SIPLEx. É importante não só para a instituição, mas é importante também para a Nação no mais amplo espectro particularmente de desenvolvimento. Como já falei anteriormente antes de começar este nosso papo... Gravado né! A Amazônia ela é um local em que apresenta muitos anecúmenos e qualquer instalação de bases ou instalação de Pelotões Especiais de Fronteira, em torno deles surgem núcleos populacionais e que façam que surjam um certo desenvolvimento regional, por isso, que eu acho importante o SIPLEx. Não só para a defesa, mas, também voltado para o desenvolvimento.

### **2 – A região amazônica gradativamente se tornou a principal área a ser defendida pelo E.B, no entanto, as regiões sudeste e sul ainda contam com o maior número de efetivo da força. Como explicar essa contradição entre discurso e prática? Pois, o Siplex previa uma melhor distribuição/reorganização das tropas pelo território nacional.**

**Resposta:** O nosso SIPLEx, ele está coerente agora com a nova Estratégia Nacional de Defesa, nós temos áreas prioritárias, a Amazônia é uma área prioritária. Como prioridade ela tem que atender aos seus requisitos, convenientes as ameaças da área. No entanto, nós temos que também preservar as demais áreas, apesar de não haver... Diplomáticamente nenhuma

ameaça dos países fronteiriços, mas o crime transnacional e outras ameaças ao nosso sistema de segurança pública, isso é segurança, ela esta abrangido pelo artigo 147 da Constituição e a lei complementar 97. Então, essas tropas que existem nas regiões Sul e Sudeste elas atendem também as demandas necessárias à segurança e a defesa dessas áreas. Isso não quer dizer que a gente não vá priorizar outras áreas. Então, a prioridade estabelecida no SIPLEX é a região norte, depois região centro-oeste e a região sul. Entretanto, na região sul nós temos ali inúmeros problemas sociais. Temos os “brasiguaios”, temos outros problemas ali...este é um pequeno problema que citei. Temos que ter ali uma garantia mínima de defesa da soberania

### **3 – Já se passaram aproximadamente 25 anos desde a criação do SIPLEX. Tal planejamento conseguiu obter resultados significativos?**

**Resposta:** O SIPLEX foi desenvolvido numa fase onde se precisava fazer um planejamento estratégico da força, uma renovação no sistema de planejamento. Ele ao longo deste tempo, ele...ele já teve uma eficácia. Nós estamos entrando agora em outros tempos né, se tu raciocinar em termos de Brasil, algum tempo atrás, a globalização, ela não era tão forte como é agora. Então, hoje em dia na globalização muitas vezes à informática não existe fronteira, ela ultrapassa de acordo com os interesses de seus usuários. O SIPLEX tem que se adaptar a isso, por isso que ele tem que ser constantemente questionado e renovado. Hoje nós estamos fazendo uma validação, um outro SIPLEX. O SIPLEX tem vários tomos, tem a conjuntura nacional, a conjuntura internacional...nós temos a parte de emprego estratégico, então, nós temos uma série de pré-requisitos que tem que ser obedecidos, que tem que ser atendidos para a elaboração do SIPLEX. Ele tem a eficácia dentro do tempo do planejamento até que ele tem que ser novamente reformulado. Então, vou te dizer que não são 25 anos que vão modificar um contexto num planejamento estratégico, ele tem que ter uma durabilidade muito maior, até porque se modifica a Doutrina, modifica-se o emprego, e isso faz com que o sistema de planejamento tem que ter uma modificação constante, uma reatualização.

### **4 – No atual cenário amazônico, a região “cabeça de cachorro” é a área de maior preocupação para o E. B.?**

**Resposta:** A cabeça do cachorro, ela foi uma região muito conflituosa, é uma região de difícil acesso. O Exército se preocupa muito com aquela área, até porque tem lá uma brigada, que foi colocada em São Gabriel da Cachoeira voltada para atender os interesses de Defesa daquela área. Por ser uma região muito problemática em termos de permeabilidade. A brigada ela tem batalhões e esses batalhões tem companhias que são destacados. E essas companhias ainda

destacação os pelotões de fronteira, justamente para barrar o acesso e a entrada de possíveis problemas provenientes de outros países. A Colômbia, por exemplo, que tem lá uma guerra civil instalada e aquele núcleo de força que se contraria o governo local se pressionado tem que fugir para algum lugar. Por isso tem que ter uma segurança, uma defesa muito mais bem elaborada, com recursos humanos bem treinados. Nós temos o CIGS em Manaus, que é responsável por formar os recursos humanos que serão empregados naquela área. É importante esta fase de recursos humanos? Sim! O que nós temos de algo muito sólido dentro das Forças Armadas e especialmente dentro do Exército é a formação de recursos humanos. A área de ensino, ela recebe todos os recursos necessários para que os seus recursos humanos sejam previamente preparados para enfrentar as ameaças estipuladas pela variação da conjuntura nacional e internacional, e isso faz com que nos preparamos para essas futuras ameaças ou possíveis ameaças. Eu acredito que a Amazônia ela tem os seus problemas muito focados. A gente vê, por exemplo, há pouco tempo atrás qual era a área que tinha ou apresentava o maior problema? Era a região de Roraima, que tinha o problema indígena, que era um problema social gravíssimo, onde tinham índios de dentro do Brasil e índios de fora do Brasil, não havendo fronteira. Então, ali era a prioridade na época. Tivemos um acontecimento há algum tempo atrás na região do Traíra. Naquela oportunidade, ali se tornou uma área nefrálgica. Por isso foi colocado lá uma brigada que pega em espectro aí... em torno de 3 mil quilômetros, uma área muito extensa, muito grande. É área de responsabilidade da brigada, e que ela acompanhando tudo que acontece na sua área, ela vai levantando para o comando do Exército quais são os problemas, as sua área e aí sim que vai ser focado lá uma prioridade. Não te digo que a cabeça do cachorro é a prioridade maior para o Exército, mas é uma região, se der uma olhada no mapa do Brasil, tu vai ver que é uma região que tem fronteira com a Venezuela e com a Colômbia, então é uma região de duplo problema. Com problemas sociais, políticos/ideológicos de ambos os países. Então, por isso que eu digo, não é a prioridade, mas, é uma região que merece atenção.

##### **5 – Com a criação do Plano Colômbia e os posteriores agravamentos dos ânimos entre Governo e guerrilha, este tenso processo tem causado preocupação ao EB.?**

**Resposta:** O Plano Colômbia é um plano que exige uma atenção um pouco maior. A Colômbia por ter um problema estrutural muito grande, ela está sendo auxiliada pelos Estados Unidos. Essa união, esse intercâmbio é voltado para a formação de recursos humanos e também a destinação de material que é produzido nos Estados Unidos, material estratégico, que não é vendido a qualquer país, mas, é vendido a Colômbia por causa do intercâmbio. O

Plano Colômbia, ele sim para nós não nos causa nenhum problema, é um problema da Colômbia. Em que ela deve enfrentar os seus problemas internos, nós devemos é nos precaver em relação às conseqüências que pode vir para a nossa soberania, quem sabe uma futura invasão do território nacional. É um problema que deve ser dado uma atenção especial. Mas, em si, o Plano Colômbia não nos traz um grande problema, muito pelo contrário, é uma forma de mostrar que ali pode ser uma possível ameaça, por isso que nós temos não uma preocupação, mas, uma atenção voltada para a área da cabeça do cachorro.

**6 – Como o senhor vê a utilização de bases aéreas por parte dos E.U.A em território colombiano?**

**Resposta:** A questão de duas semanas atrás, quando eu estava na Colômbia, foi lá aprovado um novo protocolo de intenções entre Estados Unidos e Colômbia. Eu acho que isso aí é uma preocupação que tem que ter, pra mim não é preocupação, o Brasil não... as Forças Armadas não ter preocupação com isso porque é um problema político da Colômbia e dos Estados Unidos. Nós temos que estar sempre atentos àquilo que acontece, e entre o Brasil e a Colômbia, a Colômbia tem uma série de interesses no Brasil. Não que a instalação de bases vai nos preocupar, mas o que pode advir da caça ou da... encurralar os narcoterroristas das Farc. Sim, essa é uma preocupação. O que fazer com eles? A mesma coisa que mandasse de volta para cá todos os brasiguaios, o que fazer com eles? Não que eles sejam uma preocupação para o Brasil, porque eles são brasileiros. Agora, os narcoterroristas, eles não são brasileiros, pelo contrário, eles vão cada vez mais preocupar socialmente o Brasil.

**7 – Atualmente o dispositivo militar brasileiro na região amazônica é capaz de uma resposta contundente a uma possível invasão do território nacional? Até que ponto esta estrutura militar instalada na região consegue dissuadir os nossos vizinhos?**

**Resposta:** Na realidade o Brasil está se preparando para qualquer ameaça naquela área conturbada. A Amazônia, como já falei anteriormente, por ser um vazio populacional, grande parte do território é dividido por tribos indígenas que nós desconhecemos. Nós procuramos barrar todos os acessos, todas as penetrantes, todas as vias de acesso do território internacional para o nosso através dos pelotões especiais de fronteira. Eles servem como uma campanha. Eles são os alertas antecipados para que as Forças de Ação Rápida Regionais e as Forças de Ação Estratégicas se voltem para o local para combater essa ameaça que esta voltada contra o Brasil. Se está totalmente defendido. É difícil. A mesma coisa que tu colocar aquele fio com cachorro. O cachorro vai latir para uma ameaça mais latente. Agora, se

aparece 2 ou 3 ameaças é uma cachorro que esta atendendo a várias ameaças. Então, nós temos a possibilidade de remeter pra lá, através dessas forças de ação rápida um contingente para barrar essas ameaças. Então, está sendo feito um planejamento estratégico, nós já temos algo elaborado e previsto para qualquer ameaça que possa advir contra o território brasileiro. Isto não só na área da cabeça do cachorro, mas descendo ali, Colômbia, fronteira Peru, fronteira Bolívia, fronteira Paraguai e assim por diante. Já temos para cada hipótese elaborada, nós temos um plano para atuar contra essas diversas ameaças que possam surgir.

**8 – O EB vem desenvolvendo e se aperfeiçoando em uma nova doutrina para a região amazônica. Gostaria que o senhor comenta-se a respeito desta nova doutrina.**

**Resposta:** Na realidade não é uma nova doutrina, nós temos lá duas hipóteses para a Amazônia. Primeiro: se a Amazônia for invadida por um país em menos valor ou valor igual ao das Forças Armadas brasileiras, então vai ser um combate convencional, no qual, em específico de operações de selva, mas, um combate convencional, que nós vamos de igual valor militar ou nosso valor militar superior a quem está nos atacando. Por exemplo, as Farc por ventura entrar em território nacional, nós como Exército convencional podemos combatê-los como um combate convencional. Se for um país de maior potência, maior valor e que tenha um armamento tecnologicamente superior, aí nós temos uma doutrina que já foi amadurecida e que está em treinamento com nossos soldados. Isso faz com que todo efetivo da Amazônia se prepare para as duas hipóteses de emprego.

**9 – O tema “Amazônia” tem sido muito discutido na ECEME (em suas monografias) e também no Centro de Estudos Estratégicos (CEEx)?**

**Resposta:** O tema Amazônia tem sido desenvolvido em trabalhos científicos aqui na Eceme. Por quê? Amazônia por ser a prioridade, área prioritária para a Defesa, ela faz com que surja uma série de derivativos. As linhas de pesquisas são muito intensas, passando por ciência e tecnologia, passando por relações internacionais, por política, por estratégia, ou seja, todas as áreas de estudos que estão privilegiadas aqui na escola, elas tem uma quantidade muito grande de linhas de pesquisa. Isso faz com que o aluno cada vez mais, particularmente quem já serviu na área, ele procure desenvolver aquela experiência que ele teve lá na região. Exemplo típico: o sistema logístico para a Amazônia, o sistema de transporte previsto para levar medicamentos, o sistema fluvial aproveitando o apoio logístico para as unidades de fronteira. O tipo de fardamento que tem que ser utilizado pelo soldado, a doutrina de emprego está correta? Todos esses trabalhos, eles são elaborados aqui na escola, e o principal é que esse

trabalho ele retorna para o órgão que elabora a doutrina... a política e a doutrina dentro do Exército, que é o Estado Maior. O EME tem uma seção que é a 3ª Sub Chefia do EME que trata só sobre doutrina, tem uma 7ª Sub Chefia que trata só de estratégia, e essa estratégia ela é importantíssima para que dê as diretrizes para as linhas mestras de ação para a Força naquilo que for levantado como ameaça. Então, nós recebemos muitos pedidos de outras seções do EME ou de outros departamentos. Por exemplo: área de ciência e tecnologia, lá na Amazônia existe um tipo de argila que não... é um problema fazer estradas na Amazônia. Então a engenharia militar está desenvolvendo e já tem excelentes resultados de como fazer isso. O plano de tratamento de água, o plano da alimentação, enfim, tem uma série de pesquisas, como conservar a alimentação na área amazônica... o combustível. Então, tem uma série de pesquisas sendo realizadas, tanto na área de ciência e tecnologia como na área de combate básico de como desenvolver determinados questionamentos que são colocados à Força.

## APÊNDICE B

Entrevista (gravada) realizada no dia 19/07/10, em Brasília (DF) junto ao general Luiz Eduardo Rocha Paiva, da Sétima Sub-Chefia do Estado-Maior do Exército.

### **1- Qual foi ou ainda é a importância do SIPLEx para o Exército? E, na visão do senhor, esse planejamento conseguiu obter resultados significativos?**

Entrevistado: O SIPLEx ele data da década 70, se não me engano, 75 ou coisa assim. Ele é o planejamento que dá orientação para o Exército estabelecer as suas estratégias. Ele é dividido em vários livros. O SIPLEx 1 é institucional, ali trata da missão do Exército, visão de futuro do Exército, os fatores essenciais para o cumprimento da missão do Exército e tem no atual, que vai sair... tem o que a gente chama do perfil do Exército. É algo semelhante a uma concepção política do Exército. É como o Exército se vê. Como ele imagina que a nação o veja. Então, esse é o SIPLEx 1. O SIPLEX 2 é uma avaliação, é uma avaliação do ambiente interno para levantar pontos fortes e pontos fracos, e uma avaliação do ambiente externo. Essa avaliação do ambiente externo é para levantar ameaças e oportunidades, ela é baseado no estudo e levantamento de cenários. Então, com base nesses cenários são identificados ameaças e oportunidades no ambiente externo e no ambiente interno... ponto fraco e ponto forte. A partir daí, ao analisar as ameaças e oportunidades e ponto forte e ponto fraco, nós identificamos as indicações para o estabelecimento de objetivos do Exército. Aí passamos para o SIPLEx 3. O que é o SIPLEx 3? O SIPLEX 3 é onde estão os objetivos do Exército, os macro objetivos do Exército. Em cima desse macro objetivo do Exército nós levantamos quais são os fatores críticos para o cumprimento de cada um desses objetivos. Então, a partir daí nós vamos para o estabelecimento de estratégias. Essas estratégias, algumas, poucas, são aquelas que vamos chamar de estratégia de maior importância, de maior abrangência e que são do interesse mais especificamente do comando do Exército. Essas têm um papel de controle, condução do Estado-Maior do Exército. Outras estratégias, nós chamamos de estratégias setoriais (setor de pessoal, logística, operações). Então, as estratégias já estão no livro 4 do SIPLEx, que é a Concepção Estratégica. E depois passa-se para o livro 5, que são os Planos Básicos para a concretização daquelas estratégias, são os planos básicos setoriais, planos gerais e etc.

Então, em linhas gerais esse é o SIPLEx, nos moldes atuais e como ele esta sendo feito. O Exército chegou a conclusão que agora está vendo como deverá fazer... que falta um

projeto de força! Assim como a gente diz que o Brasil não tem um projeto nacional, o Exército tem... já teve alguns embriões de projeto de força, mas, no momento... fato inclusive da carência de recursos para investimentos não há estratégia que resista a penúria. Você estabelece uma estratégia, você para por não ter mais condições de prosseguir... é o que está acontecendo. Então, o Exército perdeu a... digamos assim, não é a capacidade... a possibilidade de ter um projeto porque simplesmente não dá para se concretizar a maioria das estratégias que são traçadas. Com a Estratégia Nacional de Defesa é uma atenção maior que o governo brasileiro, que o Estado brasileiro passou a dedicar as questões de defesa nacional. Então, nós estamos vendo a possibilidade de termos e de podermos fazer agora um projeto de força com possibilidade de êxito, todos esses estudos que foram feitos para a atualização do SIPLEx, que vai sair em 2011, quer dizer, estará concretizada a atualização em 2011. Em todas as indicações, pontos fracos, pontos fortes... quer dizer, nunca foi um ponto forte, sempre foi um ponto fraco a necessidade de um projeto de força, porque nós precisamos fazer muita coisa, mas, para chegar aonde? E há muito tempo que o Exército não tem esse projeto de força.

**2- A região amazônica gradativamente se tornou a principal área a ser defendida pelo E.B, no entanto, as regiões sudeste e sul ainda contam com o maior número de efetivo da força. Como explicar essa contradição entre discurso e prática? Pois, o Sipler previa uma melhor distribuição/reorganização das tropas pelo território nacional.**

Entrevistado: A gente precisa ver o seguinte, o civil muitas vezes tem uma ideia errada do que seja a necessidade de tropa, em função do ambiente operacional. O primeiro aspecto, em nenhum lugar do mundo, nunca em ambiente de selva ou montanha são usados efetivos com a quantidade, número ou volume que são usados, por exemplo, na campanha, nas planícies, no terreno plano ou num terreno que não é de selva. Não adianta as brigadas que estão no sul, várias delas são brigadas blindadas, você não coloca blindado para a selva. Então, não adianta você levar 5 ou 7 brigadas blindadas e mecanizadas para a selva, elas não vão fazer nada na selva. Primeira coisa, na Amazônia você não precisa ter uma quantidade muito grande de efetivo, porque as operações no ambiente de selva são conduzidas por pequenos efetivos. Sabe onde vão ter os grandes efetivos na Amazônia ou o emprego de grande efetivo condensado? Em Manaus, Boa Vista, Belém, mas, não na área de selva. Área de selva é para pequenos efetivos. Os objetivos capitais em uma área de selva não estão na selva, eles estão nos entroncamentos de rios, nos rios navegáveis de passagem obrigatórias, de estreitamento e nas localidades. Para você combater em Belém ou Manaus, não convém você botar um



soldado adestrado para combater em selva, você pode levar uma brigada capacitada para o combate urbano de qualquer lugar do país. Depois tem que ver o seguinte. Primeiro: você está falando numa ameaça da Amazônia, que ela passou a ser real, efetiva, a partir do início dos anos 90, quando o Exército já estava todo distribuído no território nacional. Então, é uma novidade, de 20 anos apenas, em termos uma atenção maior a Amazônia em face do agravamento da cobiça internacional em relação a região amazônica. Agora, o Exército levou é... alguns anos para levar uma brigada de Santo Ângelo (RG) para Tefé (AM), por falta de recursos, porque o governo não dá recurso! Meu irmão inclusive levou um batalhão dele de Cruz Alta (RG) para Tefé. Eles, os oficiais, moravam todos em um casarão com suas famílias, no mesmo casarão. Então, você jogar o homem na selva, simplesmente por jogar, não adianta nada. O Exército já está tentando levar uma brigada para São Gabriel da Cachoeira (AM) desde 2001... e até hoje não conseguiu concluir. Por uma série de motivos, principalmente, por falta de recursos para isso, que não são destinados e falta de vontade política do governo. Primeira coisa, para fazer uma síntese. Selva não é lugar para adensamento de efetivos, as batalhas, essas campanhas de selva são de pequenos efetivos. Segundo, os objetivos capitais na Amazônia não estão dentro da selva, estão em localidades e regiões de passagem obrigatórias, particularmente, nos rios. Terceiro, essa prioridade para a Amazônia surgiu na década de 90, quando o Exército tinha em torno de mil homens, se tanto, na Amazônia. Hoje já tem vinte e cinco mil, tinha uma ou duas brigadas, hoje tem cinco. Marabá, Porto Velho, Tefé, São Gabriel da Cachoeira e Boa Vista. Fora o Comando Militar na Amazônia e em Belém, e o comando de Belém esta previsto a ser uma brigada. Essa ideia de que... se você colocar proporcionalmente com o ambiente operacional, a Amazônia esta bem mais servida do que outras regiões do país. O que existe é um discurso baseado em informações dos anos 90, e que continua até hoje. O discurso não evoluiu, ao passo que a presença do Exército na Amazônia evoluiu, aumentou muito. Outra coisa, levar tropa do Sudeste para a Amazônia... é levar o que? Blindados e mecanizados para a Amazônia? Para quê? Depois... esse que é o mais importante, as pessoas consideram que em um conflito na Amazônia vai ser feito por tropas estrangeiras na Amazônia. Para que desembarcar lá e morrer gente aos borbotões, numa guerra... que poderá evoluir para uma guerra de resistência... quando eles podem fazer, simplesmente, impor o que eles querem na Amazônia ocupando a Bacia de Campos e dizendo: “não vai uma gota de petróleo para o continente se vocês não fizerem o que a gente quer na Amazônia”. Eles bloqueiam a Bacia, eles ocupam Itaipu, acaba a energia em São Paulo, “olha, só vai energia para São Paulo se vocês fizerem isso...”. O país tem condições de reagir? Se tiver condições ou se quiser reagir vai enfrentar blecaute tanto de combustível

quanto de energia elétrica. Então, você precisa ter forças no Sul, porque aqui é que estão é... o núcleo do poder do país. Não é na Amazônia. E para uma coalisão, se quiser... impor alguma condição na Amazônia, obrigatoriamente, terá que desembocar na Amazônia.

**3- Atualmente o dispositivo militar brasileiro na região amazônica é capaz de uma resposta contundente a uma possível invasão do território nacional? Até que ponto esta estrutura militar instalada na região consegue dissuadir os nossos vizinhos?**

Entrevistado: Um conflito qualquer, em região do país, ele não acontece da noite para o dia. No entanto, a preparação militar para fazer face a qualquer conflito, ela também não pode ser tomada da noite para o dia. Ela tem que começar com décadas de antecedência. Então, a gente tem que ter condições de... com um estudo estratégico, de avaliação de cenários, construção de cenários, ver os possíveis conflitos. Acho muito difícil para os nossos vizinhos, não só na Amazônia, qualquer vizinho do Brasil, ter uma atitude, digamos assim... ofensiva com relação ao nosso território. Eles podem ter com relação a interesses nossos em territórios deles, interesses até econômicos. Capacidade de dissuasão em face de uma ação em nosso território com relação aos vizinhos nós temos plena capacidade. Nós temos que ter cuidado com a Venezuela, em questão de armamento da Venezuela, não é tanto que ela possa nos tomar um pedaço do país, nada disso. É porque algumas lideranças, como no caso da própria liderança venezuelana, são imprevisíveis. Uma liderança daquela com poder militar muito grande na mão, ele pode nos trazer problemas, mas, não ameaças. Que problema que ele pode trazer? Num conflito qualquer numa discussão qualquer com o Brasil, ele pode violar nosso espaço aéreo com Sukhoi, nós não temos condições de responder a isso. Vamos ter que aguardar uma ou duas semanas até que diplomaticamente, ele vai pedir desculpas. Ele vai... com isso ele já... digamos assim, comprometeu nossa liderança regional, o respeito que os vizinhos tem... vai mostrar que tem uma capacidade militar e que nós não temos uma capacidade de revidar. Então, essa capacidade de dissuadir ações ofensivas em nosso território, que sejam ameaças, nós temos. Agora, porque as FARC entraram no Brasil, isso é um problema, mas, o Brasil não vai perder soberania. Não vai comprometer a integridade territorial. Eu acho, que a médio prazo, vai ser mais problema para as FARC do que para o Brasil. Porque aí o Brasil vai ter condições de reagir, e eles vão ter o problema com o governo deles e com o nosso. Eles podem ter capacidade de nos causar problemas... por exemplo, brasiguaios e os brasileiros, que são os brasileiros que estão na Bolívia, eles podem criar problemas com relação as nossas populações, problemas no campo diplomático. E o que falta ao Brasil, aí sim, é uma capacidade de revidar, que eu acho que o Brasil tinha que ter. Estou falando de problemas com

potências abaixo do nosso poder. A capacidade de revidar seria de... a capacidade de você realizar uma ação ofensiva, rápida e de curta duração e profundidade, de modo, que esse vizinho tivesse noção de que... eu tenho capacidade de causar um mau muito maior a ele, do que ele a mim. Isso eu estou falando numa situação nem de conflito, já de crise né... quando você vai empregar o poder militar para retalhar, revidar, já é crise. Não chega a ser guerra, mas, é serio. Se chegar num ponto como esse, nós não temos uma força de pronto emprego capaz de realizar uma ação dessa natureza, nem mesmo, eu acredito, a força aérea... ela tem até com alguns vizinhos, mas, não com todos. Nossa força aérea também esta numa situação muito precária. Com relação de ameaça de um poder muito maior, nessa região aqui, nada acontece se não for permitido pelos Estados Unidos. Não vai ser Inglaterra, França, Itália que vão nos ameaçar, a não ser que seja interesse dos Estados Unidos estarem juntos. Aí sim, aí é que eu acho que existe uma grande ameaça. Essa ameaça, eu não vejo ela tanto no campo militar, esse é o último passo. De 1990, para cá, nossos sucessivos governos tem cedido a pressões internacionais que através de ações sucessivas vão pouco a pouco enfraquecendo nossa integridade territorial na Amazônia. Enfraquecendo a nossa soberania é... por meio de pressões na área indígena do que na ambiental, e o Brasil vem cedendo. O que eles querem? Para mim, não é ocupar a Amazônia, para ter o ônus da administração, eles querem é aos poucos chegar a condição de impor ao Brasil regulamentações, normas. Para você entender bem: nós vamos ficar com o ônus da administração e com alguma parte do bônus dos recursos, ao passo, que grande parte desse bônus vai ser da “comunidade internacional”. Num último momento... digamos assim... a gota d’água ou o empurrão final é que seria uma operação militar, e assim mesmo, eu acho que não seria na Amazônia. Seria num ponto em que o país ficasse de mãos atadas e não pudesse reagir. E se tivesse que empregar tropas na Amazônia, veja bem. Pelo Pacífico, atravessando os Andes, Colômbia, selva para chegar em regiões periféricas da Amazônia sem grande importância e sujeitos a ações de tropas de selva, mais bem adestradas do mundo. Ou vai ser aqui, com a esquadra direto na foz do rio Amazonas, bloqueando a foz do rio... e pelo rio Amazonas e pelas guianas. Veja bem, Guiana Inglesa, Suriname e Guiana Francesa, essa é França mesmo, isso é OTAN. É uma cabeça de ponte da OTAN na América do Sul e em cima da Amazônia. Então, pela foz do Amazonas e Georgetown, Boa Vista e a Manaus... existe um projeto de pavimentação, asfaltamento que até o Brasil vai participar, entre Boa Vista e Georgetown. É uma direção estratégica, importante. Georgetown a Boa Vista, e Boa Vista a Manaus e pelo rio em direção a Manaus. Com isso, você tem isolado a nossa calha norte. Ta certo, ocupada. E é uma moeda de troca, desocupo, mas, vocês vão ter que seguir... já que vocês resistiram a Itaipu e Campus etc. As

peças falam... os militares pensam que vai haver uma invasão na Amazônia, não precisa. Eles podem conseguir o que eles querem sem invadir, e se bobear, até sem empregar o poder militar. Já estão conseguindo isso sem empregar o poder militar. Eu cheguei a mandar para você uma comparação do que aconteceu com a Bolívia e Kosovo? E o que eu acho que pode acontecer aqui... o que está acontecendo é isso.

Entrevistador: é o caso da soberania compartilhado ou limitada.

Entrevistado: A questão da Colômbia, especificamente, eu não me preocupo muito com os Estados Unidos estarem... é interesse deles que as FARC sejam neutralizadas e também o narcotráfico. Há, mais aí tem a presença dos Estados Unidos na Colômbia? Tem. O Brasil por acaso se propôs a ajudar a Colômbia alguma vez? Pelo contrário, até tem simpatia pelas FARC, a gente sabe né. O Fórum de São Paulo tá aí, e um dos fundadores do Fórum de São Paulo foi o presidente da República. O seu secretário de assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, é participante do Fórum, e as FARC foram uma das fundadoras do Fórum. Então, quem que vai ajudar a Colômbia? O único que sobrou para ajudar foi os Estados Unidos. Ninguém mais quer ajudar a Colômbia. Então, ninguém pode reclamar. Outra coisa estão se preocupando com bases que não são bases dos Estados Unidos, mas, que podem ser utilizadas... e a pista asfaltada que tem no Paraguai, de 3 Km em que pousa um Galaxy C-5 e em 48 horas você tem uma base ali. As bases não precisam hoje em dia estar construídas, se você tiver a pista de pouso, com determinadas características, você desembarca ali a base, monta a base e opera a partir dali. A gente fica se preocupando, “há porque a quarta frota dos Estados Unidos”... a quarta frota é um comando de esquadra, ela vai receber os navios se tiver que haver uma operação no Atlântico Sul. Agora, a preocupação da quarta frota... é porque o conflito do Oriente Médio, Ásia Central... o jogo do poder, vamos chamar assim, e nesse jogo de poder tem o conflito. Ele está vindo para a África... Angola já exporta mais petróleo para a China do que a Arábia Saudita. Então, essa região aqui do Atlântico, ela está sendo sobrevalorizada com o pré-sal, o comércio Brasil-Índia, o avanço da China e da Índia na África, e a agora da China e futuramente da Índia e Rússia na América do Sul. A ativação da quarta frota não é para fazer face a ameaça da América do Sul, são os novos atores que estão chegando. Hoje quem está aqui combatendo pelos seus interesses são os Estados Unidos, nenhuma potência está aqui, só a União Européia porque são aliados dos Estados Unidos. Mas, está chegando a China e isso aqui vai passar a ser uma área de disputa, não é por causa do Brasil. Realmente, a política externa norte-americana, eles não admitem uma potência neste continente que não sejam eles... e aí uma forma de frear o Brasil é impedir que a gente use soberanamente os recursos da Amazônia, porque a Amazônia não é problema é solução.

O Brasil até hoje não enxergou isso, e esta admitindo paulatinamente... cedendo soberania naquela região.

#### **4 – Na visão do Senhor, qual é a importância do Projeto Calha Norte?**

Entrevistado: O projeto Calha Norte surgiu em 1985, uma iniciativa da Casa Civil. No seu programa foram estabelecidos vários locais onde se estabeleceriam os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Nesses pelotões, teria um propriamente dito militar e várias agências de outros órgãos governamentais. Realmente, o que aconteceu foi que poucas agências fora o Exército, Marinha e a Aeronáutica estiveram presentes. A importância do Programa Calha Norte é a ocupação dos espaços vazios e naquelas regiões... que são regiões importantes, que você tem que estar. Se você pegar antes do Brasil ter preocupação maior com a Amazônia, vê onde o português colocou os fortes deles, você entende onde são as regiões que nós temos que preocupar para combater. Vai ser lá no meio da selva? Lá é região de passagem ou de homizio e descanso. Era ocupar essas regiões, e ali aos poucos, ir vivificando a fronteira e povoando a fronteira. A melhor forma para dar segurança à fronteira é ter a fronteira povoada. Alguém discute... já ouviu falar em Santana do Livramento e Riveira? Quem que discute ali... ninguém está preocupado onde começa o Brasil, onde começa o Uruguai. Ali todo mundo sabe onde está a fronteira e convive... é uma região em termos de disputa, neutralizada, completamente. O que falta na Amazônia é isso, nessas regiões é a vivificação das fronteiras. O que os governos vieram fazendo depois? Isso em 1985. Em 1991, surgiu a primeira grande reserva indígena na faixa de fronteira, que foi a reserva Yanomami. Esses pelotões, vários deles estão dentro das reservas indígenas, o que para nós é uma segurança. Mas, ficou inviabilizado a vivificação daquela faixa de fronteira. Por causa do posicionamento de reservas, que você não pode ocupar, só pode entrar o índio e etc. Inviabilizou, praticamente, a vivificação da fronteira. O projeto Calha Norte tendo em vista sua importância, ele foi estendido para a calha sul. Eu não sei exatamente, agora se continua havendo necessidade de recursos, mas, eu sei que às vezes tem mais e aí para, e depois começa de novo. Não há uma continuidade dos governos em relação a isso. Com a Estratégia Nacional de Defesa, surgiu uma nova ideia, além dos 26 PEF que nós temos hoje, se não me engano, e na calha norte deve ter em torno de uns 15. Entre os pelotões que já existem, você ter pelotões com a instalação permanente, mais o pessoal com rodízio. Inclusive de qualquer ponto do Brasil ficariam em torno de 60 a 90 dias. Por um lado, a existência do pelotão não dá segurança nenhuma, o pelotão não dá segurança, é uma situação em que o Estado brasileiro se faz presente e onde você passa a mensagem que ali é o Brasil, que aquilo ali não é terra de ninguém, ali é o Brasil. A

importância do PEF é essa. Esses nossos pelotões servem para isso, é a mensagem... é uma mensagem subliminar, de que nós não vamos ceder aquele território. Por isso aí, grau 10. A minha preocupação... que problemas poderão surgir com os efetivos ali. No pelotão de fronteira esta o soldado que é permanente, a esposa, o filho e a filha. E os soldados que não são casados, são índios. Agora nesse rodízio... o homem vai chegar e ficar ali 60, 90 dias... isso pode ter problemas.

**5 – Para finalizar, eu gostaria de saber a perspectiva do senhor em relação a Estratégia Nacional de Defesa, o cenário referente o ambiente Amazônico e os investimentos nas Forças Armadas.**

Entrevistado: O que acontece? O Brasil é um país que viveu fora do eixo dos conflitos. O eixo dos conflitos está aqui, no Norte, e o Brasil está fora. Quando é que o Brasil entrou de alguma forma? Na segunda guerra mundial. Foi preciso a segunda guerra mundial chegar a nós para que o Brasil despertasse do seu torpa desde a guerra do Paraguai. Ai depois o eixo... ai era questão ideológica, o conflito era ideológico. Não era um conflito por soberania, guerra de conquista de território... nada disso. Cai o muro de Berlim, cai a URSS e tem a decadência do ideal socialista etc. Que na realidade sempre foi fachada, sempre houve um jogo de poder e esse jogo de poder continua. Com a globalização o mundo ficou pequeno. Então, a necessidade por recursos naturais para essas potências se manterem... manter seu poder é imenso, e eles vão buscar esses recursos naturais no Oriente Médio, Ásia Central, África e América do Sul, que é o continente mais rico em recursos naturais. O Brasil de repente começa a progredir, voltou a crescer. O Brasil vai entrar no eixo dos conflitos, já entrou e não percebeu direito. Com a globalização e com a demonstração desta expansão global do conflito... ai o Brasil ficou consciente que deve ter uma estratégia nacional de defesa. Qual é a minha preocupação? É que a gente em vez de vê, visualizar e perceber uma possibilidade de conflito, uma ameaça em quanto ela ainda é possível, a gente deixa para tomar as providências quando ela já é provável. Ai é tarde demais para a defesa. Política externa a gente ainda está pensando que é só diplomacia, não é! É diplomacia e defesa. Se o Brasil tivesse poder militar, talvez ele tivesse uma voz muito mais forte no Oriente Médio. Agora que ele quis se meter a falar lá, ou mesmo em Honduras. Não concordo com nada do que foi feito lá, mas, se tivesse poder militar, esquadra, talvez ele tivesse mais peso na hora de fazer um... de tomar uma posição que nem tomou. De repente, o Brasil se tocou. Sabe o que levou o Brasil a se tocar? O pessoal pode dizer que não, mas, para mim foi isso, foi o armamentinho venezuelano. Muito mais do até do que essa historia toda que estou falando, o pessoal começa

a falar, o Chaves vai ter Sukhoi, está comprando blindados, está comprando isso, está comprando aquilo... O governo quis dar uma resposta e ao chamar o Mangabeira Unger e passaram dois anos fazendo a END. Eu vejo que é... o que que está levando a essa discussão maior sobre defesa é que o Brasil aos poucos está percebendo que ele está entrando no eixo dos conflitos, e que os países com quem ele quer se ombrear são todos potências militares. O Brasil até hoje acha que pode ser a potência da paz. Até fala ser a potência da paz. Tudo bem quer ser a potência da paz, tem que ter um porrete para dizer assim: não briga que eu bato. Uma potência tem que ser uma potência equilibrada, política, econômica, militar, tecnológica... tem que ser equilibrada e o Brasil não é. O Brasil é um indigente no campo militar, e científico-tecnológico. A END surgiu em função dessas modificações que se passaram no mundo, mas, principalmente, por causa do Chaves. A causa principal é essa aqui... mas, o estopim é outro. Quem ascendeu a luz foi o Chaves, porque isso tudo já está acontecendo desde 1990. E onde eu quero chegar? Os nossos políticos não estão nenhum pouco preocupado com defesa. Você pode ter um ou outro, mas, não conseguem sensibilizar o geral. Eu acho que o Executivo está muito mais preocupado com defesa do que o Legislativo. O Brasil só vai se preocupar mesmo, na hora que tiver uma ameaça, na hora que tiver um prejuízo grande. Ai vai se preocupar! O Brasil quando entrou na guerra do Paraguai, o Brasil tinha um Exército de 18 mil homens. O Paraguai já tinha 60 mil homens. Quando ele viu já tinha perdido uma parte do Mato Grosso e as tropas paraguaias estavam em Uruguaiana. Ai que ele acordou. Quando o Brasil teve seus navios de cabotagem bombardeados pelos alemães, o Brasil tinha uma doutrina francesa. O Brasil teve que mudar sua doutrina, equipar uma força e levou dois anos para equipar uma força para mandar para a Itália. Não tinha condições de fazer nada. O Brasil por estar fora desse eixo... agora, quando o conflito chegar aqui, a gente acorda. A gente está acordando agora, espero que seja ainda com tempo. Mas, eu acho que para sensibilizar vai ser preciso... digamos assim, preciso a tragédia. E se bobear, não vai nem ser preciso a tragédia, porque, nós já vamos perder a soberania na Amazônia, simplesmente, por ações no campo político. O que Sun Tzu diz, qual é o grande estrategista? É aquele que vence o inimigo sem disputar nenhuma batalha. E é isso que está acontecendo aqui... não que se a gente for reagir, não vai haver a batalha... mas, se tiver, que estejamos preparados. A gente fica falando um submarino, um submarino nuclear... por causa da Argentina, por causa do Chile... um submarino nuclear vai dissuadir. Nós temos que dissuadir é Estados Unidos, China. E com um submarino nuclear você não dissuade a eles. Em 2022, nós vamos ter um submarino nuclear, estamos a 30 anos desenvolvendo o submarino e não conseguiram fazer o submarino até hoje. Porque em mais de uma década a Marinha usava os

recursos dela para o investimento que é de Estado, para não morrer o projeto Aramar. Um submarino nuclear não é caçador, é caça. Em face de potência, vai ser caça e não caçador. E ter um submarino para dissuadir Chile, para quê? Eu não acho que a gente devia descuidar deles, mas, a gente tem que se cuidar deles não por eles. Repare bem. O Uruguai é um tapete, e o Uruguai pressionado pelos Estados Unidos, eles deixam passar tropas, e aí é que eu digo que você não pode se descuidar do sul. Aqui é o estuário do Prata... Argentina é volúvel, o presidente Menem dizia que tinha relações carnais com os Estados Unidos... chegou a falar isso aí. Esses países aqui sobre influência da China, Estados Unidos... a gente não pode garantir que vão ficar do nosso lado na hora do conflito e sob pressão, eles podem, deixar passar tropas e vem direto no núcleo do poder do Brasil. A gente tem que ter a capacidade de ver que é possível, e aí a gente toma as providências, para que nunca venha ser provável ou para estar preparado para se defender caso aconteça. A gente tem que se preparar para aquilo que é possível antes que seja provável. Porque em defesa se for esperar ser provável é tarde demais.